

MEMÓRIAS e TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

VOLUME 1

MEMORIAIS:

LUIZ FLÁVIO DE CARVALHO COSTA
MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO
RENATO SÉRGIO JAMIL MALUF



Organizadoras

Karina Kato • Socorro Lima • Biancca Scarpeline de Castro



UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO



MEMÓRIAS e
TRAJETÓRIAS
ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

Reitor

Ricardo Luiz Louro Berbara

Vice-reitor

Luiz Carlos de Oliveira Lima

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Alexandre Fortes

Pró-Reitora adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Lúcia Helena Cunha dos Anjos

Conselho Consultivo

Cláudia Mazza

Yllan de Mattos Oliveira

Clézio dos Santos

Márcio Rufino Silva

Ana Maria Marques dos Santos

Manlio Silvestre Fernandes

Ana Paula Perrota Franco

Débora Lerrer

Danilo Bilate

Simone Batista

Christian Dutilleux

Lígia Fátima Lima Calixto

Marta Cioccarri

Vladimyr Lombardo Jorge

Rebeca Gontijo Teixeira

Janaína Machado Simões

Bianca Scarpeline de Castro

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Luiz Alberto de Lima Leandro

Carmen Andriolli

Tania Mikaela Garcia Roberto

Adriana T. M. Lessa

Lúcia Valadres Sartório



EDUR

Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Br 465, Km. 7, Seropédica – RJ - CEP: 23.890-000

Telefone: (021) 2681-4711

Site: www.editora.ufrj.br

E-mail: edur@ufrj.br

MEMÓRIAS e TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

VOLUME 1

MEMORIAIS:

LUIZ FLÁVIO DE CARVALHO COSTA
MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO
RENATO SÉRGIO JAMIL MALUF

Organizadoras

Karina Kato • Socorro Lima • Biancca Scarpeline de Castro



Copyright © 2018 por Editora da UFRRJ

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.

Título Original: Memórias e Trajetórias Acadêmicas : o rural como objeto de reflexão e vida

Editora-chefe:

Fabiane Popinigis

Conselho Editorial

Claudia Schmitt

Afonso Henrique Vieira da Costa

Vinicius Ferreira Baptista

Marcos Gervásio Pereira

Douglas Siqueira de Almeida Chaves

Cristiane Cardoso

Andrea Beremblum

Marcos Estevão Gomes Pasche

Maria das Graças Salgado

Luís Cláudio Walker

Jefferson Nepomuceno

Pedro Campos

Patricia Reinheim

Sérgio Serra

Márcia Denise Pletsch

Adriana Barreto

Rosane Nora

Cláudio Maia Porto

Coordenação Administrativa: *Mariangela de Campos Dias*

Vice-Coordenação Administrativa: *Daniel Corban Rodrigues*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *www.ideiad.com.br*

Revisão: *Sandra Resende*

UFRRJ / Biblioteca Central / Divisão de Processamentos Técnicos

Bibliotecária: Eliane Maricá Soares (CRB 5876/7)

378.8153

M533

Memórias e trajetórias acadêmicas : o rural como objeto de reflexão e vida :volume 1 : memoriais : Luiz Flávio de Carvalho Costa, Maria José Teixeira Carneiro, Renato Sérgio Jamil Maluf [recurso eletrônico] / Organizadoras Karina Kato, Socorro Lima, Biancca Scarpeline. – Seropédica, RJ: Ed. daUFRRJ, c2018.

Inclui bibliografias.

Modo de acesso: Internet.

ISBN: 978-85-8067-103-2 (E-BOOK).

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - História. 2. Professores - Biografia. 3. Professores - Formação. I. Kato, Karina. II. Lima, Socorro. III. Scarpeline, Biancca. IV. Título.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Editora Filiada à ABEU


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Organizadoras

Karina Kato (ex-aluna, CPDA/UFRRJ)

Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com dedicação exclusiva. É pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) e do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas, ambos vinculados ao CPDA/UFRRJ, pesquisadora colaboradora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI/UFRRJ). Titulada doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012). Obteve o grau de mestre em 2006 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ (2003).

Socorro Lima (ex-aluna, UFF Campos)

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (1992), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998). Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF/Campos. Coordenadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) e Tutora do Grupo Propet Ciranda Rural. Atua nas áreas de Geografia Agrária e Econômica, Políticas Públicas para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Educação do Campo, Mercados Agroalimentares, Agronegócio com ênfase na Cadeia Produtiva da Soja e suas redes e estratégias empresariais.

Biancca Scarpeline de Castro (ex-aluna, ICSA/UFRRJ)

Professora do curso de graduação em Administração Pública e do Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Biancca S. de Castro, concluiu o doutorado em ciências sociais na Universidade Estadual de Campinas, é formada em ciências econômicas pela Universidade Estadual Paulista e possui mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de economia, sociologia e administração pública, atuando principalmente com as seguintes temáticas: políticas públicas, ciência e tecnologia, inovação e meio ambiente.

Comissão CPDA 40 Anos

Karina Kato (CPDA/UFRRJ)
Andrea Rente (UFOPA)
Ariane Brughnara (CPDA/UFRRJ)
Betty Nogueira Rocha (IM-UFRRJ)
Biancca Scarpeline de Castro (ICSA/UFRRJ)
Cátia Grisa (UFRGS)
Fabício Teló (UFF e CPDA/UFRRJ)
Letícia Chechi (PGDR/ UFRGS)
Marcelo Miná Dias (UFV)
Mirna Oliveira (AATR)
Rafael de Andrade (CNPq)
Renata Milanés (CPDA/UFRRJ)
Sandro Leão (UFOPA)
Silvia Zimmermann (Unila)
Socorro Lima (UFF-Campos)
Valdemar Wesz (Unila)

Bolsista

Natália dos Santos Monteiro (UFRRJ)

Apoio Administrativo

Diva Faria (OPPA/CPDA)

Organização

CPDA 40 Anos

Apoio

CPDA
UFRRJ
ICHS

Patrocínio

INCT/PPED
CAPES
EDUR

Enfim, um indivíduo de idéias abertas
A coceira no ouvido atormentava. Pegou o molho de chaves,
enfiou a mais fininha na cavidade. Coçou de leve o pavilhão,
depois afundou no orifício encerado. E rodou, virou a
pontinha da chave em beatitude, à procura daquele ponto
exato em que cessaria a coceira.
Até que, traque, ouviu o leve estalo e, a chave enfim no seu
encaixe, percebeu que a cabeça lentamente se abria.

Marina Colasanti (Contos de Amor Rasgados, 1986)

AGRADECIMENTOS

Já é sabido que um galo só não tece manhãs. O mesmo se dá com o livro *Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e vida* (Volumes 1 e 2) que marca o encerramento das celebrações pelos 40 anos do CPDA: é resultado da colaboração de muita gente. Aproveitamos, então, para registrar aqui nossos agradecimentos a todas essas pessoas que, de diferentes maneiras, depositaram sua fé no nosso trabalho e tornaram possível a concretização das celebrações que haviam sido planejadas.

Nosso primeiro agradecimento vai para os autores dos memoriais que acreditaram nessa publicação quando ela ainda era uma ideia e que nos cederam esse material precioso que agora é publicado: Hector (*in memoriam*), Luiz Flávio, Maria José, Nelson, Peter e Renato. Somos gratas também aos colegas que prontamente toparam fazer os prefácios do livro e que abrilhantaram, com seu talento, a publicação: Eli, Roberto, Ana Dantas, Beatriz Herédia, Germán e Cadu. O apoio de Renato Boschi e Ana Célia Castro, ambos do Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/ PPED), bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Editora da Universidade Rural (EDUR), foram fundamentais para essa empreitada. No âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) muitas pessoas possibilitaram a realização desse livro. Apontamos, a seguir, algumas delas: Ana Dantas (Reitora, na época), Ricardo Berbara (atual Reitor), Nidia Majerowicz (na época, Pro-Reitora de Assuntos Financeiros), Roberto Lelis (na época, Pro-Reitor de Pós-graduação), Ricardo Oliveira

(*in memoriam*, na época, diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS), Rosário Roxo (atual diretora do ICHS), Regina Bruno (na Chefia do Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – DDAS), Fátima Portilho e Claudia Schmitt (na época, na Coordenação do CPDA), Thereza Menezes (atual coordenadora do CPDA) e Lia Teixeira (Instituto de Educação). Somos muito agradecidas por todo o apoio que sempre nos deram e por terem sonhado conosco quando tudo isso se resumia a um projeto.

Para a realização do Seminário Comemorativo CPDA 40 Anos (1976-2016) – *Diálogos Multidisciplinares sobre o Rural Contemporâneo: questão agrária, políticas públicas e identidades latino-americanas*, foi fundamental também o apoio de Sergio Leite (Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura), de Peter May (Projeto Policymix), assim como do Projeto Portinari e da Escola Nacional de Botânica Tropical do Jardim Botânico. No âmbito administrativo, Diva, Tiemi e Reginaldo superaram todas as expectativas: sem eles, de fato, nada funcionaria! Foi fundamental também o suporte de toda a equipe técnica do CPDA (Ana, Dêlcio, Fernanda, Gabi, Raquel, Elias e Sílvia). A colaboração de Diana, que nos brindou com suas lindas fotos, e de Bruna Toniolo, que tornou as tarefas mais árduas bem mais agradáveis, também foram imprescindíveis. Fernando Vasconcelos e Eduardo Ferrão, os programadores visuais que idealizaram o livro e os materiais e a identidade do Seminário, respectivamente, desempenharam um papel fundamental para tornar todo o nosso trabalho mais bonito e mais funcional. Obrigada por toda a dedicação e seriedade.

Não poderíamos deixar de agradecer, por fim, à Comissão CPDA 40 Anos que foi quem, ao longo de todo o processo, tocou o barco e carregou o piano nas condições mais adversas. Andréa, Ariane, Betty, Cátia, Fabrício, Letícia, Marcelo, Mirna, Rafael, Renata, Sandro, Sílvia, Junior e Natália: sem vocês nada disso seria possível! Expressamos aqui toda a nossa gratidão.

Sumário

Apresentação CPDA 40 Anos

Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida Karina Kato, Socorro Lima e Biancca Scarpeline de Castro	11
---	----

Prefácio 25

Ana Maria Dantas Soares

Introdução 29

Eli de Fátima Napoleão de Lima e Roberto José Moreira

Memoriais

Luiz Flávio de Carvalho Costa	41
Maria José Teixeira Carneiro	93
Renato Sérgio Jamil Maluf	139

Apresentação – CPDA 40 anos

Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida

A publicação “Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida” é fruto da comemoração dos 40 anos do Programa de PósGraduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Nesta ocasião professores, alunos(as) e ex-alunos(as) do Programa compuseram a Comissão CPDA 40 Anos que tinha a incumbência de organizar e realizar uma série de atividades, entre 2016 e 2017, em celebração aos 40 anos do programa. Essas atividades culminaram na realização do evento “CPDA 40 Anos (1976-2016) - Diálogos Multidisciplinares sobre o Rural Contemporâneo: questão agrária, políticas públicas e identidades latino-americanas” (Rio de Janeiro, 30 de novembro e 01 e 02 de dezembro de 2016). O conjunto de atividades planejadas visava à realização de um balanço da trajetória do CPDA, procurando avançar na reflexão sobre o seu papel na consolidação do rural como objeto de reflexão das Ciências Sociais.

A fim de fazer jus à pluralidade do CPDA, a Comissão CPDA 40 Anos foi constituída buscando contemplar a diversidade de olhares que, ao longo de sua trajetória, caracterizaram o CPDA. Foi composta por professores(as) do Programa, por alunos(as), por ex-alunos(as) e por alunos(as) de graduação bolsistas de pesquisas ligadas ao CPDA. Adicionalmente, buscou-se alcançar, sempre que possível, a representatividade regional que é marca do seu quadro de discentes e docentes. Após muitas conversas e consultas, a Comissão foi composta pelos seguintes integrantes, aos quais já agradecemos formalmente por toda a

dedicação: Karina Kato (presidente da Comissão, ex-aluna e docente do CPDA/UFRRJ); Andrea Rente (ex-aluna, UFOPA - PA); Ariane Brughnara (aluna, CPDA/UFRRJ); Betty Rocha (ex-aluna, IM-UFRRJ - RJ); Biancca Scarpeline de Castro (ex-aluna, ICSA/UFRRJ - RJ); Cátia Grisa (ex-aluna, UFRGS - RS); Fabrício Teló (aluno, UFF e CPDA/UFRRJ); Letícia Chechi (aluna, PGDR/UFRGS); Marcelo Miná Dias (ex-aluno, UFV - MG); Mirna Oliveira (ex-aluna, AATR); Rafael de Andrade (ex-aluno, CNPq); Renata Milanês (aluna, CPDA/UFRRJ); Sandro Leão (ex-aluno, UFOPA - PA); Silvia Zimmermann (ex-aluna, Unila - PR); Socorro Lima (ex-aluna, UFF-Campos); Valdemar Wesz (ex-aluno, Unila - PR); Natália dos Santos Monteiro (bolsista, UFRRJ); Bruna Toniolo (bolsista, UFRRJ). A Comissão, formada no final de 2015, operou por meio de subcomissões temáticas e de reuniões virtuais operativas voltadas para o planejamento das atividades comemorativas. Aproveitamos o momento para agradecer ao professor Nelson Giordano Delgado (CPDA/UFRRJ) que, desde o início, foi um entusiasta e incentivador do trabalho da Comissão, bem como à Coordenação do Programa (na época representada pelas docentes Fátima Portilho e Claudia Schmitt) que nos deu ampla liberdade e apoio na realização dessa empreitada.

As celebrações dos 40 anos do Programa, dentre as quais se inserem a publicação dos dois volumes desse livro e a realização do seminário comemorativo, atestam que a Comissão conseguiu refletir uma das principais marcas (e riquezas) do CPDA: sua diversificada rede de alunos(as), ex-alunos(as) e parceiros(as). Conforme relembra Cesco et al (2013) os programas de pós-graduação (dentre os quais o CPDA) não podem ser compreendidos em sua completude se não considerarmos o leque de formações dos seus professores, alunos e parceiros; as suas preocupações de pesquisa; e as relações que se estabelecem entre os mesmos nos diferentes momentos de sua história. Repensar o CPDA nos tempos atuais, logo, impunha à Comissão um grau de sensibilidade que permitisse contemplar e combinar diferentes olhares e interpretações, nem sempre convergentes, sobre essa trajetória de 40 anos e, ao mesmo tempo, compor um quadro que servisse de base para a reflexão coletiva do Programa não apenas sobre seu passado, mas principalmente sobre caminhos e perspectivas futuras.

As origens do CPDA datam de julho de 1976. Foi fruto de um Convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Deste convênio se originou o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, bem como surgiu a sigla que conservamos até hoje: CPDA. Naquele momento era o primeiro centro de pós-graduação (Mestrado) de desenvolvimento agrícola do Brasil, o que lhe permitiu influenciar e contribuir com o pensamento e a produção acadêmica sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do país. Importante ressaltar que já naquele momento estava presente no Programa a preocupação com o equilíbrio entre a formação conceitual e instrumental. Ou seja, já nesses momentos iniciais, no CPDA, tinha-se a preocupação com a construção de um curso que, além das atividades de ensino, permitisse a realização de pesquisas e de atividades de extensão que possibilitassem avançar no entendimento da complexidade do mundo agrícola -e, em parte, rural- brasileiro.

Nessa caminhada de 40 anos muitas mudanças ocorreram, o que foi transformando pouco a pouco o CPDA. O Programa saiu da FGV e do Horto Florestal, se vinculou à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1984), teve sua sede estabelecida no centro do Rio de Janeiro, passou a oferecer curso de Doutorado (1995), viabilizou a realização de inúmeros projetos de pesquisa e teve parcerias estabelecidas com diferentes organizações sociais, movimentos sociais e instituições acadêmicas, nacionais e estrangeiras (LIMA, 2007). Mais de mil alunos(as) passaram pelo CPDA nesse período (1976 a 2016, sendo 321 no doutorado e 739 no mestrado), com um crescimento significativo da participação das mulheres no quadro discente (RENTE et al, 2007; KATO e MONTEIRO, 2016). A origem desses alunos se mostrou bastante diversificada, também, contemplando alunos oriundos de todas as regiões do país e estudantes provenientes de outros países da América Latina (Colômbia, Argentina, Peru etc.), Europa (França, Portugal etc.) e África (Moçambique etc.). Ademais, se no início os mestrandos estavam quase sempre atrelados a órgãos governamentais, realçando o papel do CPDA na formação de quadros para o serviço público, com o passar dos anos, o Programa

passou a formar muitos pesquisadores e professores para universidades públicas e privadas e quadros para movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Os temas estudados também apresentaram mudanças importantes ao longo desses anos, refletindo, de um lado, o esforço contínuo do CPDA e do seu quadro docente para se atualizar e, de outro, a permanente renovação dos marcos teóricos aplicados no campo dos estudos rurais e no entendimento das novas dinâmicas que perpassam o rural contemporâneo. O foco no desenvolvimento agrícola foi cedendo espaço para reflexões sobre desenvolvimento rural e para as interrelações entre os processos de desenvolvimento, agricultura e sociedade, afastando-se de leituras setoriais do rural e priorizando perspectivas multidimensionais e interdisciplinares. Desde 2004, nesse processo, os temas sociais e ambientais foram ganhando mais destaque em detrimento a leituras mais setoriais do desenvolvimento rural (CESCO et al, 2013).

Uma dimensão importante das transformações pelas quais o CPDA vem passando está relacionada com o seu quadro docente. Ao longo dessa caminhada mais de 70 professores passaram pelo CPDA. Atualmente, o Programa vivencia um momento decisivo de transição geracional, com a aposentadoria de muitos professores e a chegada de novos docentes. A incorporação de novos professores ao Programa leva-o necessariamente a se repensar, renovar e, em muitos casos, reforçar certos referenciais e campos temáticos que o orientam e definem institucionalmente. Os próximos anos, portanto, serão momentos decisivos na consolidação e renovação do CPDA, e serão repletos de mudanças e continuidades.

No que concerne à conjuntura atual, novos desafios são esperados. Assim como na sua origem, em meio à ditadura militar-empresarial, as celebrações de 40 anos do Programa se deram em tempos sombrios, após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (31 de agosto de 2016) e a subida ao poder do governo de Michel Temer com legitimidade bastante duvidosa. Num quadro de acentuada crise política, econômica e institucional, o novo governo se apressou em implementar mudanças nas instituições voltadas ao desenvolvimento rural, nas políticas sociais e nas regulações sobre os recursos naturais, com grandes

impactos nos campos temáticos de atuação do CPDA. Após um curto período de tempo com rápidas e importantes inovações nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural¹, o cenário nacional atual acena para mudanças nas prioridades das políticas públicas e para um processo acelerado de desmonte das estruturas de Estado voltadas para a promoção da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Soma-se a isso o fortalecimento da visão produtivista da agricultura brasileira e uma menor sensibilidade do governo para as questões sociais e ambientais. Dentre essas mudanças, a mais radical e simbólica, talvez, tenha sido a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 13 de maio de 2016. Foi nessa conjuntura, enfrentando uma grande e longa greve das universidades federais (de técnicos, docentes e discentes), que as celebrações dos 40 anos do CPDA foram realizadas.

Mas se a conjuntura atual acirra as disputas, ela também abre oportunidades para a conformação de novas alianças em prol da construção coletiva de pautas políticas mais democráticas e progressistas. Nesse sentido, emerge como oportunidade e desafio a construção de alternativas: seja no âmbito do mercado, na relação estabelecida entre Estado e sociedade e na relação sociedade-natureza. Ganha urgência a concentração de esforços na construção e no debate de modelos alternativos que superem e revertam a crescente mercantilização da vida, da água,

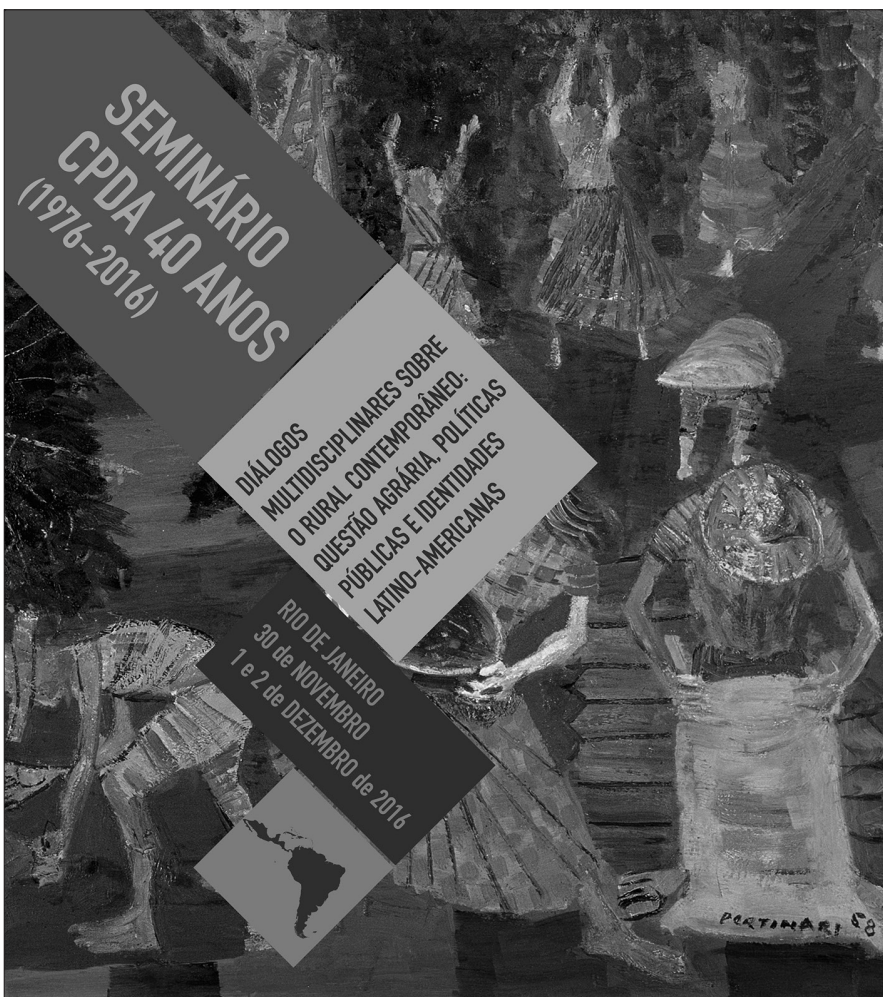
.....

¹ Esse período criativo e inovador se deu, em parte, como resultado da chegada de um governo de esquerda ao Executivo o que proporcionou uma maior permeabilidade das agências estatais aos movimentos sociais e sindicatos ligados à agricultura familiar. Foram ampliados nesse período também, os espaços participativos, possibilitando uma maior interação Estado e sociedade civil organizada, como o Consea, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e as conferências setoriais. Um dos reflexos dessa nova configuração foi a multiplicação de quadros normativos e políticas específicos para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Foram criados nesse período: Programa Garantia Safra, 2002; Programa Nacional de Habitação Rural (Minha Casa, Minha Vida Rural), 2003; Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), 2003; Programa Aquisição de Alimentos (PAA), 2003; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), 2004; Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), 2007; Programa Territórios da Cidadania (PTC), 2008; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, 2011; Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio), em 2008; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae, alterado com a Lei no 11.947, de 16/6/2009), 2009; Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), 2012 entre outros.

da terra e da natureza e que apontem para novos caminhos de “desenvolvimento”. A atual conjuntura político-econômica brasileira, marcada por uma grave crise institucional e de representação no campo político e do avanço do pensamento conservador, logo, reserva ao CPDA/UFRRJ, um papel importante na ampliação e qualificação de espaços de debate plural sobre o meio rural, na renovação da atualidade da questão agrária no Brasil e no alargamento das reflexões sobre o desenvolvimento.

As atividades planejadas no âmbito da celebração de 40 anos da trajetória do CPDA/UFRRJ foram:

1. Atualização do mapeamento dos egressos do CPDA/UFRRJ (iniciado em 2006, na ocasião da celebração dos 30 anos do Programa) com o objetivo de apresentar um retrato atual do CPDA/UFRRJ no Brasil e no mundo, obtido a partir da trajetória dos estudantes que passaram pelas nossas salas de aula.
2. Seminário “CPDA 40 Anos (1976-2016) - Diálogos Multidisciplinares sobre o Rural Contemporâneo: questão agrária, políticas públicas e identidades latino-americanas”, que além de mesas expositivas contou com a apresentação e discussão de artigos em cinco Grupos de Trabalhos temáticos. O Seminário, como não poderia deixar de ser, foi encerrado com uma grande festa em celebração aos 40 anos do Programa.
3. Vídeo institucional que recupera a trajetória do CPDA ao longo desses 40 anos contendo depoimentos e impressões de professores(as), ex-professores(as), estudantes, ex-alunos(as), funcionários(as), ex-funcionários(as) e parceiros(as).
4. Livros com os memoriais dos professores titulares do CPDA, quais sejam, Nelson Delgado (CPDA/UFRRJ); Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ); Luiz Flávio (CPDA/UFRRJ); Renato Maluf (CPDA/UFRRJ); Peter May (CPDA/UFRRJ); e Hector Alimonda (CPDA/UFRRJ). Esses memoriais foram escritos e defendidos por cada um desses professores na



Organização



Realização



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em "Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade"
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Apoio



Cartaz de divulgação do Seminário CPDA 40anos, tendo como plano de fundo, pintura de Cândido Portinari.

Título: Colheita de Café - Data: 1958 - Técnica: Pintura a óleo / madeira - Dimensões: 60 x 73 cm

Direito de reprodução gentilmente cedido por João Cândido Portinari

ocasião de realização do Concurso para Professor Titular da UFRRJ ao longo de 2016. O livro “Memórias e trajetórias acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida” (volumes 1 e 2) será apresentado a seguir.

Como textos analíticos e acadêmicos, cada um desses seis memoriais reconstrói uma dimensão importante do rural contemporâneo e do complexo campo de interrelações estabelecidas entre desenvolvimento, agricultura e sociedade. As agendas de pesquisa construídas por cada um desses docentes ao longo dos anos, apresentadas nos memoriais aqui publicados, revelam uma rica caminhada na reflexão dos processos sociais e culturais, econômicos, políticos e ambientais que atravessam o mundo rural contemporâneo e que o caracterizam. São, portanto, importantes trabalhos acadêmicos de reflexão e de construção de problemas de pesquisa relacionados ao desenvolvimento rural e ao papel do rural no desenvolvimento nacional. Como memória e exercício de reconstrução de uma trajetória pessoal, esses testemunhos ilustram a riqueza e a não linearidade do percurso profissional e intelectual destes professores e pesquisadores. Ao mesmo tempo que revelam seus esforços na produção de conhecimento e no aprimoramento da sua reflexão sobre o rural, associados à contínua reafirmação do seu compromisso com uma educação pública de qualidade, essas trajetórias apontam também para as investidas contínuas de cada um desses intelectuais na consolidação institucional do CPDA como um programa de excelência (LIMA, 2007). A história do Programa, assim, jamais pode estar dissociada da trajetória desses professores que passaram pelo CPDA e que deixaram suas marcas na ossatura institucional do Programa.

Para nos, organizadoras, está suficientemente claro que a seleção, divisão e agregação de textos impõem ao leitor uma interpretação e classificação prévia dessas obras, derivadas do olhar que lançamos sobre as mesmas. A forma como uma publicação é organizada, portanto, é capaz de realçar (e ao mesmo tempo esconder) questões, de enfatizar certas temáticas e de formatar expectativas nos leitores que se aventurarem a explorar esses textos. E isso é uma grande responsabilidade, na medida em que nem sempre esses direcionamentos e realces

correspondem àqueles objetivados pelo autor original no momento de redação. Sendo assim, como organizadoras da obra, desde já assumimos nossa responsabilidade nessa empreitada e nos desculpamos pelas inúmeras alternativas que poderíamos seguir, mas que acabamos deixando de lado.

A fim de organizar a publicação, optamos por dividi-la em dois volumes (1 e 2), tendo em vista o grande volume das obras a serem publicadas. O ordenamento dos textos procurou, sempre que possível, atender ao critério de afinidade temática, tratando de articular num mesmo volume textos que apresentavam interfaces e maiores possibilidades de diálogo. No Volume 1 agrupamos os memoriais de Luiz Flávio de Carvalho Costa, de Renato Jamil Maluf e de Maria José Carneiro. Guardadas as especificidades, esses memoriais dialogam na sua permanente tentativa de problematização e de investigação das múltiplas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que se desenrolam no meio rural contemporâneo. Cada um à sua maneira, esses autores procuraram, de distintas perspectivas teóricas e metodologias, avançar no entendimento dos variados papéis que a agricultura, em particular a agricultura familiar, tinha na conformação do território, na constituição de padrões de exploração de recursos naturais, na produção de alimentos e, enfim, na conformação de padrões de desenvolvimento mais ou menos justos, democráticos e sustentáveis. Dois prefácios inauguram a obra, após essa breve apresentação da Comissão CPDA 40 Anos. O primeiro é de autoria da professora doutora, ex-Reitora e ex-aluna do CPDA Ana Dantas (2013-2017); o segundo é de autoria da professora doutora Eli de Fátima Napoleão de Lima e do professor doutor Roberto Moreira, ambos do CPDA/UFRRJ.

Luiz Flávio de Carvalho, do CPDA/UFRRJ, nesse memorial, faz um esforço contínuo de reinterpretação de sua trajetória acadêmica a partir da reunião de inúmeros fragmentos de espelhos quebrados e da busca e consulta a diversificados documentos escritos e não escritos. Ao recuperar sua carreira acadêmica, aventurando-se por uma viagem riquíssima de exploração de novas teorias e metodologias de pesquisa, Luiz nos conduz à sua cidade natal. O texto, ao mesmo tempo, nos mostra a importância do seu trabalho para a renovação dos estudos

regionais e para a valorização das imagens (em especial da fotografia) e dos bens culturais na pesquisa social, abrindo portas para novas aventuras intelectuais e de pesquisa. Procurando compreender de forma mais concreta as dinâmicas e as relações sociais que atravessam o meio rural contemporâneo, Maria José Teixeira Carneiro (CPDA/UFRRJ) apresenta ao leitor uma rica aquarela, cujas pinceladas vão revelando a importância de conceitos e categorias como família, camponês, comunidade, território, pluriatividade, multifuncionalidade, políticas públicas entre outras na compreensão das dinâmicas sociais do “rural contemporâneo”. Chama atenção a incrível sensibilidade da autora para olhar para o rural a partir de diferentes lentes teóricas, para se municiar dos debates teóricos para interpretar processos locais e para denunciar os riscos atrelados a visões economistas e mercadocêntricas que informam sistemas classificatórios e de análises utilizados para se pensar o desenvolvimento. O memorial de Renato Sérgio Jamil Maluf, por sua vez, procura problematizar a partir de distintas e criativas entradas (agricultura familiar, comercialização agrícola, abastecimento alimentar, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, direito humano à alimentação, multifuncionalidade, mudanças climáticas, cooperação internacional entre outras) o lugar dos alimentos (bens alimentares) e da alimentação (modos de apropriação dos alimentos) no desenvolvimento dos países e na construção de sociedades mais justas, democráticas e igualitárias.

Muito embora os memoriais constituintes do Volume II, não deixem de esmiuçar e considerar as raízes e os territórios nos quais se desenrolam os processos mais concretos, chama atenção a facilidade com a qual esses autores mobilizam e incluem a dimensão internacional na reflexão dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais presentes no rural contemporâneo. Neste Volume, após a apresentação da Comissão CPDA 40 Anos, agrupamos os memoriais defendidos pelo professor doutor Nelson Giordano Delgado, com prefácio da professora doutora Beatriz Herédia (*in memoriam*) (Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); pelo professor doutor Hector Alimonda (*in memoriam*, com

prefácio do professor doutor Germán Alfonso Palacio Castañeda da Universidad Nacional de Colombia); e pelo professor doutor Peter Herman May (prefácio de autoria de Carlos Eduardo Frickmann Young do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Nelson Giordano Delgado (CPDA/UFRRJ) traça em seu memorial uma rica e nada entediante trajetória, que combinou preocupações e desafios institucionais, de construção do CPDA como um centro acadêmico interdisciplinar e crítico comprometido com a realização de pesquisas e com a formação de quadros qualificados, com a realização de inovadoras e densas pesquisas que procuravam problematizar o meio rural, seus caminhos de desenvolvimento e as formas de inserção do país no sistema internacional. Chama atenção nesse resgate a importância dada à construção e à sustentação de pontes que interligam distintas dimensões e perspectivas. Sua trajetória intelectual revela uma notável capacidade na elaboração de narrativas e de leituras teóricas consistentes sobre o rural, capazes de interligar processos locais (desenvolvimento local, desenvolvimento rural) com processos globais (economia política do sistema mundial, negociações comerciais na agricultura, espaços de participação e articulação transnacionais), trabalhando de forma inovadora as escalas. Ao mesmo tempo, sua vida acadêmica e pessoal revela sua grande habilidade na construção de pontes entre as atividades acadêmicas e não acadêmicas, por meio da criação de mecanismos e laços que permitem a constante vinculação entre as intervenções públicas e a reflexão acadêmica (e a incorporação das agendas tratadas em diversas arenas públicas, da sociedade civil e do Estado nas atividades acadêmicas). São pontes como essas, portanto, que impedem que a Universidade se feche em si mesma e que a colocam no centro da reflexão e na busca de caminhos para o desenvolvimento humano no Brasil. Peter Herman May (CPDA/UFRRJ), por sua vez, centrou sua trajetória na busca do conhecimento e na construção de teorias críticas voltadas para a construção de alternativas de integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento, convergentes com a erradicação da fome e a melhoria dos padrões de vida no mundo. Ao romper com a miopia

das Ciências Econômica em reconhecer a importância dos limites biofísicos da natureza, Peter May teve um papel central no CPDA ao trazer para o Programa novas perspectivas de tratamento da questão ambiental e ao fazer parte do lançamento de um novo movimento científico transdisciplinar (hoje já consolidado e reconhecido): a Economia Ecológica. Há cerca de um ano, Hector Alimonda, professor do CPDA/UFRRJ, nos deixou (15 de junho de 1949 - 3 de maio de 2017). Hector demonstrou de forma assertiva em seu memorial como a vida pessoal e a acadêmica e a conjuntura política se entrelaçam e se retroalimentam definindo nossos caminhos. Sua trajetória foi profundamente marcada pelo Golpe Militar na Argentina, em 1976 e pela perseguição que o levou a adotar o Brasil e o CPDA como espaço a partir do qual refletir os processos de desenvolvimento latino-americanos. O docente desempenhou um importantíssimo papel na consolidação da Ecologia Política no Brasil e na América Latina e teve um papel ativo na construção de perspectivas críticas que buscavam uma integração regional (e internacional) capaz de reforçar as possibilidades de desenvolvimento solidário entre os países, com transparência e participação democrática. Sentimos imensamente a sua falta: nos momentos de festa e nos debates conceituais.

A grosso modo, todos os memoriais nos revelam os incansáveis esforços desses docentes em tensionar os limites disciplinares para construir narrativas e leituras teóricas interdisciplinares mais próximas da complexidade da realidade observada. A teoria e a análise acadêmica, assim, deixam de ser um objetivo em si mesmo e passam a ser um instrumento para entendimento da realidade, para a intervenção e para a construção do futuro. O caminhar desses docentes e o papel ativo que cada um deles teve na construção do CPDA nos indicam, não apenas tudo o que já foi feito, mas o que ainda está por vir, nos sugerindo o lugar e o papel que o CPDA deve assumir na conturbada e sombria conjuntura atual. É com esse objetivo e munidas de um sentimento de gratidão para com esses mestres, profissionais e colegas que organizamos a publicação que aqui orgulhosamente apresentamos. Além de registrar e valorizar a memória do CPDA, esperamos que essas trajetórias diversificadas e bonitas sirvam de

inspiração e alimento para mentes jovens e maduras comprometidas com a construção de um Brasil mais democrático, mais justo e mais digno. Desejamos a todos(as) uma boa e prazerosa leitura.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016.

Karina Kato
Socorro Lima
Biancca Scarpeline de Castro

Bibliografia:

CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática um estudo de caso. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 57-71, Feb. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100004>.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. CPDA: 31 anos de Desenvolvimento Agrícola. *Agrolink*. 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/colunistas/ColunaDetalhe.aspx?CodColuna=2919>

LIMA, Eli Napoleão de. CPDA 30 Anos: um quadro histórico. Seminário Comemorativo "Temas e Áreas de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade:

Trajetórias e perspectivas & I Encontro de Ex-alunos e Alunos do CPDA. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 13 a 15 de Junho de 2007. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_producao/36_ARQ.pdf

RENTE, A. S. G.; KATO, K. Y. M.; LIMA, M. S. B. de. Relatório Final do Banco de Dados dos Egressos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: CPDA, 2007.

LEITE, S. LIMA, E. N. (org.) KATO, K. Y. M. e ALENCAR, M. C. (colaboradoras). CPDA 30 Anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUAR, 2010.

Prefácio

Prefaciando um livro que traz as histórias da vida acadêmica de pessoas que têm uma contribuição inestimável à produção do conhecimento nas Ciências Sociais e à formação de gerações de estudantes, sobretudo de pós-graduação, é uma tarefa prazerosa, pois nos remete a descortinar as trajetórias e diferentes nuances constitutivas de cada uma delas.

Por outro lado, a elaboração de um Memorial é um desafio para quem o escreve, pois é o momento em que o mergulho no seu próprio passado, o reviver de situações e fatos, que transcendem as páginas frias do Lattes e se confundem, se misturam, pessoal e profissional, visto que totalmente imbricados, e vão dando sentido à própria humana existência.

Existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma relação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição de existência temporal. (RICOEUR, 2010: p. 93).

E nessa perspectiva é que vemos essa memória vir à tona e ser delineada a cada fala, a cada rememorar, a cada nova pincelada em que são realçados detalhes que, muitas vezes, pareciam esmaecidos pelo tempo. É a aquarela de que nos fala Maria José Carneiro, ao buscar desvelar os sentidos de sua própria história, de suas escolhas e, a partir delas, os caminhos que vem percorrendo.

É o “coleccionador”, como se intitula Luiz Flávio Costa, que se vê desafiado a ir além daquilo a que mais se dedicou com cuidado, em sua vida acadêmica – as memórias (história) e as coleções (documentos, fotografias, mapas, escritos, etc.) – e, atravessa o dilema de apresentar uma dimensão do mundo vivido significativa de sua carreira profissional e, ao mesmo tempo, contida. E a busca de Renato Maluf, na apresentação descritivo-analítica de seu memorial, por estabelecer os elos entre a sua trajetória e os eixos que orientam sua atuação atual e futura.

Os três autores trazem à luz suas histórias e delas emerge a própria história do CPDA, que, em seus 40 anos de existência ora comemorados, foi construído a partir de uma rica vivência e troca de experiências e saberes que cada docente trouxe para o cotidiano do Programa e que foram tecendo, entre diálogos e reflexões sobre as questões do mundo rural, uma característica própria e marcante que o referencia como um Programa de destaque no cenário nacional e internacional.

Os autores são um belo exemplo da constituição multidisciplinar do CPDA, e ao relatar as suas memórias acadêmicas trazem com elas toda a construção teórica que os alicerçou desde os seus estudos de graduação e pós-graduação, até o desenvolvimento de suas atividades docentes, dando destaque, a cada momento, aos autores que os estimularam a aprofundar seus estudos e às parcerias que vivenciaram, às linhas de pesquisa que criaram, a extensa e rica produção científica, sua contribuição formativa com um expressivo número de orientandos de mestrado e doutorado, além das atividades de gestão acadêmica exercidas, realçando, assim, a sua contribuição fundamental ao CPDA, à UFRRJ e à Educação Brasileira.

Percorrer com Maria José, Luiz Flávio e Renato, bem como de seus trajetos de vida descritos em memorial, foi um especial presente para mim, ex-aluna que sou do CPDA, pois me possibilitou um novo olhar sobre cada um e, se já os admirava pelo até então conhecido, me apaixonei pelo que aqui foi desvelado. E a vida que brota de seus relatos me trouxe a pulsação de quem mergulhou em sua própria história e reaprendeu com ela, valorizou-a ainda mais e, incansavelmente, se jogou em novos desafios, traçando novas perspectivas teórico-metodológicas, pintando novas aquarelas, colecionando novos saberes a partir

desses múltiplos olhares. E ao vê-los com essa intensidade me vem à mente os versos de Mia Couto (2015):

*“O que faz andar a estrada?
É o sonho. Enquanto a gente sonhar
A estrada permanecerá viva.
É para isso que servem os caminhos,
para nos fazerem parentes do futuro”.*

Seropédica, 30 novembro de 2016

Ana Maria Dantas Soares¹
Reitora da UFRRJ

Bibliografia

RICOEUR, P. Tempo e narrativa. Volume I.
Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora
WMF Martins Fontes, 2010.

COUTO, M. Terra Sonâmbula. São Paulo:
Companhia de Bolso, 2015.

.....

¹ A professora doutora Ana Maria Dantas Soares foi Reitora da UFRRJ de 2013 a 2017 e era a Reitora em exercício na ocasião de comemoração dos 40 anos do CPDA/UFRRJ (novembro de 2016), sendo substituída em 2017 pelo professor doutor Ricardo Berbara.

Introdução

Na década de 1970 tem início uma produção crescente e significativa de pesquisas no âmbito da agricultura, e onde marcam presença economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores. Nessa década teve curso nacional uma ampla discussão sobre modos de produção; foram realizados estudos comparativos do capitalismo brasileiro a partir da fronteira em movimento; foi realizado na Sorbone (Paris) um colóquio especial sobre as pesquisas brasileiras no âmbito da história quantitativa; foram elaborados trabalhos pioneiros que reconheciam que se fortalecia a convicção de que a busca de fontes não oficiais seria fundamental para diversificar as interpretações da história brasileira e gerar novos campos de pesquisa.

Mesmo que a universidade tenha começado tardiamente a refletir sobre o campesinato e a injustiça social no país, a reflexão aí produzida se constituiu, no entanto, num pensamento vigoroso, cheio de indignação e capaz de formular saídas para a crise.

O CPDA, criado em 1976, e outros programas de pós-graduação já criados desde os anos 1960, apesar de terem focos diferentes e, posteriormente, inserirem-se em áreas de avaliação diversas, estruturadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como Ciências Sociais, Ciências Agrárias e Ambientais ou mesmo no ‘novo’ campo Interdisciplinar, gravitaram em torno do mundo rural brasileiro, ou mais precisamente, em torno das interações rural-urbanas na formação social brasileira.

Nesse cenário, o CPDA fez-se um centro de estudos cuja problemática central é o mundo rural em suas complexas interações societárias, econômicas, políticas, culturais e históricas. Assim pensado, o CPDA nasceu com uma matriz multidisciplinar e não como uma fragmentação de outros cursos ou subsidiário de áreas disciplinares originais. Por outro lado, pode ser considerado o primeiro centro planejado para pensar o mundo rural brasileiro com suas crises e possibilidades no cenário político e econômico dos anos 1970. Nos desdobramentos do projeto inicial, as questões sociais e as análises sobre o campesinato brasileiro foram se consolidando. Desde cedo o CPDA mostrou sua face de Ciências Sociais e direcionou sua produção e seus alunos para um questionamento mais profundo das questões políticas, econômicas e sociais que envolviam o tema “agricultura” no Brasil. Essa especificidade constitui-se no amálgama que solidificou o grupo de professores(as) e pesquisadores(as) com trajetórias diversas e formações em áreas variadas em torno de análises amplas sobre o então *desenvolvimento agrário* do país.

Fazia-se mister despir-se do esquematismo interpretativo fundado no tripé escravidão negra/latifúndio/monocultura, bem como das singularidades da Economia Rural e Sociologia Rural. Tornava-se urgente dar conta daquelas personagens de múltiplas caras como, por exemplo, aqueles dedicados à agricultura de subsistência, os vadios e desclassificados, os cabras, os mulatos, os mestiços, os homens livres pobres, os agregados, os posseiros, os meeiros, os moradores de favor, os imigrantes etc. Incluir nos esquemas explicativos em voga a atuação de homens e mulheres que ocuparam a fronteira aberta, povoaram o interior do País e alargaram os horizontes de um novo mundo e que foram condenados à posição de meros figurantes. Tratava-se do outro Brasil, a retaguarda do litoral, o Brasil iletrado, atrasado, distante, gerador de folclore, de messianismo, de violência.

O “mundo rural”, então, era representado pelo mundo agrário, estrito senso, ou seja, no qual a agricultura e seu desenvolvimento desempenhava papel nevrálgico. Interpretar o papel da agricultura nos quadros do desenvolvimento brasileiro, produzir um maior conhecimento da realidade agrícola, determinar

as bases para a hierarquização dos problemas que afligiam o setor era o debate obrigatório nessa seara.

Desde então e ao longo de 40 anos (de 1976 a 2016), um número significativo de dissertações e teses dedicadas à temática têm sido aprovadas na Universidade. Em face da abrangência geográfica e da procedência discente, a temática agrária de tais teses e dissertações caracterizou-se pela variedade de enfoques e imaginação criativa na utilização das fontes, nas abordagens temáticas, notadamente com os olhos voltados para o tempo presente, o tempo diacrônico.

Observar essa dinâmica é, em grande medida, observar a nós mesmos, docentes, em nossa prática de ensino, pesquisa e extensão.

Narrativas sensíveis estão contidas nos Memoriais a que aqui nos referimos.

Acreditamos que os esforços empreendidos pelos professores do CPDA/UFRRJ Maria José Teixeira Carneiro, Renato Sérgio Jamil Maluf e Luiz Flávio de Carvalho Costa refletem essa trajetória correspondendo, significativamente, ao longo do tempo, às necessidades de democratização da oferta de cursos superiores públicos e de qualidade, observando o que nos compete, dada nossa especificidade de um programa interdisciplinar em Ciências Sociais voltado para a construção de conhecimentos sobre desenvolvimento, instituições e processos sociais, políticos e culturais relacionados ao sistema agroalimentar, à história agrária e cultural, bem como às formas sociais e políticas do campesinato nacional. Como demonstram os Memoriais dos professores-pesquisadores aqui publicados, suas vidas fortaleceram o Programa CPDA e contribuíram significativamente para situá-lo como interlocutor importante entre as demais instituições acadêmicas nacionais e internacionais, entre órgãos públicos de gestão de políticas agrícolas e agrárias e entre as diversas organizações e movimentos sociais diretamente atrelados aos temas abordados no Programa.

Os conteúdos apresentados nos Memoriais em pauta, registram trajetórias riquíssimas que, evidentemente, extrapolam em muito as atividades estritamente profissionais. São visões de mundo distintas, posto que a riqueza reside na

diversidade, nas alteridades, nas identidades múltiplas, nas diferenças reconhecíveis e respeitadas. O que as une é um projeto: o projeto coletivo CPDA.

Não devendo ser nossa intenção, mesmo que numa perspectiva de síntese, contemplar as informações contidas nas narrativas presentes nos Memoriais, precisamos, no entanto, destacar algo na perspectiva de já anunciar o movimento vivo que os Memoriais contêm. Assim, indicamos fragmentos, numa escolha necessariamente arbitrária e imperfeita.

Nesse amplo campo de possibilidades interpretativas, Maria José Carneiro, antropóloga, dedicou-se a refletir sobre família, gênero, campesinato, comunidade; agricultura familiar, pluriatividade, multifuncionalidade; território, ruralidade, juventude; Ciência e Ciência Política. Introduzindo sua narrativa, nos “avisa”:

“Tentar um distanciamento que permitisse fugir às naturalizações, já enraizadas, sobre certas associações entre os fatos na busca inevitável de uma coerência, foi um exercício, que se revelou, de imediato, frustrante. Ao reconstruir minha trajetória profissional verifiquei que ela guarda um sentido que afeta a minha compreensão sobre onde me encontro hoje e uma razão para as coisas terem sido do jeito que foram, difíceis de serem desconstruídas. Mas, tal como certas manchas indesejadas que surgem, eventualmente, no ato de pintar uma aquarela e que devem ser a ela incorporadas, ou tudo estará perdido, esses sentidos são reelaborados, quase automaticamente, conforme acionamos um ou outro elemento arquivado na memória.

Longe de mim a pretensão de exercer aqui uma vigilância epistemológica de modo a tornar mais aparente minha posição nessa narrativa. Sei que a busca pelos “verdadeiros” elos (ou a inexistência deles) não é suficiente para revelar a “verdade” dessa reconstrução necessariamente idealizada. Impossível o distanciamento. Evitando essa arriscada e, a meu ver, desnecessária “esquizofrenia”, de estar aqui e lá, assumo que serei tão somente “sujeito” e antecipo minha desculpas pelas as implicações que essa posição poderá causar no meu relato. Depois de percorrido alguns anos de análise, tanto no divã como na cadeira em frente ao computador, sei que tudo poderia ter sido ou dito de outra forma

e que as associações que aqui estabeleço são apenas criações mentais. Mas difícil seria não acreditar nelas nesse momento. Assim, organizo esse memorial com base no que acredito ter motivado minhas principais “escolhas” tentando estabelecer certas conexões para tornar essa narrativa um tanto compreensível e menos enfadonha ao leitor” (p. 3).

Renato Maluf, economista, sua escolha pela Economia Política

“expressou o interesse em desvendar e compreender a dimensão econômica da vida material por caminhos que ressaltavam os conflitos em relação à geração e apropriação de renda e riqueza e os desafios para construir uma sociedade justa com vida digna para todos. Veremos que a propensão de ultrapassar os limites disciplinares, presente desde então, foi reafirmada quando optei por ingressar no CPDA/UFRRJ, em 1990, vindo a se consagrar como opção teórica e metodológica. Ao lado das escolhas em termos das disciplinas ou campos do conhecimento, embutida em minha trajetória se encontra a associação entre conhecimento e militância. De fato, trata-se de marca distintiva a ser assinalada, pois ela resultou em posturas reunindo a valorização do conhecimento buscado na vida universitária (em menor grau, no que se chama de academia) com a militância política a qual se localizou, num dado período, no campo político-partidário, mas que em termos mais amplos tem se dado no campo social onde sempre inscrevi a questão alimentar. A articulação entre conhecimento e militância estava presente, desde logo, no engajamento na crítica econômica praticada desde o período do regime militar sob o qual me formei, em particular no debate das políticas adotadas pelos governos. Contudo, será no campo alimentar, mais propriamente, no tratamento de questões agro-alimentares que conhecimento e militância viriam a se associar enquanto prática cotidiana de estudo, pesquisa e militância social...” (p.3).

Luiz Flávio Costa, historiador e...“coleccionador”, esteve voltado aos temas da memória:

“Parte significativa da minha vida acadêmica esteve relacionada à memória, entendida no contexto da disciplina de História. Buscar e

criar documentos, classificá-los, criticá-los, selecioná-los e aproveitá-los para a reconstrução do passado foram atividades importantes ao longo de minha carreira profissional. Mantive também, com prazer, a ocupação de colecionador. Poderia ter sido arquivologista, mas, na falta de preparo técnico para o trabalho, prefiro a palavra “coleccionador”. Colecionei fotografias, mapas cartográficos, desenhos, documentos escritos, depoimentos, entrevistas, filmes, vídeos. Dessa forma, a tarefa de preparar um memorial pareceu-me tratar-se de uma extensão do que já vinha fazendo há anos. Mas não foi. “Desde o momento em que decidi escrever um memorial acadêmico, passei a fazê-lo, antes, mentalmente, nas mais diferentes situações, e percebi que todos os ensaios não escritos que fizera constituíam-se em verdadeiros monumentos, um incômodo.... Olhar para mim mesmo, como supõe a criação de um memorial, não foi tarefa fácil. Primeiro, pelo tom às vezes quase confessional que domina parte da narrativa, seguindo os exemplos de outros memoriais que tomei contato recentemente em uma primeira experiência neste tipo de leitura. Não pude deixar de experimentar certos constrangimentos com o uso que me pareceu inevitável e excessivo do pronome pessoal na primeira pessoa, mas acabei acatando o padrão encontrado. Porém, me deparei com outra dificuldade ainda maior: rerepresentar uma dimensão do mundo vivido significativa de minha carreira profissional e, ao mesmo tempo, contida. Quero dizer com a palavra “contida” a condição de não encontrar respostas para além daquelas oferecidas nos registros que podem responder a nossas questões. No entanto, como chegar a isso se a própria fonte é, em larga medida, produzida pela mesma pessoa que a consulta? Penso que esse é um dilema que nenhum memorial, autorretrato ou autobiografia poderá resolver. Porém, não há como não aceitá-lo.

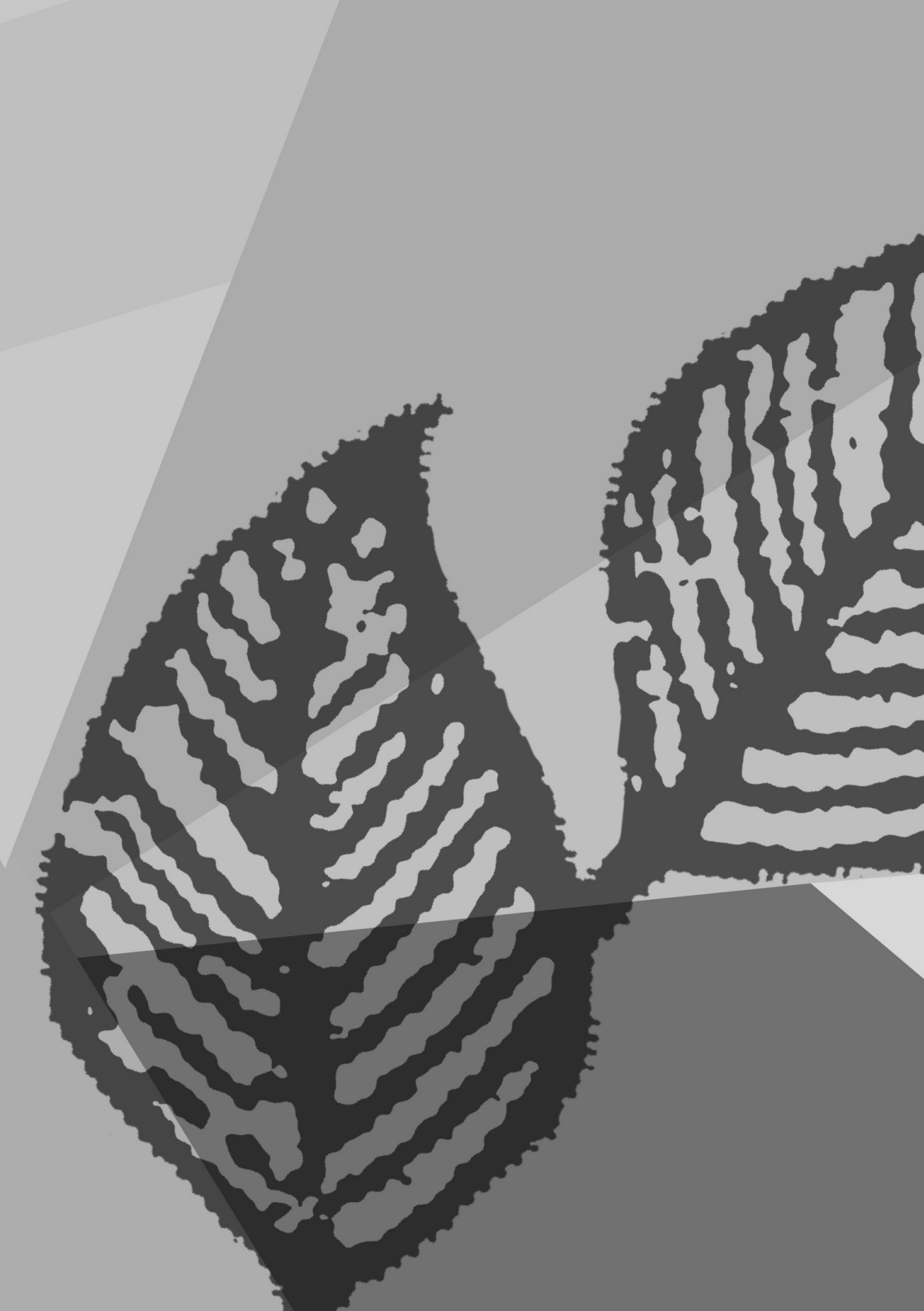
Assim, a dicotomia e a complementação entre documento/monumento tratadas por Le Goff, entre outros historiadores, estiveram presentes na escrita deste trabalho. Não foi difícil logo perceber que o memorial acadêmico é um ‘monumento’ em uma de suas mais expressivas manifestações. Parece não haver objetividade ou neutralidade que apague essa condição. O embaraço torna-se menor quando nos lembramos de outro ensinamento do historiador: todo documento é ‘monumento’” (p. 1 e 2).

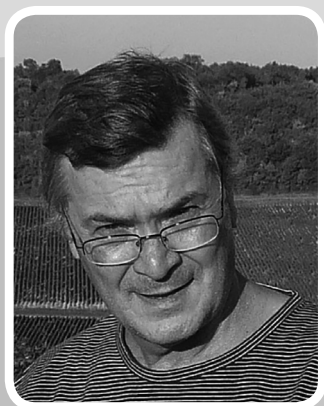
Nesse momento de comemoração dos 40 anos do CPDA achamos fundamental registrar em livro digital a contribuição dos Professores Maria José Teixeira Carneiro, Luiz Flávio de Carvalho Costa e Renato Sérgio Jamil Maluf, personagens singulares na sua diversidade de formação disciplinar a compor esse Programa CPDA que se apresenta como uma unidade acadêmica cristalizada, com cursos de pós-graduação criados ao longo desse tempo, uma comunidade acadêmica bastante integrada e dinâmica internamente, sempre aberta para compartilhar abordagens, questões e reflexões que se apresentem à análise.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016

Eli de Fátima Napoleão de Lima (CPDA/UFRRJ)

Roberto José Moreira (CPDA/UFRRJ)





Luiz Flávio de Carvalho Costa

PROFESSOR TITULAR DO CPDA/UFRRJ

Memorial

Somos nossa memória,
somos esse quimérico museu de formas inconstantes,
esse montão de espelhos quebrados.

J. L. Borges

INTRODUÇÃO

Parte significativa da minha vida acadêmica esteve relacionada à memória, entendida no contexto da disciplina de História. Buscar e criar documentos, classificá-los, criticá-los, selecioná-los e aproveitá-los para a reconstrução do passado foram atividades importantes ao longo de minha carreira profissional. Mantive também, com prazer, a ocupação de colecionador. Poderia ter sido arquivologista, mas, na falta de preparo técnico para o trabalho, prefiro a palavra “coleccionador”. Colecionei fotografias, mapas cartográficos, desenhos, documentos escritos, depoimentos, entrevistas, filmes, vídeos.

Dessa forma, a tarefa de preparar um memorial pareceu-me tratar-se de uma extensão do que já vinha fazendo há anos. Mas não foi. Desde o momento em que decidi escrever um memorial acadêmico, passei a fazê-lo antes, mentalmente, nas mais diferentes situações, e percebi que todos os ensaios não escritos que fizera constituíam verdadeiros monumentos – um incômodo.

Olhar para mim mesmo, como supõe a criação de um memorial, não foi tarefa fácil. Primeiro, pelo tom às vezes quase confessional que domina parte da narrativa, seguindo os exemplos de outros memoriais que tomei contato recentemente em uma primeira experiência neste tipo de leitura. Não pude deixar de experimentar certos constrangimentos com o uso que me pareceu inevitável e excessivo do pronome pessoal na primeira pessoa, mas acabei acatando o padrão encontrado. Porém, me deparei com outra dificuldade ainda maior: r

apresentar uma dimensão de minha carreira profissional que fosse significativa e, ao mesmo tempo, contida. Quero dizer com a palavra “contida” a condição de não encontrar respostas para além daquelas oferecidas nos registros que podem responder a nossas questões. No entanto, como chegar a isso se a própria fonte é, em larga medida, produzida pela mesma pessoa que a consulta? Penso que esse é um dilema que nenhum memorial, autorretrato ou autobiografia poderá resolver. Porém, não há como não aceitá-lo.

Assim, a dicotomia e a complementação entre documento/monumento tratadas por Le Goff, entre outros historiadores, estiveram presentes na escrita deste trabalho. Não foi difícil logo perceber que o memorial acadêmico é um “monumento” em uma de suas mais expressivas manifestações. Parece não haver objetividade ou neutralidade que apague essa condição. O embaraço tornou-se menor ao me lembrar de outro ensinamento do historiador: todo documento é monumento.

Também fui tocado pela noção de silêncio (Halbwachs, Nora, Pollak), pois, nas versões mentais e nas escritas preliminares, não tratei das minhas dificuldades, das minhas perdas, dos meus fracassos. Em todos os momentos eu havia sido um sucesso. Foi com esse “espírito” que escrevi este memorial.

GRADUAÇÃO

Em 1970 comecei o curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, à época um instituto isolado superior do estado de São Paulo que, junto com outros institutos, posteriormente formou a Unesp. Tinha eu 21 anos, portanto já passado um pouco da idade regular de iniciar uma graduação, o que se explica pela demora a completar o segundo grau, ocupado que estava com as competições de natacão, de basquete, com a fanfarra, os tabuleiros de xadrez, os livros de ficção científica, o violão e os festivais locais de música, o teatro amador e o movimento estudantil secundarista. A mistura de algumas dessas ocupações me levou às Ciências Sociais. Nas atividades de

teatro, sob a direção de Luís Antônio Martinez Corrêa, apresentamos *A mãe*, de Gorki, *Aquele que diz sim, aquele que diz não*, de Brecht, e várias outras peças. Fui ajudante de iluminador, levantava e abaixava rotundas, e, em *Horácios e Curiácios*, também de Brecht, subi ao palco pela primeira e única vez. Passávamos as semanas de ensaios discutindo a peça teatral e a política do país e do mundo.

Na música também expressávamos nosso inconformismo com os rumos da política brasileira, compondo e cantando canções de protesto, atentos aos festivais dos grandes centros e, ainda, participando dos festivais de canções promovidos em 1968 e 1969 em Araraquara, com um público surpreendente e um enorme barulho. Reproduzíamos, na dimensão interiorana, os festivais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Paralelamente, criávamos entre os secundaristas grupos de estudos sociais e pichávamos os muros das escolas com palavras contra a ditadura. Ingressei no científico depois do ginásio. Sofria com matemática, química e física e gostava de português e de história. Fui um mau aluno na escola secundária, com “bombas” ou “passando de raspão”. Alguma coisa estava errada.

Para mudar e melhorar o mundo, o curso de Ciências Sociais parecia o mais indicado. Àquela época o curso era seriado: entrávamos todos às oito horas e a aula estendia-se até ao meio-dia, quase sempre com o mesmo professor, o que criava um forte sentimento de turma. Apenas no último ano tivemos algumas optativas.

Vários professores foram marcantes nesta fase de minha formação. Nas sociologias, tive a sempre presente Vera Botta Ferrante e, por algum tempo, Paulo Silveira Sobrinho e Sérgio Micelli; na política, Maurício Tragtenberg e Cecília Forjaz; na área de história, Maria Beatriz Nizza da Silva, Edgard Carone e José Ênio Casalecchi; no campo da economia, Vera Mariza Miranda da Costa, Antônio Márcio Fernandes da Costa e Jorge Miglioli. Meu grupo valorizava, sobretudo essas disciplinas. As pedagógicas eram postas em segundo plano. As antropologias cuidavam basicamente da questão indígena e não despertaram muito meu interesse, assim como a geografia. Somente anos mais tarde fui perceber o valor dessas disciplinas e a importância de seus conceitos para escre-

ver história, no meu caso, história regional – a área de conhecimento em que apliquei o melhor de meus esforços. Nesse sentido, o professor de geografia da graduação, Alcyr Azzoni, embora àquela época não tenha marcado meus estudos, acabou tendo influência na minha maturidade intelectual pelas noções próprias da geografia como espaço, local, lugar, que somente mais tarde valorizei e que se tornaram caras ao meu trabalho de pesquisa. A mesma valorização se deu com a antropologia, quando descobri as suas muitas afinidades com a história e a importância de seus conceitos no estudo do passado.

Minha graduação foi tranquila, apesar de ter sido feita nos *anos de chumbo*. Nunca percebi qualquer censura ou autocensura na montagem da grade curricular e da bibliografia. Líamos Marx, Engels e Lênin da mesma forma desasomburada que líamos Weber, Durkheim e Mannheim, sem limitações, embora a polícia nos vigiasse. Ela sabia muito bem onde tínhamos estado na noite anterior, informava um colega de classe delegado de polícia; mas não havia, da parte dele, o propósito de intimidação, e sim o de alertar sobre a vigilância que era exercida sobre o grupo do qual eu fazia parte. Esse era o clima geral da graduação, de ampla liberdade no meio de uma ditadura mais preocupada com as intervenções nos sindicatos, a censura aos jornais, a prisão e tortura de comunistas e líderes sindicais e comunitários.

Fui vice-presidente do diretório acadêmico e responsável pelo Zoom Cine Clube, com exibições quinzenais em projetor de 16mm, sobretudo do neorealismo italiano, curtas-metragens de Norman McLaren e franceses, com empréstimos que fazíamos no distribuidor, nos consulados do Canadá e da França, em viagens de trem à cidade de São Paulo. Eram sessões concorridas, com debates após as exibições; escrevíamos folhetos informativos e analíticos. Vivíamos o clima de *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, *Blow-up*, *Belle de jour*, *O rei da vela*, *Rodaviva*. Viajávamos frequentemente à cidade de São Paulo para ver peças teatrais, lançamentos de filmes que demoravam a chegar ao interior, shows musicais, concertos no Teatro Municipal.

Contrariamente ao curso secundário, fui aluno razoável na graduação, quase sempre com notas médias e algumas altas, com exceção de estatística, cujo professor, vendo meu bom histórico escolar, permitiu que eu obtivesse naquele ano de 1973 os títulos de bacharel e de licenciado em Ciências Sociais.

Devo muito aos meus pais que me abrigaram generosamente até o fim da graduação, de forma que pude fazer meus estudos sem trabalhar.

Bem, acabo de escrever e reler esta parte do memorial e vejo que não há nela qualquer originalidade. Essa é a história comum de um grupo de uma geração brasileira do qual faço parte. Não de um grupo social qualquer, porém específico, com acesso à educação, à mídia, à saúde, à boa alimentação, inclinado às causas sociais.

O MESTRADO

Fiz parte em 1974 da primeira turma de mestrado em Ciências Sociais da Unicamp. Foi uma boa decisão participar do processo seletivo, e isso muito devo aos professores Márcio Fernandes da Costa e Vera Mariza Miranda da Costa. Da mesma forma que na FFCL de Araraquara, encontrei na Unicamp, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, um rico ambiente acadêmico, com forte interação entre os estudantes e o corpo docente, com liberdade de pensamento e de expressão. Fui aluno de Paulo Sérgio Pinheiro, Michel Debrun, Carlos Guilherme Mota, Evelina Dagnino, Carlos Estêvão Martins, André Villalobos, Décio Saes, Plínio Dentzien, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Gonzaga Belluzzo. Era extraordinário o clima intelectual na Unicamp. A grande mobilização política estudantil (que nos punha a discutir o país incessantemente) acontecia sob a proteção democrática do seu reitor, Zeferino Vaz, e do diretor do IFCH, Manoel Berlinck. O corpo docente em geral era muito jovem, com muitos professores estrangeiros, como Peter Fry, Daniel Hogan, Verena Martinez-Alier, Michel Thiollent e Michael Hall. Nós, estudantes, talvez pela juventude desses professores e pelo fato de a cidade de Campinas ter sido um ponto recente de

chegada, convivíamos com muitos deles dentro e fora da Unicamp, o que era para nós, os estudantes, uma experiência altamente enriquecedora, para além da sala de aula. Durante o mestrado fui bolsista Fapesp.

Na Unicamp mantive meus interesses pela história mais do que pela sociologia, como sempre. Orientado por Paulo Sérgio Pinheiro, escrevi uma dissertação tendo por tema o Partido Comunista do Brasil (PCB), com o título: *Nacionalismo e Alianças Políticas, 1954-1958*. Prudentemente, não coloquei a expressão *Partido Comunista* no título. Naquele momento, tanto quanto eu sabia, não havia no Brasil estudos acadêmicos nessa direção. Continuava eu discutindo política e buscando compreender a situação brasileira. Um país melhor não poderia surgir senão da ruptura, pensava então. Quando da escolha do meu tema de pesquisa para a dissertação, eu tinha boas noções do papel do PCB na história do país. Minha visão era crítica e atribuía à instituição, ainda que reconhecesse sua importância, a responsabilidade pelas dificuldades da transição para o socialismo, pelo seu papel mais conservador e reformista do que revolucionário. O golpe militar no Chile, então recente, era uma manifestação clara da impossibilidade de passar do capitalismo ao socialismo sem o ato revolucionário brusco e de confronto. O estudo do PCB na conjuntura pré-golpe de 1964 poderia me dar os argumentos necessários em favor de uma política de rompimento.

Passei várias semanas do primeiro semestre de 1976 na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente, dentro da Biblioteca Nacional. Eu já havia lido a pequena bibliografia secundária existente àquela época sobre o PCB e alguns documentos primários disponíveis, como a revista *Problemas* n. 64, dedicada ao IV Congresso do PCB de novembro de 1954. Havia, também, conversado com alguns comunistas, entre eles David Capistrano Filho. Pude, na BN, identificar mais alguns itens bibliográficos sobre o PCB, mas o trabalho mais significativo foi a leitura de jornais e periódicos comunistas que acabaram compondo a base documental mais importante para escrever minha dissertação.

A ideia inicial era o estudo panorâmico do PCB, de 1945 a 1964, em especial focando sua postura diante do tema do desenvolvimentismo sob o Plano de

Metas. Ao longo da leitura dos jornais, sobretudo da *Voz Operária*, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*, percebi a riqueza e a complexidade da conjuntura de 1954-1958. Restringir temas e tornar menores seus limites de tempo quase sempre foi uma recomendação que dei aos meus orientandos e aos meus alunos de seminário de tese.

Em 1954 o PCB realizou o importante Congresso, cujas resoluções recomendaram a ruptura com o governo (uma herança do Manifesto de Agosto de 1950) e o caminho revolucionário para a transição ao socialismo. As resoluções aconteceram sob o impacto da morte de Getúlio e do clima de golpe civil-militar. Contudo, muitas declarações dos comunistas nesse momento foram claramente a favor do apoio ao getulismo, ao trabalhismo e à legalidade diante das ameaças dos setores mais conservadores e golpistas, declarações estas pronunciadas paralelamente às resoluções do IV Congresso em favor do confronto com o governo. Portanto, enquanto a teoria pecebista recomendava o confronto, a prática comunista era de composição com as posições mais liberais contra o golpe de direita. Aqui podemos notar fortemente uma das mais caras antinomias comunistas: o dilema revisionismo *vs* sectarismo.

Foi isso que percebi na leitura dos jornais e periódicos comunistas em contraste com a leitura que fizera de outros documentos, entre eles a revista *Problemas* n. 64. Para mim foi um achado, sobretudo quando comecei a ler o relatório de Krushev de 1956 com as denúncias dos crimes de Stálin e suas repercussões no plano internacional e seus impactos sobre o PCB.

Como resultado de toda a discussão interna a partir do conhecimento do relatório, o PCB publicou em 1958 a *Declaração de Março*. O documento síntese, que reformula a orientação política geral e abandona a palavra de ordem da derrubada do governo, provocou amplas repercussões na organização da vida partidária e a adoção de uma nova política, desta vez claramente conciliadora, de acumulação de forças, de inserção na luta eleitoral e em busca da legalidade. Pensamento e prática voltavam à coerência. Seus desdobramentos foram numerosos e profundos – a passagem para uma práxis política quase à luz do dia e

a perda do monopólio que o PCB tinha do movimento de esquerda, com o ressurgimento mais adiante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros grupos de esquerda, como a Polop.

Em linhas gerais, estas são as principais ideias que eu trouxe em minha dissertação de mestrado. Ainda que hoje elas sejam familiares aos observadores da política daquela época, tenho a satisfação de dizer que é provável que tais ideias tenham sido apresentadas no ambiente acadêmico pela primeira vez com a minha dissertação de 1976.

Em 1977 viajei para Londres e me tornei aluno da University College London, sob orientação de Leslie Bethell. Passei dois anos em Londres, e na volta ao Brasil deveria escrever meu doutorado. Leslie Bethell teve uma enorme paciência comigo, mas, apesar dos seus esforços e apoio, não consegui completar o doutorado sob sua supervisão, culpa exclusivamente minha. Meus planos de trabalhar em uma universidade no Brasil cederam à tentação de assumir um cargo bem remunerado na Companhia de Cigarros Souza Cruz, em sua matriz na cidade do Rio de Janeiro.

A EXPERIÊNCIA NA EMPRESA PRIVADA

Nos anos 1970 houve várias experiências internacionais relacionadas a novas formas de organização do trabalho, sendo uma das mais conhecidas a da montadora de automóveis Volvo da Suécia. Dois dos principais pressupostos dessa experiência eram a modularização das linhas de montagem e a criação de um ambiente mais favorável ao envolvimento dos trabalhadores nos processos decisórios, entendendo-os como recursos inteligentes e criativos na solução dos problemas. A Companhia de Cigarros Souza Cruz, àquela época, desenvolvia um projeto de reformulação na organização do trabalho, conhecido por Projeto Envolvimento (GEN, de Grupo Envolvimento), inspirado nas experiências suecas, alemãs, francesas e japonesas. Fui contratado para fazer parte da equipe que desenvolvia o projeto em algumas de suas fábricas pelo país. A ideia básica

era criar grupos semiautônomos, de forma a elevar a autonomia de decisão dos trabalhadores (operários, supervisores e gerentes) naqueles assuntos em que eram diretamente afetados, buscando flexibilizar a especialização. Era uma experiência audaciosa, com treinamento intensivo em busca do aumento da produtividade, estabilidade e satisfação no trabalho. Paralelamente à criação dos grupos semiautônomos, o projeto procurava rever, em certa medida, a linha de montagem no chão da fábrica, criando módulos de produção tão completos quanto possível, operados por grupos de trabalho, buscando ciclos de produção mais amplos e diminuindo a especialização, de modo que seus integrantes pudessem, pelo treinamento, exercer diferentes funções. Desta forma, além de melhor aproveitar a mão de obra, evitava que um problema operacional (fosse técnico ou trabalhista) afetasse toda a linha de produção, restringindo o problema ao módulo onde ele ocorria.

Durante três anos trabalhei neste projeto desafiador, com bom salário e boas condições de trabalho. Aprendi muito na grande empresa privada ao lado de colegas competentes, com a disciplina, a tomada de decisões, o foco nos resultados e o trabalho em equipe próprios da empresa privada. E a cada dia eu tinha mais e mais saudades da vida acadêmica. Não sentimos, pelo menos no meu caso, na vida acadêmica, o peso da hierarquia existente na empresa privada. A universidade pública brasileira é um lugar de ampla liberdade, ainda que tal condição possa muitas vezes provocar distorções no quadro funcional e na produtividade. Contrariamente, a hierarquia e o processo de tomada de decisões, na iniciativa privada, pressupõem o predomínio quase absoluto dos fins organizacionais sobre os indivíduos, ainda que várias teorias procurem abrandar este princípio, o que certamente torna mais restritivas as liberdades individuais. Por exemplo, demitir na empresa privada pode até ser doloroso, mas jamais este sentimento orienta decisões.

No segundo semestre de 1982 eu participei de forma bem-sucedida de um processo seletivo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Enquanto aguardava minha nomeação para pedir demissão da Souza Cruz, fui demitido

da empresa em dezembro daquele ano. Felizmente, em março de 1983 já estava integrado ao quadro do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, àquela época Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, CPDA, sigla que se manteve deste então, ainda que tenha perdido a correspondência direta com o nome do Programa que veio a ser modificado.

A DOCÊNCIA NA GRADUAÇÃO

O Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), lugar onde estou lotado na UFRRJ, abriga o CPDA e não possui graduação; portanto, Programa e Departamento quase se confundem, pois poucos professores desse departamento dedicam-se exclusivamente à graduação. Por isso, seus professores são “prestadores de serviço” a outros departamentos e institutos. Essa condição trouxe várias limitações à nossa atuação na graduação, pois quase sempre estivemos respondendo às necessidades de outros departamentos sem criar ativamente uma grade curricular com seus conteúdos. Ao longo desses anos tive alunos dos cursos de Economia, licenciatura em Ciências Agrárias, Veterinária, Agronomia e Zootecnia. Apenas recentemente foi criado o curso de Ciências Sociais e o de História; no entanto, ainda não temos uma integração forte com esses novos cursos. Três disciplinas foram oferecidas por mim, a saber: *História Econômica Geral* e, mais regularmente, *Introdução à Sociologia das Sociedades Agrárias* e *Sociedade e Agricultura no Brasil*. Quanto à primeira, há pouco a dizer: trata-se de uma disciplina básica, com tópicos e bibliografia previsíveis, tendo como clientela basicamente os alunos do curso de Economia. A disciplina *Sociedade e Agricultura no Brasil* tinha como foco o processo de modernização no Brasil a partir dos anos 1950, com especial ênfase em sua dimensão rural. A *Introdução à Sociologia das Sociedades Agrárias* já existia na grade curricular do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) antes mesmo de o CPDA vir a ser incorporado pela UFRRJ. Mantivemos a oferta por solicitação dos diversos departamentos e, quando esteve sob minha responsabilidade, organizei

a disciplina em duas partes, tendo em vista que os alunos eram principalmente dos cursos de Agronomia e de Veterinária. Na primeira, apresentava o modo de conhecer das Ciências Sociais. Sendo disciplina obrigatória, na maioria das vezes havia um grande estranhamento por parte dos alunos, uma presença incômoda que demonstravam sem qualquer constrangimento. Não entendiam a razão de um estudante de Veterinária ou de Agronomia ter que usar parte do seu tempo para se dedicar a um conhecimento que aparentemente pouco ou nenhum benefício trazia para o exercício de suas profissões.

Meu primeiro desafio era motivar esses alunos, mostrar a eles como o conhecimento da perspectiva das ciências humanas poderia torná-los profissionais mais competentes e mais competitivos no mercado de trabalho. Para tanto, meu argumento básico era mostrar que, na disputa por um posto de trabalho, o conhecimento agrônômico, em um determinado momento do processo seletivo, estaria distribuído igualmente entre os candidatos; a diferença decisiva teria por base o conhecimento de línguas, da realidade brasileira para além da Agronomia, o saber falar, ouvir e escrever. E, assim, uma disciplina como a que eu oferecia poderia aparelhá-los melhor para disputarem um lugar no mercado de trabalho – era o meu argumento.

Algumas noções da Sociologia, da Política e especialmente da Antropologia (como a de herança e relativismo cultural) acabavam por sensibilizar muitos deles. Para um estudante de Agronomia, de Zootecnia ou de Veterinária, mais preocupado compreensivelmente por uma zoonose, entender que o meio onde atua está envolto por relações sociais de trabalho, impregnado de crenças e valores, que há modos de vida diferentes, conflitos e convergências, e que saber disso pode afetar favoravelmente o exercício das profissões, levava (felizmente, muitas vezes) a uma nova postura diante da disciplina. A segunda parte da disciplina era dedicada aos temas brasileiros relacionados ao mundo rural, tais como a agricultura familiar e patronal, os movimentos sociais no campo, a questão ambiental, a cadeia agroalimentar, o agronegócio e a segurança alimentar e nutricional. Parte dos alunos demonstrava interesse e reconhecia a importância

da bibliografia e das aulas. Estes acabavam se dedicando às tarefas de forma compensatória à docência.

Um momento marcante para mim no trabalho com os alunos de graduação de Agronomia e de Veterinária foi a publicação de uma pequena coletânea organizada por mim intitulada *Um outro olhar da agronomia – textos de iniciação sobre sociedade e agricultura* (COSTA, 2001). Por esse motivo, gostaria de me deter um pouco nele. Os artigos integrantes da coletânea foram de autoria dos meus alunos. Procurando sensibilizá-los para a importância dos temas culturais no exercício da profissão, ofereci uma discussão sobre os diferentes aspectos do que podemos chamar de questão agrária brasileira, e passei como tarefa a escrita de uma monografia de final de disciplina, baseada em trabalho de pesquisa original, ainda que modesto. Semanalmente discutíamos o andamento das pesquisas, abrindo o debate para os temas sociais e recomendando leituras. A introdução das humanidades nas ciências da terra e da vida procurou não somente romper com a noção de que os saberes técnico e científico são neutros, como também mobilizar o saber técnico para causas mais justas, lembrando René Dumont, o *agrônomo da fome*.

A experiência que eu havia tido na graduação me levou a uma certeza: uma boa engenheira ou um bom engenheiro agrônomo não se faz apenas com a excelência técnica. Entre dois engenheiros bem preparados tecnicamente, o melhor é aquele que relaciona os princípios regedores da prática da agricultura com os princípios de funcionamento da sociedade (coloquemos aqui a política, a economia, a história); o melhor é aquele que entende que o mundo não é construído disciplinarmente, não é segmentado em correspondência às nossas especialidades. Aqueles com capacidade de perceber a dimensão cultural nas decisões aparentemente neutras, aparentemente desprovidas de motivações econômicas e desvinculadas dos interesses políticos, com certeza terão maior consciência com relação à sua profissão (falo aqui da responsabilidade social) e melhores condições de competição no mercado de trabalho ou no prosseguimento dos estudos acadêmicos na pós-graduação. Em poucas palavras, o saber

agronômico – argumentava eu – não consistia apenas no domínio das técnicas controladoras da agricultura. A fertilidade do solo era importante, claramente, assim como os problemas ambientais, a fome, a doença, as relações de trabalho, e de tais assuntos o engenheiro agrônomo não podia se afastar.

Recolho duas temáticas da coletânea. Elizio Ferreira Frade Jr. percorreu de bicicleta duas vezes a Serra das Araras - RJ, entrevistando os barraqueiros vendedores de produtos agrícolas, e escreveu um interessante artigo. Otávio Yukio Miyata vasculhou as caixas de lembranças familiares e entrevistou pais, avós e tios para falar sobre o passado agrícola de seus antepassados no Japão e as atividades rurais dos seus ascendentes imigrantes na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro.

Essa experiência de 2001 foi marcante para mim em vários sentidos. Do desinteresse ao entusiasmo dos alunos foi um trajeto pedagógico dos mais ricos na minha docência. Segundo, foi para os autores a primeira experiência em pesquisa social. Finalmente, como compartilhei com eles o processo de edição, eles tiveram pela primeira vez a visão do que é transformar um texto cru, digamos assim, em um artigo para ser exposto publicamente. Minha experiência subsequente na graduação esteve assinalada por esse evento síntese do que até então vinha passando em sala de aula.

A DOCÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

O CPDA organiza suas disciplinas em cinco grupos: *obrigatórias* (visam a consolidar a formação dos alunos em temas metodológicos de pesquisa, enfatizando a importância de uma abordagem multidisciplinar); *fundamentais* (focadas na formação teórica dos alunos e no debate interdisciplinar de temas atuais); *específicas* (mais voltadas para os temas próprios das cinco linhas de pesquisa existentes); os *laboratórios temáticos de pesquisa* e o *estágio de docência*.

Minhas atividades em sala de aula estiveram mais concentradas na pós-graduação. Ministrei várias disciplinas, tais como *Estado e agricultura no Brasil*,

disciplina antiga do CPDA já não mais oferecida, que tratava das transformações da agricultura no Brasil colonial e imperial e do papel dos Estados português e brasileiro na sua dinâmica. Outra pela qual me responsabilizei foi *Ideologia e pensamento agrário*, também hoje fora da grade curricular, que tinha seu foco na tensão entre a agricultura e a industrialização, o Brasil da vocação agrária e a luta pela industrialização, para lembrar um dos itens bibliográficos importantes, o clássico de Nícia Vilela Luz. A disciplina tratava do debate sobre o protecionismo *vs* liberalismo, sobre a vocação agrária e o artificialismo da indústria, sobre aspectos do nacionalismo brasileiro e sobre as reivindicações industrialistas na Primeira República, debate este alimentado por intelectuais como Rodrigues Torres, Antônio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Alcindo Guanabara, Serzedelo Corrêa, Alberto Torres, Joaquim Murтинho, Jorge Street, entre outros. A referência bibliográfica básica era o livro de Nícia Vilela Luz.

Também ministrei *Raízes agrárias da formação social brasileira*, disciplina do núcleo fundamental do CPDA e presente na sua grade curricular há muitos anos, que procura sistematizar temas relevantes para a compreensão do papel desempenhado pela agricultura na História do Brasil, do período Colonial à República Velha, destacando textos marcados por grandes debates teóricos sobre as origens e o caráter da sociedade brasileira, notadamente os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

Ministrei igualmente a disciplina, hoje fora da grade curricular, intitulada *Problemas da investigação social*. Nesta eu trabalhava com temas propostos pelos alunos relacionados às teses e dissertações, problematizando, organizando material primário e os procedimentos de pesquisa, distribuindo tarefas, indicando arquivos e bibliotecas, com a discussão dos conceitos pertinentes, de forma que ao longo do semestre o aluno escrevia um artigo ou um item do seu trabalho final da pós-graduação. Esta experiência esteve na base da criação de duas disciplinas do campo metodológico: *Seminários de tese* (obrigatória para o doutorado) e *Métodos de pesquisa em ciências sociais II* (obrigatória para o mestrado), pelas quais sou responsável. Nas duas são discutidos os procedimentos de pesquisa,

a coleta e análise de informações, a construção do objeto e do problema da pesquisa, sua relevância, suas hipóteses e o quadro teórico e conceitual—observação participante, entrevistas, histórias de vida e relatos orais, estudos de caso, estudos comparativos, análise documental.

A melhor forma de o homem aclarar as suas próprias ideias é procurar comunicá-las aos outros: de fato, os professores devem a sua produtividade a esse exercício (Patrick Geddes).

Tenho a convicção de que essas duas atividades produzem resultados que vão além do desenvolvimento dos projetos de pesquisa individuais. A prática de apresentar uma exposição, pondo-se à vista, submetendo seus conhecimentos e sua produção ao professor e aos colegas, é um valioso treinamento para os estudantes. Habituar-se a ouvir críticas e dúvidas e a apresentar respostas, ou mesmo devolver as dúvidas, são habilidades caras àqueles que vão entrar no mercado de trabalho, sobretudo no acadêmico. E é uma boa preparação para duas atividades que se aproximam, quais sejam, a qualificação e a defesa da tese ou da dissertação. De outra parte, como as disciplinas pressupõem um constante diálogo entre os alunos, em que cada um é solicitado a ver criticamente o trabalho dos outros, esta tarefa de avaliação tão importante e presente na vida profissional de um cientista é permanentemente treinada. Todos ganham, igualmente, com a experiência de todos, uma vez que na noção crítica prevalece o espírito de colaboração. Ademais, o aluno dessas disciplinas passa a ter uma visão de conjunto das pesquisas em desenvolvimento na instituição, um conhecimento nada superficial de temas distintos; eu mesmo, como professor, me dou a um grande prazer no final de cada semestre, enriquecido intelectualmente com as discussões regulares que acontecem durante todo o semestre letivo.

Os *laboratórios temáticos de pesquisa* são oferecidos regularmente por todos os professores do CPDA. Aqueles pelos quais sou responsável reúnem meus orientandos em atividades quinzenais, quando o andamento das pesquisas é discutido. Eles têm como objetivos o aprofundamento teórico e a valorização

do âmbito histórico das pesquisas particularizadas, atentos à recuperação de memórias e de tradições.

Em 2008, a UFRRJ firmou um convênio binacional entre o CPDA e o Programa de Pós-graduação Magíster en Economía Agraria y Administración Rural, da Universidad Nacional del Sur, cidade de Bahía Blanca, Argentina, buscando a cooperação entre os dois centros de pós-graduação. Nos três anos seguintes fui em missão de trabalho à Bahía Blanca por quatro vezes, visando a estabelecer relações acadêmicas para a formulação de agendas de pesquisas e também ministrar cursos aos alunos do Programa. Foi uma experiência rica para mim, por conhecer o funcionamento de uma pós-graduação argentina e as inúmeras pesquisas por lá desenvolvidas relacionadas aos problemas sociais e ambientais daquele departamento, uma região que passava por uma grave crise hídrica e de queda das atividades produtivas.

Programa semelhante (agora de âmbito nacional) do qual participei foi firmado entre a UFRRJ e a Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, com apoio da Capes. Nesse doutorado institucional (Dinter), 15 professores da UESC foram admitidos no CPDA; foram 13 titulações de doutorado, entre elas a de uma orientanda minha. Além das aulas no Rio de Janeiro, estive por várias vezes em missão na UESC.

Finalmente, em relação às disciplinas de pós-graduação, devo mencionar *Campo e cidade como imagens*, oferecida em geral em parceria com o colega Héctor Alimonda (UFRRJ/CPDA) e uma vez em trabalho de colaboração com Clarice Peixoto (UERJ/PPCS), atendendo a alunos das pós-graduações das duas instituições. Voltarei adiante a falar sobre essa disciplina, uma vez que seu oferecimento fez parte da abertura de meu campo de pesquisa ao uso da imagem como documento para se conhecer o passado e como instrumento de pesquisa.

*

Até aqui o memorial vem seguindo um sentido cronológico. A partir deste ponto penso ser mais adequado adotar uma divisão temática, tendo por base

as duas grandes linhas de pesquisa por mim adotadas ao longo de minha carreira acadêmica, ambas marcadas menos pela política e pela sociologia e mais pela história. A primeira e mais antiga filia-se aos estudos do âmbito da política (mesmo meu mestrado de Ciências Sociais na Unicamp aconteceu na área de concentração em política). A linha de investigação aberta neste primeiro nível da pós-graduação pode ser identificada pelos termos: “política brasileira”, “comunismo”, “sindicalismo rural”, “movimentos sociais no campo”. A segunda linha de investigação e de forte interesse pessoal (e mesmo mais prazerosa, porque não dizê-lo?) teve início em 1993 (em um acontecimento que relatarei adiante); porém coloco como marco o pós-doutorado realizado na Unicamp no final dos anos 1990, linha de investigação esta que tem como palavras-chave: “história regional”, “memória”, “bem cultural”, “patrimônio rural” e “imagem”. Nesse sentido, organizarei a segunda parte deste memorial com base nessas duas linhas de investigação. Inicialmente, falarei do doutorado e da produção relacionada a esta primeira linha de pesquisa; em seguida, abrirei a última parte deste memorial com esse acontecimento de 1993 e o pós-doutorado realizado na Unicamp (com a consolidação da segunda linha de pesquisa), e a produção correspondente. Convém dizer que não há uma interrupção entre as duas linhas de pesquisa, mas, sim, uma convivência entre ambas. No entanto, como poderá ser notado, com o passar dos anos, mais e mais me envolvi com os assuntos relacionados à história regional e aos bens culturais.

O DOUTORADO E SUA TESE

Em 1987 fui admitido no Programa de Doutorado em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação de Edgard Carone. Escolhi como tema de pesquisa a formação do sindicalismo rural brasileiro. Durante os dois anos em que estive em Londres o tema já estava em andamento com Leslie Bethell. Àquela época pude recolher algumas informações importantes. Primeiro, em minha passagem por Milão no Instituto Feltrinelli, onde havia sido criado o Archivio Storico Del Movimento

Operaio Brasileiro (Asmob). Foi Lyndolpho Silva quem organizou a remessa dos documentos do PCB do arquivo de Roberto Morena, que estavam em Praga, para o Instituto Feltrinelli. Em Milão fui recebido por Maurício Martins de Mello, então diretor do Asmob, com quem pude conversar sobre a documentação do PCB, tendo ele me dado as facilidades de copiar documentos de meu interesse (hoje o acervo encontra-se no Cedem/Unesp).

Conversei àquela época com vários comunistas brasileiros exilados na Europa, entre eles Luís Carlos Prestes, em Moscou; João Amazonas e Giocondo Dias, em Paris. Giocondo Dias me deu uma interessante entrevista gravada em Paris, ainda não publicada. Fui também recebido por Michael Löwy, com quem conversei sobre a esquerda brasileira não comunista. Löwy ofereceu-me as facilidades de reprodução de seu rico acervo, o que fiz em parte, de forma que pude ter acesso a jornais como *Política Operária*, entre outros documentos. Recolhi também, de arquivos londrinos, cópias de publicações do PCdoB, como o periódico *A Voz Operária* em sua nova fase. Todo esse material deverá ser oportunamente transferido a algum arquivo público – planos para a aposentadoria.

O doutorado na USP era na prática uma continuidade daquilo que vinha trabalhando na University College London. Com esta temática em curso, era inevitável conhecer Lyndolpho Silva. O contato com esse líder sindical rural, ativista, inteligente, bem informado, generoso, colecionador de documentos, estudioso, articulista, foi marcante em minha pesquisa para o doutorado. No Instituto Roberto Morena, na cidade de São Paulo, tive o privilégio de me encontrar muitas vezes com Lyndolpho Silva, em longas conversas, e examinara documentação guardada por ele e posta à minha disposição. O encontro com Lyndolpho mudou em alguma medida o foco do meu doutorado. De uma tese panorâmica sobre o associativismo no campo e o sindicalismo rural brasileiro de 1945 a 1964, concentrei-me no papel do PCB, distingi o tempo 1954-1964 e coloquei em segundo plano a Igreja católica, o governo João Goularte o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como forças organizadoras do associativismo e do sindicalismo rural que foram.

Retomo os principais pontos de minha tese. A criação e a consolidação da moderna rede sindical rural estão associadas à retomada da atuação do PCB no campo no início da década de 1950, após o partido ter começado a superar lentamente a sua velha mentalidade e desenvolvido uma práxis associativa menos voltada para o confronto e mais em torno de uma pauta privada de reivindicações.

Registro, ainda, o livro de Gláucio Dillon Soares, *Sociedade e política no Brasil*. Uma de suas ideias básicas, a de entender nossa história contemporânea como um processo de extensão da cidadania, levou-me também à leitura de Thomas Marshall e Bendix Reinhardt e às noções de cidadania em torno dos direitos civis, políticos e sociais que esses autores desenvolveram. Tais leituras balizaram em larga medida minha tese, o que me levou a entender a incorporação do trabalhador rural brasileiro na esfera da política como um dos processos – digamos assim – do quadro geral da extensão da cidadania no Brasil no pós-1945.

A longa evolução dos comunistas brasileiros em direção a um pensamento de referência democrática avançou após a morte de Getúlio e mais ainda durante a crise ideológica da segunda metade dos anos 1950, tema este tratado em meu mestrado. Essa nova mentalidade emergiu à medida que o PCB fazia uma leitura positiva das resistências constitucionalistas (morte de Getúlio, 11 de novembro, posse de Juscelino) e, sobretudo, depois das discussões de 1957-58 provocadas pelo discurso de N. Krushev em sessão secreta do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. O discurso do primeiro-secretário do PCUS provocou um abalo no movimento comunista internacional, repercutindo, inclusive, no Brasil. As denúncias em relação aos crimes de Stálin, ao autoritarismo e ao culto à personalidade criaram, sob um severo clima de conflito interno, o novo ambiente político no PCB. Nestas novas condições, especialmente a partir da Declaração de Março de 1958 do Comitê Central do PCB, uma política renovada de composição de forças e de abandono do confronto direto produziu avanços significativos na presença comunista no meio rural brasileiro, compreendendo a sua organização social, civil e política. Os resultados que mais me interessavam eram o nascimento e crescimento da moderna

rede sindical brasileira (com o aumento da fundação de sindicatos rurais e dos seus registros legais), a gradativa extensão da legislação trabalhista no campo, a fundação de federações estaduais, a maior integração dos movimentos urbano e rural e, finalmente, a fundação em 1964 da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Minha tese de doutorado serviu de base para escrever o livro *Sindicalismo rural brasileiro em construção* (COSTA, 1996), publicado pela Forense Universitária.

Outro resultado da pesquisa foi a construção de um banco on-line de documentos relacionados ao sindicalismo rural pré-1964, intitulado Arquivo Lyndolpho Silva, que pode ser acessado em <<http://r1.ufrj.br/cpda/als/>>. Por considerá-lo importante como base documental para o estudo da formação dos sindicatos rurais no Brasil, dos conflitos no campo, da disputa entre os diferentes grupos, do pano de fundo ideológico do movimento, vou me alongar sobre o assunto.

O Arquivo Lyndolpho Silva reproduz digitalmente grande parte dos documentos que o líder sindical reuniu e guardou durante certo período de sua militância sindical e política. A importância desses documentos para o estudo do sindicalismo rural brasileiro, sobretudo no que se refere ao período anterior a 1964, é equivalente ao papel desempenhado por ele na organização dos trabalhadores rurais e na criação da extensa rede de sindicatos no campo do país. É sabido que Lyndolpho Silva teve presença decisiva em todos os momentos-chave da história recente da incorporação do trabalhador rural no processo político brasileiro. A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) em 1954, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963, a luta pela legalização das associações rurais e pela criação da rede sindical rural não podem ser bem compreendidas sem levar em conta, mais do que qualquer outro militante, o papel desse negro de origem humilde, alto, forte, gentil, inteligente.

Além de incansável ativista e articulista, Lyndolpho mostrou outra face da sua militância. Sua preocupação em coligar o material partidário e sindical revela uma profunda percepção da importância daqueles momentos de luta pela cidadania neste país, bem como de tudo que possa servir a esse registro histórico. Coletar os papéis significativos desse processo de extensão da cidadania, cujo valor para as nossas instituições democráticas nem sempre é reconhecido, já teria sido um ato expressivo para a nossa memória. Valorizo a ação, as condições pelas quais a guarda foi feita. Os riscos de prisão, de tortura e de morte certamente foram muito mais altos para aqueles que de uma forma ou outra se envolveram com a preservação dos documentos, como o próprio Lyndolpho, sua viúva, dona Esperança Vico Cardona, familiares e companheiros de luta.

Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Lyndolpho Silva, no ambiente do Instituto Roberto Morena, de longas conversas sobre o sindicalismo rural brasileiro, e algo já debilitado, ofereceu-me os papéis e assim mudou a sua guarda. Posteriormente, ao final dos anos 1990, quando ele estava com a saúde já muito abalada, dona Esperança ofereceu-me a outra parte do arquivo que havia permanecido em sua casa. Minha responsabilidade, portanto, foi muito grande. Estou certo de que, ao oferecer essa documentação ao público pesquisador, contribuo para que se cumpra seu trabalho em favor da memória.

No que diz respeito às características quantitativas, a disponibilização on-line baseia-se em um conjunto formado por cerca de 240 documentos (mais de 1.200 folhas), cujo período de abrangência se inicia em 1944, com o decreto-lei 7.038 sobre associação sindical das classes rurais, e finda em 1964, com uma ata de posse da diretoria e conselho fiscal da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), elaborada a 15 de abril daquele ano. Do ponto de vista qualitativo, a documentação reunida incide sobre o processo histórico de construção do sindicalismo rural no país, além de revelar suas interfaces com organizações e entidades internacionais de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. A equipe responsável pela criação da página foi composta por mim

(coordenador e responsável pelo ALS), Alline Torres, Ana Amélia M. C. Melo e Janaina Tude Sevá.

Destaco, finalmente, neste item, duas matérias em forma de entrevista. Durante minha pesquisa de doutorado encontrei-me com vários militantes e acadêmicos. Entre os militantes, devo citar o próprio Lyndolpho Silva, sobretudo, mas também Nazareno Ciavatta e Pedro Renaux Duarte. Em alguns dos encontros com Lyndolpho no Instituto Cultural Roberto Morena, em 1990, tive a oportunidade de fazer gravações em áudio. Do aproveitamento dessas gravações, montei uma entrevista que considero uma síntese da sua militância sindical, assim como da sua interpretação madura sobre a política comunista dos anos 1950 e 1960, entrevista que pode ser lida na revista *Estudos Sociedade e Agricultura* (COSTA, 1994a).

Da mesma forma, gravei em áudio o encontro que tive com Nazareno Ciavatta em Ribeirão Preto, organizado como entrevista publicada no mesmo periódico em 1995 (COSTA, 1995). Considero de grande interesse a entrevista com o Ciavatta. Ajustado à sua experiência vivida e inserção social, ele nos forneceu uma visão das práxis política imediata, dos contornos das fazendas, e revelou manifestações do cotidiano que normalmente escapam das análises presas no espaço das chamadas forças estruturais. Ciavatta nos falou de um momento – segunda metade da década de 1950 – em que pela primeira vez no país, por meio do Partido Comunista do Brasil (PCB), a prática sindical se insinuou pelo campo. Por ser o início da sindicalização rural, faltava o apoio da tradição. Era pequeno o conhecimento e incomum o exercício de militância política no meio rural. Faltavam não apenas quadros partidários com experiência na sindicalização do trabalhador agrícola, mas também militantes oriundos do próprio meio rural. Eles se movimentariam com maior familiaridade e eficiência do que aqueles que deixavam as luzes das cidades para exercer seu ofício em terreno desconhecido. Entretanto, o trabalho de recrutamento também se realiza no campo e começa a alterar o perfil do militante comunista em exercício na zona rural. Exemplo é o próprio Ciavatta, de família de lavradores do interior do Estado de São Paulo

e ingressado no PCB no momento em que os comunistas mobilizavam forças para uma ação política no campo. O depoimento do lavrador/militante traz aspectos singulares do fazer política no campo.

As gravações das conversas com Pedro Renaux Duarte desgraçadamente foram perdidas; entretanto, o experiente militante me deu muitas informações que pude aproveitar nos meus escritos.

PUBLICAÇÕES RELACIONADAS AO TEMA

Além do livro *Sindicalismo rural brasileiro em construção*, produzi vários itens bibliográficos sobre sindicalismo rural, conflitos sociais no campo e política agrária.

Em 1993 organizei *O Congresso Nacional Camponês – trabalhadores rurais no processo político brasileiro*, Editora Universidade Rural, uma coletânea de documentos do Congresso Camponês de Belo Horizonte de 1961 (COSTA, 1994b). Pude reunir, ao lado dos documentos, dois artigos inéditos escritos especialmente para a coletânea, de Lyndolpho Silva e de Francisco Julião. Colaboraram também Osvaldo Russo Azevedo, Francisco Urbano Araújo Filho e Raimundo Santos. Eu mesmo escrevi um artigo de abertura sob o título *Trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. A coletânea teve em 2010 uma segunda edição atualizada e com nova introdução de Raimundo Santos, desta vez editada pela Mauad (COSTA, 2010).

Considero os quatro títulos a seguir relacionados como as coletâneas mais importantes entre as organizadas por mim, orientadas tematicamente para o estudo do mundo rural:

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Orgs.). *Reforma agrária e política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 242p.

SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campos, 1998. 260p.

COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. L. (Orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 352p.

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R.; FLEXOR, G. (Orgs.). *Mundo rural brasileiro – ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 344p.

Esta coleção de três títulos editada pela Mauad teve origem na primeira edição do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), pois parte significativa dos artigos que compõem as coletâneas, sobretudo as duas primeiras, foi resultado do Projeto de Integração das Pesquisas em Desenvolvimento, Agricultura e História Social. Este projeto, do qual fiz parte, teve como sede o CPDA, com a participação da UFRJ. Coordenado por Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ), o projeto procurou aproveitar o esforço dos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e História Social em integrar o conjunto de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Agrupados em torno das preocupações voltadas para as relações Estado e Agricultura, de um lado, e Sociedade e Agricultura, de outro, os pesquisadores do Núcleo propuseram uma abordagem histórica da agricultura brasileira, considerando os condicionamentos sociais, econômicos e políticos numa longa duração, evitando as análises fragmentadas e descontextualizadas. A abordagem do grupo procurou contemplar a historicidade da questão agrária no Brasil.

ORIENTAÇÕES

O CPDA é um programa de pós-graduação interdisciplinar avaliado pela Comissão de Sociologia da Capes, aberto a alunos não apenas oriundos das Ciências Sociais, mas também de outras áreas como Veterinária, Agronomia, Arquitetura etc. Por essa característica e também por adotar um exame de seleção que aprova os alunos para somente depois distribuir as orientações, nem sempre fica possível criar pequenos grupos de pesquisa do orientador com seus orientandos devido à frequente diversificação temática. Durante o período em que fiz parte do quadro de professores permanentes do CPDA (1983-2014) orientei

18 dissertações de mestrado, oito teses de doutorado e um projeto de iniciação científica. Aponto dois sentidos mais marcantes desses trabalhos. Primeiro, a temática voltada para os conflitos no campo, o associativismo rural, o trabalhador rural, a educação no campo. Segundo, os estudos envolvendo as questões culturais, a imigração campo-cidade, a cultura política e os bens culturais. Com efeito, os trabalhos de conclusão na pós-graduação refletem meus dois interesses mais fortes: a questão social no campo e a memória no espaço rural.

TRABALHOS ADMINISTRATIVOS E REPRESENTAÇÃO

De agosto de 1991 a novembro de 1993 eu exerci a função de coordenador do CPDA. O curso oferecia somente o mestrado àquela época. Voltei à coordenação do Programa para outro mandato de dois anos em agosto de 2001. Ambas as experiências administrativas foram muito ricas, ainda que o papel de coordenador de um programa de pós-graduação, por um conjunto de razões conhecidas e que não cabe aqui apresentar, seja difícil desde o ponto de vista orçamentário, passando às vezes pelo número e qualidade do pessoal de apoio administrativo e pelo isolamento de um cargo com grandes responsabilidades e poucos recursos operacionais. O curso era relativamente pequeno e restrito ao mestrado naquele primeiro momento. A pós-graduação no país vivia um momento diferente daquele que chegaria pouco depois, com maiores controles e exigências de produção bibliográfica e de tempo de titulação.

No segundo mandato como coordenador pude experimentar toda a complexidade de um programa de pós-graduação. Classificado pela Capes como Programa de nível 5, acolhendo, a cada exame de seleção, de 30 a 35 alunos somados os de mestrado e de doutorado, o Programa tem matriculado anualmente entre 110 e 120 alunos, muitos dos quais com bolsa das diferentes agências de fomento. Considerado como centro de excelência em estudos agrários, sistema agroalimentar brasileiro e cultura do mundo rural, o CPDA desenvolve e desenvolveu inúmeras atividades de intercâmbio, tanto nacionais

quanto internacionais, procurando sempre uma abordagem de caráter interdisciplinar. Do seu corpo discente fazem parte alunos oriundos de vários países da América Latina, Europa e África, atendidos por professores permanentes, professores colaboradores, professores visitantes, bolsistas Prodoc e Pós-doc e vários funcionários, públicos e contratados em regime de CLT. Cabe registrar, ainda, a existência de uma biblioteca especializada de grande riqueza de material não convencional. Finalmente, o Programa abriga vários acervos e núcleos de pesquisa, como o Arquivo Lyndolpho Silva, o Núcleo de Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, o Núcleo Mercados, Redes e Valores e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura.

Esta rápida descrição do CPDA procura mostrar uma instituição de certa complexidade, que apresenta desafios ao seu dirigente, quer diante das questões administrativas e de funcionamento de uma escola, de adoção e de aplicação de políticas educacionais, institucionais, quer diante do seu quadro discente, docente e de funcionários responsáveis pelas secretarias e biblioteca. A experiência, apesar de trabalhosa e de muita responsabilidade, é rica de ensinamentos sobre o funcionamento de um programa de pós-graduação no Brasil e, em certa medida, sobre as questões educacionais do país.

O papel de coordenador, nas duas oportunidades em que ocupei o cargo, incluiu a representação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e na Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFRJ. As participações nesses dois fóruns superiores me deram uma visão mais abrangente da Universidade para além do próprio Programa.

Ao lado de tais responsabilidades, como coordenador participei regularmente das reuniões na Capes e de encontros acadêmicos, tais como os da Anpocs. Tive oportunidade, igualmente, de fazer parte da equipe de consultores científicos da Capes, sob a presidência de Sérgio Miceli, equipe responsável por acompanhar a evolução e avaliar o desempenho dos cursos de mestrado e de doutorado no período de 1989 a 1991 da área de Ciências Sociais. A essa época,

junto de Neide Esterci, avaliamos, como consultores da Capes, o Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

Cabe ainda mencionar outras participações na UFRRJ. Fui membro do Conselho Departamental como representante titular dos docentes do Departamento de Letras e Ciências Sociais. Na atividade de extensão, nos anos 1980, participei de duas ou três versões do vestibular como formulador de questões e avaliador de questões discursivas de história. Integrei, também, durante três ou quatro anos, o Comitê do Programa de Iniciação Científica da UFRRJ, na tarefa de avaliar as propostas de trabalho, da distribuição de bolsas e do julgamento dos resultados de pesquisa.

O PAPEL DE EDITOR

Ao lado das minhas atividades profissionais principais – professor, orientador, pesquisador e dirigente – desempenhei, prazerosamente, o papel de editor. Esta tarefa teve início em 1993, quando Raimundo Santos e eu fundamos a revista *Estudos Sociedade e Agricultura* no âmbito do CPDA. Nossa ideia inicial era criar um espaço para a publicação da produção docente e discente do programa de pós-graduação onde atuávamos. Os dois primeiros números, feitos de forma artesanal, refletem essa concepção, ambos compostos de artigos exclusivamente de origem interna ao Programa. Como publicação semestral, tivemos nosso tempo de amadurecimento como editores, buscando uma visão mais profissional da atividade, tanto com a leitura da bibliografia especializada quanto com os contatos com profissionais experientes na área, sobretudo aqueles ligados à Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec). Participei de inúmeros encontros dessa associação à medida que iam surgindo os novos números, o que para mim foi uma grande aprendizagem. Entre os muitos ensinamentos que recebi, quero destacar a noção de independência dos editores e de seu conselho editorial diante da instituição onde se estabelece a publicação. A compreensão dessa exigência para o estabelecimento de um caráter científico de uma revista,

tanto por parte dos editores quanto por parte dos colegas institucionais, assim como os esforços de indexação nacional e internacional foram cruciais para o trabalho na construção de um periódico confiável. Fui editor da revista de 1993 (seu primeiro número) a outubro de 2006, editando 28 números em trabalho conjunto com Raimundo Santos, deixando o cargo com certo “espírito de missão cumprida”. Em 2004 conduzi a inserção de *Estudos Sociedade e Agricultura* na Plataforma SciELO Social Sciences English Edition; foram cinco edições da revista na língua inglesa, de 2005 a 2010. Tal atividade foi outro desafio interessante ao lado de outras publicações científicas em Ciências Sociais na América Latina nessa importante plataforma: selecionar artigos, acompanhar as traduções e divulgar as edições internacionalmente com vistas a aumentar a acessibilidade e a visibilidade de *Estudos Sociedade e Agricultura*.

Editar um número de uma revista científica é em largo sentido mais complexo do que organizar uma coletânea de artigos. A escolha dos originais, a primeira triagem, a distribuição entre os *referees* e o consequente diálogo com eles, a negociação com os autores, a formulação de palavras-chave, resumos, *abstracts*, as escolhas de formato, o acompanhamento da diagramação, o acompanhamento gráfico e, finalmente, a distribuição do número formam um conjunto de tarefas nada simples; tudo isso, sendo fluxo contínuo, é duplicado pelas tarefas do número seguinte. Gostaria de registrar a alegria e confiança com que Raimundo Santos e eu trabalhamos por todos esses anos em que fomos coeditores. Com minha saída, meu colega continuou só, e hoje, 2015, a revista chega ao seu volume 23, número 1, de abril de 2015, como uma publicação reconhecida e consolidada, especializada nos estudos do mundo rural, com ampla penetração, nos formatos em papel e digital. Atualmente, a revista está classificada como B2 no Qualis da área de Sociologia e B1 no Qualis da área Interdisciplinar da Capes. Posso dizer que editar a revista em papel, no formato digital e a versão em inglês no SciELO, foram atividades entre aquelas que mais valorizo em minha carreira profissional.

Editei também dois títulos, a saber: *O pecebismo inconcluso*, de Raimundo Santos e a coletânea *La post graduación en economía y políticas agrícolas y*

desarrolllo rural: currícula e perfil profissional, organizada por Jorge Romano e Wessel Eykman, 1996. Finalmente, lembro meu papel de parecerista regular de algumas revistas: *Estudos Sociedade e Agricultura*; *Sociedade e Estado*; *Intersecções*; e revisor *ad hoc* da Editora Unesp e das revistas *Cadernos de Antropologia e Imagem*, *Revista do Centro de Estudos Rurais* e *Revista IdeAS* (Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

O PÓS-DOCTORADO

Em 1999 fiz uma solicitação ao Centro de Memória-Unicamp (CMU) para ser aceito em um estágio de pós-doutorado, tendo recebido resposta positiva. Há algum tempo vinha formando a ideia de ser o CMU o lugar ideal para que eu recebesse um novo sopro fortificante para aquilo que vinha buscando, ou seja, a consolidação de uma nova linha de pesquisa voltada para os estudos regionais, com a valorização das imagens e dos bens culturais. Vinha tateando essa nova temática desde 1993, mais precisamente. Eu havia concluído meu doutorado em 1991 e foi como se eu tivesse cumprido um ciclo, ainda que a temática mais antiga nunca tenha sido abandonada.

Nasci e cresci em Araraquara, cidade do estado de São Paulo. Lá absorvi (no sentido de tragar, devorar) a cidade ideal dos anos 1950 e primeira metade dos 1960. Fundada no início do século 19, a vila campestre da pequena produção familiar e de consumo próprio da primeira metade do século 19 transformou-se na segunda metade daquele século e se tornou um município integrado aos mercados nacional e internacional pela economia cafeeira. No início do século 20 a cidade passou por uma ampla reforma urbana com a arborização, a colocação de paralelepípedos nas ruas e a criação de passeios calçados, a construção de vários teatros (um deles de significativo valor arquitetônico), a eletrificação pública, o abastecimento de água e esgoto sanitário nas suas áreas centrais, o ajardinamento dos seus largos.



Esplanada das Rosas. Teatro Municipal, Clube Araraquarense e Hotel Municipal. Araraquara, início dos anos 1960.



Esplanada das Rosas, Araraquara, 2015.

Contava nos anos 1910 com dois jornais bissemanais. Muitos casarões assoberdados foram construídos, em geral pelos grandes fazendeiros, cuja presença fez deslocar o centro político regional para a sua zona urbana. Tendo recebido uma grande leva de imigrantes, sobretudo italianos, sírio-libaneses e, posteriormente, japoneses, a cidade apresentava não somente um novo aspecto físico-espacial, como também uma mentalidade menos fechada. Foi certamente o momento mais forte de sua desruralização. De vida citadina modesta, modificou-se com um crescimento populacional ocorrido à base dessas migrações; teve o seu comércio e as funções urbanas ampliadas; surgiram oficinas industriais, casas bancárias, e se estreitaram os seus contatos com os grandes centros, agora facilitados pela ligação ferroviária inaugurada em 1885. No final do século XIX e início do século XX a cidade se assoberbou para exercer uma regular e penetrante influência sobre seu espaço circundante: o campo que lhe dera vida (peço um pouco da paciência da Comissão Especial para esta divagação, que continua, pois ela me parece útil para entender minha trajetória intelectual e minhas opções conceituais).

A pequena capela de 1817 e seu adro formaram um quadrilátero de ângulos retos; o povoado se irradiou numa malha de ruas cujo traçado adveio do prolongamento dos seus quatro lados, de acordo com antigas normas do arruamento (*Ordenações Filipinas*), em um plano regular de linhas retas. Existe, portanto, um traçado prévio, que ordena o casario, que não obedece aos caprichos dos moradores nem permite o desalinho, respeitando a recomendação para que os lados estivessem descobertos para os ventos de norte e sul. Servindo de base para o traçado das ruas, tal orientação levou à construção de uma cidade geométrica no sentido norte-sul, leste-oeste.

Penso que Araraquara teve seu momento esplendoroso nos anos 1950 e primeira metade dos 1960. A noção nos remete à ideia de cidade-ideal; entretanto, no nosso caso, contrariamente às suas origens renascentistas, não parto da cidade idealizada, mas sim da realidade, ainda que seja preciso admitir uma grande dose de subjetividade no julgamento desse “esplendor”. Em meados do século XX, a largura de suas ruas antigas ainda é adequada ao fluxo dos veículos;

os poucos prédios com mais de dois andares e a arborização contida não escondem as perspectivas, e a cidade se deixa ver em paisagem, com horizontes; o material urbano é bonito: bancos públicos de madeira e pés de ferro, fontes de água, coretos com suas bandas, postes elétricos de ferro americanos com globo; pavimentação tanto das ruas de circulação (paralelepípedos) quanto dos passeios (placas de arenito rosa) em bom estado. A cidade é limpa, sem poluição sonora, servida por um sistema de transporte público baseado em silenciosos ônibus elétricos sem emissão de fumaça. Não se vê população de rua senão por uns poucos personagens bem conhecidos e integrados ao cenário urbano, e o comércio ambulante é pequeno, restrito aos vassoureiros e bucheiros com suas cornetas. Duas ferrovias funcionam plenamente (Companhia Paulista e Estrada de Ferro Araraquara), ligando a cidade à capital de São Paulo e ao interior mais profundo do Estado, com trens frequentes, regulares, limpos e confortáveis. Suas casas, com pomares ao fundo, ficam com as portas e portões sem trancas. A vida urbana era mais segura em relação ao campo e às estradas. De par, ali se concentrava a criatividade: clube de fotografia, coral de vozes, escola de belas-artistas, duas faculdades estaduais importantes, grupos de teatro, produção de dois longas-metragens ali ambientados, dirigidos e interpretados por artistas locais, um time de futebol bem-sucedido, bandas, orquestras populares, cine-clube, exposições de artes plásticas de seus artistas. Frequentador da cidade por laços de parentesco, Mário de Andrade incentivou e intermediou, no início dos anos de 1940, a criação de uma rica biblioteca municipal, doando 600 livros do seu acervo particular para compor sua base inicial.

Em 1974, após terminar meu curso de Ciências Sociais, saí definitivamente da cidade. No entanto, visitei-a regularmente desde então, primeiro movido por laços familiares, depois estimulado também por interesse pela história regional.

A imagem que temos da cidade sempre é um pouco anacrônica. O café degenerou em bar; o vestíbulo que nos deixava entrever os pátios e a parreira é agora um corredor sombrio com um elevador ao fundo. Por isso, durante anos acreditei que a certa altura da Talcahuano esperava-me a Livraria Buenos Aires; uma manhã comprovei que fora

substituída por uma casa de antiguidades e disseram-me que Dom Santiago Fischbein, o dono, havia falecido (J. L. Borges).

Em 1956 começou a demolição da sua principal igreja, localizada na praça em que foi fundada a vila. Uma nova igreja desproporcional em relação ao lugar começou a ser construída e ainda hoje permanece inacabada. Mas foi a partir de 1964 (de modo geral no Brasil, eu diria) que modernizar passou a ser entendido como romper com o passado. A ideia de modernização e de desenvolvimento levava a destruir o velho e a construir o novo. Em 1965, o belo Teatro Municipal, inaugurado em 1914, localizado em outra praça pública, veio abaixo; em seu lugar foi construído um prédio de apartamentos. Não chegou a ser ocupado como residências, talvez por motivo da comoção da cidade, tornando-se a sede da Prefeitura Municipal. O desaparecimento da igreja e do teatro (dois elementos totêmicos que a cidade inteira até hoje lamenta ter perdido) parece-me o ponto de inflexão no desenvolvimento urbano de Araraquara.

Temos experiências diversas ao percorrermos uma cidade: se nosso percurso é habitual ou incomum; se nossa experiência no passado naquela rua ou naquele bairro foi boa ou ruim; se caminhamos atentos, com um olhar disciplinado, ou se apenas erramos entregues aos devaneios ou às preocupações do momento. Toda vez que percorria suas ruas eu experimentava um infeliz sentimento de perda. A cidade nova que se reconstrói sobre a antiga é menos bonita do que aquela. Este é o meu entendimento pessoal; contudo, a subjetividade se abrande à medida que tal entendimento é partilhado por todos, ou quase todos que viveram nos dois cenários. Mesmo aqueles mais jovens que conhecem apenas a cidade atual surpreendem-se com as histórias da cultura local e com as fotografias antigas.

Muitas ruas em paralelepípedos foram cobertas pelo asfalto; os postes de ferro fundido foram para as fazendas ou quintais de casas particulares, substituídos por postes de concreto; vários terrenos públicos foram privatizados, mesmo em áreas centrais nobres; bancos de madeira foram retirados, as praças reformadas perderam espaço para estacionamento de carros particulares, pontos de táxi, quiosques de alvenaria e bancas de jornal; o piso de pedras portuguesas



Figura 1 - Praça da Igreja Matriz de São Bento de Araraquara, década de 1930.

A Praça da Matriz, um dos pontos mais importantes da memória da cidade, está degenerada. Um piso lindíssimo arruinado, postes antigos subtraídos e hoje muitos deles em propriedades particulares, banca de jornal e ponto de táxi em espaços roubados da praça, calçadas diminuídas, arborização excessiva, barraquinha de cachorro-quente.



Figura 2 - Praça da Igreja Matriz de São Bento de Araraquara, 2015.
Foto: Veridiana Cicogna.

E o mais espantoso: uma igreja descomunal que tomou lugar, por algum capricho, de outra amada pela sua população e proporcional ao tamanho da praça; seus sinos desapareceram, seu órgão de tubo Vegezzi-Bossi foi vendido a preço irrisório, suas estátuas desapareceram, seu mobiliário desapareceu, seus bancos de madeira com pés de ferro desapareceram. E na frente da nova igreja excessiva foi construída uma escada excessiva, uma derrota da proporção.

deteriorou-se; perdeu-se a segurança pública; os coretos foram eliminados, e o único que sobrou foi deslocado para outro lugar, já não é mais palco para as bandas de música que desapareceram, todas; as fontes foram eliminadas, restando uma da qual não jorra água. Umas das perdas mais impactantes foram as demolições do seu casario com recuos ajardinados e sua substituição por edifícios, muitos deles ocupando a faixa de recuo com sua fachada no limite do terreno. Depois de muitos anos servindo a população, os ônibus elétricos foram substituídos por veículos movidos a diesel. As ferrovias deixaram de transportar passageiros. A principal rua comercial, que exibia uma fachada *art déco*, perdeu quase todos os prédios e hoje sua fachada fica escondida atrás das placas comerciais.

Bem, eu poderia apontar inúmeras virtudes da nova cidade. Primeiro, nem tudo foi perdido, restam parte do casario, ruas que mantêm suas pavimentações antigas, jardins e praças (ainda que algumas delas ocupadas inadequadamente), além de edifícios públicos e particulares de beleza plástica que resistiram à vontade danosa de renovação com suas obras licitadas e ao assédio especulativo. Em segundo lugar, os índices sociais e econômicos são bastante razoáveis para os padrões das cidades médias brasileiras.

Em 1993 fiz uma visita fortuita ao Museu Histórico. Àquele momento deparei-me com uma coleção de fotografias até então pouco conhecida na cidade, sem similitudes frequentes em outras cidades brasileiras médias e pequenas, fotografias recolhidas ali por uma feliz combinação de motivos que não cabe apresentar aqui. O período de abrangência (as mais antigas são de 1864), a qualidade e o número de registros provocaram-me uma grande surpresa e um prazer inesperado.

Esse evento foi marcante na abertura de uma nova temática nas minhas atividades acadêmicas. Minha leitura sobre a região era pequena, mas a partir desse ponto passei a colecionar livros e documentos relacionados à história regional – as próprias fotografias (“coleccionar fotos é coleccionar o mundo”, segundo Susan Sontag), mapas cartográficos, relatos de viajantes e cronistas, bibliografia secundária, programas de teatro, programação dos cinemas, rótulos de farmácia, logos das indústrias e das casas comerciais, rótulos de cervejas, entrevistas etc.



Figura 3 - Araraquara, Rua 2, esquina da Avenida 12, com sua antiga fachada art déco, década de 1930.



Figura 4 - Araraquara, Rua 2, esquina da antiga Avenida 12, 2015. Foto: Veridiana Cicogna.



Figura 5 - Igreja e Largo de Santa Cruz, Araraquara, década de 1940.



Figura 6 - Igreja e Largo de Santa Cruz, Araraquara, 2015. Foto: Veridiana Cicogna.

A cidade é bela porque a arquitetura é bela; não apenas a arquitetura, mas também seu plano urbano (planejado ou espontâneo), suas árvores, suas flores, seus jardins. E no campo imaterial, uma cidade para ser plenamente bela precisa ter uma alma bela, que lhe dá vida – suas realizações culturais, seus bens intangíveis. As noções de bens e de patrimônio cultural foram por mim naturalmente mobilizadas. Ademais, diante da arquitetura da cidade que as fotografias ofereciam, passei a ler as ricas contribuições dos arquitetos e urbanistas sobre o nosso passado: Nestor Goulart Reis Filho, Murilo Marx, Paulo Santos, Luís Saia, Carlos Lemos.

Conhecer esses autores abriu-me um horizonte novo. Fui levado às novas leituras teóricas oferecidas por arquitetos e urbanistas, tais como Leonardo Benevolo e Aldo Rossi. Estes autores exerceram forte fascínio sobre mim. Como já havia feito Le Goff na perspectiva histórica com seus estudos sobre a cidade medieval, Benevolo me levou a pensar sobre o desenvolvimento da cidade, agora valorizando a estética dos edifícios e as questões relacionadas à conservação dos centros históricos, sobre os segredos dos espaços cívicos, o estudo do passado diante do cenário antigo, porém remanescente. Lewis Mumford fala sobre a forma das cidades; evoca Hipódamo, planejador urbano da antiguidade com seu traçado em grade. Sobre Hipódamo, diz Mumford que sua verdadeira inovação “consistiu em compreender que a forma da cidade era a forma de sua ordem social e que, para remodelar uma delas, é necessário introduzir mudanças apropriadas na outra”. As fotografias, como uma segunda realidade, ampliaram esse cenário e foram se tornando documentos para que eu pudesse escrever um pouco de história. Benevolo igualmente me fez ver a correspondência (nem sempre direta e às vezes enganosa, alerta ele) entre cidade e sociedade, os dois significados da palavra cidade: sua arquitetura e sua população. Um artigo e um vídeo de minha autoria valeram-se precisamente dessa ideia de a cidade ser pedras e pessoas, de correspondência das duas realidades.

Rossi mostrou-me os laços entre a arquitetura, a história e a sociologia, o lugar que se constitui no espaço e no tempo. Eu normalmente examinava os

documentos escritos. Depois passei a olhar os documentos não escritos. Michel Vovelle, para fazer seus estudos sobre a morte no período medieval, nos diz que, depois de ter examinado os documentos escritos, procurou pinturas, gravuras, lápides, esculturas, tudo que pudesse representar a morte ou dela falar, como recurso para enriquecer seu olhar sobre o tema. Rossi toma a cidade como um *documento*, na acepção dos historiadores. Uma parte da história de uma cidade está inscrita no seu traçado, nos tijolos, praças, pisos, quintais – vistos no tempo, modificações e permanências. A cidade de pedra, cascalho, cimento e areia acumula memória. O formato e o tamanho da praça da Igreja Matriz têm 200 anos. Olhar para ela é olhar para um documento antigo.

Aquelas fotografias evocaram a arquitetura, o urbanismo e um modo de vida. Contudo, acionaram um alarme barulhento em meus ouvidos: um conjunto formado de bens delicados, frágeis, com alto risco de deterioração ou mesmo de desaparecimento. Meu primeiro e mais forte impulso foi a duplicação do acervo. Promovi no Centro de Memória-Unicamp a criação de negativos de segunda geração de grande formato (4x5 polegadas), doados à Secretaria de Cultura do Município. O segundo foi organizar o melhor daquele acervo em um livro. Para tanto, convidei Clodoaldo Medina Jr., amigo de espírito cívico e conhecedor dos valores da cidade, a se juntar nessa tarefa.

A partir daí, algumas direções estavam definidas: a história regional, a noção de bens culturais e as imagens, sobretudo a fotografia, como documentos para se escrever a história. Procurar entender a cidade no tempo requer a mobilização dessas noções. Busquei compreender melhor o papel de figuras luminares na defesa do patrimônio brasileiro, como Mário de Andrade, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Uma das leituras mais instigantes foi o livro *A alegoria do patrimônio*, de Françoise Choay, com as questões teóricas e conceituais que a autora trata relacionadas ao patrimônio histórico e à evolução do conceito de monumento, identidade histórica e memória local. Cabe citar também o livro de Maria Cecília Londres Fonseca, *O patrimônio em processo – trajetória da política de preservação no Brasil*, desta vez abordando tais questões

no plano nacional, e o de Aloísio Magalhães, E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.

O circuito novo a que me propus não poderia se fechar sem pensar a fotografia do ponto de vista conceitual, o quadro social em que se desenvolve e é consumida, a sua história, a sua abordagem especialmente pelos antropólogos e historiadores. Da mesma forma que os arquitetos-urbanistas e os historiadores me fascinaram, fui tomado por um encantamento com as leituras de Susan Sontag e de Roland Barthes, principalmente *Sobre fotografia* e *A câmara clara*.

Os *Cadernos de Antropologia e Imagem* (Clarice Peixoto sempre foi para mim uma importante interlocutora) foram de grande valia, não somente por divulgarem pesquisas brasileiras como por reapresentarem vários artigos importantes – e, em alguns casos, de difícil acesso – em um momento em que tal matéria circulava de forma restrita no Brasil. Dois outros títulos foram significativos na sugestão de novos caminhos: o de Gisèle Freund, *Fotografia e sociedade*, e a coletânea *O fotográfico*, organizada por Etienne Samain. Além dos aportes teóricos que esta coletânea trouxe, pude me aproveitar das novas abordagens e das propostas de utilização da imagem na pesquisa social que seus colaboradores fazem nesta coletânea, ampliando minha perspectiva de pesquisa. A partir desses autores uma nova linha de leitura se abriu para mim.

Ampliaram-se também meus interesses de orientação. Com meus alunos e meus orientandos procurei valorizar a imagem como documento social e como instrumento de pesquisa, esta última utilização em especial nas áreas da Sociologia e da Antropologia. A partir do interesse local (*termo* e depois *município* de Araraquara) estendeu-se o espaço geográfico e, pelo trabalho de orientação, quer tenham sido de orientandos, quer de meus alunos em geral, diversificaram os estudos de comunidades. Araraquara vai deixando de ser um local exclusivo da atenção.

A grande abertura do tema e da diversificação espacial foi meu engajamento em dois grupos de pesquisa. Entre 2008 e 2012 a Fapesp financiou o maior plano

de pesquisa em política pública sobre o patrimônio rural do estado de São Paulo, o projeto “Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para o ensino, a pesquisa e o turismo”, coordenado por Marcos Tognon (Unicamp), envolvendo 13 unidades universitárias e centros avançados de pesquisa da Unicamp, USP-São Carlos, UFSCar, Unesp Araraquara, Rosana e Bauru, Unimep de Santa Bárbara d’Oeste, Embrapa Monitoramento por Satélite, Instituto Agrônômico de Campinas e UFRRJ. Mais de 30 pesquisadores entre docentes, especialistas e estudantes atuaram nas regiões de Campinas, Limeira, São Carlos, Jaú, Itu, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras e Vale do Paraíba. O projeto contou também com a colaboração do Iphan- Superintendência de São Paulo e do Condephaat, principal órgão estadual de defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e turístico de São Paulo.

Um dos resultados da pesquisa foi a produção de um artigo (TOGNON et al. 2012), do qual sou um dos coautores, intitulado *Documentação do patrimônio cultural rural paulista: paisagens, edificações e técnicas entre o georreferenciamento, o inventário e a representação*. Com base nesse artigo escrevo os quatro parágrafos seguintes.

O projeto teve como objetivo principal criar instrumentos de pesquisa que articulassem todos os registros materiais e imateriais de conjuntos rurais exemplares no Estado de São Paulo. As principais metodologias foram o inventário patrimonial, a documentação fotográfica e videográfica, a coleta de depoimentos, o georreferenciamento de espaços e lugares, os desenhos históricos e os levantamentos de campos atuais dos sítios rurais produzidos, respectivamente, pelos órgãos de preservação e pela nossa equipe de pesquisadores e estudantes. Assim, a principal articulação desses resultados de pesquisa exigiu um arranjo interativo vinculado fortemente à história e à configuração dos singulares territórios rurais paulistas, na qual o georreferenciamento foi a ferramenta fundamental para ordenar todas as informações nos seus mais distintos formatos.

Alguns marcos conceituais e metodológicos foram essenciais para a estrutura de toda a pesquisa desenvolvida até 2012. O primeiro deles foi aquele de

“patrimônio cultural rural paulista”: procuramos reconhecer uma especificidade de todos os bens materiais e imateriais das fazendas, valores consagrados pelas práticas, acervos, técnicas e tecnologias, estruturas edificadas e paisagem cultivada ou natural que caracterizam, de forma interdependente, cada um dos territórios rurais. A dimensão “histórica” dessas fazendas paulistas seria então uma confluência desses processos de atuação no campo, em diversos sentidos temporais apreendidos (aquele da natureza, das plantações, dos processos de manufatura, do cotidiano social, da circulação e da integração regional) e, portanto, resultantes em um “patrimônio” passível de reconhecimento das suas marcas, valores e identidades. Todas as fazendas históricas envolvidas no projeto participaram, com grande relevância, de modo ativo, da configuração de suas regiões no Estado, quando não foram elas as protagonistas: as doações de terras, a contribuição na fundação de dioceses, a urbanização de áreas com habitação, o incremento das estruturas de transporte, indústria e comércio são alguns dos processos históricos, ocorridos no âmbito rural ou a partir da economia agrária local, que contribuíram para configurar importantes cidades dos nossos núcleos de estudo.

Outro marco metodológico estabelecido foi a compreensão da relevância do inventário (para os bens materiais) e do registro (para os bens imateriais) do patrimônio reconhecido nesses territórios rurais. O inventário não só foi o instrumento que demonstrou historicamente, na Europa e no Brasil, as melhores práticas de tutela, ou antes, de reconhecimento dos valores em jogo, como também foi o ponto de partida para as três metas do projeto: estímulo à constante pesquisa, fomento de processos educacionais formais e não formais, e turismo como uma oportunidade de conscientização do patrimônio e sua relevância na formação cultural e cidadã.

A pesquisa, a educação e o turismo foram, sem dúvida, atividades e práticas articuladas de modo original, por uma equipe multidisciplinar, não abrindo mão de um constante confronto entre todas as possíveis experiências concretas de campo – fotografando, desenhando, manipulando, entrevistando etc. – e

de uma permanente atualização e discussão da bibliografia e das metodologias empregadas em cada uma das áreas do conhecimento – ciências da informação, antropologia cultural, história social, arquitetura, turismo, entre outras.

Além do artigo citado acima, produzi também os artigos *Fazenda Santa Maria do Monjolinho* (COSTA, 2010) e *O patrimônio arquivístico de antigas fazendas paulistas* (COSTA; TOGNON; SCARPELINE, 2009). Finalmente, ainda no âmbito do projeto, realizei e dirigi um vídeo intitulado *Fazenda Santa Maria do Monjolinho* (COSTA, 2011), disponível na plataforma Vimeo. Esta empresa rural, de 1.500 hectares conservados desde a abertura da fazenda em 1850, tem hoje como principal atividade econômica o plantio da cana-de-açúcar para fornecer a matéria-prima às usinas de açúcar e álcool da região. Além disso, mantém paralelamente outras atividades como o plantio de café, milho, soja, a criação de ovinos, cavalos e o turismo rural. O patrimônio material e imaterial, rico e bem conservado, faz da Santa Maria uma fazenda de especial interesse de observação e provoca em quase todos que a visitam o reconhecimento dos esforços das várias gerações de proprietários, desde sua abertura, em criar, manter e conservar uma riqueza pouco comum em nosso meio rural.

Encerrado esse grupo de pesquisa, foi criado em 2013 um novo grupo, em larga medida uma sequência dos trabalhos do projeto anterior. Teve como título “Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista”, desta vez coordenado por Luzia Sigoli Fernandes Costa, da UFSCar. Da mesma forma, o projeto foi financiado pela Fapesp e apoiado pelo Condephaat, mantendo a sua equipe básica, da qual fiz parte.

A premissa do novo projeto foi tomar o território das antigas fazendas, surgidas em decorrência da ocupação da região central paulista nos séculos XVIII e XIX, como fonte para estudos e pesquisas, tendo em vista seus bens culturais e naturais, propondo o estabelecimento de critérios para a identificação, caracterização e análise desses bens, assim como promover práticas de inventário das fazendas históricas paulistas.

Como resultado de minha participação nesse projeto foi publicado em *Patrimônio e Memória* um artigo de minha autoria sob o título *Fotografia, bens culturais e inventário* (COSTA, 2013). Nele procuro tratar a fotografia em uma perspectiva metodológica de duplo sentido. Primeiramente, tomo tais documentos como bens culturais consolidados, integrantes dos acervos privados familiares das fazendas, que podem ser mobilizados quando lidamos com o passado em busca de informações e significações; em um segundo momento, a fotografia foi vista como um recurso de pesquisa voltado para o registro, a identificação e o inventário do conjunto de bens de valor cultural das unidades rurais.

Entre os vários objetivos dos dois projetos constava o de criar inúmeras cartilhas como instrumentos de educação patrimonial aplicada aos bens culturais rurais, genericamente denominadas de *Inventário e descrição do patrimônio cultural rural*, com previsão de parceria com as redes municipais de ensino e secretarias de turismo das regiões das fazendas alvos da pesquisa, o que ainda deverá ocorrer. Fui responsável pela criação de uma delas (no prelo, pela Ed. Unicamp) intitulada *Guia de descrição de documentos iconográficos*. Encontra-se também no prelo uma coletânea de resultados da atividade de pesquisa, na qual eu colaboro com um capítulo intitulado *O lugar da fotografia entre os bens culturais das fazendas*.

Ambos os projetos apresentaram algumas conclusões significativas. Primeiro, que a construção de bancos de dados contendo desenhos, plantas cartográficas, fotografias do acervo das unidades, fotografias e vídeos de registro dos bens materiais (edificado, agrícola, natural e objetos), registros de depoimentos, entrevistas e testemunhos, é condição basilar para o reconhecimento, a proteção e o uso dos bens culturais. Segundo, que as ferramentas de geoprocessamento são importantes para a correta localização de espaços edificados, simbólicos e paisagísticos, facilitando grandemente a construção de *layers* temáticos, portas de entrada para novas leituras e operações de gestão por parte dos proprietários rurais e dos demais interessados. Finalmente, que é preciso reconhecer e valorizar a importância da colaboração entre diversas instâncias quando tratamos do

patrimônio cultural. Universidades, centros de pesquisa, agências e órgãos de fomento, gestores e proprietários das unidades rurais, em cooperação, produzem um trabalho sinérgico sem igual nas iniciativas particulares.

O projeto, com os seus diversos registros e a consequente valorização desse patrimônio rural, permitiu também estabelecer uma contraposição ao desaparecimento gradual de inúmeras unidades rurais históricas, em grande parte resultado da especulação imobiliária das periferias de nossas cidades contemporâneas.

A convivência com uma equipe qualificada e multidisciplinar (arquitetos, urbanistas, sociólogos, historiadores, cientistas da informação, paisagista, fotógrafo profissional, restaurador, especialista em georreferenciamento, especialista em elaboração de projetos e captação de recursos), criada pelos encontros de discussão, assim como pelo percurso coletivo de mais de 30 fazendas, sítios históricos e construções rurais pelo Estado de São Paulo, lugares belíssimos e de memória da nossa vida rural, foi para mim uma das experiências de aprendizagem mais enriquecedoras em minha carreira profissional e no plano pessoal.

Finalmente, quero destacar três trabalhos. O primeiro é um vídeo disponível no YouTube, chamado *Rock Cidade* (http://www.youtube.com/watch?v=LqPnWSHB_ew). Atrevi-me a divulgar uma canção que fiz, cantada com meus irmãos. É um dos meus trabalhos em que eu praticamente faço tudo, ou quase tudo: letra e música da canção, interpretação, filmagens, fotografias e montagem do vídeo em programa de edição de imagem. Antigamente eu tinha vergonha de cantar por achar minha voz ruim. Minha voz continua ruim, mas perdi a vergonha de cantar. Trata-se de um passeio por Araraquara visitando seus lugares de grande carga histórica, realçando seus bens culturais e as pessoas (vivas, filmadas por mim, e mortas, usando fotografias, estátuas, caricaturas), pessoas que enriqueceram a vida cultural da cidade. Do escritor Ignácio de Loyola Brandão recebi uma crônica inteira elogiando meu trabalho. Entre outras coisas, diz o escritor: “Daí que se veja este divertido ‘Rock Cidade’ também como um documento... Uma alegre brincadeira, mas cuidado, é mais do que isso. O humor funciona tanto quanto cem teses acadêmicas”. Bem, é a licença poética

do escritor para valorizar o trabalho, mas de qualquer forma não há como deixar de me envaidecer. Verifiquei agora, dezembro de 2015, que o vídeo teve mais de 7 mil acessos. Não tenho a menor dúvida de que este tem sido, entre tudo o que já publiquei, o trabalho de maior consulta.

Este meu espírito factótum reaparece ainda em outro vídeo, *Araraquara, 1908 – a cidade, seu casario e sua gente* (COSTA, 2014), desta vez publicado na plataforma Vimeo (<https://vimeo.com/91793610>), vídeo que fiz com base em artigo publicado nos *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Faço interpretação e análise de fotografia de 1908 de Araraquara, locução e montagem, para exibir um núcleo urbano ruralizado do interior paulista, destacando sua vida social (sociabilidade, modo de vida, indumentária, educação, morte etc.) e seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos. Com duração de 14 minutos, o vídeo, com música de Flávio Gattás, apresenta ainda imagens e informações do comércio da cidade no início do século XX.

Por último, destaco o livro de minha autoria, *Fotografia e memória em Araraquara* (COSTA, 2015). Considero-o um trabalho síntese dos esforços que apliquei na identificação e proteção dos bens fotográficos da cidade. Procurei publicá-lo nos anos 1990, porém não consegui financiamento. Em 2014, meu antigo sócio nesse projeto, Clodoaldo Medina Jr., tomou iniciativas que viabilizaram sua publicação pela Cultura Acadêmica-Unesp. O livro ganhou duas crônicas inteiras do escritor Ignácio de Loyola Brandão!

Nele reproduzo plantas cartográficas, desenhos, material gráfico e, especialmente, fotografias, material recolhido em várias instituições, como a Biblioteca Nacional do Brasil (RJ), o Arquivo Histórico do Exército (RJ), o Arquivo Nacional (RJ), o Instituto Geográfico e Cartográfico (SP) e o Museu da Imagem e do Som de Araraquara, principalmente. Ademais, o trabalho de pesquisa entrou nas casas de famílias araraquarenses que, generosamente, permitiram-me a reprodução de seus preciosos acervos, de forma que minha coleção particular ficou maior do que a dos acervos públicos. Comento um dos exemplos. Para quem trabalha com história e fotografias, deparar-se com caixas de negativos de vidro

e filmes antigos à base de celuloide do próprio objeto de estudo é um acontecimento raro e inesquecível. Para aumentar o espanto, o material encontrava-se em bom estado de conservação, bem organizado e com anotações precisas.

A pesquisa no campo da história regional com base em documentação visual me dá, penso eu, maiores chances de criatividade do que a outra ponta de meu trabalho acadêmico, a do sindicalismo rural. Para mim é mais prazeroso falar sobre um passado com os olhos em fotografias, sobretudo de um passado do qual faço parte. Aqui entra o cidadão araraquarense. Quando cruzo a Praça da Igreja Matriz eu refaço minha infância e lamento o seu estado atual. Quando olho para uma fotografia antiga do Largo da Câmara, antes de 1970, sei bem o que significa a falsa modernidade. Pensar Araraquara é pensar em mim mesmo. Isso é uma boa motivação.

O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2001, p. 18).

No trabalho de localizar e selecionar fotografias antigas, sob o olhar afetivo e anacrônico de nossa cidade, a surpresa agradável e a decepção estiveram frequentemente presentes. Constatar a perda de arquivos ou encontrá-los deteriorados causa um sentimento de segunda perda: é a destruição da memória de muitos prédios e espaços urbanos que não deveriam ter desaparecido. Felizmente, nessa busca predominou a surpresa agradável, resultado, sobretudo, do entusiasmo de araraquarenses ciosos de seus acervos, mas desprendidos na hora de compartilhá-los.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos e a identificação dos bens culturais pressupõem o estabelecimento de um valor capaz de evocar a memória de um país ou de uma cidade, ou de uma comunidade, ou de uma rua. Selecionar e valorar bens que levem à sua proteção são atividades essenciais para

a construção do patrimônio histórico e artístico nacional ou local. São formas próprias da política de preservação. Ainda assim é pouco. Para produzir o sentido de maneira completa é preciso que um número maior e maior de pessoas passe a compreender esses bens e a identificá-los como algo pertencente à sua comunidade, local ou nacional. Construir o patrimônio, portanto, significa apropriar-se simbolicamente desses bens, ou seja, democratizar o seu reconhecimento, o seu uso e a vontade de preservá-los.

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.

Referências

ARARAQUARA, 1908 - a cidade, seu casario e sua gente. . Luiz Flávio de Carvalho Costa. Rio de Janeiro: Catavento Produções, 2014. (13:41). Disponível em: <https://vimeo.com/91793610> . Acesso em: 10 dez. 2015.

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001.

COSTA, L. F. C. **Nacionalismo e alianças políticas**: 1954-1958. 1976. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

COSTA, L. F. C. **O PCB e a questão do sindicalismo rural - 1954-1964**. 1991. 254p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COSTA, L. F. C. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, p. 67-88, 1994a.

COSTA, L. F. C. (org.). **O Congresso Nacional Camponês**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edur e Sociedade do Livro, 1994b. v. 1.

COSTA, L. F. C. Prática política no campo: uma experiência da militância comunista. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 5, p. 89-102, 1995.

COSTA, L. F. C. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. v. 1. 172p.

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Orgs.). **Reforma agrária e política**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 242p.

COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. L. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 352p.

COSTA, L. F. C. **Um outro olhar da agronomia - textos de iniciação sobre agricultura e sociedade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. v. 1. 84 p.

COSTA, L. F. C.; SANTOS, R.; FLEXOR, G. (Orgs.). **Mundo rural brasileiro – ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 344p.

COSTA, L. F. C.; TOGNON, M.; SCARPELINE, R. O patrimônio arquivístico de antigas fazendas paulistas. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 5, p. 1-18, 2009.

COSTA, L. F. C. **O Congresso Nacional Camponês - Trabalhadores rurais no processo político brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. v. 1. 136p.

COSTA, L. F. C. Fazenda Santa Maria do Monjolinho. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 18/20, p. 113-117, 2010.

COSTA, L. F. C. Fotografia, bens culturais e inventário. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, julho-dezembro, 2013, pp. 283-297.

COSTA, L. F. C. **Fotografia e Memória em Araraquara**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2015. v. 1. 210p.

FAZENDA Santa Maria do Majolinho. Luiz Flávio de Carvalho Costa. São Paulo/Rio de Janeiro, 2011. (31:45) Disponível em: <https://vimeo.com/92578932>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

FREUND, Gisèle. **Fotografia e sociedade**. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** a questão dos bens culturais do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

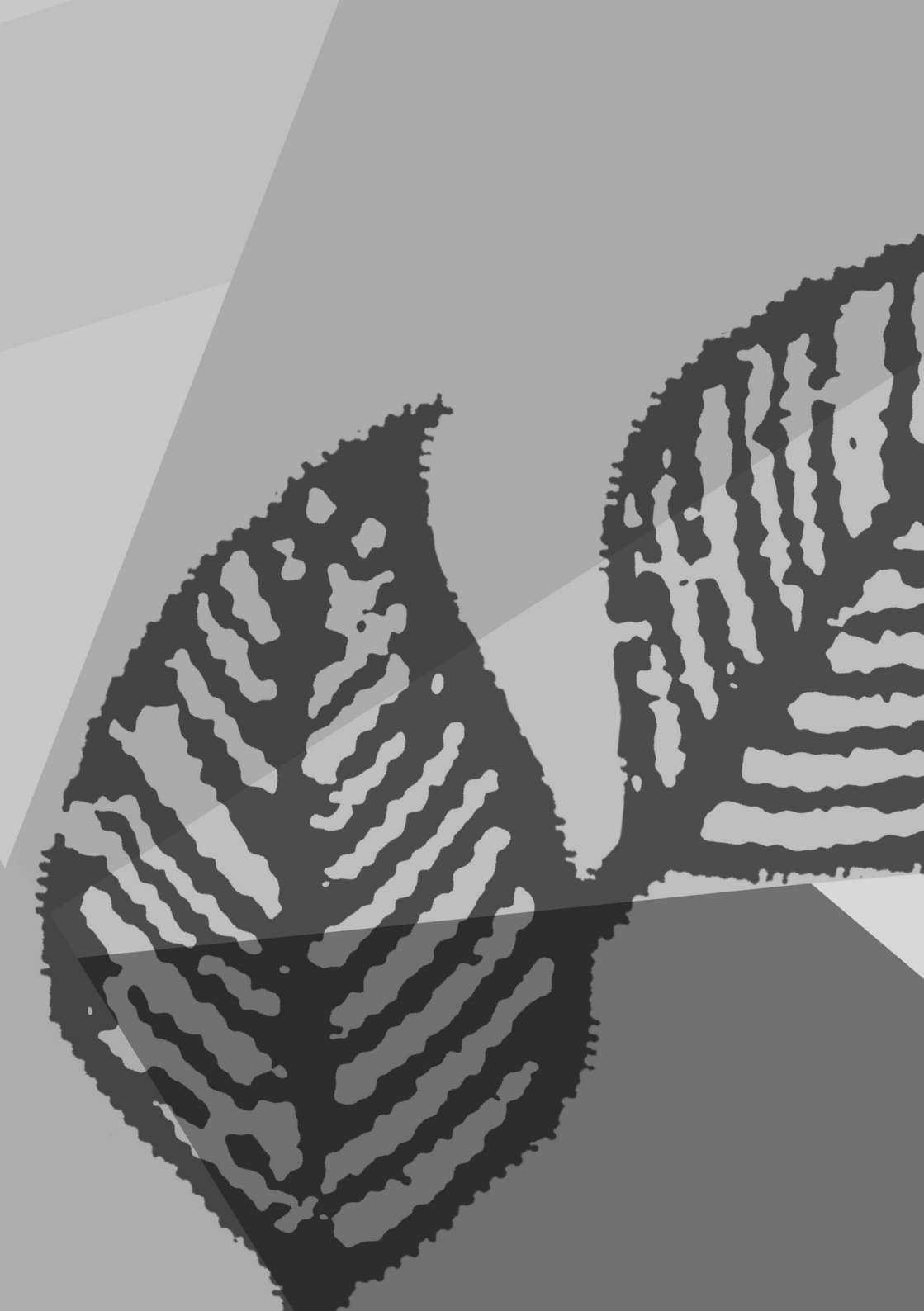
ROCK Cidade. Luiz Flávio de Carvalho Costa. Araraquara: Catavento Produções, 2012. (4:06). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LqPnWSHB_ew. Acesso em: 10 nov. 2015.

SAMAIN, Etienne (orga.). **O fotográfico**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998 e Editora SENAC, 2ª ed., 2005.

SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campos, 1998. 260p.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 224p.

TOGNON, M.; COSTA, L. F. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S.; COSTA, L. S. F.; MATTES, L. A. F.; FURTADO, A. L. S.; ANDRADE, F. C. D. Documentação do Patrimônio Cultural Rural Paulista: paisagens, edificações e técnicas entre o georreferenciamento, o Inventário e a representação. In: II Seminário Nacional de Documentação do Patrimônio Arquitetônico com o uso de Tecnologias Digitais, 2012, Belém, PA. Anais do II Seminário Nacional de Documentação do Patrimônio Arquitetônico com o uso de Tecnologias Digitais. Belém, (PA), 2012. v. 1. p. 1-10.





Maria José Teixeira Carneiro

PROFESSORA TITULAR DO CPDA/UFRRJ

Memorial

Das práticas sociais à coprodução do conhecimento: a trajetória da construção de objetos de pesquisa

1. OS SENTIDOS DAS ESCOLHAS

Recentemente comecei a me interessar por aquarela e aprendi que as aguadas de tinta devem ser sobrepostas, mas sempre depois de esperar secar a anterior. Assim, as manchas ganham luz, profundidade e sentido, formando a imagem desejada. Do contrário, seriam apenas um borrão. Essa é a imagem que me veio à mente conforme fui avançando nesse texto. Foi necessário interrompê-lo várias vezes – “esperar secar” – assentar as memórias mais imediatas, difusas, “espontâneas”, para depois acrescentar a cor forte dos conteúdos buscados nos inúmeros documentos e escritos, guardados aqui e ali, que criariam as sombras de onde emergiriam as imagens que o presente demanda.

Tentar um distanciamento que permitisse fugir das naturalizações, já enraizadas, sobre certas associações entre os fatos, na busca inevitável de uma coerência, foi um exercício que se revelou, de imediato, frustrante. Ao reconstruir minha trajetória profissional, verifiquei que ela guarda um sentido que afeta minha compreensão sobre onde me encontro hoje e uma razão para as coisas terem sido do jeito que foram, difíceis de serem desconstruídas. Mas, tal como certas manchas indesejadas que surgem, eventualmente, no ato de pintar uma aquarela e que devem ser a ela incorporadas, ou tudo estará perdido, esses sentidos são reelaborados, quase automaticamente, conforme aciono um ou outro elemento arquivado na memória.

Longe de mim a pretensão de exercer aqui uma vigilância epistemológica de modo a tornar mais aparente minha posição nessa narrativa. Sei que a busca pelos “verdadeiros” elos (ou a inexistência deles) não é suficiente para revelar a “verdade” dessa reconstrução necessariamente idealizada. Impossível o distanciamento. Evitando essa arriscada e, a meu ver, desnecessária “esquizofrenia”, de estar aqui e lá, assumo que serei tão somente “sujeito” e antecipo minhas desculpas pelas implicações que essa posição poderá causar no meu relato. Depois de percorrido alguns anos de análise, tanto no divã como na cadeira em frente ao computador, sei que tudo poderia ter sido ou dito de outra forma e que as associações que aqui estabeleço são apenas criações mentais. Mas difícil seria não acreditar nelas nesse momento. Assim, organizo esse memorial com base no que acredito ter motivado minhas principais “escolhas”, tentando estabelecer certas conexões para tornar essa narrativa um tanto compreensível e menos enfadonha ao leitor.

2. A OPÇÃO PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A decisão de seguir a formação em “Ciências Sociais” se deu bem cedo e determinou também a escolha pelo “Clássico” no curso secundário no Colégio Pedro II (CPII), Seção Norte, no Engenho Novo. Pode parecer cedo demais uma escolha desta monta feita entre os 15 e 16 anos de idade, mas ela tem uma justificativa. Atribuo essa decisão às conversas noturnas com minha irmã no quarto compartilhado, antes de dormir¹. Ela, ex-aluna do curso Clássico do CPII, experimentava à época (1965-1966) o clima tenso e politicamente rebelde do CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil) pelo qual me deixei contagiar por tabela.

.....

¹ Filha caçula de mãe costureira e pai alfaiate, ele surdo-e-mudo, foi dos dois irmãos mais próximos que recebi alguma influência sobre minhas escolhas profissionais. Sobre essa origem social, Héglio Trindade comentou comigo que eu era a única filha de artesãos entre os cientistas sociais por ele entrevistados na pesquisa sobre a construção das Ciências Sociais no Brasil.

No Colégio Pedro II participei, pela primeira vez, de uma greve. Na condição de membro da diretoria do Grêmio, enfrentei a primeira (e única) comissão de inquérito formada por três professores mais chegados a esse tipo de prática disseminada pelo regime militar. Apesar da tentativa dos inquiridores de impor certo clima de terror, aos 16 anos, eu e meus colegas do Grêmio éramos fortes e destemidos o suficiente para não nos deixarmos abater. Felizmente, não fomos punidos.

No Clássico tive o primeiro contato com a Filosofia, ensinada, com dificuldade, por uma jovem professora que tentava nos explicar a “essência do ser”. Das aulas de grego e de latim, acho que nada foi aproveitado. No terceiro ano, como era comum à época, saí do colégio e fui fazer o curso pré-vestibular.

A opção pelo curso de Ciências Sociais foi reforçada pela militância estudantil. Nesse espírito, a alternativa que se apresentava para me preparar para o vestibular era o “Curso Platão”, que reunia jovens professores com ideais transformadores. Foi aí que aprendi História e Geografia numa perspectiva marxista, em que se falava de classe, formação social, modo de produção e outros conceitos marxistas sem citar Marx, já que estávamos submetidos à censura da ditadura. A História do Brasil adquiria um sentido novo nas aulas de Ilmar Rohloff de Mattos, nas quais as personagens se juntavam aos fatos históricos que ganhavam vida e significado nas disputas por interesses. O mesmo acontecia nas outras disciplinas de História, com Eulália Lobo e Aquino, e na Geografia. Foram os professores desse “Cursinho” que me apresentaram a autores como Leo Huberman, Josué de Castro, Rui Facó, Franz Fanon entre outros.

Essas leituras se tornavam ainda mais atrativas no cenário das grandes passeatas de 1968, cuja participação me era facilitada pela localização do Curso Platão, na esquina da Presidente Vargas com Uruguaiana, bem perto de onde fica hoje o CPDA. A preparação para o vestibular era complementada com grupos de estudos, normalmente, motivados pela leitura de algum autor marxista. O livro de Marta Hannecker era tido como um manual, quase obrigatório, que nos “facilitava” a compreensão de certos conceitos marxistas. Alternativamente,

mergulhávamos em autores brasileiros (Caio Prado, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães...) na busca pelo conhecimento da “realidade brasileira”.

Os primeiros anos do curso de Ciências Sociais no IFCS/UFRJ foram muito conturbados e, em certa medida, limitados intelectualmente pela repressão imposta pela ditadura. Mas, mesmo assim, fui contagiada pela empolgação do meu primeiro professor de Antropologia, o jovem Gilberto Velho, que inaugurava sua carreira docente no mesmo ano em que eu ingressava na Universidade (1969), sob a mira de policiais disfarçados de “assessores pedagógicos” e sob os percalços que afligiam alunos e professores no “casarão” e no “barracão” da Marques de Olinda. Foi nesse período que fiz minhas primeiras leituras em Antropologia, começando por Malinowski (*Uma Teoria Científica da Cultura*) até chegar a Lévi-Strauss, em moda, sobre o qual me marcou a apresentação, em seminário, de um capítulo do livro “Estruturas Elementares do Parentesco”, que me fascinou pela lógica das trocas que atribuíam sentido ao sistema de parentesco e às “escolhas” matrimoniais.

Acredito que essas aulas e a possibilidade de auxiliar na pesquisa de campo da dissertação de mestrado do Gilberto (*A Utopia Urbana*) foram cruciais para minha decisão de seguir em direção à Antropologia. Dessa época destaco também as excelentes aulas do professor Jetter Ramalho, que nos levou a ler o recém-publicado Wright Mills (*A Imaginação Sociológica*).

Antes de investir nos caminhos da pesquisa acadêmica passei por uma experiência da qual não guardo boas recordações. Aprovada em um processo seletivo na antiga Companhia Telefônica Brasileira (CTB), acabei indo trabalhar no “Setor de Pesquisa” do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal, onde participei de um levantamento sobre as necessidades de “treinamento” de seus funcionários. Cabe registrar que à época (1971) eram os militares da Aeronáutica que conduziam a gestão da empresa. Nada de produtivo ou criativo registro dessa experiência. Sem muito que fazer e proibida de me dedicar a outras atividades que não fossem relacionadas ao que meu chefe acreditava

ser de “interesse da empresa”, aproveitava o tempo livre para, reservadamente, com um livro escondido dentro da gaveta aberta, dar conta de minhas leituras e fichamentos do curso de graduação.

Essa inserção, movida por necessidades financeiras, me levou a migrar para o curso noturno da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde concluí a formação em Ciências Sociais. Desse período recordo principalmente dos sustos e temores que acompanhavam as aulas do professor Luiz de Castro Farias, sempre ameaçando-nos com questões de difíceis respostas e sobre as quais nunca havíamos pensado.

3. DA PÓS-GRADUAÇÃO AOS PREÂMBULOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO

A seleção para o Mestrado de Antropologia no Museu Nacional (UFRJ) era a meta. Ela ocorreu em 1972, quando fui aprovada apresentando as reflexões sobre uma rápida pesquisa realizada no Morro do Borel – época em que uma “menina” de 22 anos podia subir o morro e puxar conversa com frequentadores de bares e moradores que transitavam pelas ruelas. O ensaio, escrito durante o exame de seleção, apresentava os dados dessa “pesquisa” sobre sociabilidade inspirada no artigo de Luiz Antônio Machado da Silva sobre o botequim (SILVA, 1969). Essa aprovação representou uma inflexão definitiva na minha trajetória profissional e me encheu de entusiasmo. Tendo recebido bolsa da CAPES, pude me demitir da CTB e me dedicar integralmente ao Mestrado que, na época, podia ser finalizado em até quatro anos.

Logo no início do curso (1974) tive a oportunidade de vivenciar, ao vivo e a cores, o fazer antropológico, quando parti em companhia de Roberto da Matta em viagem à Amazônia para realizar uma caracterização socioeconômica do vale do rio Xingu, demandada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). De Altamira partíamos rio acima, acompanhados do presidente do sindicato rural, para conversar com seringueiros ribeirinhos.

Alternativamente percorríamos trechos da recém-inaugurada Transamazônica para observar as condições dos assentados nas agrovilas instaladas nas proximidades de Altamira. Essa primeira experiência de campo me marcou intensamente. Primeiro, por acompanhar um experiente antropólogo, ainda que em condições de pesquisa um tanto distintas das pesquisas antropológicas motivadas apenas por interesses acadêmicos. Estávamos ali para cumprir uma demanda do governo, e de um governo militar, o que por si só trazia um conjunto de implicações para o fazer antropológico. O que me impressionava, além disso, era testemunhar um processo de deslocamento e reassentamento de um grande contingente de trabalhadores pobres, oriundos de diversas regiões do país, que enfrentavam as maiores dificuldades para se estabelecerem, com suas famílias, no interior de uma floresta ainda por desmatar para tornar “terra de trabalho”. Os relatos desses trabalhadores, à beira de uma explosão, me impactavam com a mesma intensidade que o sentimento de impotência me angustiava ao me colocar face às primeiras inquietações sobre os limites e as ambiguidades da pesquisa de campo antropológica. Saber lidar com essa situação, controlar o emocional, concentrar-se na escuta, reprimir as intervenções normativas, mas, ao mesmo tempo, colocar questões que estimulavam os depoimentos, foi um importante aprendizado dessa viagem.

Mais tarde, aproveitando a disponibilidade de recursos da *Interamerican Foundation* para avaliar uma intervenção que hoje chamaríamos de “desenvolvimento rural” – o “Projeto Piauí” – realizei minha pesquisa para a dissertação na Colônia Aliança do Gurguéia, sob a orientação do professor Roberto da Matta que, em companhia de Roque Laraia, coordenou o trabalho de avaliação solicitado pela Fundação americana.

Influenciada pelo debate em torno dos estudos sobre campesinato liderados por Moacir Palmeira, desenvolvi minha dissertação (CARNEIRO, 1976) sobre a organização social de famílias camponesas que, em condições de reprodução social ameaçada, se deslocaram de várias regiões do estado do Piauí para o Vale do Gurguéia onde um padre realizara uma espécie de “reforma agrária privada”

que possibilitou não só o acesso à terra a 50 famílias que vieram a constituir a “Colônia Aliança do Gurguéia”, mas também a aquisição de uma propriedade, nas mesmas proporções da Colônia, para ele próprio. Essa região já abrigava outra colônia – a “Colônia do Gurguéia” – uma das primeiras experiências de assentamento do país, instalada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1959 e elevada à categoria de município em 1992, tendo o mesmo padre como primeiro prefeito.

Integrando a teoria sobre campesinato, inspirada em Bourdieu e Chayanov, com as reflexões de Marshal Sahlins sobre o sistema de trocas, desenvolvi uma análise da organização social da produção e do consumo e das relações de troca que operavam no interior da comunidade e fora dali. Aí distingui três lógicas em que não só as regras, mas também os objetos da transação, se diferenciavam: a “doação” (entre parentes próximos), o “empréstimo” (entre vizinhos de algumas ruas e laços sociais mais distantes) e a “compra e venda” – no armazém do “patrão” (assim designavam o dono do estabelecimento comercial localizado na sede do município, com quem mantinham laços de clientela). Esse assunto resultou no meu primeiro artigo publicado (CARNEIRO, 1980). A forte atuação do padre como mediador nas relações sociais para dentro e para fora da Colônia me fez acionar a literatura sobre “patronagem” a partir dos chamados “estudos mediterrâneos” e do próprio Roberto da Matta. A dissertação, intitulada “Terra da Pobreza: estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense”, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN) em 1976.

Foi um grande reconhecimento para mim a observação de alguns colonos de que eu havia entendido “direitinho” o que se passava na relação deles com o Padre, apesar de eles terem me contado “um monte de mentira”. Essa revelação foi feita por ocasião de uma visita à Colônia, alguns anos após a defesa da dissertação (1981). Surpreendentemente, eles tiveram acesso à minha dissertação. Apesar de a maioria não saber ler, um jovem alfabetizado teria feito uma leitura coletiva de partes do meu texto para alguns interessados. A dissertação fez um

longo caminho até chegar ao Gurguéia. Em Londres, nos finais dos anos 1970 conheci um piauiense, o sociólogo Manoel Domingos, que se interessou por minha dissertação. Havia poucos estudos acadêmicos sobre o Piauí, à época. Posteriormente, como funcionário de um órgão do estado do Piauí, ele recorreu à minha etnografia para questionar o Padre sobre o uso dos recursos oriundos de uma agência internacional de combate à pobreza, recebidos através do governo estadual, para financiar o chamado “Projeto Piauí”. Não era de se estranhar que eu não seria muito bem recebida pelo religioso, como me avisaram logo ao chegar à Colônia nessa visita dos anos 1980: “Ele prefere ver o diabo”, me advertiram. Mas mesmo assim, insisti e acabou ele me recebendo em sua casa, frio como esperado, cheio de ironias, acusações e mágoas em entrelinhas.

Ainda nesse período, antes de terminar o Mestrado, fui Professora substituta em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da UFRJ (1975), por um semestre, e professora auxiliar de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), também por um semestre (1976).

A redação da dissertação foi compartilhada com os cuidados com minha primeira filha. Aos seus seis meses tornei-me Mestre (1976) e em seguida viajamos para Londres, onde me inscrevi como estudante de pós-graduação no Departamento de Antropologia do University College London, à época dirigido por Andrew Strathern. Como não reconheceram o meu Mestrado, fui indicada a cumprir, primeiro, as exigências para o diploma em MPhil (Master on Philosophy), o que me desestimulou bastante porque entendia que esse diploma não tinha nenhum valor no Brasil. Contribuiu também para o meu desestímulo a indicação, como orientadora, de uma antropóloga especialista em camponeses bolivianos. Como eu vinha da distante e ainda bastante desconhecida América Latina, acreditavam que a “proximidade” continental correspondia a alguma proximidade antropológica. Aliás, me parecia muito estranha essa divisão geográfica do mundo entre os antropólogos ingleses. Após minha reação, quando argumentei sobre a distância entre as realidades desses camponeses andinos e

a dos nordestinos brasileiros (eu imaginava continuar pesquisando no Piauí), acabaram me indicando John Gledhil, jovem professor do Departamento, mas que ainda não havia concluído seu doutorado sobre os camponeses mexicanos. Sua inexperiência e timidez acabaram interferindo na nossa comunicação, aprofundando o meu desestímulo, o que acabou me levando a abandonar o curso.

Apesar da frustração por não concluir o PhD no U.C.L., e nem o MPphil, não posso negar a relevância das disciplinas aí cursadas para a minha formação acadêmica. Entre as contribuições dos professores do Departamento de Antropologia, a de Joel Khan foi a que mais me marcou. Como professor responsável pela disciplina de Antropologia Econômica, me apresentou a autores que complementaram meu conhecimento teórico sobre a economia camponesa apreendida via o conceito de “pequena produção de mercadorias” que era aplicado por ele às “sociedades pré-capitalistas” da Malásia e da África. Também estimulantes foram as palestras do “Peasant Seminar”, organizado pelo Centre of International and Area Studies, da Universidade de Londres. Durante dois anos tive a oportunidade de ouvir autores como Harriet Friedman, Terry Cox, Michael Hall, Verena Martinez-Allier, Kostas Vergopoulos, entre outros.

Essa formação foi enriquecida pelas discussões no grupo de estudo e seminários que aconteciam no Instituto Latino-americano da Universidade de Londres, onde estive vinculada como pesquisadora visitante, a convite de seu diretor, David Goodman. Esse centro cumpria um papel importante na atualização de informações e na troca de ideias ao reunir estudantes e pesquisadores latino-americanos em torno de temas que versavam sobre a situação política e econômica do Brasil e demais países da América Latina, em uma época bastante conturbada e quando a distância física se expressava também na dificuldade de comunicação.

O clima de ativismo era intenso nas universidades e na sociedade britânicas. Estávamos na década de 1970 e o feminismo levantava bandeiras contra as diferentes formas de exploração da mulher pela “sociedade patriarcal capitalista”, o que se refletia também nos debates universitários e na produção acadêmica, de modo que me deixei seduzir pela leitura da bibliografia feminista marxista.

O interesse pelo estudo da família camponesa nos moldes chayanovistas, iniciado na elaboração da dissertação de Mestrado, foi ampliado por essa literatura, levando-me a problematizar a família e as relações de gênero no espaço doméstico como produtos do capitalismo e das relações de trabalho na “sociedade patriarcal burguesa”. O marxismo entrava na esfera do privado (*Capitalism, the Family and Personal Life*, de Eli Zaretsky [1976]). Tratava-se de repensar e articular *Women, Work & Family* (título do livro de autoria de Louise A. Tilly e Joan W. Scott [1978]) sob a ótica dos conceitos de modo de produção e de reprodução. Inspirada por essas formulações teóricas, elaborei um projeto que foi encaminhado à Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) para concorrer a um financiamento de pesquisa.

Retornando ao Brasil em 1980, vivenciei de imediato uma experiência boa e outra ruim. Começando pela boa: ao ser beneficiada com o auxílio de pesquisa da ABEP pude voltar ao Gurguéia onde retomei a pesquisa sobre as condições de vida dos camponeses em projetos de assentamento tendo a unidade familiar como foco da análise. Desta vez, centrei o estudo nos “irrigantes”, termo utilizado por funcionários e técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) para designar os agricultores integrados ao Perímetro Irrigado de Cristiano Castro, município vizinho à Colônia Aliança do Gurguéia. Dessa pesquisa resultou o primeiro relatório, que discutia as formas de dominação do Estado sobre o “pequeno produtor” presentes no processo que levaria à sua transformação em “irrigante” – figura ambígua gestada num regime de “tutela”, mas sob o ideal de um “pequeno empresário”. O capítulo sobre família e processo de trabalho foi publicado pela revista *Ciência Hoje*. Nele discuti a composição do grupo doméstico, a divisão de trabalho e as “estratégias de sobrevivência” com atenção voltada para as relações de gênero e de geração no interior dessas unidades camponesas que perderam sua autonomia como organizadoras da produção. Outro artigo, que abordava as representações do passado na construção da identidade do “irrigante”, escrito em coautoria com Patrícia Monte-Mor, assistente de pesquisa que me acompanhou no trabalho de campo, foi publicado em 1983 no *Boletim de Reforma Agrária*.

À experiência negativa, mencionada acima, atribuo o semestre em que lectionei Sociologia para o curso de Pedagogia em uma Faculdade particular na zona norte do Rio de Janeiro. A total falta de compromisso com o ensino de qualidade cuja maior expressão concreta era, para mim, a “biblioteca”, que se resumia num armário de duas portas com livros didáticos do segundo grau, levou-me a registrar uma denúncia na representação do Ministério da Educação (MEC) no Rio de Janeiro. Em consequência ou por coincidência, não tive o contrato renovado no semestre seguinte, para meu alívio. Felizmente, dois anos depois (1982) fui selecionada para integrar o quadro de docentes do CPDA que ainda funcionava no Horto, sob a gestão da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo, logo em seguida, transferido para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica. Nesse mesmo ano, fui aprovada no concurso para docente em Antropologia da UFF. Comecei, então, minha carreira acadêmica vinculada a essas duas instituições, situação que persistiu até 1996, quando optei pelo regime de Dedicação Exclusiva no CPDA/UFRRJ.

Devido a contingências pessoais decidi, em 1987, passar um período estudando na França. Ainda sob o impacto da experiência frustrante na UCL, não quis me candidatar de imediato a um curso de doutorado. Solicitei, então, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) uma bolsa de Aperfeiçoamento com base em um projeto que versava sobre as relações de gênero em contextos de mudanças promovidas pela modernização do campo francês, tal como indicavam Rose-Marie Lagrave e outras pesquisadoras na coletânea por ela organizada, “Celles de La Terre”. Beneficiada pela bolsa, iniciei a pesquisa, sob a orientação de Lagrave, em janeiro de 1988, vinculada ao Centre d’Etudes Rurales da Ecole de Hautes Études en Sciences Sociales, na época dirigido por Placide Rambaud, onde fui formalmente recebida como “pesquisadora visitante”. Meses depois e a pesquisa já em andamento, Rose-Marie conseguiu quebrar minha resistência e convencer a me inscrever no doutorado, apresentando-me a Maurice Godelier, que veio a ser o meu orientador de tese. Logo nos primeiros contatos ele me convenceu a abandonar o recorte de gênero que “não fazia sentido de ser pesquisado fora do universo familiar”.

A questão da tese passou a ser, então, um estudo comparativo sobre as estratégias de reprodução social de camponeses fragilizados face ao processo de modernização agrícola, implementado na França com maior força e intervenção do Estado e no Brasil, há menos tempo e com menor atuação do Estado. Na França, estabelecendo residência em Grenoble, escolhi como universo de pesquisa a aldeia de Theys. Contando com a ajuda de uma gentil extensionista, responsável pelo “setor feminino” da *Chambre d’Agriculture*, tive a oportunidade de acompanhá-la em visitas às várias aldeias de sua área de trabalho. Theys, situada numa das três cadeias de montanhas dos Alpes que circundam a cidade de Grenoble, me encantou pela beleza da paisagem, pelo charme de ter um aldeamento que, aos meus olhos, guardava vestígios arquitetônicos e de organização espacial medievais, pela recepção simpática de seus “camponeses” e pelo fato de ainda abrigar um número considerável de pequenos agricultores em atividade, exceção entre as aldeias vizinhas. A palavra “camponês” vai aqui entre aspas porque descobri logo que não devia nomeá-los como tal, pois tratava-se de uma categoria que remetia a um conjunto de noções depreciativas, associadas ao atraso e à rusticidade, que vinham sendo inculcadas pelos atores da intervenção modernizadora. Para não correr o risco de promover um insulto, a palavra correta seria “agricultor”, me alertaram. Aqueles que não eram enquadrados nessa classificação, mas que ainda se consideravam “camponeses”, eram vistos por eles próprios e pelos outros como “uma espécie em extinção”, como avisou um deles ao estranhar meu interesse em entrevistá-lo.

Nessa aldeia me aproximei logo dos “Paysans de Sept Laux”, grupo formado por “duplo-ativos” (operários-camponeses) e pequenos camponeses à margem do processo de modernização que se reunia para promover eventos sociais e produzir suco de maçã que, supostamente, lhes traria renda complementar. Mas descobri logo que, acima de tudo, essas atividades eram movidas pela vontade de se encontrar para comer, beber, rir e se divertir. Em síntese, “era melhor *pra* cabeça do que *pro* bolso”, explicou-me o seu líder, um “camponês” que poderíamos chamar de “emblemático”: um cinquentão celibatário, criador de algumas

poucas vacas leiteiras ainda ordenhadas manualmente. Em torno desse grupo, e a partir dele, desenvolvi minha pesquisa de campo durante quase dois anos. Como indicara meu orientador, centrei o estudo na família que, com o auxílio de levantamentos genealógicos, me permitiu descrever trajetórias individuais e estratégias matrimoniais com repercussão na transmissão do patrimônio familiar e da escolha do sucessor, num percurso que chegou ao entorno de 100 anos. Impressionou-me a extensão da memória guardada principalmente pelas mulheres, o que não encontrei em pesquisas feitas posteriormente na região de colonização suíça e alemã no estado do Rio de Janeiro.

No Brasil escolhi, para compor meu estudo comparativo, os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, localizados na região serrana do Rio de Janeiro, no município de Nova Friburgo, a 600 metros de altitude tal como Theys. Imaginava, assim, ter algum critério que justificasse a comparação. Pretendia conjugar os limites impostos pela região de montanha às condições de vida e às estratégias familiares desses camponeses nos dois países. Porém, a ideia da comparação acabou sendo abandonada por vários motivos, mas principalmente pela dificuldade de levar a cabo um trabalho de campo no Brasil tendo de cuidar de uma filha nascida na França, logo após encerrar a pesquisa. Além disso, é claro, acrescenta-se um conjunto de problemas de ordem teórico-metodológica que teria de enfrentar para tornar os dois universos comparáveis, sem contar o tempo necessário para a realização da pesquisa no Brasil e a redação de uma tese em francês, tendo como base cerca de 50 horas de entrevistas a serem transcritas e sistematizadas. O abandono do projeto de pesquisar essa região foi, contudo, conjuntural. Após finalizar o doutorado, tomei esses dois distritos como universo de minhas pesquisas, onde continuo até hoje.

4. DA TRAJETÓRIA ACADEMICO-INSTITUCIONAL À CONSTRUÇÃO DE TEMAS DE PESQUISA

4.1. Trajetória institucional

Mesmo antes de fazer o doutorado, enquanto ministrava aulas na graduação em Ciências Sociais na UFF e no Mestrado do CPDA, fui confirmando meu interesse pelos estudos da família, particularmente pela família camponesa, mas com uma pequena e rápida passagem pela classe média urbana, estimulada por alguns alunos da disciplina “Antropologia da Família” na UFF. Não sei bem por quais motivos me vi atraída pela obra de Nelson Rodrigues, particularmente, por sua fixação em dissecar os valores que negam, contradizem e tencionam o ideal de família atribuído à classe média carioca. A partir da leitura de algumas de suas obras para teatro, escrevi um artigo que intitulei “A Desagradável Família de Nelson Rodrigues”, fazendo referência ao termo cunhado pelo próprio autor para qualificar ironicamente sua obra, em resposta à reação negativa do público às peças que se sucederam à bem-sucedida “Vestido de Noiva”. Em suas palavras, “... um teatro desagradável porque são obras pestilentas, fétidas, capazes, por si sós, de produzir o tifo e a malária na platéia” (RODRIGUES, 1993, p.37). Esse artigo foi publicado, a convite de Gilberto Velho, numa coletânea organizada por Sérvulo Figueira (FIGUEIRA, 1986). Tendo tomado gosto pelo assunto, escrevi um projeto que visava a pesquisar como se expressavam a ideia de família e os valores a ela atribuídos nas reportagens que preenchiam as páginas policiais dos principais jornais cariocas no período contemporâneo à publicação das peças do Nelson Rodrigues. Por ingenuidade ou ignorância (ou ambas) apresentei o projeto no pedido de renovação de minha bolsa de pesquisa do CNPq, concedida originariamente com base em uma proposta que versava sobre estudos da família camponesa. Não sei se devido à má qualidade do projeto ou à mudança do tema, não tive a bolsa renovada, o que me levou de volta aos estudos rurais. Essa primeira bolsa de produtividade de pesquisa foi concedida assim que voltei da Inglaterra e cancelada em 1986. No ano seguinte tive a aprovação da bolsa de Aperfeiçoamento para o estágio na França e na sequência, a bolsa de doutorado (1989 a 1993). Em 1996 tive a aprovação de nova bolsa de produtividade da

qual me benefício até hoje, com a interrupção de um ano para a realização do Pós-Doutorado. Registro aqui o meu agradecimento ao CNPq pelo suporte à minha trajetória profissional nesses 32 anos de bolsa.

O interesse pelos estudos de família era compartilhado por mais duas colegas do CPDA (Angela Mendes de Almeida e Silvana Gonçalves de Paula). Em 1985 organizamos um Grupo de Estudos da Família vinculado ao CPDA e criamos uma pós-graduação *lato sensu* de especialização em estudos de comunidade, do qual fui coordenadora por um período. O curso teve curta duração devido à necessidade de se centrar esforços no Mestrado e ao desinteresse da CAPES em cursos de pós-graduação *lato sensu*. O mesmo grupo organizou um seminário intitulado “Pensando a Família no Brasil”, que reuniu vários pesquisadores debatendo o tema através de diferentes lentes: Família e estratégia de sobrevivência; Família através da História; Família e a construção da subjetividade rural e a sessão final sobre “Crise da família: uma questão da atualidade?” que contou com a participação de Leila Linhares Barsted e Roberto da Matta. Os trabalhos aí apresentados foram publicados no livro com o mesmo título do seminário (ALMEIDA et al., 1987). O mesmo interesse levou-me à Escola Nacional de Saúde Pública, onde participei do Grupo de Estudos da Família coordenado por Célia Leitão, também coordenadora do Curso de Pós-Graduação. O vínculo com a ENSP se deu como professora convidada em vários períodos de 1980 a 1985, quando ministrei a disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa de Campo no curso de pós-graduação em Saúde Pública.

As exigências do vínculo a um Programa de Pós-Graduação mostraram que a inserção em duas Universidades (UFF e UFRRJ), além de exaustiva, era improdutiva; a necessidade de optar por uma delas se impôs. A partir de 1996 passei a dedicar-me exclusivamente ao CPDA. Neste mesmo ano, em parceria com o Laboratório de Estudos do Tempo Presente, do Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ, o CPDA articulou o Projeto “Integração das pesquisas em desenvolvimento, agricultura e história social” selecionado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência do CNPq (PRONEX). Inicialmente

coordenado pelo Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, teve continuidade sob minha coordenação. Do conjunto de pesquisas desenvolvidas naquele âmbito, foram publicadas três coletâneas por nós identificadas como a série “Mundo Rural”, onde constam alguns artigos meus. Essa experiência consolida o Programa CPDA na sua especialidade temática, como também inaugura uma nova matriz de análise do “mundo rural”, confirmando o seu caráter interdisciplinar.

Não sou muito afeita às tarefas de administração universitária, diria mesmo que fujo delas, mas como nem sempre isso é possível, fui levada a aceitar as posições de vice-chefe de departamento por dois anos e de coordenadora e vice-coordenadora da pós-graduação por dois períodos (1997-98 e 2008-2010). No retorno ao CPDA, depois do doutorado, alinhei-me à área “Sociedade e Agricultura” que reunia professores voltados para a compreensão desse “mundo rural” diverso, nas perspectivas sociológica, antropológica e histórica. Posteriormente, quando as “Áreas” foram extintas, me posicionei em duas linhas de pesquisas: *Estudos de Cultura e Mundo Rural* e *Natureza, Ciência e Saberes*.

A experiência de pesquisa e a convivência com camponeses, agricultores e neo-rurais na França, me estimularam a pesquisar o chamado “rural não agrícola” na sua relação com as dinâmicas camponesas. Esse tema foi trabalhado, inicialmente, na dimensão produtiva, quando recorri à noção que apreendera dos sociólogos e técnicos agrícolas franceses – pluriatividade – ainda pouco conhecida no campo acadêmico brasileiro à época. Dessa reflexão resultaram alguns artigos, capítulos de livro e o título do livro publicado, no Brasil, sobre minha tese de doutorado: “Agricultores, Camponeses e Pluriatividade”. Orientando a reflexão para as novas configurações sociais desse “rural não agrícola”, enveredei pelo caminho das “novas ruralidades”, com atenção voltada para a imbricação de valores e modos de vida de diferentes origens. A apresentação de uma reflexão nessa direção em um congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) resultou num convite do José Graziano da Silva para integrar a equipe de pesquisa de um amplo projeto - “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” - que ficou conhecido como “Projeto Rurbano”, por

ele coordenado. Aí travei contato, durante dois anos ou mais, com pesquisadores de diversas partes do país em torno de pesquisas sobre a dimensão das atividades não agrícolas no campo. Como única antropóloga no meio de sociólogos e economistas acostumados a trabalhar com amplos universos de análise normalmente recortados por categorias estatísticas, meu papel era mais o de provocar o exercício do estranhamento sobre as interpretações baseadas em uma lógica universalizante das relações econômicas. Um desses estranhamentos consistiu no questionamento da noção de unidade doméstica, básica para definir os limites da unidade de referência para se discutir a pluriatividade. A ideia que prevalecia era a associação entre unidade doméstica e residência comum – “sob um mesmo teto”. Introduzi a ideia de “fogo comum”, que questiona essa unidade espacial e aponta para a possibilidade de coexistência de mais de um “fogo” em uma única “casa”, o que normalmente está associado à coexistência de várias “unidades domésticas”, complexificando, assim, as bases do cálculo da economia doméstica com implicações para a aplicação da noção de pluriatividade. Apesar de bem aceita pela equipe, a operacionalização dessa ideia em universos mais amplos, de tratamento estatístico ou com base em dados secundários (como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD), apresentou limites.

Os resultados do Projeto Rurbano tiveram algum impacto nas políticas públicas, principalmente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que ampliou a categorização de seus beneficiados ao flexibilizar a porcentagem de renda não agrícola da categoria reconhecida como “agricultor familiar”, entendendo que essas atividades não descaracterizavam o trabalho e a economia familiar. Por falar em política pública, abro aqui um parêntese para relatar uma curiosidade. Tive a oportunidade de encontrar com Graziano em um evento acadêmico, poucos meses após a sua nomeação como ministro do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), quando se discutia o formato do Programa Fome Zero, já pensando que a transferência de recursos se daria por meio de um cartão. Nessa oportunidade, durante um almoço, comentei com o Graziano que eu achava que o cartão deveria ser atribuído à mulher e não ao marido – socialmente identificado como chefe de família

e naturalizado como o seu provedor –, pois, como indicavam as pesquisas, é normalmente a esposa quem se preocupa com a provisão dos alimentos para os filhos e organiza esse consumo. Seria muita pretensão atribuir a essa conversa a decisão sobre o formato que viria a ser implementado posteriormente pelo Programa Bolsa Família, mas a boa recepção de Graziano aos meus argumentos e os desdobramentos da implementação do Programa me provocaram uma agradável sensação de que meu conhecimento sobre a organização social da família camponesa poderia ter “servido para alguma coisa”.

O interesse no tema da ruralidade (ou “novas ruralidades”) motivou um pós-doutorado na França, onde essa questão já era trabalhada há algum tempo. Frequentei durante seis meses, em 2001, os seminários do Laboratoire de Dynamiques Sociales e Recomposition des Espaces (LADYSS) da Universidade Paris X (Nanterre), quando tive a oportunidade de debater com Marcel Jollivet e Nicolle Matieu (com quem já havia estabelecido interlocução por terem participado da minha banca de doutorado) e com Rose-Marie Lagrave na EHESS. Nos seis meses seguintes fiquei vinculada ao Instituto de Economia da Unicamp através da interação com o Graziano. Desse estágio de pós-doutorado resultaram alguns artigos, uma disciplina “fundamental” no CPDA e uma linha de pesquisa que atraiu vários orientandos. Alguns deles tiveram capítulos de suas teses ou dissertações reunidos em um livro publicado em 2012 sob minha coordenação (CARNEIRO, 2012). Apesar de ter sido publicado em 2012, a organização desse livro ficou pronta em 2004. Por conter resultados de pesquisa financiada pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) via uma premiação², fiquei esperando pela publicação prometida no edital. Finalmente, passados oito anos, decidi publicar o livro, o que foi viabilizado pelo financiamento recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) para editoração. Da FAPERJ recebi também bolsa Cientista

.....
² Concurso de Promoción de La Investigación Social 2000 para Investigadores Seniors. CLACSO-ASDI, 2001.

do Nosso Estado por dois períodos (2007-2013), o que foi fundamental para manter minhas pesquisas e o grupo que coordeno até hoje.

Ainda sobre a dimensão institucional de minha trajetória profissional, cabe registrar uma rápida passagem, nada criativa, pela gestão pública quando assumi, por 10 meses, a função de Superintendente de Interiorização da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, em 1999.

Passarei, agora, aos temas de pesquisa que me mobilizaram durante meu percurso profissional.

5. TEMAS DE PESQUISA

5.1. Família, gênero, campesinato, comunidade, memória

Os conceitos de “família”, “camponês” e “comunidade” permearam praticamente todas as minhas pesquisas, a começar com a dissertação de Mestrado. Nesta, parto do entendimento do “colono” (o morador da “Colônia Aliança do Gurguéia”) como pertencente a um “sistema camponês” que abriga duas dimensões, uma interna à organização social familiar e analisada à luz da lógica econômica (divisão do trabalho, organização da produção, do consumo, e da circulação), inspirada em Chayanov, Bourdieu e Sahlins, e a dimensão “externa” que era apreendida com o auxílio do conceito de “modo de produção subordinado” (Tépicht) e pela lógica da patronagem. A família, esfera organizadora desse “sistema”, era analisada como a unidade com base na qual se desenvolviam as relações sociais mais amplas, imbricada por um conjunto de elos preexistentes às relações nos diversos domínios sociais e que definem atribuições, deveres e direitos. Através dessa lente reconheci as diferentes lógicas que associam e separam as pessoas num conjunto de relações de trabalho, de “ajuda” e de “troca”, acionando categorias de “sujeição” e de “liberdade” conforme os atores sociais eram colocados em relação. Entendia a “comunidade” como uma noção fluida que navegava entre a unidade espacial e a unidade social e que integrava “uma intrincada rede de laços sociais obedecendo a princípios diferentes”. Haveria,

assim, diversas “comunidades” na “Colônia do Padre”, ao mesmo tempo em que esta também poderia ser vivenciada como uma única “comunidade” de interesses face a intervenções “externas”. Se a bibliografia da patronagem me ajudava a entender o sistema de dominação na dimensão local, a noção de campesinato como modo de produção subordinado me remetia à relação entre o “sistema capitalista” e o “sistema camponês”.

“Relações de gênero e reprodução social entre pequenos produtores” foi o título do projeto de pesquisa apresentado ao CNPq que resultou na concessão de uma bolsa de produtividade (1996). Com base nas contribuições de Bourdieu, visava à identificação das diferentes trajetórias individuais dos membros das famílias camponesas para explicitar os elementos de conflito intrafamiliares e os possíveis esforços de negociação no sentido de preservar os interesses coletivos. O trabalho de campo foi realizado em duas localidades nos estados do Rio de Janeiro e uma do Rio Grande do Sul.

Um resultado interessante dessa pesquisa foi a constatação de diferentes elaborações culturais desses camponeses relacionadas às suas origens de migrantes. Enquanto no Sul os descendentes de italianos guardavam um dialeto e um modo de vida informado por memórias sobre os seus antepassados, na região serrana do Rio de Janeiro não foi registrado nenhum tipo de referência cultural associada à descendência de alemães ou suíços. Nem mesmo a memória genealógica recuava, com clareza, para além da geração dos pais. Surpreendentemente, nenhum hábito cultural ou social era relacionado às práticas dos antepassados, como eu observara no Sul. Os olhos azuis, a pele clara e os cabelos louros, além dos sobrenomes “estranhos” que remetiam a outra origem que não a portuguesa (Spitz, Schmit, Mozer, Klein, Blauter, Eller entre outros) não despertavam nesses camponeses qualquer elaboração identitária que os distinguíssem dos demais com quem conviviam. Não havia nem mesmo uma curiosidade a respeito – “dizem que é alemão”, respondiam quando perguntava sobre a origem do nome. Não cheguei a uma resposta satisfatória nas minhas pesquisas para essa ausência de elaboração cultural sobre a origem étnica. A “caipirização” do colono, tal como descrita por

Hebe de Castro, teria sido uma imposição das dificuldades de se estabelecer em áreas inóspitas onde os deslocamentos eram frequentes e as famílias residindo há quilômetros de distância uma da outra? Talvez a ausência de espaços de sociabilidade onde os encontros promovessem trocas e compartilhamento de práticas sociais pudesse também servir de chave explicativa. Mas são hipóteses sobre as quais não avancei satisfatoriamente.

Essa contingência do universo empírico me levou a adentrar pelo campo de estudos da memória que articulei com a problematização sobre o uso da genealogia como instrumento de pesquisa e à busca de padrões de herança e de sucessão associados aos contextos sócio-históricos das trajetórias familiares, do que resultaram alguns artigos de base comparativa (CARNEIRO, 1996; CARNEIRO, 1998; CARNEIRO, 2001). Cheguei a iniciar uma pesquisa em arquivos documentais de Nova Friburgo na tentativa de descobrir as lógicas de transmissão da propriedade para herdeiros e os deslocamentos das famílias. Mas, devido à desorganização e à insalubridade dos arquivos, a pesquisa acabou sendo abandonada pela bolsista de aperfeiçoamento, a historiadora Samantha Vaz, que, no entanto, elaborou um excelente relatório sobre a memória familiar dos descendentes dos colonos.

As relações sociais de gênero foram abordadas seguindo diversos recortes. Com base nos dados da tese de doutorado, desenvolvi uma reflexão sobre a situação ambígua e contraditória das esposas de agricultores cuja posição de “chefes de estabelecimentos agrícolas”, formalmente reconhecida pelos órgãos públicos franceses, não levou a mudanças nas relações de subordinação ao marido, sendo percebidas por elas mesmas como “uma extensão do braço do marido”. A partilha e a transmissão da herança também foram temas elaborados sob a perspectiva de gênero, desenvolvidos em uma abordagem comparativa sobre os camponeses do Sul e os do Rio de Janeiro, cujas lógicas distintas foram atribuídas ao peso da agricultura na reprodução social das famílias em cada região.

5.2. Agricultura familiar, pluriatividade, multifuncionalidade

A noção de “agricultura familiar” ocupou muito nossas mentes, no CPDA e em diversos espaços onde se discutiam as políticas públicas e o “desenvolvimento rural”, logo após a criação do PRONAF. No calor da hora, publiquei um artigo na revista do CPDA (1997), no qual apontei para o caráter seletivo e exclusivista dessa política que deixava de fora um segmento enorme de agricultores por não serem considerados “aptos” para integrar essa nova categoria de “verdadeiros agricultores” com capacidade para “competir” no mercado de produtos agrícolas (CARNEIRO, 1997). Pelas vias do Estado e dos movimentos sociais a noção de agricultura familiar se impôs ao meio acadêmico, que, de um lado, rejeitava outras noções como as de camponês e de pequeno produtor, por compreender que elas não contemplavam a inserção produtiva desse “novo ator social” na economia e na sociedade brasileiras. De outro lado, autores destacavam a fraqueza teórica da noção de agricultor familiar, defendendo a especificidade de uma organização econômica e de um modo de vida camponês cujos fundamentos estariam centrados na família, descartando, assim, as referências à dualidade entre o tradicional e o moderno que permeava o debate. Portanto, para esses, não caberia distinguir uma “nova” categoria social.

Muito foi discutido a esse respeito nos finais dos 1990 e durante os anos 2000. Algo nesse debate remetia, a meu ver, ao antigo dilema travado, na década de 1960, sobre a natureza das relações sociais de produção no campo brasileiro. Com as formulações em torno da “agricultura familiar”, discutia-se novamente sobre o caráter capitalista, pré-capitalista ou não capitalista dessa forma de organização social da produção, aproximando-a ou afastando-a do “camponês”. Esse debate, que ainda perdura em alguns espaços acadêmicos, teve importantes contribuições no sentido de não deixar as categorias sociológicas se tornarem autônomas em relação à realidade observada, como observou Nazareth Wanderley, uma das principais formuladoras. Ela argumenta a favor de uma continuidade marcada pela história camponesa presente nos agricultores familiares, não cabendo entender o agricultor familiar meramente como uma invenção moderna do Estado.

Acompanho essa crítica, mas reconheço a necessidade de evitarmos a indistinção entre categorias analíticas e grupos sociais. Para essa “simbiose” contribui o fato de a categoria de agricultor familiar ter sido proposta no bojo de uma política pública, o que lhe dá certa concretude difícil de ser desconstruída. Desenvolvi esse argumento em um artigo escrito em 2000, por demanda da minha participação no Projeto Rurbano, publicado posteriormente em um dos volumes da coleção “Mundo Rural”. Nesse artigo chamo a atenção para a necessidade de identificarmos os significados dos sistemas classificatórios com os quais lidamos, sempre genéricos e parciais, revelando e escondendo aspectos diferentes da realidade. Orientando essa chamada teórica para a noção de “agricultura familiar”, discuto as implicações do adjetivo “familiar” que, normalmente, era reduzido à dimensão do trabalho. Nesses termos, o principal critério de distinção entre relações de trabalho assalariadas acabava reduzido à quantificação de trabalho assalariado dentro da unidade de produção agrícola. Em consequência, uma questão qualitativa, de caráter conceitual, passava a ser tratada como uma questão quantitativa. Aponto também para a dificuldade de se separar, em termos analíticos, os princípios que orientam as relações de trabalho e os laços de afetividade ou de solidariedade que conformam as unidades familiares, alertando para a tendência de se reduzir a lógica do sistema de parentesco à lógica da produção, o que resultava na busca de uma funcionalidade econômica desses vínculos. Evitando essa redução, proponho que se elabore uma distinção analítica entre essas duas esferas do social (a do econômico e a do parentesco) de maneira a não diluir as diferenças entre o que é de um e de outro campo. Chamo a atenção para as relações contraditórias e de conflito presentes no grupo familiar, pois este inclui também um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e até mesmo recriar valores num espaço de negociação e de tensões. Entendia que fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas. Nesses termos, o caráter familiar da exploração familiar não residiria apenas no tipo de relações de trabalho acionadas na produção (e no seu peso quantitativo), mas na integração desse fator com um conjunto de variáveis (não quantificáveis) de ordem cultural e social que tornam uma dada

unidade produtiva, específica. Nessa compreensão teórica propus entender também a “pluriatividade”.

A múltipla inserção do agricultor no mercado de trabalho – a pluriatividade – tema focado na Europa, principalmente na França, nos anos 1980-1990, era visto por alguns autores como uma ruptura com o padrão de desempenho da agricultura que deveria ocupar integralmente e exclusivamente os agricultores. De outro lado, autores interpretavam-na como um fenômeno conjuntural, decorrência de uma crise da agricultura produtivista conjugada à abertura de novos postos de trabalho no campo ocorrida partir dos anos 1970. Muitos seminários, livros, artigos, se ocuparam em entender do que se tratava esse “novo fenômeno” que ia na contramão do que previra o modelo de modernização agrícola implantado. Historiadores do proto-capitalismo, como Cazolla, se expressaram contrários à interpretação dessa “novidade”, mostrando que desde sempre o camponês associou outras atividades à agricultura e que a novidade, se houvesse, estava na imposição de uma dedicação exclusiva à atividade agrícola como efeito da simplificação efetuada pelas relações capitalistas nas classes sociais na primeira fase da expansão do capitalismo agrário.

Alguns autores aproximavam esse fenômeno ao da “dupla-atividade” (operário-camponês) ocorrido em consequência da expansão da industrialização e que resultaria na proletarização como resultado de uma “seleção natural” dos agricultores que apresentavam condições (tamanho da propriedade, basicamente) para efetuar a modernização agrícola com fortes subsídios do Estado, ocorrida na década de 1960. Percorri esse debate teórico com atenção na minha tese para entender o que se passava no campo que pesquisava, onde uma pluralidade de categorias de trabalhadores se apresentava: desde os camponeses-operários, os filhos de agricultores que se inseriam no mercado de trabalho por meio de contratos temporários, os camponeses que trabalhavam nas estações de ski no inverno, os “verdadeiros agricultores” que investiram na modernização da produção, até os neo-rurais, originários da cidade, que se dedicavam a atividades produtivas variadas (CARNEIRO, 1996a; CARNEIRO, 1996b).

No Brasil, esse tema despertou a atenção de vários sociólogos e economistas rurais a partir do final da década de 1990 e durante a primeira década de 2000. Como havia tratado da questão na tese de doutorado, fui convidada para vários colóquios e seminários até que me convenci de que a “pluriatividade” não constituía uma questão sociológica. Minha compreensão era a de que se tratava de uma noção operativa para o campo das políticas públicas que, no máximo, promovia a descrição das formas de combinação entre atividades de setores diferentes, praticada por chefes de famílias agrícolas e que podiam assumir diferentes significados. Além disso, por ser uma noção descritiva, sem conteúdo heurístico, que permeia diferentes processos sociais em curso, não havia sentido ficarmos presos a esse recorte, sendo mais apropriado desviar nosso foco de análise para os processos sociais caso quiséssemos entender os diferentes significados que o recurso à atividade não agrícola poderia assumir para as unidades familiares. Essa interpretação foi elaborada em diversos artigos, chegando ao último sobre o tema apresentado no I Colóquio sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural organizado por Sergio Schneider, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que resultou na publicação de um livro (CARNEIRO; SCHNEIDER, 2006) onde consta minha contribuição com o título “Pluriatividade da Agricultura Familiar no Brasil: uma reflexão crítica”, com a qual encerro minha participação nesse debate. Argumentei que a plasticidade (de formas e conteúdo) do que é reconhecido como pluriatividade “seria um dos obstáculos a uma delimitação mais rigorosa de um campo de observação tão difuso”. Entendi que ao “delimitarmos o objeto de estudo pela noção de pluriatividade estaríamos deslocando o foco de análise. Assim procedendo, em vez de valorizar os agentes sociais, estaríamos atribuindo a qualidade de sujeito a um conjunto de práticas cuja heterogeneidade impede que possamos delimitar criteriosamente nosso verdadeiro campo de estudo”. Logo, a pluriatividade não poderia constituir, a meu ver, um objeto de estudo em si mesma.

Depois dessa “libertação” temática, deixei-me enredar por outra noção igualmente polêmica, também contextualizada nas políticas públicas francesas – a “multifuncionalidade” da agricultura. A partir da elaboração de uma

política agrícola na França – *Contrat Territoriale d'Exploitation* (CTE) – instituída como mecanismo para direcionar recursos e subsídios para pequenos agricultores, formulamos no CPDA um convênio de cooperação com o Institut National de Recherche Agricole (INRA) sobre o tema da multifuncionalidade agrícola, coordenado por Renato Maluf. A discussão se deslocava do produtor para o estabelecimento agrícola familiar (*exploitation agricole*), com o objetivo de tornar visíveis as diferentes formas de contribuição à sociedade, direta ou indiretamente, promovidas por esses estabelecimentos e que não se limitariam à produção de produtos alimentícios ou de fibras. Tentava-se também justificar esse deslocamento, no contexto europeu, inserindo essa noção na problemática ambiental ao apoiar práticas menos nocivas e impactantes do que as normalmente efetivadas pelas formas convencionais de produção. Assim, a ideia das “múltiplas funções da agricultura” enfatizava outras dimensões envolvidas nas atividades relacionadas à reprodução social das famílias rurais, como as dimensões culturais (manifestações culturais, gastronomia, patrimônio arquitetônico), paisagísticas (cuidado com o patrimônio natural e com o estabelecimento) e ambientais (cuidado com água, solo, biodiversidade etc.).

As dificuldades apresentadas pelo uso conceitual dessa noção não foram poucas e alimentaram vários momentos de discussão, tanto na academia quanto nos fóruns governamentais. Apesar de romper com o enfoque setorial ampliando a lente para outras esferas da sociedade, apontava-se como contraditório o atrelamento dessa noção à de “agricultura”, o que acabava por trazer o olhar de volta para a dimensão produtiva. Questionava-se também o seu conteúdo funcionalista. Desse debate resultou um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq/COAGRI³, que tomava a noção de multifuncionalidade como um desafio para promover um “novo olhar” sobre a agricultura familiar que permitisse analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica da reprodução social. A meu

.....
³ Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras, coordenado por Renato Maluf.

ver, a maior contribuição desse projeto consistiu justamente em promover essa ampliação de olhar entre aqueles mais acostumados a limitar suas análises à dimensão produtiva da agricultura familiar.

“Considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade como também incorporar à análise a provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio” foi o nosso objetivo maior, conforme registramos na introdução do livro que apresentava os resultados da pesquisa, organizado por Renato Maluf e por mim (CARNEIRO; MALUF, 2003). A equipe era multidisciplinar e integrava pesquisadores de diferentes regiões (Rio de Janeiro, Piauí, Santa Catarina, São Paulo), além de colaboradores franceses. Minha contribuição específica se deu com foco na articulação entre turismo, meio ambiente e agricultura em duas localidades da região de Nova Friburgo. No artigo publicado nessa coletânea concluo, com base na percepção dos chefes de família, que a perda da importância da agricultura na manutenção das famílias, já observada em outras pesquisas⁴ e aí confirmada, não anulava a sua importância como base da construção de uma identidade social (a de “lavrador”) e o de um modo de vida que se expressa em formas específicas de se relacionar com o mundo (força dos laços de solidariedade e reciprocidade) e com a natureza (relação com a terra através de alguma atividade agrícola). A exploração do turismo na região contribuía para a ampliação das fontes de renda alternativas à agricultura (pedreiro, jardineiro, faxineira) que se tornavam cada vez mais importantes economicamente. Mas a agricultura, dentro desse contexto fragilizado, parecia contribuir em dimensões importantes dessas famílias. Reconheci assim algumas “funções” da agricultura: a manutenção do tecido social, a produção de alimentos para a própria família e a ocupação de um lote que, por menor e pouco produtivo que fosse, garantia um local de residência, proporcionava alimentação e bens de troca que integram

.....

⁴ Como demonstrou Vanessa Lopes Teixeira em sua dissertação de mestrado por mim orientada (TEIXEIRA, 1998) e na sua tese de doutorado (TEIXEIRA, 2009), sob a orientação de José Graziano da Silva, no Instituto de Economia (IE) da Unicamp e por CARNEIRO (1976).

os indivíduos em redes de reciprocidade e sociabilidade. Esses elementos, combinados, promoviam uma qualidade de vida que se distingue positivamente da vivenciada por aqueles que abandonaram o campo na expectativa de uma vida melhor, na percepção desses agricultores.

O investimento nas potencialidades teóricas e explicativas da noção de multifuncionalidade não terminaram aí. Em companhia de Renato Maluf escrevi mais dois artigos, um publicado nos Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)⁵, da UnB, outro publicado em um livro na França⁶. Também na França publiquei um artigo, a convite de Jacques Rémy, para o qual recorri aos dados de pesquisa sobre as confecções domésticas de lingerie articulados à agricultura camponesa, também realizada em um pequeno povoado de Nova Friburgo. Além desses, desenvolvi uma reflexão a partir de dados de pesquisas no Brasil e na França, como produto de meu pós-doutorado, onde fiz uma tentativa de olhar para duas realidades distintas à luz dessas noções bastante controversas: pluriatividade, multifuncionalidade e ruralidade⁷.

5.3. Território, ruralidade e juventude

A reflexão sobre as atividades não agrícolas no campo acabou despertando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas sociais que acontecem em espaços ditos rurais e que, muitas vezes, ficam invisíveis aos olhos do observador acostumado a associar o campo, ou o “rural”, ao agrícola. Essa problemática, desenvolvida no campo acadêmico, refletia também um debate que estava ocorrendo na esfera governamental voltado para a elaboração de políticas públicas de “desenvolvimento rural”, que desse conta da heterogeneidade que já emergia aos olhos tanto de gestores quanto de pesquisadores envolvidos com questões da política pública. A noção de pluriatividade e mesmo a de

.....
⁵ CARNEIRO; MALUF (2005)

⁶ CARNEIRO,; MALUF, (2010)

⁷ CARNEIRO (2002)

multifuncionalidade presentes nos textos de algumas políticas já expressavam a ocorrência desse diálogo.

Outra noção, a de território, surge nos dois campos como uma possibilidade de oferecer um olhar mais integrado entre cidade e campo, de maneira a aproveitar sinergias e potencialidades que não cabem na distinção entre rural e urbano. Estimulada pela interlocução com os sociólogos franceses e pela experiência de campo na França, iniciei uma reflexão sobre as noções de “território” lá e aqui, no campo das políticas para o desenvolvimento (“rural” e depois, “territorial”) e no campo acadêmico. Percebi, no debate brasileiro, certa confusão em torno tanto de um uso quanto de outro, o que atribuí à ausência de um referência empírica construída historicamente pela sociedade. A categoria formulada para uso político-administrativo acabava sendo usada como categoria analítica, dificultando a clareza sobre quando se estava referindo ao território como unidade de políticas públicas e quando se pretendia desenvolver uma análise com base no conceito de território. Vivenciei em minhas aulas a dificuldade de fazer os alunos compreenderem essa distinção, dificuldade que percebi não ser apenas deles. Tendo em mente essa inquietude, realizei pesquisas e escrevi artigos na tentativa de esclarecer para mim mesma e aos possíveis leitores essas complicações.

Não avancei o necessário para isso. Minha contribuição ficou restrita a dois artigos, um deles *-Limites e possibilidades da construção de territórios de desenvolvimento na região serrana do Rio de Janeiro* – escrito em parceria com Betty Rocha, doutoranda do CPDA na época (CARNEIRO; ROCHA, 2009). Outra reflexão, na mesma direção, mas estabelecendo um diálogo entre as realidades de camponeses dos Alpes e de camponeses instalados em terras que hoje compõem a Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima, foi apresentada em um seminário sobre Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, publicado em 2014 (CARNEIRO, 2014). Neste artigo argumento que a noção de território conjugada à de desenvolvimento não é garantia de que as intervenções visando ao aumento da renda (ou da “sustentabilidade”) sejam menos danosas aos modos de vida das

pessoas sob o impacto de tais ações. Apesar da “boa intenção” de tais iniciativas, elas não chegavam a romper com a visão mercadocêntrica, introduzindo uma lógica que, muitas vezes, pode minar e desestimular iniciativas aparentemente “promissoras de renda”, mas na realidade, motivada pelo encontro, pela sociabilidade, como tinha observado entre os *Paysans de Sept Laux*, em minha tese de doutorado.

Com a atenção voltada para os pontos de convergência e de antagonismo entre o rural agrícola e as novas práticas e valores que se intensificavam no campo, identifiquei o tema da juventude como objeto para pensar questões que me eram colocadas tanto pela bibliografia quanto pelos universos empíricos de minhas pesquisas. O tema da “juventude rural” foi objeto de um seminário nacional organizado por mim e Elisa Guaraná de Castro, realizado no CPDA, e que teve grande procura, reunindo pesquisadores jovens de diversas partes do país. Isso repercutiu na publicação de um livro com os melhores trabalhos apresentados, “Juventude Rural em Perspectiva”, publicado com o apoio do Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (Nead) em 2007 (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

A resistência dos jovens a assumirem o lugar de seus pais no comando das atividades agrícolas já havia aparecido com força em minha pesquisa nos Alpes franceses, confirmando algumas das implicações sociais mostradas por Bourdieu na sua pesquisa sobre a condição camponesa e o celibato, publicada já em 1962. Nas minhas áreas de pesquisa no Brasil, tanto no Rio Grande do Sul como no Rio de Janeiro, verifiquei uma idealização dos jovens sobre o seu futuro profissional de quererem conjugar o melhor dos dois mundos, o que denominei de “ideal rurbano” (CARNEIRO, 1998) Esse ideal foi confirmado em uma escala muito mais ampla em pesquisa patrocinada pelo Instituto Cidadania, visando traçar um perfil da juventude brasileira. Tendo ficado responsável pela análise dos dados sobre os jovens do meio rural, identifiquei demandas e valores semelhantes, expressas por jovens de diversas regiões do país. A sociedade ideal seria aquela que lhes oferecesse as mesmas condições de trabalho, educação e lazer que

são encontradas nas cidades, de maneira que pudessem ter a qualidade de vida almejada sem abandonar o convívio familiar e os benefícios da vida no campo (CARNEIRO, 2005). Outro resultado instigante dessa pesquisa em âmbito nacional foi a convergência de certos valores entre os jovens do campo e os da cidade, o que confirmava minha interpretação sobre a aproximação entre universos simbólicos identificados como “rurais” e “urbanos” e me levava a propor outros recortes teóricos para análises do que se chama convencionalmente de “rural”.

Meus argumentos foram na direção de que essa distinção, assim como as categorias envolvidas, não acrescentavam conhecimento sobre os universos sociais estudados, não cabendo, portanto, atribuir valor analítico a essas categorias descritivas. Essa questão foi trabalhada em diversos artigos, palestras e aulas. Fiz a ressalva de que aceitar os limites da capacidade heurística das categorias “rural” e “urbano” não significava abolir o seu uso ou reafirmar, apenas, que o rural não se restringe ao agrícola e nem que se trata de mera criação imaginária. A origem desses problemas estava, em parte, no fato de que a referência ao “rural” estava sustentada a uma realidade pautada em experiências subjetivas expressas por elementos descritivos e sensíveis carregados de valores. Quando, em nossos estudos, de maneira muitas vezes impensada, recorremos à noção de rural, raramente precisamos o sentido que estamos atribuindo a ela, cabendo a cada um acionar a imagem que essa palavra remete. Trata-se, também, de uma representação social que expressa percepções sustentadas na dualidade e na oposição rural-urbano construídas historicamente ao longo do processo de modernização industrial da sociedade ocidental. Essa dualidade que, para Martins (1986), na sua excelente análise crítica da Sociologia Rural, é fruto da ambiguidade originária da Sociologia, acabou por reduzir a Sociologia Rural à sociologia da atividade agrícola ou, mais especificamente, à sociologia do desenvolvimento da agricultura. Tendo sua base teórica na constituição da Sociologia Rural como disciplina que cria o “rural” como objeto de estudo atrelado à ideia de mudança, transformação e desenvolvimento, essa formulação levada às últimas consequências implicaria o seu desaparecimento.

Acompanhando a compreensão de Jean Rémy, entendo que, talvez, a maior dificuldade em atribuímos um conteúdo analítico a essas categorias esteja na amplitude do seu uso: são termos que servem tanto ao senso comum como aos pesquisadores, como definidores de objeto de estudo e de especialidades disciplinares e às agências elaboradoras de estatísticas que recortam a realidade a partir de uma apreensão de dados sustentada no princípio da dualidade. Dessa ampla possibilidade de emprego resultaria a confusão de significados e de estatuto de categorias que ora designam um tipo de espaço ou de localidade, ora qualificam as relações sociais e modos de vida no interior desses espaços.

Nesses termos, seria mais prudente, em vez de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano face às imbricações promovidas pela modernização ou, mais simplesmente, ignorarmos as diferenças culturais compreendidas nas realidades nomeadas por esses amplos rótulos, orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de distinção (ou interação) nos contextos em que elas são acionadas.

A missão de construir um modelo classificatório sobre o rural e o urbano, como exemplificado pelo esforço realizado recentemente por demanda de agência governamental⁸, deveria, a meu ver, conter uma dimensão de reflexividade integrada no processo de pesquisa. Ou seja, é necessário que nos posicionemos face à sociedade, aos interesses e objetivos que guiam o esforço de compreensão, e face à nossa lente de análise. Enfim, seria necessário perguntar a cada esforço sociológico para o que serve, a quem serve (instituições, governos, administração pública...), para quem serve (que atores são incorporados e quais os que permanecem negligenciados ou invisibilizados) essa classificação sobre o “rural” e o “urbano”.

A problematização em torno dessas questões resultou em diversos artigos⁹ e apresentações em espaços acadêmicos que continuam a se interessar pelo tema

.....

⁸ Ver IICA (2013)

⁹ Ver CARNEIRO (2008) e CARNEIRO (2012).

até hoje¹⁰ e atraiu vários alunos estimulados a desenvolver suas pesquisas de tese ou dissertação sob essa orientação.

(Abre-se parênteses para uma reflexão)

Elaborando este memorial, percebo uma característica no meu envolvimento com os temas de pesquisas. Primeiramente, observo uma relação entre eles, como se a distinção entre as questões se desse mais às maneiras de formular os mesmos problemas e às lentes acionadas a cada formulação do que a problemáticas verdadeiramente distintas. Assim, verifico a existência de elos de natureza tanto teórica quanto empírica entre os diferentes objetos de pesquisa a que me dediquei. Passei do estudo das dinâmicas de reprodução social do campesinato para as relações de gênero e estratégias familiares (incluindo os temas de sucessão e herança) que me levaram ao tema da pluriatividade que se desdobrou na multifuncionalidade, imbricados na reflexão sobre como lidar teoricamente com a complexidade das formas de expressão da ruralidade e do “rural” como noção e como categoria de análise na sociedade contemporânea. Dentro desse universo teórico, “juventude rural” apareceu como um recorte que sintetizava em termos empíricos as questões teóricas e abstratas. Em última análise, minha preocupação se voltou sempre para a compreensão das dinâmicas sociais do “rural contemporâneo” a partir de uma perspectiva local vista através de diferentes lentes.

Em segundo lugar, verifico que após alguns anos de envolvimento com o mesmo objeto de pesquisa, sinto a necessidade de renovação. É como se os

.....

¹⁰ *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil*. Mesa Redonda no 39º. Encontro da ANPOCS, 2015. “Seminário Fluminense de Estudos Rurais e Urbanos”, UFF-Campos, 2015. *O Espaço Rural no Rio de Janeiro*. Embrapa Solos, Rio de Janeiro, 2013. *Ruralidades Contemporâneas: atores e territórios*. Apresentação no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, Bahia, 2013. *Ruralidades Contemporâneas*. Apresentação no III Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável, realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, 2013. *Contemporary Rurality and environmental issues in Rural Sociology*”. Apresentação no XIII Congresso Mundial de Sociologia Rural, Lisboa, 2012; *O ideal urbano no imaginário de jovens rurais*. Apresentação no V Congresso latino americano de Sociologia Rural, Cidade do México, 1998; *Para além das dualidades: o rural não-agrícola no Estado do Rio de Janeiro*. Apresentação no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999; “Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro”, Organizado pelo Instituto de Economia da Unicamp, 1999

temas já estivessem se esgotado em mim, nada havendo a contribuir para o seu conhecimento. A necessidade de uma questão nova, ou de outra maneira de conduzir a pesquisa se impunha. Foi assim que fui abandonando determinados recortes analíticos e estabelecendo outros que me pareciam mais instigantes e estimulantes. Mas sabemos que ao inaugurar novas áreas de interesse, as antigas não nos abandonam no mesmo ritmo que nós intencionamos abandoná-las. Eventualmente somos convidados a participar de debates que nos levam a reler antigos artigos, a repetir falas que soam como ecos de coisas já ditas ou, o que é melhor, mas nem sempre acontece, a descobrir nas entrelinhas antigas algo “novo” que traz novos estímulos e releituras. Logo, o novo e o antigo aí estão sempre dialogando e, por vezes, aprontando surpresas agradáveis. Nessa busca eventual de novos desafios, acabei fazendo uma inflexão um tanto radical nas minhas preocupações de pesquisa, não por meio das associações entre temas, mas por meio de relações pessoais travadas com pesquisadores sobre temas antigos (multifuncionalidade, no caso).

(Fechando parênteses)

5.4. Ciência e políticas públicas

Após alguns contatos com Catherine Laurent (pesquisadora do INRA) em eventos acadêmicos na França em torno da noção de multifuncionalidade, fui convidada para coordenar a equipe brasileira de uma pesquisa multidisciplinar e interinstitucional que seria desenvolvida em 3 países (França, África do Sul e Brasil) por ela coordenada¹¹. A questão central era verificar, com base nos parâmetros da *Evidence Based Policy* (então totalmente desconhecida para mim), como se dava o acesso ao conhecimento científico nos processos de formulação de políticas públicas, especificamente aquelas que articulavam sustentabilidade ambiental à agricultura familiar. Foi um grande desafio para mim, primeiro pelo total desconhecimento da bibliografia sobre o tema e, segundo, por ter de

.....
¹¹ CARNEIRO, et al. (2009); CARNEIRO; ROSA (2011)

enfrentar discussões de ordem teórico-metodológica interdisciplinares que, além de tudo, eram realizadas em inglês, mas na França.

A pesquisa abriu vasto campo de investigação que continuei desenvolvendo mesmo após encerrado esse projeto que durou de 2007 a 2010. Em torno dele criei um Grupo de Pesquisa em Ciência, Natureza, Informação e Saberes (CINAIS) que reúne pesquisadores de diferentes origens disciplinares e institucionais além de alunos. Desse grupo resultaram duas dissertações de mestrado, sendo uma premiada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)¹² e duas teses de doutorado em andamento.

A Evidence Based Policy, conhecida e praticada, sobretudo, nos países anglo-saxões e por diversas agências internacionais, sustenta-se na premissa do embasamento científico das políticas públicas, com vistas a contribuir para maior eficácia às suas respostas. Para isso propõe um conjunto de procedimentos que visa a construir uma ponte entre ciência e esfera pública que consiste fundamentalmente na facilitação do acesso dos gestores públicos ao conhecimento científico disponível.

Com base nessa abordagem fomos a campo para investigar como ocorreu o recurso ao conhecimento científico durante o processo de elaboração da chamada Lei da Mata. A escolha dessa política pública como objeto de estudo remetia ao ambientalismo, tema acionado por imposição do meu campo empírico de pesquisa quando os agricultores da região serrana do RJ se viram ameaçados pela implantação de uma Unidade de Conservação.

Entrevistamos vários gestores públicos, deputados e cientistas que participaram desse processo que durou 14 anos. A pesquisa se estendeu também para as esferas estadual e municipal do Rio de Janeiro com o objetivo de identificar os procedimentos técnico-científicos que embasaram a criação e delimitação de duas unidades de conservação: o Parque Estadual dos Três Picos e a Área de Proteção

.....

¹² Ver CARNEIRO e DANTON (2011) e CARNEIRO, SANDRONI, L (Aceito para publicação pela Revista Ambiente & Sociedade).

Ambiental de Macaé de Cima. Dessa pesquisa resultaram alguns artigos em parceria com colegas da equipe¹³. Experimentamos também a realização de sínteses bibliográficas baseadas na “revisão sistemática” – ferramenta desenvolvida pela EBP – sobre a articulação entre conservação da biodiversidade e agricultura familiar nas Ciências Sociais, que resultaram em dois artigos e foram fonte da dissertação premiada¹⁴.

Essa pesquisa, ainda bastante sustentada nas premissas da *Evidence Based Policy* como metodologia para abordar a relação entre ciência e a esfera pública, revelou que o acesso ao conhecimento científico por parte dos gestores ocorre de maneira eventual e casuística, levando ao questionamento sobre a viabilidade da aplicação dessas premissas para o caso estudado. O recurso ao conhecimento, quando necessário, ocorre muito mais por vias pessoais do que pela consulta a artigos ou outras fontes acadêmicas. A escassez de tempo e a dificuldade operacional de realização de buscas em bases bibliográficas eram justificativas apontadas para reforçar uma representação sobre a ciência como “distante da realidade”, além de difícil compreensão, o que foi interpretado como expressão da existência de um abismo entre os dois campos. Contudo, o uso do conhecimento científico foi considerado um importante fator na legitimação de determinadas posições nas disputas que ocorrem nos espaços de decisão. Essas observações nos levaram a um conjunto de questões e apontaram para os limites da abordagem da EBP como matriz de análise da relação ciência e sociedade, o que foi objeto de outra pesquisa.

Aprofundando a leitura da bibliografia dos Estudos Sociais da Ciência, contando com a importante contribuição de Edgar Lyra (filósofo da ciência da PUC), integrante da nossa equipe, iniciamos uma crítica à abordagem da *Evidence Based Policies*, começando pela revisão da noção de *evidência* “posta em destaque por

.....
¹³ CARNEIRO, et al. (2009); CARNEIRO; ROSA (2011)

¹⁴ Ver CARNEIRO e DANTON (2011) e CARNEIRO, SANDRONI, L (Aceito para publicação pela Revista Ambiente & Sociedade).

essa metodologia, sobretudo visando superar (ou ratificar) a suspeita de que ela possa não ser mais que a retomada impensada de um projeto que, pelo menos desde René Descartes, passando pelos positivismos e neopositivismos dos séculos XIX e XX, ronda a comunidade científica” (CARNEIRO et al, 2014).

Com base nas percepções e práticas reveladas por gestores de duas Secretarias de dois Ministérios: o do Desenvolvimento Agrário e o do Meio Ambiente e pelos pesquisadores envolvidos em consultorias a órgãos governamentais, verificamos como a percepção de ciência afetava a relação dos gestores públicos com cientistas e a mobilização de conhecimento. Como resultado da crença na ciência como neutra, objetiva e provedora de certezas, alguns gestores buscam nela respostas imediatas a questões colocadas pelo cotidiano da política (*policy*). Por outro lado, reconhecem os obstáculos, difíceis de serem superados, decorrentes dos diferentes procedimentos da ciência e da política, o que gera ceticismo sobre a possibilidade de a ciência eventualmente vir a ter alguma utilidade. Essa reação, ainda que atrelada a certa representação do que seja ciência, nos levou a refletir sobre os limites da construção de uma ponte entre ciência e política e a colocar em outros termos as nossas questões.

Enveredamos, então, por uma avaliação crítica da *Evidence Based Policy*, não só a partir da discussão dos seus fundamentos epistemológicos, como da tentativa de operacionalizá-la. Percebemos que a proposta de uma utilização racional de assertivas científicas como subsídio na tomada de decisão do gestor público se sustenta em uma visão de ciência assentada em uma hierarquia de conhecimentos e de procedimentos que acabam por se tornar inoperantes do ponto de vista da gestão pública. Vimos que diferentes tipos de fontes e de literatura informavam efetivamente a formulação de políticas no cotidiano institucional. Indo à contramão da EBP, alguns autores revisados nos levaram a discutir a contribuição dessas diversas fontes, entre elas, particularmente, a consulta direta a especialistas e conhecimentos advindos da experiência profissional dos gestores. A incorporação dessas críticas está registrada em artigo, em coautoria com alunos, publicado recentemente (DELATIN, et al., 2015).

Críticas como as já feitas pelos defensores da *Evidence Informed Policy* relativizam a primazia da ciência, convocando outros interlocutores a participarem nos processos decisórios e deslocando a noção de evidência para um papel informativo e não sustentador da política. Trata-se de uma abordagem pós-moderna que vai incorporando as incertezas e faz com que a ciência informe os gestores e os prepare para lidar com essa noção. Outra vertente teórica bastante instigante sobre a qual venho aprofundando as leituras é a da “coprodução” entre ciência, Estado e cultura, conceito elaborado por Sheila Jasanoff. Nessa direção continuo trabalhando e experimentando, com os alunos, as dificuldades, os desafios e os estímulos que a entrada em um novo tema nos provoca.

6. DOCÊNCIA E FORMAÇÃO

As atividades de docência se distribuíram em aulas na graduação na UFF (até 1996) e na UFRRJ. Nesta última, minha experiência pessoal não tem sido muito empolgante. Meus esforços em estimular alunos de cursos de formação em áreas biológicas ou agrônômicas para problemáticas sociais não foram, em geral, muito bem-sucedidos. Mas minha contribuição na formação de graduandos não se restringiu às aulas. Durante todo o período de atividade de docência, a partir da conclusão do doutorado, sempre tive bolsistas de Iniciação Científica vinculados aos meus projetos. Esses bolsistas (23 ao todo), em sua maioria, eram procedentes de Cursos de Ciências Sociais da UFRJ ou da UFF.

Articulando os recortes família, gênero e campesinato montei a disciplina “Dinâmicas das Sociedades Camponesas” que, com a criação do doutorado e a necessária reestruturação do Programa, passou a ser chamada de “Dinâmicas da Agricultura Familiar”. Nessa disciplina, me inspirei, inicialmente, no curso Sociedade Camponesa, oferecido por Moacir Palmeira no PPGAS, o qual eu havia acompanhado durante o Mestrado. Mais tarde, incorporei novas questões, como a discussão em torno do estatuto teórico da noção de “agricultura familiar” e o que a distinguia teoricamente do conceito de camponês; o lugar da “agricultura familiar” nas dinâmicas capitalistas do campo; a noção da “pluriatividade”

que remetia ao debate sobre o caráter familiar da agricultura familiar, além de questões como casamento, herança e sucessão, trazidas na bagagem do doutorado.

Mais tarde, elaborei um curso que problematizava a noção de “rural” ao discutir a origem de sua construção como objeto de estudo, as diferentes vertentes teóricas e suas implicações nas análises. Essa disciplina acabou sendo eleita como “Fundamental” para o doutorado, dentro da estruturação do CPDA em disciplinas “obrigatórias”, “fundamentais” e “optativas”. Sou também uma das responsáveis pela Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais (I e II) que alterno com outros colegas.

7. ORIENTAÇÃO

Relacionados de forma mais direta ou apenas transversalmente às questões de pesquisa delineadas acima, foram orientadas 18 pesquisas de iniciação científica, 24 dissertações de mestrado, nove teses de doutorado, além de cinco supervisões de pós-doutorado.

8. EXTENSÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A partir de um determinado momento da minha trajetória acadêmica senti falta de compartilhar com os meus interlocutores das localidades onde realizei pesquisas, o conhecimento que eles me proporcionaram produzir. Assim, publiquei em um livreto os resultados principais de uma pesquisa realizada com mais dois colegas (uma geógrafa e um geólogo) com auxílio do CNPq. Limpar o texto dos termos acadêmicos para torná-lo inteligível e atrativo para leitores de fora do campo acadêmico, demandou um esforço e um tempo que eu não previra, mas o resultado foi estimulante. Essa publicação foi muito bem recebida e seus 500 exemplares já se encontram esgotados (CARNEIRO, et al., 2010).

Seguindo nessa intenção, desenvolvi um projeto de pesquisa e extensão¹⁵, financiado pela FAPERJ, com o objetivo de avaliar a possibilidade de implantação de circuitos curtos de mercado de produtos agrícolas na localidade que eu elegi como universo privilegiado de pesquisa nos últimos 20 anos. O tema me foi sugerido por atores locais, comprometidos com a permanência da agricultura familiar no local e que viam na implantação desses circuitos (feiras, cooperativas, entrepostos), uma possibilidade de melhorar a renda dos agricultores dependentes de intermediários para a comercialização de seus produtos. Além disso, imaginavam que esse tipo de comercialização direta contribuiria para a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas vendidos no local e para estimular a criação de uma identidade local vinculada a esses produtos. Perseguindo esse objetivo foi realizada uma pesquisa com quase a totalidade dos agricultores e comerciantes locais para entender como se processava a comercialização, a capacidade produtiva e de consumo dos produtos da agricultura familiar local. O projeto incluía também a realização de oficinas de educação ambiental com alunos das escolas estaduais e municipais das duas localidades envolvidas na pesquisa. Essas oficinas se encerraram em novembro deste ano e resultaram em interessantes trabalhos elaborados pelas crianças em torno do tema da relação entre “agricultura e meio ambiente” (um vídeo, uma peça de teatro e um livro de receitas locais) que foram exibidos em eventos de encerramento das atividades nessas escolas. Dessa pesquisa resultou uma publicação para a divulgação dos resultados nos mesmos moldes da publicação referida anteriormente¹⁶.

Ainda nessa direção, usufruindo dos recursos da taxa de bancada da bolsa de produtividade do CNPq complementados com parte dos recursos da FAPERJ, está em processo de finalização um vídeo (*Tempo da Terra*) sobre a percepção dos

.....
¹⁵ Sensibilização e Promoção de Práticas Sustentáveis com Base na Agricultura Familiar na Região Serrana do Rio de Janeiro, Nova Friburgo.

¹⁶ Carneiro;Palm (s/d)

agricultores sobre o trabalho, a vida e o futuro da agricultura nessas localidades onde atividades relacionadas ao turismo competem com a agrícola.

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.

Referências

ALMEIDA, A.A.; CARNEIRO, M.J.; DE PAULA, S.G. (orgs.). *Pensando a Família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987.

CARNEIRO, M.J. Sistema de Troca: economia das relações sociais no campo. *Revista de Cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

CARNEIRO, M.J. *"Terra da Pobreza": um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense*. 1976. 190f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

CARNEIRO, M.J. e MONTE-MOR, P. Sujeição e idealização do passado: reflexões sobre a representação das condições de vida do irrigante. *Bol. Reforma Agrária*, vol. 13, n. 3, maio/junho, 1983.

CARNEIRO, M.J. Vidas Irrigantes. *Ciência Hoje*, vol. 4, no. 24, maio/junho, 1986.

CARNEIRO, M.J. Esposa de Agricultor. *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 2, 1996, pp.358-354.

CARNEIRO, M. J. Pluriactivité Agricole: L'hétérogénéité cachée. *Chiers d'Economie et Sociologie Rurales*, vol. 38, 1996a, pp. 6-36.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso Frances. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 11, vol. 32, São Paulo, 1996b, pp. 89-105.

CARNEIRO, M.J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do Pronaf. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 8, 1997, p. 70-82.

CARNEIRO, M.J. Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. In CARNEIRO, M.J.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; GIULIANI, G. M.; RIBEIRO, A. M. (orgs). *Campo Aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, Vol. 1, 1998, pp. 273-296.

CARNEIRO, M.J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In. SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; Costa, L.F.C. (Org.). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/ Pronex, 1998. p. 01 – 27.

CARNEIRO, M.J. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, 2001, pp. 22-55.

CARNEIRO, M.J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In. MOREIRA, Roberto José.; COSTA, Luiz Flávio de C. (orgs). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, pp. 223-240.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (orgs.) *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, M.J. Juventude rural: projetos e valores. In. ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005, pp. 243-262.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. – Multifuncionalidade da Agricultura Familiar. **Cadernos CEAM** (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares). UnB: CEAM/ NEAGRI, Vol. V, n. 17, 2005, pp. 43-58.

CARNEIRO, M. J. SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M.J. Rural como categoria de pensamento. **Revista Ruris**. Vol. 2, n.2, mar., 2008, pp. 9-38.

CARNEIRO, M.J., GUEDES-BRUNI, R., LEITE, S. P. Conhecimento científico e políticas públicas: mobilização e apropriação do saber em medidas de conservação da Mata Atlântica. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 17, n.2, 2009, pp. 254-303.

CARNEIRO, M.J.; ROCHA, B. N. Limites e possibilidade da construção de “territórios de desenvolvimento” na Região Serrana do Rio de Janeiro. **Política & Sociedade**. N° 14 – abril de 2009, pp. 251 – 275.

CARNEIRO, M.J. ; MALUF, R.. Multifonctionnalité de l'agriculture familiale au Brésil: quelques voies de réflexion. In.WOLFER, Bernard A. (org.) **Agricultures et paysanneries du monde**. Paris : Ed. Quae, 2010, pp.121-144.

CARNEIRO, M.J.; BERTOLINO, A.V. e BERTOLINO, L. **Agricultores e Território: práticas e saberes**. Rio de Janeiro: Trasso Comunicação, 2010.

CARNEIRO, M.J e DANTON, T. Agriculture and biodiversity in the Brazilian social sciences: a possible state-of-the-art scenario. **Innovation – The European Journal of Social Science Research**. Vol. 24. n.3, Sept. 2011, pp. 225-246.

CARNEIRO, M.J.; ROSA, T. da S. The use of scientific knowledge in the decision making process of environmental public policies in Brazil. **Journal of Science Communication**, Vol.10, n.1, Mar, 2011, pp. 1-10.

CARNEIRO, M.J. (org.). **Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CARNEIRO, M.J. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In Carneiro, M.J. (coord.). **Ruralidades Contemporâneas. modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. MAUAD/Faperj, 2012, pp. 23-50.

CARNEIRO, M.J. “Desenvolvimento Rural Sustentável”: o retorno ou a morte do camponês? In. MARTINS, R. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014, pp. 31-47.

CARNEIRO, M.J.; PALM, J.L. Agricultura Familiar em São Pedro da Serra e Lumiar, Nova Friburgo, R.J.: produção, circulação e consumo. Mimeo, [s/d]

CARNEIRO, M.J., LYRA, E.; ROSA, T., da S. SANDRONI, L. Para quem fala a ciência? Limites e possibilidades da interface entre ciência e política. VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; SANTOS JR, Roberto Araújo Oliveira (Orgs.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. Vol. 1, 2014, pp. 101-124.

CARNEIRO, M.J. SANDRONI, L. Conservação da Biodiversidade nas Ciências Sociais Brasileiras: um tema em construção. Aceito para publicação pela **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol. 19, 2016, pp. 21-46.

DELATIN, D.; CARNEIRO, M.J. e SANDRONI, L. Da la investigación a la política pública: producción y circulación de conocimiento científico. **Nómadas**, n. 42, abr 2015, pp.151-165.

FIGUEIRA, Sérvulo. **Uma nova família?** o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A Agricultura (IICA). **Concepções da ruralidade contemporânea:** as singularidades brasileiras. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21) Brasília, IICA, 2013.

MARTINS, J.S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. Coleção Estudos Rurais. Hucitec, 1986.

RODRIGUES, Nelson. **Teatro completo: volume único**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

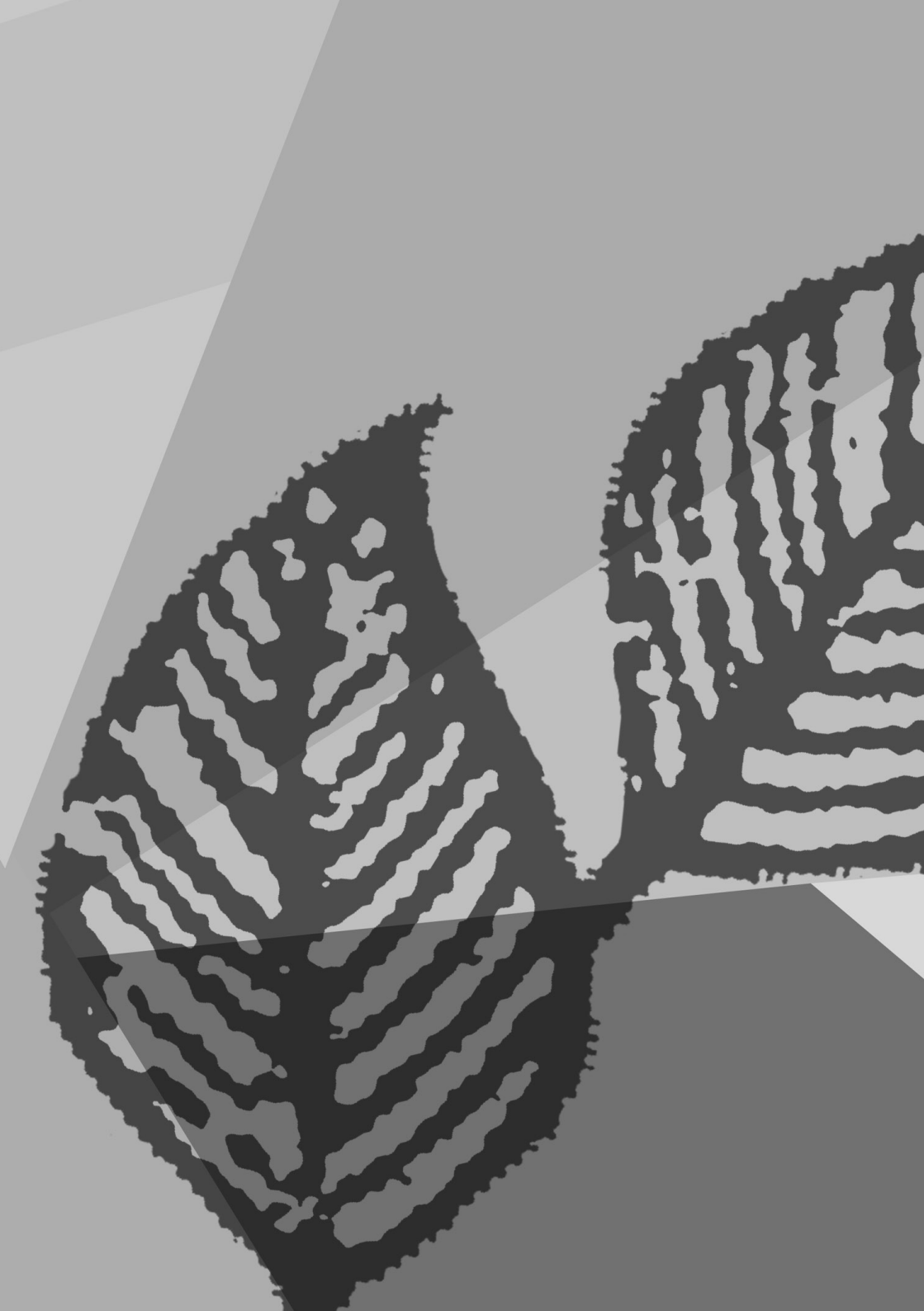
SANDRONI, Laila Thomas. **"Conservação da Biodiversidade" nas Ciências Sociais Brasileira:** um campo em construção. 2012. 104f. (Dissertação de Mestrado) - Programa

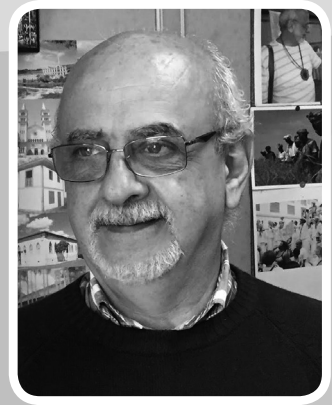
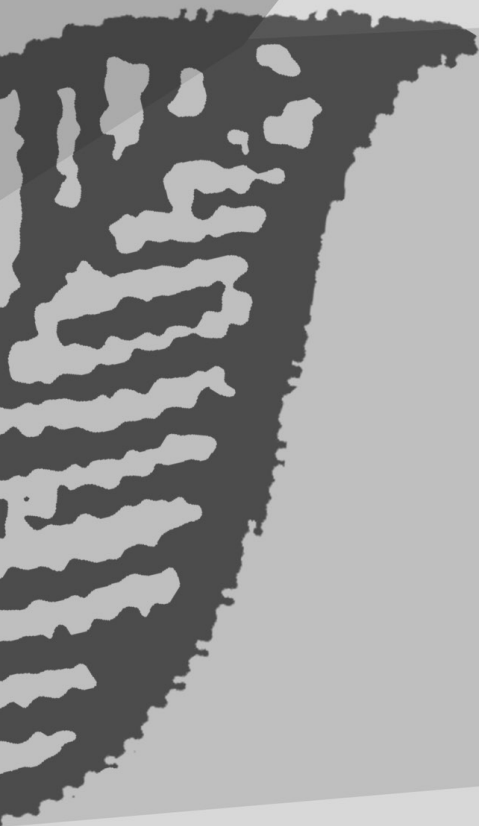
de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, L. A. M. O Significado do Botequim. **Revista América Latina**, n.3, 1969, p. 160-182.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense:** estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. 2009. 263f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Rio de Janeiro**. 1998. [s/f]. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.





Renato Sérgio Jamil Maluf

PROFESSOR TITULAR DO CPDA/UFRRJ

Memorial

INTRODUÇÃO

A elaboração do presente memorial descritivo teve seu conteúdo orientado, primeiramente, pelo objetivo de revisar minha trajetória acadêmica e minha produção intelectual. Organizei a revisão de maneira a sublinhar o amadurecimento sobre inquietudes, conceitos e enfoques que vieram a desembocar no tema subjacente aos meus trabalhos recentes, a saber, ‘a questão alimentar no desenvolvimento’. Ao redor desse tema geral se localizam as principais contribuições que penso ter dado ao conhecimento, sendo este um aspecto do percurso acadêmico que nos é solicitado ressaltar, ainda que essas contribuições tenham sido, não raro, fruto de reflexão coletiva.

Não obstante, optei por não me restringir à elaboração de um memorial meramente descritivo ao lhe conferir um caráter também analítico, que busca contextualizar minha trajetória e as continuidades e inflexões nas temáticas a que me dediquei. Essa opção me levou, ademais, a aproveitar esse momento de reflexão para estabelecer os elos entre a trajetória ora revista e os eixos orientadores do programa de estudos e pesquisas que pretendo seguir desenvolvendo na presente etapa de minha carreira acadêmica.

A opção por apresentar um memorial descritivo-analítico me levou a ultrapassar o período de avaliação estabelecido pelas normas de progressão a professor titular – últimos 16 anos – já que pretendi identificar as primeiras inquietudes que viriam a resultar nas questões de pesquisa que ocuparam boa parte das minhas atividades, até recentemente. Essa perspectiva me fez retroceder até meados da década de 1970, quando concluí o curso de Graduação e ingressei no Mestrado, mesmo momento em que também se iniciou minha já longa, prazerosa e ininterrupta dedicação à docência em cursos de Graduação, em 1975, acrescida do envolvimento com docência e pesquisa na Pós-Graduação, a partir de 1981.

As escolhas antes mencionadas resultaram na organização do texto em um número grande de seções que apresentam minha trajetória em blocos temáticos, não necessariamente expressando a ordem cronológica dos trabalhos registrados em cada um deles. Além disso, acrescentei uma seção final para dar conta da intenção do presente esforço de revisão de indicar os rumos do programa de pesquisa em curso.

1. TRAÇOS GERAIS DA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Duas características marcam minha trajetória intelectual e profissional desde a formação inicial até os dias de hoje. O fato de eu ter me graduado e ter obtido os títulos de Mestre e Doutor sempre no campo da Economia constitui, naturalmente, uma marca forte sintetizada no fato de eu sempre ter sido professor de disciplinas em que predominam conteúdos econômicos. Entretanto, a reiterada opção pela Economia Política, e não pela chamada Ciência Econômica, expressou o interesse em desvendar e compreender a dimensão econômica da vida material por caminhos que ressaltavam os conflitos em relação à geração e apropriação de renda e riqueza e os desafios para construir uma sociedade justa, com vida digna para todos. Veremos que a propensão de ultrapassar os limites disciplinares, presente desde então, foi reafirmada quando optei por ingressar no CPDA/UFRRJ, em 1990, vindo a se consagrar como opção teórica e metodológica.

Ao lado das escolhas em termos das disciplinas ou campos do conhecimento, encontra-se embutida em minha trajetória a associação entre conhecimento e militância. De fato, trata-se de marca distintiva a ser assinalada, pois essa associação resultou em posturas reunindo a valorização do conhecimento buscado na vida universitária (em menor grau, no que se chama de academia) e a militância política, a qual se localizou, num dado período, no campo político-partidário, mas que em termos mais amplos tem se dado no campo social onde sempre inscrevi a questão alimentar. A articulação entre conhecimento e militância estava presente, desde logo, no engajamento na crítica econômica praticada

desde o período do regime militar sob o qual me formei, em particular no debate das políticas adotadas pelos governos¹. Contudo, foi no campo alimentar, mais propriamente, no tratamento de questões agroalimentares, que conhecimento e militância vieram a se associar enquanto prática cotidiana de estudo, pesquisa e militância social. Enquanto a crítica econômica significou valorizar, desde cedo, a importância da democracia e do debate aberto sobre modelos alternativos e instrumentos de política pública, os estudos e o engajamento social em temas relacionados com alimentos, agricultura, fome e segurança alimentar levaram à ampliação do meu foco de modo a valorizar o papel dos atores sociais, inclusive, na análise do Estado e das políticas públicas.

Assim, inquietudes de natureza intelectual e questões postas pelo debate público estão na base da busca sistemática de conhecimento e das escolhas teóricas correspondentes. Excluía-se, desde logo, a dedicação ao desenvolvimento da teoria como um objetivo que se encerra em si mesmo. Os poucos esforços de tipo conceitual relatados nesse memorial derivaram da perspectiva de aplicar o conhecimento teórico na compreensão de como se desenvolvem as sociedades, isto é, como elas se movem e se transformam, principalmente em sua dimensão econômica. Uma característica de quase todos os meus trabalhos acadêmicos é o olhar sobre as dinâmicas socioeconômicas e tendências de médio e longo prazo, sendo raro e quase sempre auxiliar o uso de instrumental analítico ou de modelos explicativos do comportamento conjuntural de variáveis econômicas.

Esse tipo de preocupação fluiu na direção de concentrar meus estudos e também minha atividade didática na chamada economia do desenvolvimento, com especial atenção para as relações entre dinâmicas econômicas e desigualdades sociais ou, de forma propositiva, os requisitos para reunir dinamismo econômico e equidade social. Veremos que aí se localizou um dos esforços de conceituação na forma de um ensaio, refletindo sobre a própria noção de desenvolvimento

.....
¹ Minha primeira participação em seminário internacional se fez com base em texto escrito em conjunto com um colega de universidade e militância. Ver: Machado e Maluf (1983).

econômico. Ressalto, porém, que minhas leituras e escritos sobre desenvolvimento ultrapassaram, com frequência, as fronteiras da economia, sendo esta a fonte de onde extraio o substrato econômico ou socioeconômico das reflexões e pesquisas nos campos temáticos a que me dedico.

Cabe, aqui, abrir um parêntese para mencionar que o modo como recorri ao conhecimento teórico desde os meus primeiros trabalhos acadêmicos continha uma expectativa modesta quanto às possibilidades oferecidas pela teoria, ainda que essa percepção só tenha me ocorrido, talvez tardiamente, com a leitura da obra de Albert O. Hirschman, a partir de meados da década de 1990. Não me refiro apenas ao fato, comum e até esperado em meu caso, de o uso aplicado de conceitos e matrizes analíticas prevalecer frente aos poucos esforços de teorização, mas também à adoção de posturas tais como assumir a dimensão inescapavelmente normativa da noção de desenvolvimento sem com isso abdicar da reflexão crítica (teórica) a respeito. A abordagem de Hirschman sobre o lugar da teoria expresso no seu “princípio de modéstia teórica”, e sobre muitas outras questões, passou a ter presença constante em minhas aulas, palestras e escritos, terminando por ser objeto de um ensaio específico.

No que diz respeito ao campo temático em que concentrei a parte principal da docência e da pesquisa, é possível afirmar que a ideia de que há uma questão alimentar no desenvolvimento constitui a matriz de boa parte do que eu produzi desde que a formulei em meados dos anos 1990, invocando razões econômicas, éticas e políticas em sua fundamentação. Claro que as raízes desta formulação são anteriores e encontráveis já no projeto que tinha em mente ao concluir a graduação, a saber, estudar os fluxos comerciais de produtos agrícolas com o exterior em correlação com a suficiência do abastecimento interno. Tratava-se de uma proposta bastante preliminar, mas nem por isso menos significativa, de dissertação de Mestrado², que terminou por se converter em um estudo sobre comercialização agrícola em âmbito nacional.

.....
² Não se requeria, à época, um trabalho de conclusão do curso de graduação em Economia.

Veremos que comercialização agrícola, abastecimento alimentar, segurança alimentar, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar e direito humano à alimentação compõem o conjunto de referências gradativamente incorporadas na construção do campo temático que absorveu boa parte das minhas reflexões e pesquisas aplicadas. Meu envolvimento nessa construção englobou, aqui também, esforços de tipo conceitual, no caso, uma construção conceitual de noções ainda não consagradas no país – como a segurança alimentar e nutricional – feita em conjunto com o debate de políticas públicas e a prática militante. Essa conjunção não se explica pelo meu perfil pessoal, mas sim pela característica inerente às noções que são objetos de ações e políticas públicas, a saber, elas assumem acepções distintas conforme os atores sociais que delas fazem uso. A disputa de significados é parte da construção conceitual da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação.

Como se sabe, é próprio desse campo temático conferir destaque à agricultura em geral e, particularmente no Brasil, à agricultura de base familiar, trazendo consigo questões relativas ao meio rural e aos recursos naturais. Foi pela porta dos alimentos (bens alimentares) e da alimentação (modos de apropriação dos bens alimentares) que “entrei” na agricultura e no meio rural, sendo este o caminho que ainda adoto para abordar as questões agrícolas, agrárias e rurais. Essa perspectiva é evidente na dissertação de Mestrado, na tese de Doutorado e em várias pesquisas e publicações. Não obstante, em um dado momento (principal e quase único) percorri o caminho inverso, iniciando pela agricultura para chegar ao seu papel na alimentação, quando coordenei uma rede de pesquisadores com o objetivo de trabalhar a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar no contexto brasileiro. Focalizando o meio rural, interessávamos ressaltar os papéis econômicos e não econômicos da agricultura familiar. Esse caminho incluiu, ainda, a incorporação da noção de território e, com ela, a de desenvolvimento territorial entre as referências analíticas daquele trabalho e de outros que se seguiram.

Finalizando essa introdução aos traços gerais da minha trajetória, ressalto a propensão a incorporar a dimensão mais propriamente política em meus trabalhos recentes, com vistas a realçar o papel da participação social nas políticas públicas e de refletir sobre seus desafios na ótica da democracia participativa, naturalmente respeitados os limites da minha formação. De fato, a análise das políticas públicas é um componente sempre presente em minha trajetória. Alguma incursão na literatura mais conceitual sobre enfoques de políticas públicas tem feito parte dos meus trabalhos, aí incluída a análise do papel da participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Contudo, por mais que minha própria experiência de integrar um conselho de participação social em políticas públicas de SAN tenha sido essencial para adquirir algum conhecimento da prática da participação³, careço de embasamento sólido em disciplinas mais apropriadas para abordar a questão da democracia participativa em toda a sua complexidade.

Passo, agora, a apresentar uma síntese das principais etapas da minha trajetória desde o Mestrado até o presente momento, com base nos trabalhos realizados e publicações correspondentes.

2. DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA AO CAPITAL COMERCIAL

2.1 Dissertação de Mestrado

Conforme antecipado na seção anterior, meu primeiro trabalho acadêmico propriamente dito consistiu na dissertação de Mestrado intitulada “A Expansão do Capitalismo no Campo: o arroz no Maranhão”, abordando as formas de produção e sistemas de comercialização na rizicultura maranhense (MALUF, 1977). Sob a orientação do Prof. Tamás Smrecsányi, ela foi defendida em 1977

.....

³ Além de ter acompanhado a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 1993/4, estive diretamente envolvido com sua retomada em 2003, tendo exercido a Presidência do Conselho por dois mandatos, entre 2007 e 2011. Na base desse envolvimento ou militância social está minha condição de membro fundador e integrante da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, rede de organizações e movimentos sociais que atuam nesse campo, criada em 1998.

na UNICAMP. Os objetivos da pesquisa, assim como o enfoque e referencial teórico, refletiam duas questões então presentes nos estudos sobre agricultura e o meio rural no Brasil, tidas como centrais pelas abordagens que compunham o chamado pensamento crítico sob forte influência da matriz marxista. Uma delas dizia respeito às características assumidas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, já claramente urbano-industrial, e suas repercussões nas atividades agrícolas e na conformação do espaço rural. Essa perspectiva está sintetizada na própria formulação que abre o título da dissertação: “a expansão do capitalismo no campo”.

A segunda questão, derivada em parte da primeira, jogava luz na submissão à lógica mercantil do numeroso e heterogêneo universo que compunha a categoria dos pequenos produtores rurais e na apropriação do excedente econômico por eles gerado. Entendia-se que, ao lado do acesso a terra, os mecanismos de comercialização da pequena produção agrícola e de aquisição dos bens de que necessitavam condicionavam as possibilidades socioeconômicas e outras dimensões da existência dessas famílias. A pesquisa de campo em que se baseou a dissertação era um dos estudos de caso de um projeto sobre comercialização agrícola e formação de preços no Brasil (Convênio UNICAMP/INCRA, 1977), no qual fui o responsável pelo estudo da rizicultura na então chamada região Pré-Amazônica do Estado do Maranhão.

A opção de recorrer a um estudo de caso refletia a compreensão de que estudar a agricultura brasileira passava por considerações regionais em função da amplitude territorial e da diversidade características do Brasil, com um enfoque que tinha em conta a trajetória histórica das regiões respectivas e sua integração às dinâmicas mais gerais em curso no país. Isto é, tratava-se de recuperar a regionalização oriunda da herança colonial brasileira com base na qual se construiu a integração espacial da economia e da sociedade brasileira sob a égide do capital industrial. Num momento em que eram comuns as abordagens da ocupação econômica das regiões de fronteira – o Maranhão se encontrava nessa condição – em termos da implantação de formas modernas em “espaços

vazios”, a dissertação reconhecia, diferentemente, que o avanço da acumulação de capital – a expansão do capitalismo no campo – defrontava-se com configurações socioeconômicas oriundas do processo histórico específico de cada região, cabendo ao capital subordinar as regiões, transformando-as por meio de processos essencialmente contraditórios. No caso do Maranhão, esses processos incluíram a desagregação da principal atividade agroexportadora (cotonicultura), o recebimento de contingentes de migrantes pobres oriundos do Nordeste e a expansão da pecuária bovina.

Além disso, tinha a compreensão de que o mesmo processo que inseria a região na acumulação de capital em curso na economia brasileira, com suas respectivas contradições, implicava alterações na relação cidade-campo devidas à dinamização da agricultura de mercado interno propiciada pelo avanço da industrialização-urbanização. A porta de entrada para analisar as formas de produção, beneficiamento e comercialização do arroz cultivado “no toco” por pequenos posseiros e arrendatários em duas regiões do Estado do Maranhão – Cocais e Pré-Amazônia – foram os elos que vinculavam essas atividades ao mercado nacional do produto.

Assim, essa importante parcela da rizicultura maranhense foi interpretada como um caso em que a expansão capitalista incorporou novas áreas e estabeleceu com as formas não capitalistas de produção nelas presentes, um tipo de subordinação indireta do trabalho ao capital⁴. Vale dizer que tais áreas e produtores contribuíam para a reprodução do capital fornecendo alimentos e matérias-primas, ao lado da aquisição de terras para a pecuária, sem que houvesse um capital investido na produção agrícola propriamente dita, caso em que se configuraria a subordinação direta do trabalho ao capital. As categorias consideradas como formas não capitalistas de produção incluíam os pequenos arrendatários e pequenos posseiros, bem como grande parte dos pequenos proprietários. Estes, porém, desfrutavam de condição diferenciada em relação aos demais por

.....
⁴ Utilizei a noção de subordinação indireta ao capital conforme desenvolvida por Silva (1977).

deterem a posse da terra (favorecendo o acesso ao crédito) e possuírem pequena participação na atividade que me interessava estudar.

Cabia à intermediação do capital mercantil articular as formas não capitalistas de produção com o movimento de reprodução do capital em curso na economia brasileira, apropriando-se de excedente econômico que incluía a parcela a ser retida na atividade de produção caso ela se realizasse sob formas especificamente capitalistas. Deste modo, a expansão dessas formas de produção agrícola tinha como principal determinante a acumulação de capital na economia como um todo, e não a acumulação realizada e apropriada nelas mesmas.

Outras ressalvas ajudavam a demarcar o enfoque e referencial teórico da dissertação. Primeiro, apartei-me do debate então bastante vivo sobre a presença de relações semifeudais na agricultura ou sobre a existência de resquícios feudais no meio rural brasileiro. A opção foi aplicar o qualificativo “não capitalista” para me referir às formas de produção que não têm um capital nelas investido à procura de uma taxa média de retorno, embora integradas à dinâmica de reprodução do capital e suas implicações em termos da articulação entre o campo e a cidade. Afiliei-me, portanto, às abordagens que consideravam o movimento conjunto de reprodução de relações capitalistas e não capitalistas como parte constitutiva do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Com este olhar buscava captar as especificidades regionais em termos da forma de organização da produção agrícola e dos mecanismos de apropriação do excedente. Esclarecia também que a persistência de métodos rudimentares de produção não era estranha à subordinação indireta do trabalho ao capital, pois o produtor agrícola continuava a ser um vendedor de mercadorias e não de seu próprio trabalho, portanto, não se aplicando nem mesmo a diferenciação entre subordinação formal ou real do trabalho ao capital.

Igualmente importante foi a não utilização das categorias de camponês, campesinato e unidade de produção camponesa, por entender que elas gerariam graves confusões se não fossem devidamente explicadas. Embora ciente das interpretações propugnando que a dominância do capitalismo e a

subordinação que este estabelece sobre as ditas formas camponesas alteravam o próprio caráter das mesmas (VELHO, 1969; WANDERLEY, 1977), entendia então que o conceito de camponês tinha menor vigor explicativo do que as caracterizações que privilegiavam as relações com a terra (meio de produção fundamental) e as formas de apropriação do excedente pelo capital. Note-se que essa opção teórica significava, ao mesmo tempo, quase que uma tomada de posição num debate bastante politizado, opção e posicionamento que vieram a ser revisitos em minha trajetória posterior, ao incorporar a noção de agricultura familiar.

Entre as conclusões gerais da dissertação, ressalto o papel atribuído ao sistema de comercialização dominante enquanto um dos determinantes da reprodução da rizicultura maranhense por meio do crédito e do manejo dos preços de venda do arroz e de compra de bens. A “rede” de intermediação promotora de intensa exploração comercial concentrava, na esfera da circulação, a acumulação de capital oriunda das atividades ligadas ao arroz do Maranhão. À acumulação mercantil propiciada pela rizicultura se juntava a renda-trabalho extraída pelos grandes pecuaristas do desmate feito pelos pequenos produtores e a consolidação de outras pré-condições para a penetração do grande capital nas novas áreas incorporadas pelo avanço da fronteira agrícola. Identificava, assim, a existência de vários meios de extração do *sobre-trabalho*, no qual prevalece a subordinação indireta ao capital, para além da relação de assalariamento.

Como essa exploração se dava, notadamente, por meio do capital comercial responsável pelas relações cidade-campo, concluí que este tipo de capital gozava de uma condição de “hegemonia relativa”. Hegemônico por subordinar a produção agrícola da região aos seus interesses, mas ao mesmo tempo subordinado ao capital industrial, entendido como forma hegemônica na economia nacional que impõe limites às possibilidades de acumulação do capital comercial. Essa observação constitui a chave de ligação da dissertação com o objeto principal da tese de doutoramento, que foi a compreensão sobre a natureza do capital comercial e sua inserção no desenvolvimento capitalista.

A existência de formas não capitalistas de produção agrícola subordinadas indiretamente ao capital, por meio do capital comercial em condição de hegemonia relativa em face do desenvolvimento capitalista de base urbano-industrial, levou-me a identificar uma “harmonia contraditória” em que coexistem a aparente funcionalidade dessas formas de produção e suas contradições com a expansão do modo de produção capitalista. O intento de desenvolver uma abordagem que se pretendia dialética implicava buscar nessa harmonia contraditória os fatores que levariam à superação das formas não capitalistas (ou sua reprodução em outro contexto socioespacial).

2.2 Um ensaio de tese

Entre a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento tive a oportunidade de desenvolver um ensaio abordando questões teórico-metodológicas envolvidas no estudo agrícola, mas a própria natureza do capital comercial. O ensaio antecipou as principais questões que na tese de doutoramento conformariam, mais propriamente, uma abordagem sobre a comercialização agrícola. De fato, ele foi escrito em diálogo com o Prof. Sérgio Silva, futuro orientador no Doutorado. Nele comecei a desenvolver a análise da comercialização como uma das esferas de aplicação de capital, isto é, uma atividade desempenhada por formas concretas de capital na qual, como nas demais, se realiza uma acumulação por um capital propriamente comercial ou não. Essa interpretação pretendia se diferenciar, melhor, se contrapor às que colocavam a comercialização como “elemento passivo” (assim caracterizei à época), que ao desempenhar eficientemente suas funções estaria contribuindo para o bom desenvolvimento das atividades econômicas em geral. Ao mesmo tempo, chamava a atenção para o fato de a localização da comercialização agrícola lhe conferir um papel fundamental no abastecimento alimentar e de produtos de origem agrícola em geral.

Na ampla retrospectiva das políticas de abastecimento feita por Linhares e Silva (1979), deparei-me com um documento oficial de 1937 definindo os intermediários – a rigor, a própria comercialização – como “um mal necessário”,

expressão que me pareceu sintetizar à perfeição uma compreensão bastante difundida, justificando inclusive sua utilização no título da tese de doutoramento (adiante). Sem poder ignorar o indispensável papel de intermediar a relação entre produtores e consumidores, a restrição provinha do fato de intermediários ou “atravessadores”, invariavelmente, desempenharem esse papel no sentido de impedir o funcionamento das “leis gerais da economia” que operam no encontro da oferta com a demanda. Caberia ao Estado atuar para favorecer o funcionamento dessas leis, proposição sujeita à conhecida controvérsia sobre a intervenção estatal nos mercados que algumas correntes consideram como impeditiva ou desvirtuadora das leis de mercado.

A revisão bibliográfica então realizada levou-me a identificar uma visão funcionalista sobre a comercialização agrícola, de fato, tributária da economia agrícola de matriz neoclássica. Entre os autores consultados destacavam-se Abbott (1962), Steele *et al.* (1971) e Paiva (1968). Ainda que reconhecendo as diferenças entre elas, reuni nesse campo as análises que abordavam a comercialização como um conjunto de etapas pelas quais passam os produtos agrícolas, cuja estrutura depende de fatores físicos e institucionais. Propunham uma disciplina denominada de ‘economia da comercialização’, à qual caberia analisar as funções (relacionar as necessidades de consumo à atividade de produção), serviços prestados (custos e margem de lucro), tipos de agentes e especificidades dos produtos, com vistas a tornar a comercialização a mais eficiente possível. O objetivo último reflete o conhecido e antigo dilema de reunir a melhoria na remuneração do produtor agrícola e o atendimento dos interesses dos consumidores.

Entre as características dessa visão, destaquei a tendência à análise segmentada da produção e da comercialização agrícola, a atribuição do “atraso” da agricultura a fatores subjetivos ligados ao comportamento de agricultores pouco sensíveis aos estímulos de mercado indutores da modernização da agricultura, premissas discutíveis relacionadas à utilização dos fatores de produção e com a própria noção de soberania do consumidor. A propósito, ressalte-se a perspectiva de associar a comercialização agrícola a questões de desenvolvimento econômico,

seu papel nas “economias atrasadas” ou suas especificidades nos “países em desenvolvimento”. No próprio documento de 1937 admitia-se que, em muitos casos, os intermediários constituíam “verdadeiras alavancas do progresso”.

O ensaio propunha “uma visão alternativa” da comercialização agrícola, desde logo, assumindo como premissa a natureza capitalista da atividade e inserindo-a no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Já refletindo perspectivas da época que buscavam ultrapassar enfoques que implicavam segmentar a atividade agrícola, as diferentes estruturas de comercialização foram abordadas de modo articulado com as formas de organização da produção agrícola. Dando continuidade à interpretação presente na dissertação de Mestrado, sustentava que à hegemonia do capital comercial sobre atividades de produção quase sempre temos como contrapartida um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na região ou no tipo de produção em que este fenômeno se verifica. Em direção contrária, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especificamente, o processo de industrialização mudou substancialmente o quadro anterior em que o capital comercial desfrutava de posição hegemônica na economia brasileira, subordinando o capital comercial ao industrial, porém, sem eliminar completamente as situações de domínio da intermediação comercial sobre pequenos produtores como no caso estudado do Maranhão e outros mencionados adiante. De todo modo, as tendências dominantes iam à direção da concentração do capital urbano, da integração vertical indústria-agricultura e dos complexos agroindustriais, da capitalização da agricultura chamada de “industrialização da agricultura”, e de concentração do próprio capital comercial, como já se notava com a expansão dos supermercados.

O ensaio aplicou a “visão alternativa” a cinco circunstâncias distintas. Uma delas se refere à hegemonia relativa exercida pelas formas tradicionais de capital comercial sobre a pequena produção agrícola, colocadas em posição secundária em face das tendências antes descritas. Reproduzia o tratamento dado na dissertação de mestrado com base nas noções de formas não capitalistas de produção, subordinação indireta ao capital e hegemonia relativa do capital

comercial, recorrendo a outros exemplos e buscando diferenciar os agentes, relações e mecanismos de apropriação de excedente econômico nas várias etapas da comercialização.

Outra é a natureza das relações diretas estabelecidas pelo capital industrial, mais especificamente pela agroindústria com a produção agrícola sob a lógica da integração vertical da cadeia. Limitei-me à produção agrícola realizada em pequenas unidades familiares, consideradas um caso particular de dominação do pequeno produtor com extração de sobretrabalho pela indústria processadora (ilustrando com os casos da uva e do fumo no Rio Grande do Sul).

Contudo, o enfoque proposto tinha que abordar os reflexos no sistema de comercialização das transformações verificadas em parcela significativa da produção agrícola brasileira. Os capitais aplicados na esfera da circulação passam a se defrontar com a produção agrícola realizada em bases capitalistas e em maior escala. A propósito, propunha a denominação de proprietários da produção agrícola para evitar a generalização enganosa da categoria agricultores. Entre as implicações desse processo, destaquei a progressiva eliminação dos pequenos agentes comerciais, a crescente importância do crédito de comercialização com garantia de preços e as modificações na esfera do atacado, perpassada pelos avanços do capital industrial na relação direta com a agricultura e com o varejo e pela concentração grande varejo. No âmbito dos alimentos básicos, e fazendo contraponto ao caso maranhense, recorri à comercialização do arroz oriundo do Sul do país (Smith, 1973) e às transformações já visíveis no feijão. Para tratar da comercialização das grandes culturas de exportação utilizei o caso do café.

Menção especial foi feita à organização dos produtores em cooperativas em razão da frequente referência a esta forma de enfrentamento do capital comercial. Sem aprofundar-me no tema, estudos sobre as experiências tidas como exitosas apontavam para a inevitável incorporação de práticas empresariais pelas cooperativas e a diferenciação entre os cooperados. Exemplos foram dados de grandes cooperativas que terminam por se aliar e reforçar os interesses estabelecidos numa dada região ou cadeia de produto. Por último, a comercialização

de produtos hortícolas constitui caso particular devido às peculiaridades desses produtos. Entre elas, destaquei a capacidade de gerar grande valor de produção em estabelecimentos relativamente pequenos, quase sempre localizados próximos aos centros urbanos e sujeitos à especulação imobiliária, ao lado da maior rotatividade do capital, dos riscos na comercialização e da presença da venda em consignação. Os entrepostos (do antigo Sistema CEASA) e a participação de algumas grandes cooperativas são também abordados.

Nas notas finais do ensaio consta um esforço para enfrentar a questão da formação dos preços que seguiu presente em meus estudos e pesquisas. Desde logo, tratava de desmontar o argumento de que mais etapas de comercialização envolvendo maior número de agentes resultam em preços maiores, ao que contrapus que a concentração da comercialização e o menor número de etapas não resultaram em redução das margens e comercialização e diminuição dos preços relativos dos produtos agrícolas, requerendo estudar como se dá a formação de preços e das margens de comercialização. Outro argumento importante era o de que a modernização da agricultura não estaria levando à obtenção de produtos a preços mais baixos, ponto controverso também retomado posteriormente. Um aspecto para o qual chamei a atenção era que a maior participação dos preços pagos aos agricultores nos preços finais dos produtos era acompanhada da introdução de custos monetários antes inexistentes (monetização da atividade), podendo estar aí uma das causas da elevação dos preços finais. No tocante à participação do Estado, concluí que embora ela tenha sido, tradicionalmente, permanente nas culturas de exportação e episódica no abastecimento alimentar interno voltada para solucionar problemas localizados, haveria um chamado para atuar frente a problemas maiores e mais complexos que os provocados por atravessadores que ‘escondem’ produtos, com repercussões inclusive no aumento de importações. Finalizei dizendo que este quadro ganhava em complexidade, pois sabendo-se que a atuação do Estado reflete conflitos sociais, o contexto era de agravamento da questão agrária e dos conflitos sociais no campo.

2.3 Tese de Doutorado

A tese de doutoramento consistiu, então, no momento em que as reflexões iniciadas na dissertação de Mestrado e, principalmente, aquelas contidas no ensaio antes referido se converteram numa tese, propriamente dita, sobre a natureza do capital comercial e da atividade de comercialização agrícola. A tese recebeu o título de “Um “mal necessário”? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil” e foi defendida também na UNICAMP, em 1988⁵. Ela abordou os processos em curso desde meados dos anos 1960 dos quais resultaram estruturas e fluxos de comercialização correspondentes tanto ao que chamei de conformação do “padrão moderno de comercialização agrícola”, quanto à modernização daquele que, por contraste, correspondia ao “padrão tradicional de comercialização” no qual a intermediação comercial tem presença importante. Ambos os processos – conformação do “padrão moderno” e “modernização do tradicional” – foram analisados de modo a inseri-los no desenvolvimento capitalista no Brasil com suas particularidades. A propósito, esclareci que por modernização queria dizer modernização capitalista, vale dizer, transformar e integrar as atividades econômicas sob a égide do grande capital.

No padrão moderno de comercialização onde a intermediação comercial tem importância secundária, destaquei a (agro)indústria e as grandes cooperativas empresariais na comercialização de produtos provenientes majoritariamente da produção capitalista. Após apresentar alguns elementos introdutórios à questão agroindustrial, então analisada desde a ótica das cadeias e complexos agroindustriais, ilustrei o padrão moderno, inicialmente, com dois casos em que inexistia uma intermediação comercial. No primeiro, a relação direta entre citricultores e indústria de sucos no cultivo e transformação da laranja, no segundo, a expansão do cultivo de tomate industrial por indução da indústria de polpa e molhos dando lugar a contratos de fornecimento exclusivo. A propósito, chamei a atenção para

.....
⁵ Referência completa: MALUF, R. S. *Um “mal necessário”? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas (SP), UNICAMP/IE., 1988. Uma versão revista e atualizada da tese foi publicada pelo IPEA na Série Cadernos de Economia (1992)

a inversão da direção dos fluxos sugerida pelos esquemas de representação das etapas da produção agrícola ao consumo final, quando se está em presença da ‘criação’ de uma agricultura por indução da indústria. Outro esclarecimento antecipando, de certo modo, um tema que ganhou relevância posteriormente, foi a não utilização da expressão produção rural, referindo-me sempre à produção agrícola, para evitar a já problemática dicotomia rural-urbano.

Em seguida, tratei do consórcio sulista trigo/soja para lançar luz sobre o então pujante cooperativismo empresarial, entendidas as cooperativas empresariais como formas de manifestação do grande capital na comercialização agrícola, resultando em papel decrescente da intermediação comercial tradicional. A análise também fez referência, como era obrigatório, às relações entre a expansão do cultivo da soja com o processamento agroindustrial (óleos e rações), incluindo o fornecimento direto, importante papel do crédito agrícola e uma espacialidade própria quando da ocupação da região Centro-Oeste. Outro caso tratado foi o do algodão, principalmente a expansão da variedade de algodão herbáceo, com o intuito de abordar a relação entre industrialização e aquisição de matéria-prima agrícola, ainda que se trate de um produto cujo cultivo guarda relação com produção alimentar.

O padrão tradicional de comercialização agrícola no qual a intermediação, mais propriamente, o capital comercial tem presença majoritária, estava também passando por transformações que me levaram a falar na “modernização do tradicional”. Tratei desse fenômeno como uma manifestação do processo de integração nos alimentos básicos, porém, discutindo a modernização de formas tradicionais de intermediação junto com a ideia de eficiência, isto é, a perspectiva bastante difundida de modernizar para que fosse mais eficiente o cumprimento das funções atribuídas à comercialização agrícola. Foram analisadas as transformações na comercialização do arroz e do feijão, produtos então consumidos com pouco beneficiamento e envolvendo importante papel do mercado atacadista, bem como os produtos hortícolas que, além da peculiar forma da venda em consignação, permitiam abordar os entrepostos de abastecimento.

Claro que uma seção especial teve que ser dedicada às grandes redes de supermercado como expressão do grande capital comercial. Sendo esta a parte do trabalho em que se colocava, mais claramente, a questão das margens de comercialização e suas repercussões na formação dos preços, a tese criticava o diagnóstico, ainda hoje bastante comum, que associa o número de etapas percorridas por um produto até chegar ao consumidor final e o nível de preços, como se a redução do número destas etapas resultasse em barateamento do produto final. A formação dos preços dos alimentos e sua tendência frente aos demais preços (ótica dos preços relativos) esteve sempre presente em minhas pesquisas e publicações desde então.

O terceiro capítulo da tese propôs uma teoria e política da comercialização agrícola que, como disse antes, partia do que havia sido esboçado no ensaio de 1982 como uma “visão alternativa” ao enfoque funcionalista então prevalecente, sobretudo, na economia agrícola ou rural, buscando resgatar e incorporar num corpo teórico os elementos destacados nos dois capítulos iniciais. Chamei a atenção para o destaque conferido à comercialização agrícola que não encontrava paralelo no tratamento das atividades comerciais de outros segmentos produtivos, sendo esse destaque usualmente justificado por ser a produção agrícola atomizada com oferta concentrada no tempo, requerendo uma atividade de intermediação autônoma que não apenas agregue a produção como também a transporte no tempo. Recorri a um extenso tratamento da bibliografia convencional da economia da comercialização para mostrar que este tipo de compreensão resultava no tratamento da comercialização agrícola como espaço econômico próprio, o que levou à introdução nos currículos da disciplina economia da comercialização, sub-ramo da economia rural que trata das funções da comercialização e seu desempenho eficiente, quer dizer, assegurando estabilidade na oferta e menores preços.

A abordagem sustentada na tese era de que o desenvolvimento do grande capital (industrial e comercial) e das atividades financeiras, assim como a própria capitalização da agricultura, resultaram em crescente integração técnico-

produtiva e econômico-financeira entre a agricultura e as demais atividades econômicas⁶. Assim, a comercialização foi discutida no âmbito das relações agricultura-indústria no desenvolvimento capitalista, em que o capital comercial se converte em forma subordinada e as repercussões específicas sobre a comercialização agrícola podem levar à eliminação da intermediação comercial. Isso não significa ignorar a emergência de formas de grande capital comercial, como as redes de supermercados cujo papel é suficientemente considerado na tese. Outro aspecto destacado foi a natureza especulativa inerente à atividade de intermediação e a crescente influência do desenvolvimento das atividades financeiras na economia.

Retomando a crítica ao tratamento das atividades de comercialização em si mesmas ou como um campo próprio, na conceituação proposta na tese, a comercialização de produtos agrícolas “... é entendida como uma atividade da esfera da circulação das mercadorias, onde se verifica a realização de uma dada produção agrícola, podendo envolver ou não a intermediação comercial. A forma como ela ocorre depende da organização social da produção agrícola e do desenvolvimento da concentração de capital no conjunto da economia”⁷. A trajetória da agricultura era vista como sendo, essencialmente, determinada pelo polo hegemônico urbano-industrial, enquanto ganhavam relevância na análise questões tais como formação dos preços, geração e apropriação do excedente e estruturas de mercado em oligopólio. Em lugar das visões que privilegiavam o conflito entre a esfera da produção agrícola, tomada em bloco, e os destinatários da mesma, haveria que considerar os distintos tipos de capitais presentes na produção, comercialização e transformação dos produtos, os elos entre eles e as respectivas estruturas de mercado.

.....
⁶ Cabe ressaltar a diferenciação que faço, desde então, entre as dimensões técnico-produtiva e econômico-financeira presentes nos processos de integração, diferenciação nem sempre valorizada nas análises das relações agricultura-indústria. Embora articuladas, elas não se confundem e obedecem a lógicas distintas.

⁷ Trecho retirado de MALUF, R. S. Um “mal necessário”? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. Campinas (SP), UNICAMP/IE, 1988.

Por fim, a tese dedicou uma seção específica para analisar o papel do Estado na comercialização agrícola, focalizando a política de comercialização e a regulação de mercado assentada na política de garantia de preços mínimos e, com menor importância, a gestão de equipamentos públicos. Antecipavam-se, ali, questões que viriam a ressurgir nos trabalhos posteriores com uma perspectiva ampliada pela ótica do abastecimento alimentar e as referências da soberania e segurança alimentar e nutricional.

3. VÍNCULOS TEMPORÁRIOS COM DOIS TEMAS (E NÚCLEOS) DE PESQUISA

Esta seção interrompe a retrospectiva do principal campo temático de minha trajetória acadêmica, porém, trata-se de interrupção necessária para fazer o devido registro de dois componentes importantes do meu ingresso na condição de pesquisador e professor da Pós-Graduação.

3.1. Estudo regional sobre formação de mercado de trabalho

Ao assumir, em 1981, o cargo de Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional (NPDR), vinculado ao Programa de Mestrado em História da UNIMEP, dei início a um breve período, que se estendeu até 1988, caracterizado por atividades de docência e pesquisa, reunindo a Economia Política e a História em temas sem conexão direta com o que constituiu meu percurso principal que desembocaria na abordagem sobre a questão alimentar envolvida nos processos de desenvolvimento (MALUF, 1983). De todo modo, também neste caso, dediquei-me ao diálogo interdisciplinar aprofundado quando comecei a lecionar a disciplina de História Econômica no referido programa de pós-graduação, momento em que pude retomar e aperfeiçoar o exercício de leitura de historiadores que havia feito em minha própria formação.

A junção de campos disciplinares se materializou no projeto de pesquisa “Estudo das Principais Características do Mercado de Trabalho na Região de

Piracicaba”, concluído em 1984. O fato de a área de concentração do programa de pós-graduação ser História Social, tendo como eixo temático História do Trabalho, assim como a importância da matriz marxista e outras correntes do pensamento crítico na formação da equipe de pesquisa explicam a perspectiva do projeto de estudar “a realidade vivida pela classe trabalhadora da região”. O ineditismo do tema da pesquisa numa região que já contava com razoável número de estudos voltados para o setor sucroalcooleiro é outro aspecto a destacar, inclusive pelos desafios que colocou na aproximação da equipe ao objeto de estudo. Devo ressaltar, agora numa nota pessoal, ter sido este o primeiro projeto de pesquisa institucional que coordenei contando com auxílio financeiro da FINEP, tido, à época, como conquista significativa por se tratar de universidade particular, de porte médio, sem tradição de pesquisa. Foi também a primeira de várias iniciativas posteriores de engajar-me em pesquisa coletiva e multidisciplinar.

O primeiro produto do projeto foi uma publicação sistematizando os caminhos e escolhas da equipe de pesquisa em termos conceituais e analíticos, bem como apresentando os resultados da pesquisa sobre a constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho em Piracicaba (MALUF (coord.), 1984). A equipe era composta de quatro pesquisadores e quatro assistentes de pesquisa. A pesquisa envolveu consulta a fontes primárias (jornais e registros de diversos tipos), além do convencional uso de material bibliográfico e dados secundários. A equipe estava alerta quanto ao risco de se ater à visão economicista sobre o mercado de trabalho, limitada à determinação do emprego e dos salários, quando haveria que considerar as condições de trabalho e vida, a organização e mobilização dos trabalhadores, a ação do Estado, a evolução do espaço urbano e o acesso à educação, saúde e lazer, entre outros.

Assim, o processo de proletarianização na região de Piracicaba, em suas várias dimensões, foi definido como questão central e fio condutor da abordagem, entendido o mercado de trabalho como expressão do conflito capital-trabalho. Isto é, a análise do mercado de trabalho numa sociedade capitalista englobava identificar tanto os modos como o capital procurou resolver, a cada momento,

suas necessidades de força de trabalho, quanto as formas ou manifestações de como os trabalhadores enfrentaram ou se submeteram às condições de vida e de trabalho com as quais se defrontavam. Tratava-se de observar os caminhos do capital e as expressões de sujeição e insubordinação do trabalho.

Estabelecendo como recorte histórico a introdução do trabalho livre na segunda metade do século XIX, a descrição da formação econômica da região ressaltava o papel decisivo desempenhado pela instalação e evolução posterior da agroindústria canavieira, assim como a gestação de importante núcleo metalomecânico voltado ao setor sucroalcooleiro. Concluiu-se que o processo em Piracicaba se assemelhou aos das demais regiões do interior de S. Paulo em razão das transformações provocadas pela expansão cafeeira, porém, com a particularidade de esta expansão ter se defrontado com o cultivo e beneficiamento de cana de açúcar pré-existente na região, atividade que a cafeicultura não foi capaz de desalojar e com a qual coexistiu até perder relevância. Essa coexistência, o peso das pequenas e médias propriedades rurais e a figura do “colono” foram ingredientes próprios da formação do mercado de trabalho assalariado na região.

A constituição, desde o início do século XX, de importante conjunto de atividades urbano-industriais configurava um mercado de trabalho segmentado, expressão do caráter parcial da proletarianização do trabalho rural e urbano, tendo a Usina como principal ponto de contato entre as duas esferas da atividade econômica. Embora parcial, o trabalho registra mobilizações operárias já naquele período, sendo emblemáticas as manifestações em Piracicaba acompanhando as greves verificadas no país em 1917. A intensificação da proletarianização no período posterior a 1930 resultou na tendência à unificação do mercado de trabalho, conformando-se, segundo a interpretação da pesquisa, um ‘exército geral de reserva’ que viria a ser engrossado por fluxos de migrantes de outras regiões do país. O avanço da industrialização fez com que Piracicaba passasse da condição de segundo destino para a de primeiro destino dos trabalhadores imigrantes que lá se estabeleceram, vindos, agora diretamente, de fora do estado de São Paulo.

A evolução do mercado de trabalho regional e da distribuição da população economicamente ativa de Piracicaba foi analisada à luz da diversificação das atividades e correspondentes alterações na estrutura do emprego no Estado de São Paulo e, particularmente, na região de Campinas, onde se localiza o município de Piracicaba. Um capítulo especial é dedicado à proletarianização do trabalhador rural (“do colono ao volante”), num contexto de concentração fundiária e valorização das terras impulsionadas pelo cultivo da cana de açúcar. Outro capítulo se debruça sobre a dinamização e diversificação das atividades urbanas, com um destaque especial às repercussões do PROALCOOL sobre as mesmas. O trabalho conclui identificando como núcleo dinâmico do mercado de trabalho regional o segmento capitalizado da agroindústria canavieira, a indústria metalomecânica e uma parcela do setor de serviços. Não sem deixar de registrar um complexo formado pela permanência de significativo percentual de pequenas e médias propriedades rurais, inúmeras pequenas unidades “industriais” articuladas à grande indústria e a proliferação da prestação de serviços.

Outros trabalhos foram realizados no âmbito do NPDR relacionados à constituição do acervo documental, assim como no apoio ao desenvolvimento de dissertações de Mestrado do Programa de História. Como dito antes, minha experiência docente na pós-graduação foi ali iniciada ministrando a disciplina de História Econômica, até que me desliguei da UNIMEP, em 1988, para me transferir ao CPDA/UFRRJ, no Rio de Janeiro. Com essa transferência eu deixei de me dedicar a estudos sobre mercado de trabalho, tema que muito recentemente voltou a entrar no foco das minhas pesquisas, agora com chave de leitura bastante distinta, como se verá adiante.

3.2. Estratégias econômicas e organizativas em assentamentos de reforma agrária

No âmbito das relações que mantive com a UNICAMP no meu período de formação (Mestrado e Doutorado), tornei-me, em 1986, pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa em Ciência e Tecnologia (NPCT/IG), sediado no

Instituto de Geociências e congregando pesquisadores com distintas formações e vínculos institucionais. Nessa condição, pude participar de seminários internos de reflexão teórica, atividades de pesquisa e iniciativas de cooperação internacional.

O registro aqui se justifica devido ao projeto de pesquisa sobre os assentamentos rurais no estado de São Paulo, desenvolvido conjuntamente com o antropólogo argentino Santiago Bilbao, também vinculado ao NPCT, e dois auxiliares de pesquisa. O projeto refletia a preocupação de avaliar estratégias alternativas para a viabilização econômica de assentamentos rurais, perspectiva que começava a ganhar vulto na academia e fora dela em face do número crescente de assentamentos criados por programas federais e estaduais. Embora carregando o rótulo da reforma agrária, esses assentamentos não iam muito além da instalação de núcleos dispersos e desarticulados de famílias rurais com condições precárias de reprodução socioeconômica. A publicação resultante da pesquisa (BILBAO; MALUF, 1988) trazia um mapeamento amplo e perfil detalhado dos projetos de assentamentos rurais existentes no estado de São Paulo, acompanhado de uma então inovadora proposta de indústria rural vinculada a pequenos produtores rurais. Oferecia-se um modelo de “empresa industrial, rural, associativa e integrada” como parte da estratégia de fortalecer o beneficiamento e processamento industrial da produção dos assentamentos rurais, visando a ampliar a agregação e apropriação de valor por parte das famílias assentadas que, deste modo, teriam melhorada sua condição socioeconômica.

Este foi meu primeiro envolvimento numa pesquisa que tinha como objeto a inserção mercantil da agricultura de base familiar, articulada com a perspectiva de agregar valor aos produtos alimentares por ela gerados, na qual muito me beneficei da ampla experiência do colega Santiago Bilbao, idealizador do modelo organizativo antes referido. Apesar de não seguir pesquisando, sistematicamente, sobre os assentamentos rurais e a reforma agrária, as questões relacionadas à inserção mercantil da agricultura familiar tiveram presença recorrente nas pesquisas em que me envolvi desde então sob duas perspectivas complementares,

a saber: a participação deste tipo de agricultura no abastecimento alimentar e o papel da produção agroalimentar na reprodução das famílias rurais. Não por acaso, dimensões centrais nos enfoques sobre segurança alimentar e nutricional e sobre a questão alimentar no desenvolvimento, descritos nas duas seções a seguir.

4. CHEGADA À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Como já mencionado, a chegada à temática da segurança alimentar e nutricional veio na continuidade da tese de doutoramento, um estudo sobre a comercialização agrícola cujo desdobramento se deu na direção de ampliar o enfoque visando a retomar as preocupações anteriores com a questão mais abrangente do abastecimento alimentar. Essa ampliação do foco se caracterizou, desde então e até os dias de hoje, pelo esforço de desenvolver uma concepção sobre a problemática do abastecimento mais complexa que a mera disponibilidade de bens resultante da produção e comercialização agrícola, isto porque a localizo na intersecção entre o acesso aos alimentos e a produção e distribuição destes bens.

4.1 Participando da construção de um campo social

O contexto de meados da década de 1980 explica, em grande medida, a importância adquirida não apenas pela questão do abastecimento alimentar, mas principalmente pela problemática do acesso aos alimentos num país marcado pela fome resultante dos elevados índices de pobreza e desigualdade que caracterizaram o Brasil em grande parte de sua história. A incorporação da noção de segurança alimentar e, posteriormente, da formulação mais completa como segurança alimentar e nutricional deu enorme contribuição ao esforço de abordar essas questões, ao mesmo tempo em que abriu outras possibilidades em termos analíticos e, principalmente, de políticas públicas.

Vale dizer, essa passagem da minha trajetória não se circunscreveu ao terreno analítico, sendo antes uma das principais manifestações do entrecruzamento entre a dimensão analítico-conceitual do conhecimento, a dimensão política

expressa na análise e proposição de políticas públicas e a esfera da militância social – que, nesse caso, teve também um desdobramento partidário. De fato, o contexto histórico da redemocratização do Brasil está na origem da própria emergência da noção de segurança alimentar com uma concepção diferenciada da visão produtivista predominante desde a década de 1970, vindo a se inserir no debate nacional que se abria para a crítica das mazelas sociais do nosso desenvolvimento. Mais recentemente, numa análise retrospectiva voltada para difundir a experiência brasileira, desenvolvi junto com Marília Leão o argumento de que a noção de segurança alimentar e nutricional que se consagrou no Brasil resultou de um processo de construção social, por sua vez, fruto da redemocratização do país (LEÃO; MALUF, 2012).

A primeira vez que trabalhei com a noção foi como integrante do grupo de pesquisadores convidados para elaborar, em 1985, o documento “Segurança alimentar – proposta de uma política contra a fome”, por solicitação da SUPLAN/Ministério da Agricultura. Observo que a incursão no tema da SAN não repercutiu no desenho e na abordagem desenvolvida na tese de doutoramento que estava em pleno desenvolvimento naquele momento. Não obstante, os ecos da ampla mobilização social contra a fome e por cidadania, a partir de 1990/1, instaram-me à dedicação mais sistemática ao tema e a contribuir no desenvolvimento, então em curso, de uma abordagem compreensiva do que seria uma política nacional de segurança alimentar e nutricional. Esse contexto e a relação que então mantinha com o Partido dos Trabalhadores levaram-me a participar como relator da proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar” (Governo Paralelo do PT, São Paulo, 1991), uma das bases da instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em sua primeira e curta experiência (1993/94)⁸. Logo em seguida pude desenvolver melhor a conceituação de SAN e, em especial,

.....

⁸ O ‘interregno’ representado pelo Governo Itamar Franco foi, não por acaso, o momento de criação do CONSEA, encerrado no Governo FHC e reinstituído pelo Governo Lula em 2003. Em paralelo, já como membro do recém-criado Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (1998), estive envolvido em seminários e outras interlocuções com gestores estaduais e municipais interessados em implementar programas vinculados com a SAN.

a dimensão agrícola e agrária nela envolvida, em documento elaborado como trabalho de consultoria para um organismo internacional (IICA), não sem conflitar com a orientação então predominante no Governo Brasileiro, notadamente no Ministério de Agricultura (MALUF, 1994a). Seguiram-se outros envolvimento com a produção de documentos, a saber: a relatoria do Relatório Nacional Brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação (Itamaraty, 1996), a participação na elaboração do Projeto Fome Zero (Instituto Cidadania, São Paulo, 2002) e, já no Governo Lula com o CONSEA recriado, a participação na equipe que preparou os textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004) onde foram plasmadas as bases da conceituação de segurança alimentar e nutricional no Brasil até hoje utilizadas.

4.2 Diferenciando planos de análise e intervenção

Os tempos de neoliberalismo que vigoraram em boa parte do período antes referido provocaram importantes repercussões no debate nacional de temas como autossuficiência produtiva em alimentos, papel do comércio internacional, liberalização comercial e desregulação econômica, políticas ativas de enfrentamento da fome e pobreza, entre outros. Esta foi a principal razão para, junto com o colega Walter Bélik (UNICAMP), organizar uma coletânea de artigos abordando justamente as repercussões da liberalização sobre o abastecimento e a segurança alimentar com artigos tratando de questões desde o plano global até o local (BELIK; MALUF, 2000). Meu capítulo na coletânea analisa o que considerei como sendo um novo contexto internacional da segurança alimentar caracterizado pela liberalização comercial e predomínio da visão de uma segurança alimentar global assentada no comércio internacional, por sua vez, fonte “não confiável” de segurança alimentar. De certo modo, ele dava continuidade a uma inquietação que já havia se manifestado ao final da graduação. Outra derivação dos debates de então foi na direção de correlacionar segurança alimentar e nutricional com desenvolvimento econômico, abordagem que é objeto de tópico específico a seguir.

Contudo, a propensão ao olhar macro sobre questões de âmbito nacional e internacional e, ademais, centrado na ação estatal por meio de políticas públicas – propensão anterior à incursão no tema da SAN e, de fato, mantida até os dias de hoje – foi afetada ou, melhor, qualificada por um movimento na direção de incorporar questões localizadas em planos inferiores (micro, regionais, territoriais ou locais). Esse movimento se verificou tanto em minhas reflexões e pesquisas, quanto na militância social, sendo que só fui me aperceber de sua extensão em anos recentes, retrospectivamente. É possível que o ambiente dos anos 1990 seja uma das explicações, quando havia limitada interlocução na esfera federal devido à orientação predominante nos Governos Collor e FHC, com a já referida exceção do Governo Itamar Franco. Ao lado disso, a redemocratização do país intensificou a proliferação de organizações não governamentais, contribuindo para a formação de uma visão crítica sobre importantes características do Estado brasileiro e para a valorização das ações públicas não estatais, da participação e controle social e do desenvolvimento local.

Data desse momento o início de uma interação permanente que passei a ter com o mundo das ONGs, à semelhança de muitos colegas das universidades brasileiras, inclusive na formatação e desenvolvimento de projetos de pesquisa, capacitação e extensão. Dessa interação resultou, não por acaso, a primeira iniciativa de tratamento sistemático de questões de SAN no plano local com o projeto ‘Políticas Municipais de Segurança Alimentar’, desenvolvido com Christiane Costa do Instituto Pólis (São Paulo), entre 1988 e 2001. Com o objetivo de explorar as possibilidades de ações em âmbito municipal e regional relativas às principais dimensões da SAN, organizamos quatro oficinas nas quais foram apresentadas experiências governamentais e não governamentais voltadas para a produção, abastecimento, consumo e grupos populacionais específicos. As oficinas resultaram em quatro publicações da série *Polis Papers*, seguidas de um documento síntese final contendo as diretrizes e principais ações que comporiam uma Política Municipal de SAN (MALUF; COSTA, 2001).

Assim, é clara a influência da interação com o mundo das ONGs na ampliação da minha lente de observação para processos locais e dinâmicas não governamentais. Menos evidente, porém, talvez mais substantivas, foram as repercussões da leitura de autores como Albert Hirschman e, em menor grau nesse aspecto, Amartya Sen, dos quais extraí aportes conceituais e elementos de método que fundamentaram a referida revisão da minha propensão a focalizar, quase que exclusivamente, os fenômenos macro e as políticas públicas nacionais. Isso porque o reconhecimento da importância e a correspondente incorporação dos planos sub-nacionais, no tema da SAN como em outros, foi alimentada (e alimentou) pelos meus trabalhos relacionados às teorias de desenvolvimento, apresentados adiante.

4.3 Criando um núcleo de pesquisa no tema

A crescente demanda social por estudos, pesquisas e atividades de capacitação sobre SAN estimularam a decisão de criar, em Janeiro de 2003, o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN). O propósito foi de constituir um núcleo de estudos, pesquisa e capacitação voltado para congregar pesquisadores sediados no Brasil e no exterior, bem como técnicos, estudantes e outros profissionais interessados nas questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo. Inicialmente, o CERESAN estava sediado no CPDA/UFRRJ e, posteriormente, passou a contar com uma sub-sede no Departamento de Nutrição Social da Universidade Federal Fluminense (DNS/UFF). O Centro está cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sendo liderado por mim e pela Profa. Dra. Luciene Burlandy (UFF). Para a montagem e os quatro primeiros anos de funcionamento do CERESAN contei com o apoio decisivo de uma bolsa de estudos do Programa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ. A página na internet mantida pelo Centro (www.ufrj.br/cpda/ceresan) disponibiliza, em formato eletrônico, duas séries de publicações (Relatórios Técnicos e Textos para Discussão), bem como tem a perspectiva de vir a permitir consulta ao seu acervo especializado.

O primeiro projeto de pesquisa conduzido pelo Centro intitulava-se ‘Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo e políticas públicas’, desenvolvido com apoio do CNPq entre 2004 e 2006. Tratava-se, justamente, de dar continuidade à abordagem da SAN no plano local, porém, ampliada pela perspectiva de aplicar nesse campo o enfoque sistêmico, acompanhando o debate em curso no país. Valendo-se de uma equipe multidisciplinar, a construção de sistemas locais de SAN foi abordada tendo em conta (a) os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos e estratégias de desenvolvimento local integrado, (b) ações na área de saúde, nutrição e educação, e (c) a institucionalidade e planejamento das políticas públicas em relação à intersectorialidade, mecanismos de controle, inclusão social e indicadores de SAN. A pesquisa baseou-se em estudos de caso nos municípios de Araçuaí (MG), Campo Alegre de Lourdes (BA) e São Francisco de Itabapoana (RJ), escolhidos por serem representativos da pobreza em regiões economicamente deprimidas, onde viriam a incidir ações do recém-lançado Programa Fome Zero do Governo Federal. Creio ser possível afirmar que o esforço conceitual realizado pela equipe de juntar duas premissas do enfoque sistêmico (fluxos de interdependência e mecanismos de coordenação) com o requisito da intersectorialidade próprio da construção brasileira da SAN, deu importante contribuição ao debate nacional que caminhou na direção de instituir um Sistema Nacional de SAN, em linha com a experiência do país na construção de sistemas de políticas públicas.

Outro desdobramento dessa pesquisa se deu na forma de atividades de capacitação e extensão no Brasil e no exterior, apoiadas num projeto de cooperação internacional denominado *Building capacity in food security in Brazil*, em parceria com o *Centre for Food Studies*, da *Ryerson University*, sediada em Toronto (Canadá), com recursos da cooperação canadense (CIDA), no período de 2004 a 2009. O projeto visava à “formação de ativistas sociais” em alimentação e segurança nutricional, oferecendo, para tanto, cursos universitários em tópicos

relevantes via internet⁹, desenvolvendo oficinas em três cidades selecionadas da região Nordeste do Brasil [Araçuaí (MG), Juazeiro (BA) e Fortaleza (CE)] e acompanhando projetos-piloto em segurança alimentar de âmbito local. A extensão do projeto para Angola se fez na forma da participação nos cursos a distância de técnicos de ONGs e do governo angolano, bem como na forma de uma missão técnica naquele país. Cabe observar que o material didático preparado no âmbito do projeto serviu para uma atividade de capacitação presencial em Cabo Verde, bem como resultou na publicação de um livro com capítulos abordando os conteúdos dos módulos (ROCHA *et al.*, 2012).

As relações de parceria então estabelecidas viriam a ser retomadas quando a própria cooperação Sul-Sul brasileira em SAN se tornou objeto de pesquisa do CERESAN (adiante). De fato, várias das pesquisas relatadas daqui por diante estiveram vinculadas ao CERESAN, que está em vias de criar sua terceira sub-sede no *campus* Macaé da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

4.4 Um intento de sistematização e difusão

Embora os alimentos e a alimentação tenham se tornado questão permanente de pesquisa, como se verá em quase todas as seções a seguir, faz sentido concluir a apresentação da minha incursão na SAN referindo-me ao livro que escrevi com a perspectiva de oferecer um documento de referência num contexto em que se carecia de publicações reunindo a trajetória da noção, elementos conceituais, dimensões principais envolvidas e implicações de políticas públicas¹⁰. A orientação da coleção em que o livro se inseria determinou que a linguagem e o aprofundamento analítico fossem apropriados a um público juvenil ou para aqueles sem familiaridade com o tema. Embora pensado em função da utilidade

.....
⁹ Esses cursos permitiam aos alunos obter parte dos créditos requeridos para a obtenção do Certificado em Segurança Alimentar conferido pela Universidade Ryerson (Toronto).

¹⁰ MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2007 174 p. Uma versão ampliada do livro foi traduzida para o espanhol. Maluf, R. S. (2008). Seguridad alimentaria y nutricional - un enfoque de derecho y soberanía. Quito (Ec.): CAFOLIS, 193 p.

de difundir o enfoque de SAN em construção no país que ganhava visibilidade, o livro não reproduzia, em absoluto, as características de um manual, tendo antes a preocupação de problematizar tanto o uso da noção em face das dinâmicas em curso no Brasil e no mundo quanto sua apropriação pelas políticas públicas.

Não é o caso de fazer uma síntese do conteúdo do livro, porém, gostaria de ressaltar três características importantes que se expressam na divisão do conteúdo em três grandes partes. Tendo sido escrito no mesmo momento em que era elaborada e aprovada a Lei Orgânica da SAN (BRASIL, 2006), colocava-se a necessidade de, inicialmente, articular conceitualmente as três referências principais da construção brasileira que são a segurança alimentar e nutricional, o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar. As duas primeiras tiveram uma conceituação consagrada na LOSAN, enquanto que resistências à última fizeram com que apenas o direito a decisões soberanas fosse inscrito num dos artigos da lei. Essa articulação não era de menor importância, e segue sendo um desafio em face das visões que antepõem a segurança alimentar (em sua conceituação convencional) e a soberania alimentar, e das conhecidas dificuldades de incorporação do enfoque nos direitos humanos.

Além de a compreensão sobre a SAN desenvolvida no Brasil permitir rejeitar tal contraposição, sugeri no livro que o direito humano à alimentação e a soberania alimentar constituem princípios orientadores da formulação e implementação da política de SAN. São, portanto, noções com estatutos conceituais distintos, ficando a SAN na condição mais limitada de objetivo de política pública em relação ao qual, porém, se pode definir instrumentos e medidas de aferição. Esse tipo de articulação não está isento de controvérsia, como já pude notar em debates a respeito, porém, sigo pensando que essa é uma boa forma de entender a interação entre as três referências.

Outra característica da argumentação desenvolvida no livro é a apresentação da SAN como dizendo respeito aos alimentos (bens) e à alimentação (modo de apropriação dos bens), devendo expressar as condições alimentares e nutricionais do conjunto da população. Sendo assim, ela é inescapavelmente

multidimensional, reconhecendo-se o avanço da construção que a retira do campo setorial – seja ele agrícola ou nutricional – e da condição de objeto de ações compensatórias (assistenciais, na pior acepção deste termo). Por essa razão, o miolo do livro percorre as múltiplas dimensões envolvidas na noção de SAN, da produção ao acesso e aos padrões de consumo, atravessadas por questões de gênero, étnico-raciais, culturais e ambientais.

Por fim, como um desdobramento do anterior, a última parte do livro abordava a apropriação do enfoque sistêmico na análise da SAN e, especialmente, no desenho de políticas públicas. Essa apropriação em termos analíticos já havia sido ensaiada na pesquisa da equipe do CERESAN sobre sistemas locais referida mais acima, enquanto a perspectiva sistêmica já fazia parte da recém-aprovada LOSAN na forma do Sistema Nacional de SAN, em sintonia com a instituição de sistemas de políticas públicas característica do Estado brasileiro. Não menos importante, o enfoque sistêmico recebia uma tradução que contemplava os requisitos da intersetorialidade e da participação social nas políticas públicas, marca distintiva da construção social brasileira da SAN.

5. A QUESTÃO ALIMENTAR NO DESENVOLVIMENTO

A identificação de uma questão alimentar no desenvolvimento, como antecipado na introdução do memorial, é uma formulação resultante de um processo de amadurecimento sobre inquietudes, conceitos e enfoques relacionados tanto com os alimentos e a alimentação, quanto com a problemática do desenvolvimento. O intento de estabelecer a conexão entre segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento econômico se deve ao fato de os temas do desenvolvimento em geral, e do desenvolvimento econômico em particular, serem parte essencial da minha formação e trajetória acadêmica. Eles estão sempre presentes nas disciplinas que ministrei, na formulação dos objetivos de pesquisas sobre diversas questões (agricultura familiar, meio rural, questão agrária) e em textos ensaísticos. Sobre os últimos, farei referência adiante aos meus trabalhos sobre o conceito de desenvolvimento propriamente dito.

Inicialmente, a articulação entre ambas as noções assumiu a forma da inclusão da segurança alimentar entre os objetivos a serem perseguidos com base em estratégias alternativas ao padrão de desenvolvimento predominante na América Latina, daí extraíndo os requisitos em termos de políticas públicas. Sendo adepto da concepção que atribui caráter inescapavelmente normativo às abordagens sobre desenvolvimento, que traduzo na junção de dinamismo econômico com equidade social, era natural que eu buscasse incorporar as contribuições dos objetivos específicos da segurança alimentar aos fatores que concretizam a perspectiva mais geral do desenvolvimento com equidade social. Apresentada de forma preliminar em trabalho de consultoria para organismo internacional (MALUF, 1994a) e em artigo numa publicação não acadêmica (MALUF, 1994b), a correlação entre segurança alimentar e desenvolvimento na América Latina foi apresentada, de forma mais sistemática, em artigo publicado logo em seguida (MALUF, 1995a)¹¹.

O artigo tinha como objetivo identificar os determinantes da segurança alimentar e a implicações de torná-la um objetivo estratégico do padrão de desenvolvimento na América Latina. Suas referências foram buscadas na chamada economia do desenvolvimento conforme definida por Albert Hirschman, enquanto a segurança alimentar era abordada nas dimensões do acesso (nível de renda e preços dos alimentos), da conformação do sistema agroalimentar e do consumo de alimentos. Destaque foi conferido às limitações no acesso aos alimentos para boa parte da população devidas à pobreza e desigualdade social típica do continente, mas também às características constitutivas do sistema alimentar que participavam desse quadro, dada a importância socioeconômica do conjunto das atividades relacionadas com alimentos e alimentação. Refiro-me à estrutura agrária, às formas sociais de produção agrícola, às atividades urbano-industriais

.....
¹¹ Artigos intitulados: Políticas de segurança alimentar – definições, determinantes e o papel do MARA (MALUF, 1994a), Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico no Brasil (MALUF, 1994c) e Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil. Revista de Economia Política (MALUF, 1995a)

de pequeno e médio porte e à formação dos preços dos alimentos. Quanto aos requisitos de política pública, ao lado do costumeiro pleito pela recuperação da capacidade do Estado comprometida pela hegemonia neoliberal, já então se colocavam tanto a preocupação de retirar a segurança alimentar do campo das políticas compensatórias ou setoriais quanto à perspectiva de uma articulação interministerial requerida pelas múltiplas dimensões do objetivo em questão.

Data deste período uma incursão no tema do planejamento econômico como instrumento de ação estatal, derivação inevitável da minha dedicação às questões de desenvolvimento em vista de o planejamento ter ocupado lugar central em teorias e nas políticas de desenvolvimento da América Latina, com presença generalizada em quase todos os países. Neste sentido, desenvolvi uma abordagem sobre o tema planejamento, desenvolvimento e agricultura, em particular, sobre o planejamento agrícola que foi, talvez, a principal apropriação setorial desse instrumento no continente, dando origem a aparatos institucionais de porte razoável como, por exemplo, o sistema de planejamento agrícola instituído no Brasil. O ensaio então escrito (MALUF, 1997) recolhia as principais críticas à pretensão globalizante e determinista da experiência latino-americana – a chamada “ortodoxia latino-americana de planejamento” – e ressaltava a revisão com vistas a torná-lo um instrumento estratégico, construtor de cenários e de intervenção seletiva. Em sintonia com a abordagem na qual vinha trabalhando, cheguei à proposição de um planejamento que tivesse em conta o sistema agroalimentar, deste modo superando o recorte setorial na dimensão agrícola, ao mesmo tempo em que colocava a segurança alimentar, junto com o desenvolvimento sustentável, na condição de objetivos nucleadores de políticas de médio e longo prazo voltadas para o sistema agroalimentar. Vale dizer, tratava-se de desenhar um planejamento agroalimentar assentado em enfoque sistêmico que permitisse inserir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável – os alimentos e o meio-ambiente – no núcleo das políticas públicas.

A evolução das minhas reflexões sobre o tema – em especial, durante o primeiro programa de pós-doutoramento realizado na Universidade de Oxford

(UK) em 1996/7¹² – resultou na percepção de que era preciso avançar na compreensão de como os alimentos e a alimentação moldam e, ao mesmo tempo, são moldados pelos processos socioeconômicos e políticos, vale dizer, compreendê-los como elementos constitutivos, eles mesmos, dos processos de desenvolvimento. Isto significava ir além da mera incorporação da segurança alimentar entre os objetivos das estratégias de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ficavam evidentes os limites analíticos da noção de segurança alimentar e nutricional. Como sugerido na seção anterior, seu estatuto conceitual é o de expressar um objetivo de política pública, portanto, uma noção adequada para a perspectiva de conciliar objetivos orientadores de opções em termos de estratégias e políticas públicas, mais especificamente, políticas que englobem as dimensões alimentar e nutricional.

Assim, a referida pretensão implicava dispor de uma categoria analítica que me permitisse superar os limites da noção de segurança alimentar e ir além da mera proposição de políticas, o que procurei fazer com a formulação de que há uma questão alimentar no desenvolvimento, argumento fundado em razões econômicas, éticas e políticas (MALUF, 1998a e 1998b)¹³. Com o estatuto de categoria analítica, a questão alimentar envolvida nos processos de desenvolvimento se tornou uma espécie de matriz dos meus trabalhos neste campo temático, isto é, premissa subjacente ao tratamento de vários dos elementos que a compõem ou dos fenômenos que a expressam. Em torno dela ou a partir dela se encontram as contribuições que, penso, venho dando ao conhecimento nesse campo. É um processo permanente, já que reconheço ser ainda insuficiente o tratamento conceitual que pude dar à questão alimentar como tal, havendo mais pontos em aberto do que achados analíticos bem estabelecidos.

.....

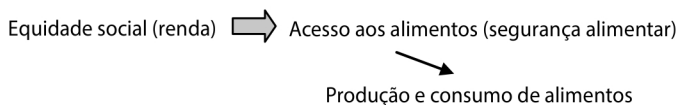
¹² O programa foi desenvolvido junto ao International Development Centre, Queen Elizabeth House, Oxford University, entre Agosto de 1996 e Julho de 1997.

¹³ MALUF, R. S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona (Esp.), 11998a, 9p. (<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>). MALUF, R. S. Economic Development and the Food Question in Latin America. *Food Policy*, Oxford (UK), 1998b, v. 23, p. 155 - 172.

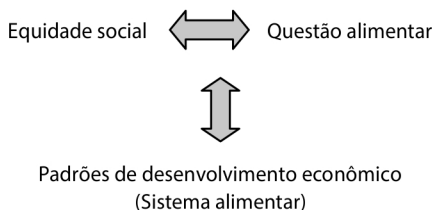
Quando primeiro formulei, o argumento foi de que há uma questão alimentar no processo de desenvolvimento econômico que não é um mero subproduto de problemas agrícolas e nem se limita às preocupações mais do que justificadas com a fome e a pobreza. A premissa assentava-se em três justificativas principais. Primeiro, estar adequadamente alimentado constitui um direito humano básico, sendo o acesso à alimentação adequada um requerimento a ser preenchido na maioria dos países do chamado Terceiro Mundo. Se formulada nos termos de hoje, a justificativa seria que o acesso à alimentação adequada constitui objetivo a ser permanentemente buscado no conjunto dos países, não apenas nos mais pobres. Segundo, o sistema alimentar possui papel central na conformação e desempenho das atividades econômicas, para não mencionar a importância da dimensão cultural dos alimentos. Terceiro, a questão alimentar e problemas correlatos sempre estiveram no centro das atenções das políticas públicas e, mais do que isso, são base crucial da legitimação política dos Estados.

Nesta formulação, desde logo, a segurança alimentar e nutricional se converte num enfoque para abordar a questão alimentar em termos do desenho de estratégias e políticas públicas para alcançar determinados objetivos. A implicação mais importante para os meus propósitos, porém, estava em substituir a suposição convencional, própria dos enfoques na segurança alimentar, de que maior equidade social medida em termos do nível de renda é pré-condição para o acesso adequado aos alimentos, por uma abordagem que propõe haver uma relação de mão dupla entre a equidade social e a questão alimentar. Admitindo, como é habitual, que alterações na equidade social afetam o acesso aos alimentos, argumentei ser necessário considerar também como a questão alimentar afeta a equidade social. Essa relação de mútua determinação é moldada pelo padrão de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ela determina algumas das características deste padrão, sendo o sistema alimentar o elemento mediador, conforme ilustrei à época com os diagramas (1) e (2), a seguir:

(1) Enfoque convencional



(2) Enfoque proposto



Exemplos dessa mútua determinação são os modelos, comuns entre os países latino-americanos, que combinam iniquidade (baixos salários e elevada desigualdade social) com um sistema alimentar no qual predomina elevada concentração (econômica e fundiária) da produção e distribuição dos alimentos, concentração que, por sua vez, constitui um dos principais fatores promotores de um padrão de desenvolvimento iníquo devido ao peso socioeconômico das atividades englobadas pelo sistema alimentar. Essa combinação pode chegar ao ponto de reunir um sistema alimentar altamente produtivo e competitivo envolto num universo social de fome e pobreza, como foi o caso do Brasil. Desde outro ângulo, agora buscando extrair proposições gerais da abordagem, aponte que ela ratificava a perspectiva de juntar crescimento econômico com crescente equidade social por razões de justiça social e de bem-estar, acrescentando que estratégias econômicas baseadas na equidade são, comprovadamente, promotoras de crescimento sustentado. O enfrentamento da questão alimentar sobressai entre os requerimentos para a equidade social, seja com vistas a enfrentar a pobreza (e, claro, a fome), seja para a construção de atividades econômicas em bases equitativas. Um padrão de desenvolvimento econômico assentado nessas bases traria consigo a ampliação do mercado doméstico e o aumento do peso

econômico das atividades do sistema alimentar. Lugar de destaque nas estratégias e políticas deveria ser ocupado pelas famílias rurais, pois entre elas a pobreza é mais elevada e são elas que realizam importante atividade agroalimentar carente de promoção¹⁴. Por fim, ressaltei que opções como esta requerem a reconstrução de mecanismos institucionais voltados para a regulação pública das atividades econômicas, fundados na interação entre Estado e sociedade, tendo a segurança alimentar entre seus objetivos.

Os desdobramentos da abordagem sobre a questão alimentar do desenvolvimento refletiam, então, a perspectiva analítica de apontar caminhos. Embora esta seja uma característica mais geral das pesquisas e reflexões que tenho empreendido, conforme sublinhei em várias passagens do memorial, dela decorre também o alcance explicativo da referida abordagem. Ainda que a abordagem tenha a pretensão de inserir os alimentos e a alimentação entre os componentes principais de reprodução das sociedades e, por consequência, de suas economias – reprodução, por definição, sob dinâmicas capitalistas – formulá-la como uma questão de desenvolvimento implica remetê-la a um campo temático com inescapável natureza normativa, conforme argumentarei adiante. Vim a reconhecer, posteriormente, que esse procedimento implica perda de fôlego analítico quanto ao lugar dos alimentos no desenvolvimento capitalista ou, mais propriamente, na reprodução do capital.

Essa limitação me ficou mais clara na medida em que me aprofundi no enfoque de regime alimentar (*food regime*) que pretende oferecer uma perspectiva estrutural do papel da agricultura e dos alimentos na acumulação de capital e na conformação de hegemonias, no tempo e no espaço (Friedmann, 1993; Friedman; McMichael, 1989; McMichael, 2009). Formas de acumulação de capital na agricultura, arranjos de poder global e padrões de circulação dos

.....
¹⁴ Noto que após ressaltar em mais de um escrito os dois aspectos que conferem importância especial às famílias rurais (mais do que a agricultura familiar) deparei-me com a formulação de A. Sen sobre a dupla condição das famílias rurais como demandantes e ofertantes de alimentos, ou, em seus próprios termos, a produção de alimentos como fonte de renda e intitlamento (*entitlement*) dos indivíduos e fonte de oferta da mercadoria vital para a sociedade (SEN, 2000).

alimentos destacam-se entre os fatores que levam seus autores a identificar um regime alimentar ou a analisar a transição entre regimes alimentares. Desde então, recorro com frequência ao conceito de regime alimentar pelo que ele pode contribuir, inclusive, para revisar a abordagem sobre a questão alimentar no desenvolvimento, nos termos em que a formulei¹⁵.

De todo modo, as várias afirmações mais acima a propósito de opções de desenvolvimento levaram-me à decisão de tratar do próprio conceito de desenvolvimento, especialmente em face das ressalvas a ele feitas com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990, e também das restrições lançadas pelas correntes do pensamento crítico que se debruçaram sobre as experiências de desenvolvimento. O contexto de fortes críticas ao conceito e às práticas a ele associadas certamente influenciou minhas reflexões e me levou a um esforço de tipo conceitual, conforme apresentado na seção a seguir.

6. DESENVOLVIMENTO: O CONCEITO E A ABORDAGEM DE ALBERT O. HIRSCHMAN

Conforme antecipado na introdução deste memorial, a problemática do desenvolvimento esteve presente desde meus primeiros passos na vida acadêmica, no início, concentrada em temas de desenvolvimento econômico¹⁶ para, gradativamente, ser ampliada de modo a envolver outras dimensões até chegar ao tratamento do próprio conceito de desenvolvimento. A economia do desenvolvimento, nas vertentes que mencionarei adiante, dava conta do meu interesse principal nas dinâmicas socioeconômicas e tendências de médio e longo prazo,

.....
¹⁵ Nesse sentido, tem sido importante a interlocução, mesmo que intermitente, com ambos os autores (Harriet Friedmann e Philip McMichael).

¹⁶ Cabe o registro de que a primeira vez que me dediquei a preparar material didático foi, justamente, para a disciplina Desenvolvimento Econômico que lecionava no curso de graduação em Economia na UNIMEP. A primeira “apostila” – como se chamava à época – abordava a noção de desenvolvimento econômico na fisiocracia e em Adam Smith, seguida de outra reproduzindo trechos relacionados com a acumulação de capital em David Ricardo (MALUF, 1979a, 1979b).

servindo inclusive de matriz de referência nas poucas vezes em que me envolvi com análise conjuntural de variáveis econômicas. Claro está que, ao mesmo tempo, ela me apartava da modelagem e do modo de pensar axiomático da chamada teoria do crescimento. Terminei indo mais além, encontrando suporte em autores que me auxiliaram a ultrapassar as próprias fronteiras da ciência econômica com vistas a buscar apoio em outros campos disciplinares para o tratamento das questões de desenvolvimento.

Uma breve síntese do meu percurso teórico nesse campo deve ser iniciada com a influência desde a Graduação, no início da década de 1970, do estruturalismo que emanava da CEPAL, alimentando o permanente debate de alternativas para o Brasil, nas quais se buscava enxertar ingredientes latino-americanistas. A apropriação, logo em seguida, da abordagem marxista resultou na incorporação do enfoque na natureza do desenvolvimento brasileiro (e latino-americano) enquanto desenvolvimento capitalista já a partir da dissertação de Mestrado, opção reafirmada na tese de Doutorado. Foram importantes as leituras realizadas durante o programa de pós-doutoramento em Oxford (UK) na diferenciação entre processos imanentes de desenvolvimento – o desenvolvimento do capitalismo – e a “intenção de desenvolver” presente não apenas nas “doutrinas de desenvolvimento” (COWEN; SHENTON, 1996), mas em toda e qualquer proposição num campo que, assim passei a conceituar, expressa sempre um desenvolvimento intencional. Sem abandonar a descrição e análise dos fatores dinâmicos, conflitos e contradições próprias do desenvolvimento do capitalismo, adotei a premissa de que o tema do desenvolvimento tem natureza inescapavelmente normativa por se desdobrar na avaliação de alternativas em relação a uma condição desejada, a um dever ser.

Essa premissa foi melhor desenvolvida com a incursão, naquele mesmo momento, na abordagem de Albert Hirschman, à qual viria se somar a de Amartya Sen. Mais do que isso, creio ter aprendido com Hirschman (1981) a lidar com o trânsito entre “o sermão e a demonstração”, em ambas as direções, porém, sem descuidar do necessário raciocínio analítico, e reconhecendo também

a “tensão duradoura entre moralidade e as Ciências Sociais”. Não escamotear a premissa da natureza normativa do tema me permitiu, de um lado, evitar e mesmo desvelar os subterfúgios dos que pretendem fazer ‘ciência objetiva’ neste campo temático e, de outro lado, diferenciar-me daqueles que fazem dessa característica o centro de críticas radicais à noção de desenvolvimento, confundindo-a com alguma das propostas costumeiramente associadas a ela.

Não é o caso de retomar os usos da noção de desenvolvimento nos meus trabalhos acadêmicos, suficientemente ressaltados nas seções anteriores. Irei me concentrar em dois artigos ensaísticos: o primeiro trata do conceito de desenvolvimento, e o segundo, sobre a abordagem de Hirschman.

6.1 Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento

A decisão de enfrentar o conceito de desenvolvimento, em meados da década de 1990, durante o programa de pós-doutoramento em Oxford (UK), se deu num contexto de intensa crítica da noção, seja pelo neoliberalismo então predominante entre nós (em boa parte do mundo) que considerava o debate a respeito quase como um anacronismo, seja pela proliferação de críticas às experiências de desenvolvimento, algumas delas chegando a propor o abandono da noção. Daí o artigo a respeito que vim a publicar¹⁷ antecipando, desde logo, a intenção de desenvolver um argumento em favor da noção de desenvolvimento, não sem reconhecer que isso implicava atribuir um (ou mais de um) sentido a ela, como anunciado já no título. Um segundo aspecto fundamental daquele contexto foi o crescente reconhecimento e valorização da ideia de diversidade e suas manifestações nos mais diversos campos, a ponto de o ensaio constatar, de saída, que a diversidade constituía a noção mais pervasiva nas críticas ao desenvolvimento, porém, buscando incorporar as possibilidades que ela oferece em termos conceituais e para a definição de estratégias de desenvolvimento.

.....
¹⁷ Artigo intitulado Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico (MALUF, 2000^a). Uma versão modificada do ensaio foi publicada em francês: Attribuer un sens à la notion de développement économique. Economies et Sociétés (MALUF, 2001^a).

O ensaio pretendeu sugerir uma compreensão sobre o desenvolvimento econômico, que considera as principais ressalvas à teoria e à prática do desenvolvimento, torna-o indissociável da obtenção de crescente equidade social, não mais como subproduto dos efeitos de espraiamento do crescimento (*trickle-down effect of growth*), e lança pontes para o lugar central ocupado pela questão alimentar. Algumas indicações preliminares sobre a pretendida separação entre eficiência econômica e equidade social foram também feitas, questão que veio a ser tratada em suas manifestações na produção de alimentos pela agricultura familiar.

As esperanças e frustrações com o desenvolvimento latino-americano são parte essencial nessa reflexão, dada a longa vivência dos países daquele que veio a ser conhecido como o continente da desigualdade com performance no mínimo pífia, quando não perversa, no quesito dinamismo econômico com equidade social. O artigo registra as muitas conquistas econômicas e sociais da maioria dos países da América Latina, porém, com as devidas ressalvas às promessas da industrialização e ao projeto de modernização que ela era portadora – a ilusão desenvolvimentista, como definiu Giovanni Arrighi. Procurou se diferenciar, também, da costumeira suposição de que são necessárias rupturas, mais ou menos radicais, para que se materializem tais promessas oferecidas pelo receituário econômico, como se fosse possível separar objetivos (econômicos ou não) a serem alcançados dos processos em que eles são engendrados. Com relação à crítica pós-moderna e ao pós-modernismo, buscou recolher alguns dos seus elementos, em especial o que remete à dimensão de poder das experiências de desenvolvimento, porém, trabalhando distintamente as relações entre desenvolvimento, modernidade e modernização. Reconhecer o chamado “darwinismo social” embutido na noção, o peso da ideia de progresso e o componente de tutela dos projetos de desenvolvimento não impedia a busca por atribuir sentido ao desenvolvimento, inextricavelmente ligado à experiência moderna, sem com isso se filiar a um determinado projeto de modernização.

Assim, o intento de conceituar o desenvolvimento feito no artigo assume a perspectiva normativa, mas evita determinismos, entende o conceito como

incompleto por definição conforme formulação de Amartya Sen, e admite soluções abertas como horizonte. Acompanha Hirschman quando sustenta que os processos de desenvolvimento podem seguir “sequências invertidas”, são plenos de consequências não intencionais da ação humana e, se espera, carregam as incertezas próprias das sociedades pluralistas. A cautela em face das muitas e pertinentes críticas, bem como as premissas antes mencionadas, resultaram em atribuir um significado à noção de desenvolvimento que se atém ao sentido literal do termo e às duas ideias principais nele contidas, que são as de melhoria e de processo. Daí deriva o sentido a ser atribuído ao desenvolvimento econômico e a proposta de defini-lo como *o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo* (MALUF, 2000^a: 71). O artigo trata de vários aspectos que ficam em aberto ou são induzidos por essa definição.

Por fim, o artigo retoma um dos seus pontos de partida ao buscar correlacionar desenvolvimento, diversidade e desigualdade. Sugere que a noção de diversidade em si mesma e em relação à de desigualdade comporta ao menos dois significados: um quantitativo, presente na comparação entre “os que têm mais” e os “que têm menos”, que embasa a expectativa de convergência ou de emparelhamento (*catching up*), e outro qualitativo, que valoriza a ideia de “ser diferente” em lugar do “ter menos” ou da “insuficiência”. Este último remete a quatro fatores de diversidade (cultural, institucional, humana e natural), de modo que as noções de equidade social e de desenvolvimento econômico como melhoria da qualidade de vida devem reconhecer e respeitar as várias manifestações de diversidade. Neste ponto, é feito um reconhecimento à crucial contribuição de Sen ao introduzir a diversidade humana na noção de equidade social e, portanto, na definição das estratégias e instrumentos para buscá-la, ressaltando a importância de preservar o conceito de desenvolvimento social não plenamente intercambiável pelo de desenvolvimento humano. Nesta mesma linha, reconhecer a diversidade não implica desconhecer que fenômenos sociais como a pobreza (e a fome) têm origem em fatores determinantes mais gerais

(e universais) intrínsecos ao desenvolvimento capitalista ou que podem ser agravados conforme o padrão de desenvolvimento econômico.

6.2. Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento

O segundo ensaio (MALUF, 2015) resultou de um longo trabalho de compilação, leitura e reflexão sobre a obra de Albert Otto Hirschman, obra à qual continuo me dedicando na docência e em escritos variados. O ensaio começou a ser pensado, de fato, no mesmo período em que escrevi o anterior que acabo de mencionar¹⁸, porém, tardei a considerá-lo em condições de publicação e a desvinculá-lo de um não realizado projeto editorial sobre a obra do autor. Claro que esses anos todos me permitiram amadurecer a compreensão sobre a abordagem de Hirschman, com o auxílio de um crescente número de comentaristas de sua obra, das discussões em sala de aula e de eventos em que fui palestrante. Trata-se, como se sabe, de um autor profícuo, com um pensamento tido como “polifônico” (McPHERSON, 1988) e que, ademais, cultivava “a arte de ultrapassar fronteiras”, sobretudo, as disciplinares. Não é nada óbvio caracterizar a abordagem de um autor com essas características. Em suas próprias palavras, a busca de ‘racionalidades ocultas’ é que confere uma unidade subjacente à sua obra (Hirschman, 1992), isto é, buscar a ‘racionalidade oculta’ dos caminhos pouco familiares seguidos na solução de problemas sob certas circunstâncias, um exercício, sem dúvida, inusitado da sua própria abordagem ‘possibilista’.

O atraso em sua publicação fez com que o ensaio aparecesse nestes tempos em que retorna o debate sobre desenvolvimento na agenda pública, acompanhado dos costumeiros projetos grandiosos e das narrativas antecipatórias de futuros luminosos. Bem distinta é minha leitura da abordagem de um dos “pioneiros do desenvolvimento” que, ao valorizar os processos em curso, as soluções abertas e o papel do aprendizado social, ‘enxerga’ desenvolvimento em lugares não convencionais ou pouco prestigiados, com base em métodos diferenciados face às

.....
¹⁸ Cheguei a apresentar um primeiro esboço em seminário do grupo de estudos sobre o Brasil, sediado na EHESS (Paris), em 1996.

teorias consagradas. Daí a interpretação de que a epopeia do desenvolvimento se dessacraliza na obra deste desenvolvimentista, como expresso na composição aparentemente paradoxal escolhida como título do ensaio. Hirschman também me ajuda pelo profundo conhecimento da América Latina, do Brasil em particular, e por meio de contribuições metodológicas e analíticas para as pesquisas que desenvolvi sobre a questão alimentar nos processos de desenvolvimento.

Penso ser suficiente mencionar, aqui, os quatro grandes temas tratados no ensaio cuja natureza tornaria demasiado extensa a reprodução do seu conteúdo. O texto começa apresentando o que entendo como a “resposta possibilista” elaborada por Hirschman às desigualdades e iniquidades inerentes aos processos de desenvolvimento. Em seguida, ressalta as racionalidades ocultas das mudanças sociais e o desmonte feito pelo autor do mito do desenvolvimento equilibrado. Por fim, aborda um bloco de questões sobre o papel atribuído ao aprendizado, a premissa das soluções abertas e as modestas expectativas de Hirschman quanto às possibilidades prescritivas da teoria econômica. Vale, porém, retomar as observações finais do ensaio, o que faço a seguir.

A abordagem “prolixa e polifônica” de Hirschman constitui importante contribuição sobre as dimensões econômicas, sociais e políticas envolvidas no desafio de associar desenvolvimento econômico com maior equidade e bem-estar social. Recorrendo às categorias do autor, essa associação envolve tarefas antagônicas e conflitos inerentes às mudanças sociais, requerendo o exercício de uma “economia com política” (*economics-cum-politics*) que, por sua vez, acarreta implicações quanto ao papel do Estado. No ensaio, alimento a expectativa de que o contexto atual de muitos países da América Latina, em particular o Brasil, justificaria explorar a hipótese de a iniquidade social ter adquirido o estatuto de fonte geradora de “pressões hirschmanianas”. Essa é uma expressão cunhada por comentaristas face à percepção de Hirschman de que as situações ideais seriam aquelas nas quais pessoas boas estão rodeadas por pressões boas, dando origem a processos virtuosos (HIRSCHMAN, 1963).

Tendo caracterizado a economia do desenvolvimento como uma disciplina voltada para a ação, um economista “politicamente orientado”, segundo Hirschman, deve atentar para as dimensões ou os efeitos colaterais políticos dos fenômenos econômicos com os quais está diretamente envolvido. A história latino-americana lhe forneceu exemplos dos limites da economia do desenvolvimento (da ciência econômica) em lidar com os interesses e paixões mobilizadas por esses processos. O enfoque do ‘possibilismo’, lente através da qual acompanhou as experiências de desenvolvimento nesta região e alhures, pressupõe a já referida interação entre economia e política que, por seu turno, segue um padrão de ‘conexão intermitente’ (*on-and-off connection*), alternando situações de interdependência e de autonomia entre ambas, fazendo com que a conexão entre o progresso político e o econômico não seja em nenhum modo fácil, direto e funcional (HIRSCHMAN, 1995, p. 229).

Além de ressaltar as tarefas antagônicas associadas à distribuição da renda e da riqueza, o autor valoriza as situações concretas de iniquidade e as manifestações dos efeitos políticos colaterais dos processos econômicos num plano mais localizado, ainda que seu enfrentamento possa requerer iniciativas com caráter distributivo que quase sempre ultrapassam a competência local. Esse é o caso dos projetos de desenvolvimento que, segundo Hirschman, podem ser obrigados a incorporar preocupações em planos muito distintos e problemáticos em relação aos seus objetivos originais estritos, levando-o a fazer a diferenciação entre projetos de desenvolvimento com capacidade de transformar as estruturas sociais e culturais em que são implementados (*trait-making projects*), e aqueles que se ajustam a uma dada estrutura (*trait-tacking projects*) (HIRSCHMAN, 1967).

Por fim, o ensaio ressalta que, para Hirschman, o aprendizado e a mudança social se realizam num ambiente de disjunções e conflitos (construtivos ou destrutivos) dos quais resulta a própria coesão social ou sua desagregação¹⁹ (HIRSCHMAN, 1995, p. 231). A distribuição do produto social integra os

.....
¹⁹ Em lugar da noção marxista de contradições não antagônicas e antagônicas associadas à revolução social.

conflitos do tipo “divisível” que dá origem à “arte da barganha” e ao estabelecimento de compromissos. Conflitos frequentes e soluções de compromisso raramente definitivas resultam no “modo desajeitado ou embaralhado” (*the muddling-through mode*) de resolução dos conflitos das sociedades de mercado pluralistas ou democráticas. “Ser amistoso com a democracia” e “concordar em discordar” se convertem em componentes de um princípio político mais geral, que reintroduz nos processos sociais e econômicos o elemento de incerteza próprio da vivência democrática (HIRSCHMAN, 1992, p. 140), outra e essencial razão para adotar o suposto das soluções abertas. A inspiração pragmática de um ativista que não teme abarcar a complexidade do mundo real, em especial, nas relações entre democracia e economia, confirma a feliz caracterização da obra de Hirschman como uma “investigação inconclusa” (FROBERT; FERRATON, 2003), embora prenhe de ensinamentos, na contramão de um tipo de modelística sempre em voga nas teorias e políticas de desenvolvimento.

7. AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E A QUESTÃO ALIMENTAR

Posso dizer que explorar os nexos entre a agricultura familiar e os mercados desde a ótica dos alimentos constitui uma vertente natural nas minhas pesquisas e reflexões. Vimos que o estudo da comercialização agrícola me conduziu à problemática do abastecimento alimentar, ao passo que as questões de soberania e segurança alimentar e nutricional evoluíram para a abordagem da questão alimentar no desenvolvimento, sempre ressaltando o papel da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica e tipo de agricultura. A combinação da abordagem sobre estratégias de desenvolvimento com a exploração das possibilidades de uma agricultura de base familiar diversificada como fonte de alimentação adequada e saudável é o pano de fundo do que produzi (e sigo produzindo) sobre a inserção mercantil da agricultura familiar.

Uma etapa dessa trajetória foi composta de trabalhos que refletiam a importância adquirida pelo estudo das cadeias agroindustriais e agroalimentares, seja

para identificar a forte indução técnico-produtiva “de fora para dentro” sobre os rumos da produção agrícola de pequenos e médios produtores (ainda não caracterizados como agricultura familiar, categoria então em construção no país), seja para avaliar as perspectivas econômicas colocadas por esse tipo de inserção mercantil. As cadeias agroalimentares e o papel das redes de supermercado foram objeto de seções específicas já na tese de doutorado e estiveram presentes em vários outros trabalhos, dois deles destacados a seguir. O primeiro consistiu de um estudo, propriamente, de cadeias agroindustriais no âmbito do MERCOSUL (DELGADO et al., 1993), parte de um projeto mais amplo que visava a captar o extravasamento das fronteiras nacionais pelas estratégias agroindustriais no interior do bloco em construção, num contexto de liberalização comercial e ajuste estrutural, com uma abordagem que ia além dos encadeamentos técnico-produtivos para incorporar os atores sociais envolvidos (DELGADO *et al*, 1992, 1994a, 1994b, 1996)²⁰.

O segundo trabalho se inseria na discussão do enfoque nas “economias de rede”, com atenção especial para as redes de distribuição (supermercados) já em plena consolidação do papel determinante que viriam a desempenhar nas cadeias agroindustriais e agroalimentares. Junto com o colega John Wilkinson organizei um seminário com convidados nacionais e internacionais para debater a reestruturação das cadeias agroindustriais à luz desse enfoque, do qual resultou a publicação de uma coletânea (MALUF; WILKINSON, 1999). Minha contribuição específica foi extrair implicações da inclusão do enfoque da segurança alimentar na análise do papel das redes de distribuição considerando as circunstâncias próprias de sociedades com elevada desigualdade social como o Brasil, característica que repercute no acesso aos alimentos e também na esfera da produção, ao que se soma a também elevada diferenciação regional (MALUF, 1999).

As características da inserção mercantil da agricultura familiar e os nexos com a questão alimentar foram objeto específico de artigo posterior (MALUF,

.....
²⁰ Ver publicação: Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul (DELGADO et al., 1996).

2004), fruto de duas insatisfações. Uma delas com o enfoque convencional de capacitar os agricultores para “acessar mercados” como estratégia de ascensão econômica da agricultura familiar, alimentado pela economia padrão e amplamente difundido quase como uma obviedade. O suposto implícito deste enfoque é que há mercados anônimos e disponíveis para serem acessados pelos que forem suficientemente eficientes para tanto. Ao contrário: com o artigo, pretendi me apropriar do enfoque mais adequado na “construção social dos mercados”, recolhendo contribuições aportadas pela Sociologia Econômica e também nos escritos de Hirschman sobre a natureza dos mercados e da interação entre os que deles participam.

A outra insatisfação dizia respeito à perspectiva de fazer os agricultores “avancarem nas cadeias de valor” por meio da agregação de valor (processamento) aos produtos agrícolas. Neste caso, mesmo sem discordar da perspectiva da agregação de valor, pretendi evitar o risco que incorrem as análises de cadeias de “fatiar” unidades familiares que costumeiramente englobam várias atividades que compartilham recursos comuns. Além disso, e como decorrência dessa mesma característica, quis mostrar que os elos mantidos pela agricultura familiar com os mercados são múltiplos, distintos e simultâneos, de modo que as opções entre os múltiplos elos ou a maneira de combiná-los segundo a estratégia mercantil adotada implicam trocas no âmbito da unidade familiar em termos da utilização dos recursos e da mão de obra familiar. Essa abordagem tomou a forma de um diagrama (Anexo), mostrando a coexistência de dois canais por onde fluem os produtos alimentares oriundos da agricultura familiar, a saber, as cadeias integradas nacional e internacionalmente e os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. No artigo identifico os produtos típicos de cada canal, porém, alerto que há produtos agroalimentares que circulam em ambos (embora com diferenças no grau de elaboração), assim como há interconexões entre os canais, principalmente na etapa da distribuição onde há agentes com capacidade de centralizar fluxos de produtos bastante distintos (como os supermercados). Note-se que a abordagem incorporou a

espacialidade das relações mercantis e, deste modo, remeteu à questão da (re) aproximação entre produção e consumo possível pela valorização dos circuitos regionais e a possibilidade que isso oferece para promover um modelo de agricultura familiar diversificada mais propensa a refletir hábitos culturais e a biodiversidade, fundamentos de uma alimentação adequada e saudável²¹.

Por fim, ainda com relação à inserção da agricultura familiar nos mercados alimentares, cabe uma referência ao chamado mercado institucional, assim denominado para fazer referência às compras de alimentos realizadas pelos governos em programas e ações públicas de abastecimento. Como se sabe, esse instrumento ganhou muita notoriedade no Brasil, com repercussão em âmbito internacional, a partir da grande inovação que foi a instituição, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no âmbito da formulação, igualmente nova, de um Plano de Safra da Agricultura Familiar diferenciado dos planos de safra anualmente lançados pelo Governo Federal. Essa inovação ganhou em amplitude e adquiriu novos significados quando ela repercutiu na reformulação, em 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a incorporação da obrigatoriedade de aquisição de um percentual mínimo (30%) de alimentos diretamente da agricultura familiar local ou regional.

Aqui, minha principal contribuição específica foi de outra natureza, tendo se dado na forma de conselheiro do CONSEA onde a proposta do PAA foi gestada e, posteriormente, participando das discussões sobre a nova regulamentação do PNAE e acompanhando a tramitação congressional do projeto de lei correspondente na condição de Presidente do CONSEA. De fato, pesquisas específicas (estudos de caso e outros) sobre a trajetória seguida na implementação de ambos os programas não fizeram parte de minha produção acadêmica, com exceção de

.....
²¹ Em artigo a convite do IBGE, pude retomar a antiga relação com o tema da comercialização agrícola, agora acrescida das questões colocadas pela ótica alimentar, sugerindo que os Censos Agropecuários buscassem ampliar o indicador de modo a contemplar os destinos e finalidades da produção agropecuária (MALUF, 2014b).

textos breves ou boletins²². Contudo, é claro que considerações sobre o PAA e o PNAE, seus méritos, principais limitações e desafios, têm presença obrigatória nas análises que faço de políticas públicas de SAN, bem como nas participações em congressos e seminários.

8. PARA ALÉM DA PRODUÇÃO: A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Assim como o primeiro programa de pós-doutoramento em Oxford (UK) representou um marco na minha trajetória intelectual em temas relativos à problemática do desenvolvimento, o segundo programa de pós-doutoramento realizado, em 2000/1, junto à *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS, Paris)²³ inaugurou um novo campo de reflexão em questões relacionadas à agricultura familiar e território. Mais do que a experiência na Inglaterra, que teve desdobramentos posteriores apenas pontuais, a cooperação com colegas e instituições francesas já ocorria em contatos ocasionais e atividades anteriores ao pós-doutoramento, tendo se convertido a partir daí em intercâmbio regular, notadamente com colegas do INRA e CIRAD, além da própria EHESS, persistindo até os dias de hoje.

A segurança alimentar nas negociações comerciais internacionais foi o tema das minhas interlocuções individuais prévias²⁴, porém, a ampla cooperação envolvendo colegas brasileiros e franceses da qual fiz parte em torno do intento de apropriação da noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA), em plena ascensão na Europa e, particularmente, na França, com vistas à sua aplicação

.....

²² A publicação mais recente nesse tópico foi: SCHMITT, C., MALUF, R.; BÉLIK, W. Family farming, institutional markets and innovations in public policies: food and nutritional security as a driver for governmental intervention. In: HEBICK, P. et al. (eds.), Rural development and the construction of new markets. Abingdon/New York, Routledge, 2015, pp. 61-78.

²³ O vínculo específico do programa foi com o Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC/ EHESS), entre Outubro de 2000 e Junho de 2001.

²⁴ Projeto "Análise da introdução de cláusulas ambientais na regulação internacional (cooperação e comércio internacional)" (Acordo CAPES-COFECUB, Projeto 276/99-II), 1999-2000.

no Brasil. A noção pretendia, em síntese, jogar luz sobre os múltiplos papéis – ‘funções’, na linguagem da política pública – desempenhados pela agricultura, além da sua “função primeira” de produzir alimentos e fibras. Registre-se que esse não foi um movimento sem alguma tensão com crenças estabelecidas na academia e no debate político, haja vista que a noção de MFA – neste aspecto, análoga à de SAN – teve um desenvolvimento conceitual paralelo e interligado com sua adoção em políticas públicas domésticas e em negociações comerciais internacionais. Em tempos de neoliberalismo, identificar e pretender proteger tais funções, como o faziam a Europa, o Japão e alguns outros países, foi e continua sendo entendido como protecionismo e, portanto, barreira à pretensão de promover o livre-comércio entre as nações.

No que me diz respeito, identifico uma linha de continuidade no fato de a ótica do desenvolvimento centrada em dinâmicas e processos de médio e longo prazo, quando aplicada ao meio rural e à agricultura familiar, desembocar na apropriação do enfoque na MFA. Correndo o risco de excesso de visão esquemática, diria que a explicação se encontra no fato de esse enfoque, de algum modo, corresponder ao tipo de aproximação “de fora para dentro das unidades produtivas” que sempre tive em relação à agricultura e sua inserção nos processos de desenvolvimento e na própria questão alimentar. Não por acaso, minha entrada nas categorias que então emergiam como novos olhares sobre a agricultura familiar não se deu pela pluriatividade que, mirando “de dentro para fora”, estava voltada para as formas de reprodução das famílias rurais e suas repercussões em diversos planos (socioeconômico, ambiental e cultural). Não obstante, esclareço que há uma importante e indispensável interface analítica entre ambas as categorias. Adiante veremos que a tradução que fizemos desse enfoque para a realidade brasileira levou-nos a associar a MFA com a agricultura familiar, seguindo a diferenciação brasileira de tipos de agricultura, para em seguida estabelecer conexões entre este enfoque com territórios e desenvolvimento territorial.

No retorno ao Brasil, coordenei a criação de uma rede de pesquisa inter-institucional, pioneira no país na adoção da MFA como tema de pesquisa, congregando colegas com distintas formações do próprio CPDA, da UFRGS, UFSC, Embrapa, UFPA e UFCG, em permanente interlocução com colegas franceses do INRA, CIRAD e CRBC/EHESS. Essa parceria contou com o apoio de um projeto de cooperação no âmbito do Acordo Capes-Cofecub²⁵, também por mim coordenado. A rede foi, originalmente, registrada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq com a denominação de “Multifuncionalidade da agricultura” – denominação alterada posteriormente, como se verá –, tendo a mim como líder. Apresento a seguir uma síntese das principais atividades e produtos dessa rede.

O primeiro projeto de pesquisa da rede intitulou-se “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras” (Projeto CNPq/COAGR 520.755/2001-04), desenvolvido em 2002/3. Seu objetivo geral era explorar as possibilidades oferecidas pela noção de MFA em face das peculiaridades da realidade rural brasileira, com vistas a definir um referencial comum em torno desta noção e a apontar seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas de promoção das unidades familiares rurais e do desenvolvimento rural sustentável. A unidade de observação foi formada por famílias rurais em comunidades localizadas em diferentes regiões brasileiras, permitindo contemplar alguma diversidade regional e também aprofundar a análise de questões de interesse acadêmico de pesquisadores com formações diversas, abrangendo, desse modo, os vários aspectos envolvidos na promoção de uma agricultura multifuncional de base familiar.

Chamo a atenção para duas assertivas que resultaram das reflexões do grupo e orientaram as pesquisas de campo. Por um lado, a possibilidade de a atividade

.....
²⁵ Projeto “A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil” (Acordo CAPES-COFECUB, Projeto 395/02), 2002-2005.

agrícola associar-se ao cumprimento das múltiplas funções ressaltadas pela noção de MFA restringia-se à agricultura de base familiar. Por outro lado, quando aplicada à realidade brasileira, a noção de MFA permite identificar quatro funções associadas à atividade agrícola realizada pela agricultura familiar, a saber: a) reprodução socioeconômica das famílias; b) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. O principal produto coletivo deste primeiro esforço foi a publicação de uma coletânea com artigos apresentando o marco analítico da pesquisa e os estudos de caso realizados (MALUF; CARNEIRO, 2003), ao que se somaram vários artigos publicados no Brasil e na França.

A esta pesquisa seguiu-se um projeto franco-brasileiro intitulado “Multifonctionnalité de l’agriculture. Construction d’une démarche d’analyse au niveau local à partir d’un dispositif comparatif en France et au Brésil”, coordenado por Bernard Roux (INRA), Philippe Bonnal (CIRAD) e por mim, entre 2003 e 2005²⁶. Como desdobramento da pesquisa anterior, este projeto ampliou o olhar para o plano dos atores sociais e espaços locais com o objetivo de verificar como se dá o reconhecimento da noção de MFA no nível local em sua diversidade, tendo em conta as relações de força entre os atores e particularidades institucionais, regionais e históricas. Interessavam-nos, portanto, os pontos de vistas dos atores coletivos ou individuais, o funcionamento dos espaços de concertação e as práticas de gestão no âmbito local. Foram realizados estudos de caso em seis estados brasileiros (SC, SP, RJ, PI, TO e PB) e em três regiões francesas. Além dos relatórios de pesquisa requeridos pelas instituições francesas, o projeto deu origem a artigos publicados pelos membros da equipe.

O terceiro projeto de pesquisa desenvolvido por essa rede intitulou-se “Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da

.....
²⁶ Projeto aprovado no Appel d’Offre INRA/CEMAGREF/CIRAD « Recherches et expertises sur la multifonctionnalité de l’agriculture et des espaces ruraux », 2002.

agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil”, por mim coordenado, contando com financiamento do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, no período 2006 a 2008. Pode-se afirmar que a evolução das pesquisas e reflexões do grupo sobre a noção de MFA levou, naturalmente, à necessidade de incorporar o enfoque territorial, dado serem constitutivas da própria noção de MFA as relações mantidas pelas famílias rurais com os territórios onde se localizam, isto é, as famílias rurais são consideradas como produtoras agrícolas e gestoras do território. A própria denominação do grupo no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq passou a ser “Multifuncionalidade da agricultura e território” cuja liderança passei a compartilhar com o colega Ademir Cazella (UFSC).

Nesses termos, a pesquisa teve como objetivos: (a) avaliar as possibilidades oferecidas pelo recorte territorial para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura familiar e para o desenvolvimento territorial no Brasil; (b) verificar a contribuição da agricultura familiar, a partir do enfoque da MFA, para o desenvolvimento territorial; (c) investigar o processo de construção de territórios em oito áreas escolhidas (AC, PB, ES, MG, RJ, SC e RS), identificando atores, interesses comuns e conflitantes e espaços de negociação; (d) analisar, à luz do enfoque da MFA, três programas públicos de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento territorial (PRONAF, PROAMBIENTE e PNRA). O principal produto coletivo da pesquisa foi a publicação de uma coletânea com capítulos apresentando o marco analítico da pesquisa e os estudos de caso (CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009), além de vários artigos.

Por várias razões, a rede de pesquisa sobre a MFA deixou de ser ativa com a conclusão desse projeto e respectiva publicação, porém, mantiveram-se outras formas de cooperação entre seus integrantes brasileiros e também com os colegas franceses.

9. INCURSÕES NOS CAMPOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Optei por fazer um registro separado de dois projetos nos quais estive envolvido, incluindo tarefas de coordenação, pois eles tratam de temas sobre os quais não tive dedicação sistemática para além desses próprios projetos, a saber, desenvolvimento sustentável (e desenvolvimento territorial sustentável) e mudanças climáticas. Início pelo primeiro que, de certa forma, ecoa os trabalhos antes mencionados sobre a noção de MFA, visto que implicou mobilizar integrantes daquela rede. Tratou-se de um projeto internacional intitulado « PROPOCID - *La production des politiques de développement rural durable dans leurs contextes - constructions de compromis institutionnels et ajustements temporels entre le global et le local* », apoiado com recurso francês, que vigorou de 2007 a 2010²⁷. A pesquisa partiu da constatação de que as questões globais destacadas pela emergência da sustentabilidade na arena internacional se expressam de modo específico no nível nacional, daí o objetivo de realizar uma análise comparada de políticas públicas em seis contextos nacionais (Brasil, França, Mali, Madagascar, México e Indonésia), com vistas a identificar as modalidades pelas quais as políticas de desenvolvimento rural sustentável são integradas, negociadas e implementadas nos níveis pertinentes de produção de políticas públicas (internacional, nacional, regional e local). Junto com o colega Philippe Bonnal (CIRAD e coordenador geral do projeto), participei do desenvolvimento da pesquisa no Brasil (incluindo o acompanhamento dos estudos de caso) e da elaboração dos relatórios respectivos.

Já o projeto sobre mudanças climáticas guardava pouca relação com atividades anteriores, exceto pelos aportes provenientes das reflexões e experiência de pesquisa acumuladas em temas correlatos. De fato, a intenção foi adentrar um tema que ganhava destaque crescente nos debates de que eu participava sobre

.....
²⁷ Programme Federateur "Agriculture et Développement Durable" (ANR, France), Appel à propositions de recherche 2005. O projeto baseou-se na rede « PROPOCID – Production des politiques autour du développement durable », reunindo pesquisadores dos países estudados.

as perspectivas da SAN, mas também sobre agricultura familiar e territórios rurais²⁸. Em vista do lugar secundário até então ocupado pelas ações de adaptação às mudanças climáticas, em face das voltadas à mitigação da emissão de gases efeito-estufa, tinha a percepção de que seria importante contribuir para a compreensão do próprio significado da adaptação ao fenômeno e no desenho de ações correspondentes, inserindo questões sociais (os seres humanos em suas condições desiguais) num quadro em que predomina a atenção para com os recursos naturais, a fauna e a flora. Essas razões me levaram a aceitar o convite feito pelo COEP – Rede Nacional de Mobilização Social para coordenar o projeto “Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades”, financiado pelo CNPq, no período 2009 a 2011. A pesquisa teve o objetivo de analisar os fatores de ordem socioeconômica e ambiental que contribuem para a vulnerabilização de grupos populacionais frente a eventos causados pelas mudanças no clima, bem como oferecer subsídios para a construção de capacidades de enfrentamento dos riscos daí advindos por parte dos referidos grupos.

Ela foi desenvolvida em três eixos, a saber: (i) levantamento de documentos internacionais e nacionais de referência e das políticas nacionais relacionadas com a temática; (ii) mapeamento da produção de conhecimento e questões em debate sobre a temática “mudança climática e desigualdades sociais”; (iii) realização de cinco estudos de caso sobre a vulnerabilidade e capacidade de adaptação de populações selecionadas em diferentes biomas e na periferia de grandes cidades (Amazônia, Caatinga, Cerrado e regiões metropolitanas do R. Janeiro e Florianópolis). Talvez a principal contribuição metodológica do projeto tenha sido a proposição de uma matriz analítica entrecruzando eventos climáticos (temperatura e precipitação) e fatores de vulnerabilidade socioambiental em distintos biomas, matriz que se buscou aplicar nos instrumentos de

.....
²⁸ Embora esses debates se dessem sobretudo no âmbito do CONSEA, tive participações nas discussões sobre adaptação às mudanças climáticas do Grupo de Trabalho Mudanças climáticas, pobreza e desigualdade, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

pesquisa utilizados nos referidos estudos de caso. Estes últimos foram realizados por pesquisadores de universidades federais e órgãos públicos sediados nessas regiões, sendo que a relação que mantém com a Rede COEP-Nacional fez com que o projeto tivesse, também, um componente de extensão na interação das equipes regionais com as comunidades estudadas. Além dessa interação com as comunidades, o projeto gerou um relatório completo de pesquisa disponível na internet, uma publicação com a síntese dos resultados²⁹ e artigos em periódicos. Não voltei a me dedicar às mudanças climáticas, exceto pela inevitável inclusão das suas repercussões nas perspectivas da agricultura em geral e da agricultura familiar em particular.

10. POBREZA RURAL, INCLUSÃO PRODUTIVA E OCUPAÇÃO

Pobreza e desigualdade social têm presença constante em minhas investigações e também na docência, a ponto de estas serem perpassadas por reflexões e questões de pesquisa voltadas para a conjunção entre dinamismo econômico e equidade social e, mais especificamente, para as implicações da pobreza e da desigualdade social na questão alimentar nos processos de desenvolvimento. No entanto, apenas em período mais recente e atendendo a duas demandas, vim a escrever, propriamente, sobre pobreza rural e também sobre emprego e ocupação no meio rural brasileiro, porém, na forma de textos do tipo “estado da arte” dos debates a respeito, sem pesquisa própria que não a revisão da bibliografia e a consulta a fontes secundárias de dados. Apesar de ocuparem um lugar ainda complementar em minha agenda de pesquisa, o registro desses dois trabalhos se justifica pelo fato de ambos integrarem a abordagem que venho desenvolvendo sobre inclusão socioproductiva, inserção mercantil e produção

.....
²⁹ Ver: Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades (MALUF ; ROSA, 2011) e Populações vulneráveis e agenda pública no Brasil. (MALUF; ROSA, 2011).

de alimentos enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza e de promoção da emancipação socioeconômica das famílias rurais, conforme mencionado na última seção do presente memorial.

Como produto do meu envolvimento em projeto sobre enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial, conduzido pelo Observatório de Políticas para a Agricultura (OPPA)³⁰ em parceria com o IICA, escrevi um texto abordando os elementos que deveriam compor uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável (MALUF, 2013). O texto procurou dar conta de três ordens de questões, a saber, (a) o enfrentamento da pobreza rural não está desarticulado do enfrentamento da pobreza em geral e da desigualdade social no Brasil, (b) os modelos produtivos e a promoção da sociobiodiversidade desempenham papel relevante na superação da pobreza rural e (c) a construção de capacidades nessa direção depende de dispositivos institucionais adequados. Para tanto, apresentei um marco conceitual e analítico articulando as referências do desenvolvimento, equidade, direitos e cidadania no tratamento da pobreza rural, ao lado da “armadilha da modernização” embutida no suposto dilema eficiência econômica *versus* equidade social que analisei em artigos anteriores a propósito da inclusão sócio-produtiva por meio da produção de alimentos. O texto se vale dessas referências para analisar os instrumentos voltados para a inclusão produtiva no PRONAT e no PTC, e sua articulação com o Plano Brasil Sem Miséria, bem como para sugerir os elementos de uma agenda pública associando o enfrentamento da pobreza rural e estratégias de desenvolvimento sustentável dos territórios.

O segundo trabalho consistiu num estudo de caso sobre o Brasil preparado por demanda dos organizadores de um colóquio, na França, sobre transições demográficas e econômicas, mercado de trabalho e exclusões camponesas

.....
³⁰ Integro a equipe de pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), núcleo de pesquisa vinculado ao CPDA que conta com a participação de colegas de outras instituições brasileiras, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

(MALUF, 2014a)³¹. O estudo não representou um retorno ao tema do mercado de trabalho (dos conflitos entre capital e trabalho) pelo qual me iniciei, em 1984, na coordenação de projetos coletivos de pesquisa, porém, abriu duas perspectivas ausentes na minha produção acadêmica recente, mas não apenas nela. Uma das perspectivas remete ao trabalho assalariado na agricultura, bastante em evidência nas décadas de 1970 e 1980 no debate sobre as características da modernização da agricultura brasileira, mas cuja análise ficou obscurecida pelo enfoque na agricultura familiar. Mesmo que não se trate mais de apontar para a degradação representada pelos “boias-frias”, a capacidade do agronegócio de gerar empregos é mais limitada que a alardeada, e tem iniquidades intrínsecas à polarização do mercado de trabalho rural que amplia a diferenciação entre assalariados permanentes e temporários (BASALDI, 2008). A segunda perspectiva, relacionada à anterior, consiste na inclusão da ocupação na análise das formas de reprodução socioeconômica das famílias rurais, isto é, o que as estatísticas identificam como “pessoal ocupado” em atividades rurais. Essa ocupação se expressa na criação de oportunidades de trabalho para os membros da família nas unidades familiares e no emprego assalariado, seja dos membros da família fora das próprias unidades, seja de assalariados contratados pelas unidades familiares, relação social pouco abordada. Observo que a esperada (e significativa) redução do percentual de pessoal ocupado no campo foi acompanhada, porém, por uma discreta redução do seu número absoluto em todo o período que vai de 1970 a 2010.

Ambas as perspectivas reintroduzem a dimensão demográfica – na ótica das transições demográficas, como chamaram os organizadores do colóquio – num contexto de crise prolongada que reacendeu a problemática do emprego (ocupação) e as antigas preocupações com o êxodo rural e as condições de permanência das famílias no campo. Penso que essa ampliação de foco se coaduna bastante bem

.....
³¹ Trabalho intitulado *Evolution de l'emploi agricole, impacts des politiques publiques: le cas du Brésil*. In: *Les exclusions paysannes: quels impacts sur le marché international du travail?* (MALUF, 2014^a), resultante do « Colloque Évolution du marché international du travail, impacts des exclusions paysannes », CIRAD/GRET/AFD/CESE/Académie d'Agriculture de France, Paris, 2012.

com as questões que me mobilizam sobre agricultura familiar, famílias rurais e produção de alimentos nos processos de desenvolvimento. É sobre o quadro de um longo processo de êxodo rural que a agricultura familiar deve ser projetada, processo assentado num padrão de modernização com elevada concentração da propriedade da terra e da produção agroalimentar. Não obstante, as estratégias de geração de renda que vão além do domínio agrícola não retiram o lugar central ocupado pela atividade agrícola na criação de oportunidades de trabalho e, portanto, na reprodução das famílias rurais, em especial, a produção de alimentos.

Razão pela qual retomo, nos dois textos, a já referida “armadilha” colocada pela modernização em curso na produção de alimentos, inclusive naquela realizada em bases familiares, risco que poderia ser atenuado com a valorização de uma agricultura diversificada. Contudo, argumento nos textos que tal possibilidade depende da redução da pobreza e da desigualdade em geral, da legitimação social desse tipo de agricultura como fonte do que se poderia considerar como alimentação adequada e saudável, e da existência de instrumentos diferenciados de políticas públicas.

11. RETORNO AO TEMA DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS

Foram poucos os trabalhos de minha autoria nos quais a evolução dos preços dos alimentos constituiu o objeto principal da análise, embora a formação dos preços nas várias etapas da esfera agrícola ao varejo, desde uma ótica de economia política, tenha sido parte constitutiva das análises que desenvolvi sobre comercialização agrícola, abastecimento alimentar e a própria SAN. Não obstante, circunstâncias conjunturais me levaram a retornar ao tema dos preços dos alimentos, com a emergência da crise alimentar em 2006/2008, a volatilidade dos preços internacionais das *commodities* alimentares e o reingresso da inflação de alimentos na pauta de discussão no Brasil e em muitos outros países.

Além do desafio de subsidiar o debate a respeito no âmbito do CONSEA, estímulo adicional veio do acompanhamento de um grande estudo internacional

sobre o tema (DAVIRON *et al.*, 2011) logo no início de minha participação como membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar (HLPE, órgão assessor do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (*United Nations Committe for World Food Security*)). O Comitê tem por missão delimitar o objeto, escolher a equipe internacional de pesquisadores e supervisionar a elaboração de estudos e pesquisas sobre temas relacionados com a segurança alimentar e nutricional. Permaneci por dois mandatos no Comitê, entre Outubro de 2010 e Outubro de 2015.

Ambos os engajamentos, no CONSEA e no HLPE, deram origem a uma demanda da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) para que eu realizasse um estudo sobre a volatilidade dos preços internacionais das *commodities* alimentares e a contribuição desse fenômeno, ao lado de fatores nacionais, entre os determinantes da inflação dos alimentos no Brasil, estudo que contou com a participação de Juliana Speranza. Buscamos também apontar as principais implicações do comportamento dos preços internacionais e domésticos na soberania e segurança alimentar e nutricional em termos do acesso aos alimentos e da produção agrícola de base familiar, bem como as repercussões sobre as respectivas políticas públicas. Sem fazer uso de correlações estatísticas ou modelos econométricos, destaco nesse estudo a abordagem buscando identificar eventuais repercussões dos preços agrícolas internacionais na cadeia de formação dos preços domésticos no varejo de alimentos, avançando no já referido propósito de desenvolver um exercício de economia política dos preços dos alimentos (MALUF. SPERANZA, 2013).

Esse estudo teve continuidade num segundo trabalho sobre a mesma problemática dos preços internacionais das *commodities* e a inflação de alimentos no Brasil, porém, introduzindo a questão dos modelos de agricultura e suas repercussões sobre o abastecimento alimentar com base em dois produtos exemplares que são a soja e o feijão. A soja, como se sabe, é o principal exemplo da expansão de uma monocultura de larga escala com estreita conexão com o mercado internacional e principal beneficiário da tendência de alta dos preços

internacionais, ainda que o grão não se destine apenas às exportações. O estudo interessou-se também pela crescente inserção da soja na produção de biodiesel no Brasil. Já o feijão justificava-se por ser um dos principais alimentos dos brasileiros, tradicionalmente oriundo da agricultura de base familiar, encontrando-se no centro dos debates sobre a inflação. Contudo, as transformações em curso no cultivo desse produto abriram um leque de questões de pesquisa sobre as perspectivas da agricultura familiar e da própria produção de alimentos no Brasil que se encontram refletidas no programa de pesquisa apresentado adiante. Esse estudo contou também com a participação de Juliana Speranza e o apoio da ActionAid-Brasil (MALUF. SPERANZA, 2014).

12. O ÂMBITO INTERNACIONAL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA

Os temas e questões que orientam meus estudos e pesquisas são, inescapavelmente, internacionais, seja porque neles incidem dinâmicas que extrapolam as fronteiras nacionais, seja pela minha permanente preocupação em estabelecer elos com o debate internacional e de me envolver em atividades de cooperação. A propósito, a convicção de que é preciso romper com os limites nacionais no tratamento da questão alimentar, assim como de muitas outras, superando a tendência à ‘olhar para seu próprio umbigo’ que costuma acometer os grandes países, foi se firmando em mim nas últimas décadas. Isto para não mencionar a óbvia importância da literatura internacional que compõe nosso referencial conceitual.

No início deste memorial, fiz referência ao primeiro tema de dissertação de Mestrado – que não se materializou como tal – no qual propunha tratar da problemática do abastecimento alimentar doméstico com uma ótica da autossuficiência nacional, em face da inserção crescente do Brasil no comércio agrícola internacional nos anos 1970. Elementos que interagem ou refletem dinâmicas internacionais ou globais estão presentes em trabalhos posteriores. No entanto, apenas ao ingressar no CPDA, em 1990, é que passei a abordar questões ou

processos que podem ser propriamente considerados como internacionais. Assim, foi com o referido ensaio sobre a evolução do planejamento econômico e agrícola na América Latina e Caribe, reflexo de disciplina ministrada em um programa latino-americano sediado no CPDA (Curso de Mestrado Vittorio Marrama), assim como nos estudos sobre o projeto de integração regional num contexto de liberalização e ajuste estrutural contido na construção do Mercosul, e as cadeias agroindustriais que se conformavam no âmbito de um bloco com essas características.

Tive a oportunidade de participar de três projetos de cooperação franco-brasileira promovidos pelo Acordo CAPES-COFECUB, primeiro em projeto coordenado pelo colega Peter May, depois como coordenador de um projeto e, por último, em projeto ainda em curso coordenado pelo colega Sérgio Leite e, posteriormente, por mim³².

Além dos estímulos provenientes dessas e de outras formas de interlocução internacional³³, é preciso ressaltar as oportunidades abertas com a crescente incorporação de temas internacionais na agenda do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A agenda internacional do Conselho, em cuja construção estive bastante engajado, ganhou relevância em decorrência não apenas da atuação do Brasil como partícipe do jogo internacional na tradicional condição de exportador, mas sobretudo em face da notoriedade da experiência brasileira em políticas de SAN e da recém-adquirida condição do país como ofertador de cooperação. Derivam daí as muitas demandas para debater essa

.....
³² Projeto "Análise da Introdução de Cláusulas Ambientais na Regulação Internacional (cooperação e comércio internacional)", CPDA/UFRRJ e ESR/ARIES, 1999/2000. 2. Projeto "A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil", CPDA/UFRRJ, INAPG/ABIES, EHESS, 2002/5. 3. Projeto "Território, Pobreza e Políticas Públicas: uma abordagem pela territorialização", CPDA/UFRRJ e ARTDEV, 2013/6.

³³ Integrante da Chaire UNESCO - Alimentations du Monde, Comité d'Orientation Stratégique (Collège Personnalités Qualifiées), sediada na SUPAGRO, Montpellier (França), desde 2011. Membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar (HLPE), órgão assessor do Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial (*United Nations Committee for World Food Security*), 2010-2015.

experiência em eventos internacionais, como também a necessidade de analisar as diversas formas de cooperação visando a subsidiar os debates sobre os vários aspectos controversos nelas envolvidos.

Uma dessas demandas implicou a inserção em um novo tema de discussão sobre as relações entre agricultura e nutrição, com crescente difusão internacional. Isto se deu na forma da realização de um dos oito estudos de caso realizados em oito países para analisar as condições de aplicação do enfoque da “agricultura sensível à nutrição” em diferentes contextos. O projeto intitulou-se *Nutrition sensitive agriculture - a pillar of improved nutrition and better help*, tendo sido coordenado pelo Food Security Centre, University of Hohenheim (Alemanha), em 2012/3. A análise realizada por integrantes da equipe do CERESAN colocou ressalvas a determinadas traduções desse enfoque, entre as quais a biofortificação de sementes, contrapondo a elas o enfoque intersectorial da SAN desenvolvido no Brasil que implica resultado em artigo publicado em periódico especializado na área de saúde pública (MALUF *et al*, 2015).

Todos esses estímulos permitiram dar forma a uma linha de investigação que estava em gestação no CERESAN sob o título genérico de *Questões no âmbito internacional da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação*. O primeiro projeto que começou a dar materialidade a essa linha foi denominado de *Fortalecendo o papel do Brasil nos espaços internacionais para uma agenda global pelo direito humano à alimentação e a erradicação da fome*, desenvolvido em 2014/5 com apoio da OXFAM-Internacional. O objetivo geral do projeto foi elaborar documentos analíticos e artigos acadêmicos, bem como promover debates sobre a cooperação internacional Sul-Sul desenvolvida pelo Brasil no campo da erradicação da fome e da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, de modo a contribuir para a construção de agendas de atuação conjunta entre os atores sociais brasileiros e estrangeiros. Para tanto, as atividades do projeto se organizaram em três linhas de trabalho principais e inter-relacionadas, a saber:

- a) Abordagem geral da cooperação Sul-Sul brasileira no campo da SSAN e do DHA, com a elaboração do texto *A cooperação brasileira em segurança alimentar e nutricional: determinantes e desafios presentes na construção da agenda internacional*, para o qual contribuíram os debates realizados nas duas oficinas organizadas pelo CERESAN com a participação de integrantes de organizações e movimentos sociais e gestores públicos;
- b) Cooperação brasileira em África, com destaque para os países da CPLP, na qual foram encomendados três estudos de caso sobre Angola, Cabo Verde e Moçambique, além de um estudo sobre a estratégia de SAN da CPLP;
- c) Experiências de intercâmbio e perspectivas de cooperação com a América Latina e o Caribe, na qual foi elaborado o texto *Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional*.

Elaborou-se um documento síntese com as principais evidências de pesquisa e indicativos de agenda, posteriormente traduzido para as línguas espanhola e inglesa, visando a uma ampla difusão. Para desenvolver o projeto contei com uma equipe de três doutorandas e um mestre, além de consultores nos países em que foram realizados os estudos de caso. Todos os produtos foram publicados na Série Textos para Discussão, disponíveis na página do CERESAN: www.ufrrj.br/cpda/ceresan.

O projeto anterior teve um desdobramento em nova iniciativa que deu continuidade às reflexões anteriores sobre cooperação internacional em SAN e ampliou o leque de temas para questões igualmente relevantes no debate internacional, dando origem ao projeto *Estratégias e políticas de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, América Latina e África*. O projeto foi desenvolvido pelo CERESAN em 2015, com o apoio da OXFAM-Brasil, agora contando com equipe ampliada de colegas e pós-graduandos.

As cinco linhas de investigação tiveram a pretensão de recuperar reflexões anteriores, construir um referencial conceitual e marco analítico sobre enfoques ou temas identificados como mais relevantes e fazer indicações metodológicas para pesquisas futuras. Assim:

- a) a cooperação Sul-Sul no campo da SSAN e do DHAA e as questões de governança associadas foram direcionadas para o campo da análise de políticas públicas, mais precisamente, para o tema da transferência de políticas (*policy transfer*) e suas implicações, com pesquisas de campo em andamento sobre os casos da Etiópia e de Moçambique;
- b) o intenso debate internacional em torno da soberania alimentar estimulou um esforço específico sobre as questões conceituais e implicações de políticas públicas do uso dessa noção;
- c) em sentido análogo, o destaque conferido ao tema da nutrição em âmbito internacional justificou a continuidade das reflexões iniciadas com o projeto sobre “agricultura sensível à nutrição” referido mais acima, agora ampliadas de modo a abranger as ações públicas e abordagens integradas entre agricultura e nutrição;
- d) no âmbito da temática do abastecimento, e fruto da interlocução com os colegas da SUPAGRO/CIRAD (França), encontra-se em desenvolvimento uma abordagem sobre sistemas alimentares descentralizados, já com pesquisa de campo em andamento;
- e) a junção das reflexões sobre o caso brasileiro e dos estudos já realizados sobre a América Latina e o Caribe estão na origem da análise sobre as perspectivas da agricultura familiar, camponesa e indígena no abastecimento alimentar da região.

Os textos elaborados nessas cinco linhas encontram-se ainda em formato preliminar, portanto, ainda não se converteram em publicação para difusão. Não obstante, eles já têm servido de orientação para pesquisas em curso na

forma de dissertações e teses e do meu próprio programa de estudos e pesquisa em curso, apresentado a seguir.

13. PROGRAMA DE ESTUDOS E PESQUISA EM CURSO

Penso que a trajetória descrita no presente memorial ficaria incompleta caso não fosse concluída com a apresentação do programa de estudos e pesquisa em curso que resultou dessa trajetória, programa que pode ser organizado em torno de três eixos de trabalho. O primeiro eixo dá continuidade à investigação de natureza bibliográfica e a correspondente produção ensaística no campo temático do desenvolvimento, em particular explorando os vários desdobramentos da premissa de que há uma questão alimentar no desenvolvimento. Os dois outros eixos correspondem aos projetos envolvendo pesquisa empírica ou aplicada, que, no entanto, refletem e ao mesmo tempo alimentam as reflexões de tipo conceitual sobre a questão alimentar no desenvolvimento.

Assim, o segundo eixo volta-se para as perspectivas da produção agroalimentar de base familiar no Brasil e as diretrizes das políticas e programas a elas dirigidos, com vistas a analisar a inserção mercantil e o papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar doméstico. Pretendo também ampliar a apreciação das estratégias econômicas de enfrentamento da pobreza e desigualdade no meio rural, quase sempre por meio da inserção mercantil, de modo a incluir a ótica da emancipação socioeconômica das famílias rurais. O terceiro eixo de pesquisa dá continuidade ao tratamento de questões na esfera internacional, abordando o contexto internacional da soberania e da segurança alimentar e nutricional e o lugar ocupado pelo Brasil, com destaque às várias formas de atuação do país em foros internacionais e projetos de cooperação Sul-Sul.

Como se nota, o Brasil constitui, naturalmente, a referência empírica inicial e principal, embora não única, do segundo e terceiro eixos, devido, de um lado, ao meu interesse específico sobre a produção agroalimentar de base familiar

no país e às políticas públicas relacionadas com a SSAN que incidem sobre elas. De outro lado, a antiga condição do Brasil de participante destacado no sistema alimentar mundial como grande exportador viu-se acrescida da recente notoriedade internacional adquirida pelo país no campo das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da fome e promoção da SAN, e à redução da pobreza de modo geral, ampliando o foco para o âmbito internacional e estimulando as análises em perspectiva de diferentes experiências nacionais. Acrescente-se o fato de o olhar sobre as políticas públicas perpassar todos os temas abordados, tanto na investigação bibliográfica quanto nas pesquisas empíricas, de modo que as políticas relacionadas à soberania e segurança alimentar e nutricional – e a própria construção do Sistema Nacional de SAN no Brasil, intersetorial e participativo – ocupem lugar de destaque.

Alimento a pretensão de que o programa de estudos e pesquisa adiante descrito resulte, num futuro próximo, em um segundo livro autoral agora versando sobre ‘desenvolvimento, alimentação e participação social’. Nele, pretendo retomar os três fatores que fundamentaram a caracterização de uma questão alimentar no desenvolvimento e verificar as principais manifestações dela no desenvolvimento capitalista contemporâneo, a partir dos anos 1940/50, tendo em conta que os alimentos envolvem negócios, poder, necessidades básicas e direitos. Uma motivação adicional foi dada pelo fato de os alimentos e (por meio deles) a agricultura estarem de volta ao centro da agenda mundial. O Brasil deverá constituir a referência principal, tendo a América Latina como referência secundária, porém, inescapável em razão do diálogo com escolas de pensamento e autores latino-americanos, embora seja uma possibilidade prover uma seção com breves incursões em outras partes do mundo.

Observo, ainda, que o programa de pesquisa vem sendo enriquecido com o oferecimento regular, desde o 1º Semestre de 2015, da disciplina “Laboratórios de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais”, aberta à participação de colegas e estudantes do CPDA/UFRRJ e de outras instituições, em cujas sessões busca-se avançar na base conceitual e metodológica sobre questões de soberania

e segurança alimentar e nutricional, tendências do sistema alimentar nas várias esferas, temas de governança, cooperação Sul-Sul e vários outros.

Antes do detalhamento que farei adiante desse programa, faço um registro específico de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do OPPA, iniciada em 2013 e com término previsto para meados de 2016, intitulada “Entre continuidades, mudanças e inovações institucionais: políticas públicas e meio rural (2003-2013). Seu objetivo é analisar as políticas públicas para o meio rural brasileiro ao longo dos últimos 10 anos referidos, valorizando aspectos como a experiência e a participação dos seus gestores e formuladores (*policy makers*), o contexto institucional e o processo de implementação de programas específicos. A partir da experiência destes gestores (e de outros atores igualmente estratégicos para o exercício das políticas) busca, adicionalmente, compreender em que medida o ambiente institucional e as redes nas quais os mesmos estão inseridos dão sustentação às políticas públicas para o setor. Com financiamento do CNPq e FAPERJ, o projeto envolve significativo número de pesquisadores e pós-graduandos vinculados ao Observatório. Minha participação se dá, principalmente, no campo das políticas de SAN.

13.1 Sentidos do desenvolvimento e a questão alimentar

Os dois ensaios enfocando as concepções de desenvolvimento e a abordagem de Hirschman – em ambos os casos com substantivos aportes extraídos da abordagem de Amartya Sen – deixaram vários indicativos para seguir com a reflexão sobre os sentidos do desenvolvimento em termos tanto de significados quanto de direção, mirando as trajetórias, a diversidade de contextos e as respectivas escolhas. Dada a premissa dos múltiplos caminhos, o que restaria da noção de desenvolvimento como um paradigma? Estaríamos diante de um paradigma que admite múltiplos caminhos ou a própria ideia de paradigma exclui e, mesmo, se contrapõe à perspectiva dos múltiplos caminhos? Estas indagações demandam, por um lado, explorar mais a afirmação de Sen sobre o desenvolvimento como conceito incompleto por definição e a premissa que compartilha com Hirschman

da abertura dos processos para várias soluções, ao que se somam outros elementos da abordagem de Hirschman tais como as potencialidades ocultas³⁴, consequências não intencionais da ação humana e a felicidade da busca que moveria os atores sociais³⁵. A propósito, seria necessário verificar se as quatro fontes de diversidade que identifiquei no ensaio sobre o conceito de desenvolvimento (MALUF, 2000) – diversidade humana, institucional, cultural e ambiental – seriam suficientes para dar conta da perspectiva dos múltiplos caminhos.

Por outro lado, haveria que precisar em que termos a contraposição acima se define e, principalmente, em que planos ela se estabelece. Tome-se, por exemplo, as grandes narrativas como a convencional e recorrente ideia de projetos nacionais de desenvolvimento como síntese de um futuro possível a ser buscado ou como instrumento aglutinador de forças socioeconômicas e políticas³⁶. Bastante distinta é a incorporação das premissas acima em projetos ou ações locais de desenvolvimento.

No que se refere ao tratamento da questão alimentar no desenvolvimento, pode-se dizer que a questão alimentar demanda refletir sobre seu(s) significado(s) tanto quanto temos feito em relação à noção de desenvolvimento. Creio haver um vasto campo de releituras ou ressignificações possíveis dos alimentos e alimentação³⁷. Como é próprio de minha trajetória intelectual, a abordagem da questão alimentar obedece ao duplo propósito de contribuir para o desenvolvimento

.....
³⁴ Para Celso Furtado, utópico pode ser a descoberta de potencialidades ocultas.

³⁵ Essa perspectiva encontra guarida em Octávio Paz: "La pregunta, repetida desde el principio [...] es lo que da sentido a nuestros afanes terrestres. No hay sentido: hay búsqueda de sentido." (Paz, 1975, p. 339)

³⁶ Uma aplicação forte, antiga e recorrente, da ideia de sentidos do desenvolvimento se encontra na noção de projeto (nacional) de desenvolvimento. Noção que parecia datada e caída em desuso, foi tornada anacrônica durante a hegemonia neoliberal e esvaziada de sentido ou complexificada com a integração das economias e sociedades no mundo globalizado. Ela frequentou os escritos de economistas como Celso Furtado e, menos, de Albert Hirschman. Pode-se afirmar que, em alguma medida, ela teria sido retomada no Governo Lula após o "recesso" na década de 1990, não sem uma razoável dose de idealização dos planos de longo prazo.

³⁷ Friedmann propõe redefinir o que alimento-alimentação (food) é ou significa.

conceitual de noções relevantes em termos analíticos, e também de incidir nos debates em torno das ações e políticas públicas voltadas para os alimentos e a alimentação. Vimos que tais noções são, elas mesmas, portadoras desse duplo caráter, como é o caso da soberania alimentar e da própria segurança alimentar e nutricional³⁸. Há que cuidar, claro, para que o enfoque da questão alimentar no desenvolvimento não confunda a construção do marco analítico e da correspondente base conceitual, com o(s) projeto(s) político(s) para os quais as noções podem estar dando suporte, sem, contudo, exagerar na separação entre o analítico e o político³⁹.

Outra possível chave de leitura conectando o desenvolvimento e a questão alimentar se localiza nas analogias que se poderia estabelecer entre duas *démarches* totalmente separadas, mas que terminam por caracterizar a ambos em termos de certo modo próximos. Por um lado, no ensaio que escrevi sobre a abordagem de Hirschman, propus que esse autor ‘dessacralizou’ a noção de desenvolvimento (MALUF, 2015). Uma ideia (uma miragem?) sem dúvida forte, mas também generosa, se converte na admissão de que os processos de desenvolvimento como eles são (onde se verificam), têm muito do acaso e da coincidência de circunstâncias, e menos da grandiosidade e grandiloquência que costumam acompanhar as proposições a respeito. Por outro lado, num caminho aberto pela perspectiva de “desencantamento do mundo” apontada por Max Weber⁴⁰, vamos encontrar interpretações como a que se encontra em entrevista concedida por Bertrand Hervieu, na qual afirma que “a sociedade da abundância descobriu, finalmente, que a alimentação é banal e não mais sagrada, de modo que a alimentação foi um

.....
³⁸ Argumentei em trabalho anterior (Maluf, 2007) que a noção de segurança alimentar e nutricional é passível de diferentes acepções conforme sejam os atores sociais, governos e agentes econômicos que dela fazem uso.

³⁹ Buscando tratar com proveito da relação entre moralidade e ciências sociais, reconhecendo uma tensão duradoura entre ambas, Hirschman (1981) postula por uma ciência moral-social em que considerações morais são mescladas a raciocínio analítico, com frequente e fácil transição do sermão à demonstração em ambas as direções.

⁴⁰ “The fate of our times is characterized by rationalization and intellectualization, and, above all, by the ‘disenchantment of the world.’” Max Weber, *Science as a vocation*, *Selected Writings*.

dos últimos locais do sagrado e, portanto, do desencantamento” (HERVIEU, 2003, p. 27).

O uso que fiz de ‘dessacralizar’ não tem, exatamente, a mesma conotação do uso weberiano de ‘desencantar’, portanto, penso estar alerta para não estabelecer correlações indevidas. Contudo, essa constatação levou-me a indagar se as dinâmicas alternativas que buscam aproximar produção e consumo não seriam portadoras da perspectiva de “re-encantamento” da comida. Ou ainda, se não haveria uma compreensão de que a certificação de produtos é um instrumento de desencantamento das relações sociais de consumo alimentar. Os elementos que tal correlação poderia aportar serão por mim utilizados, complementarmente, na análise das relações entre produtores (produção) e consumidores (consumo).

Outras conexões importantes entre a questão alimentar e o desenvolvimento podem ser encontradas nas referências feitas a ela pelas próprias formulações sobre desenvolvimento, particularmente, desde a ótica do desenvolvimento do capitalismo, mesmo que digam respeito a aspectos ou dimensões do que caracterizo como questão alimentar. Uma delas vem ocupando minha atenção por me parecer bastante promissora, a saber, a interlocução com o já referido enfoque no regime alimentar (*food regime*) e sua abordagem sobre os alimentos na reprodução do capital no contexto de uma determinada hegemonia, e o lugar das transições de regime alimentar como parte da transição de poder estatal hegemônico. Pretendo avançar na reflexão sobre as implicações deste tipo de abordagem com o enfoque na questão alimentar cujos contornos são mais nacionais, desde a perspectiva do acesso pelos mais pobres e das possibilidades da agricultura familiar e do acesso, com ênfase no significado dos alimentos para a reprodução das famílias (rurais e urbanas) e do sistema econômico.

Por fim, em termos prospectivos (de perspectivas), estará sempre presente a permanente preocupação subjacente aos meus trabalhos que é explorar o papel da questão alimentar no enfrentamento da pobreza e na promoção da equidade (ou iniquidade) social, tanto em termos das principais dimensões envolvidas na conjunção entre desempenho econômico e equidade quanto em termos dos

requisitos de políticas e ações públicas. Em termos conceituais, entraria aqui a continuidade no tratamento das relações entre eficiência econômica e equidade social e suas repercussões nas várias formas possíveis de enfrentar a questão alimentar, com destaque para a ‘armadilha da modernização’ presente em algumas delas. Quanto à análise mais aplicada, volto-me, particularmente, para a pobreza rural e a inclusão socioeconômica fundada na produção de alimentos em bases familiares, abordada a seguir.

13.2 Pobreza, produção de alimentos, inclusão social e práticas emancipatórias

Em vários momentos deste memorial ressaltai que uma das principais manifestações da questão alimentar nos processos de desenvolvimento diz respeito ao lugar central ocupado pela produção agroalimentar de base familiar, seja nas estratégias de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural, seja desde a ótica da promoção de formas sustentáveis e diversificadas de produzir alimentos. Em ambos os objetivos se destaca a perspectiva de promover a inclusão socioeconômica na forma da inserção mercantil dos agricultores familiares. Essa perspectiva de enfrentamento da pobreza rural tem importante aplicação ao caso brasileiro, mas creio que ela seja verdadeira para a grande maioria dos países que integram o chamado “Sul Global”. Além disso, tal enfoque permite estabelecer uma relação entre o enfrentamento da pobreza rural e a problemática mais geral do abastecimento alimentar, pois é nesse âmbito que se definem as perspectivas econômicas da produção agroalimentar oriunda das unidades familiares rurais. Ademais, há uma conexão com a promoção da alimentação adequada e saudável para o conjunto da sociedade, presente também na concepção de abastecimento desenvolvida em trabalhos anteriores, relatados neste memorial.

Assim, o segundo eixo do programa de pesquisa em curso tem como premissa que os alimentos desempenham papel central nas estratégias de superação da pobreza rural e de promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável, dado o lugar que ocupam na reprodução socioeconômica das unidades

famíliaes rurais, porém, num contexto de importantes transformações na agricultura e no próprio meio rural. A produção agroalimentar e a inserção nos mercados de alimentos não é, obviamente, o único caminho de superação da condição de pobreza, porém, ela é mais do que uma opção econômica (entre outras) para a grande maioria das famílias rurais, estando presente em qualquer combinação de atividades agrícolas e não agrícolas adotadas por essas famílias. Desde a ótica da SSAN, há que acrescentar a dupla condição das famílias rurais de serem ofertantes e demandantes de alimentos, conforme mencionado na apresentação das pesquisas anteriores e artigos publicados nesse tema, ambas as condições comprometidas no caso das famílias rurais pobres. Claro, num universo social bastante heterogêneo, atualmente abrigado sob a categoria agricultura familiar.

Nesses termos, a pesquisa volta-se para as perspectivas econômicas que podem ser vislumbradas para a agricultura de base familiar em sua diversidade, tendo em conta as dinâmicas agroalimentares internacionais e nacionais, as transformações nas formas de produção agroalimentar, os vários fatores promotores de desigualdade social no campo e as concepções orientadoras e instrumentos de políticas públicas. Esses elementos constituem o quadro de referência para avaliar o alcance das estratégias de reprodução socioeconômica seguidas pelas unidades familiares e grupos sociais rurais em termos de perfil produtivo e do lugar dos alimentos. A abordagem convencional nas cadeias de produtos, necessária para alguns aspectos, será cotejada com as possibilidades oferecidas pelos recortes socioespaciais que embasam os enfoques nos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos ou nos chamados sistemas alimentares descentralizados ou territorializados.

Por fim, mas não menos importante, pretende-se que as possibilidades econômicas dessas estratégias sejam também avaliadas à luz da perspectiva da emancipação socioeconômica das famílias rurais que venho procurando desenvolver nos termos enunciados no eixo anterior. Além do aspecto econômico da renda e das condições de vida, pretende-se verificar em que medida se nota a presença

de práticas emancipatórias nas trajetórias das famílias e suas organizações e, especialmente, nos programas públicos a elas dirigidos, já que nos interessa ter em conta que futuro se projeta para as famílias rurais, e não apenas para a atividade (agricultura) por elas praticada.

As considerações anteriores dão origem a um conjunto de questões de pesquisa que vêm sendo trabalhadas nos aspectos da produção e abastecimento, da conformação de sistemas alimentares e dos instrumentos de política voltados para a agricultura familiar e a pobreza rural. Com relação à evolução da produção de alimentos em bases familiares, ela engloba vários tipos de agricultura familiar, com o respectivo papel indutor ou reativo das políticas públicas e implicações em termos de abastecimento e da promoção da alimentação adequada e saudável. Trata-se de um estudo macro com indicações de dinâmicas regionais diferenciadas. No tocante ao abastecimento alimentar, ao lado da disponibilidade de bens e seus preços, carece-se de retomar o tema da regulação pública (conceituação e instrumentos gerais e específicos ao tema do abastecimento), e revisar os convencionais indicadores de abastecimento. Desafio especial se coloca na compatibilização do enfoque nos produtos ou nas cadeias de produtos com o recorte pelo critério social derivado da categoria agricultura familiar, dilema particularmente relevante na atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em face da produção de alimentos.

A propósito, a existência de várias agriculturas familiares está a demandar o enfrentamento da tipologia convencional, em paralelo ao tratamento da agricultura familiar diversificada (perfil produtivo e lugar da produção de alimentos) em face da perspectiva de enfrentamento da pobreza rural. Aqui se retoma o que foi mencionado em vários momentos do memorial sobre os desafios conceituais e de políticas públicas na junção de eficiência econômica e equidade social no meio rural. Relacionada com essa questão se encontra o tema da ocupação e da geração de oportunidades de trabalho e renda no meio rural por meio da inclusão produtiva (qualificação para o mercado de trabalho e/ou inserção como ofertante nos mercados de bens). Tradicionais fatores promotores de desigualdade

social no Brasil ampliam a dependência de crescimento econômico para lograr a redução da pobreza, tornando igualmente complexa a adoção da equidade social como referência no enfrentamento da pobreza pela porta da igualdade de oportunidades. Isto tudo num contexto de transições demográficas com importantes repercussões no futuro do trabalho e da ocupação rural no Brasil.

No que diz respeito ao sistema alimentar ou, mais propriamente, à conformação de vários sistemas alimentares no Brasil, venho desenvolvendo um enfoque que busca articular as dimensões constatáveis de um sistema alimentar mundial e também de um sistema alimentar nacional, com a identificação de sistemas alimentares descentralizados – vale dizer, a coexistência e conflitos entre dinâmicas integradoras de cadeias nacionais e internacionais e circuitos diferenciados espacial e territorialmente (circuitos regionais e sistemas territorializados). Há aqui uma importante questão metodológica a respeito dos critérios de espacialização ou territorialização dos sistemas alimentares, sejam eles critérios naturais (biodiversidade), sociais ou políticos, ou ainda, como expressão de determinantes pelo lado da demanda e pelo lado dos agricultores. Inclui-se aqui a perspectiva de estabelecer as conexões entre dieta (consumo) e biodiversidade (produção), como pretendem as várias abordagens reunindo nutrição e agricultura.

Por fim, temos as questões de pesquisa relacionadas aos rumos e métodos das políticas e programas para a agricultura familiar e pobreza rural no Brasil. Por um lado, há um tratamento conceitual a ser dado aos temas da equidade, pobreza, desigualdade socioeconômica e justiça e sua aplicação no meio rural. Nele pretendo incluir a ótica da emancipação socioeconômica de indivíduos e grupos sociais e a adoção de práticas emancipatórias no enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Entre as questões derivadas desta ótica, mencionam-se a discussão sobre condições emancipatórias, obstáculos à emancipação ou potenciais emancipatórios, a perspectiva da emancipação pelo trabalho e o paradigma produtivista, a adoção de instrumentos compensatórios da condição

desigual vis-à-vis os que capacitam para a atuação autônoma, e o enfoque nas capacidades e possibilidades dos indivíduos.

Por outro lado, os enfoques sobre pobreza rural, ao lado dos requisitos em termos de instrumental analítico e indicadores, têm apontado para respostas econômicas combinando políticas agrícolas e não agrícolas. Entre as primeiras, ressalta-se a inclusão produtiva (via inserção mercantil dos agricultores), cujas estratégias remetem ao tema da promoção (ou não) de emancipação frente à lógica econômica das relações mercantis nos aspectos da sujeição/subordinação e autonomia das famílias, em face do requisito do tratamento diferenciado como princípio de justiça. As possibilidades oferecidas pelo mercado institucional (compras públicas em condições diferenciadas ou preferenciais) oferecem um bom campo de reflexão a respeito.

13.3 Contexto internacional da soberania e da segurança alimentar e nutricional e os papéis do Brasil

Como se pode depreender da trajetória descrita no memorial, esse eixo de pesquisa tem origem nas preocupações com as repercussões do comércio internacional no abastecimento alimentar doméstico, preocupações que remontam à conclusão do curso de graduação e que foram, posteriormente, retomadas na análise do contexto internacional da segurança alimentar e da agricultura em publicações e seminários, até assumirem o enfoque atual sobre as várias formas de atuação internacional do Brasil no campo alimentar e em agricultura (MALUF *et al.* 2015; MALUF; PRADO, 2015; MALUF; SANTARELLI, 2015). Assim, o tratamento da esfera internacional engloba questões de pesquisa relacionadas às tendências do sistema alimentar mundial, multilateralismo, estruturas globais e regionais de governança e as novas formas de cooperação Sul-Sul. Estas são questões recorrentes em minha participação em debates acadêmicos e em espaços públicos como o CONSEA, o Comitê das Nações Unidas para a Segurança Alimentar Mundial, o Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar a ele vinculado e vários eventos internacionais.

O delineamento do conteúdo desse eixo tem se beneficiado dos desdobramentos do já referido projeto CERESAN/OXFAM, tais como as várias repercussões derivadas da difusão nacional e internacional dos seus produtos e a transformação de sua temática em objeto de estudo de dissertações e teses de orientandos(as). A continuidade dos estudos e pesquisas nesse eixo assumiu a forma do projeto intitulado “Soberania e segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe e em África e a atuação internacional do Brasil”, envolvendo pós-graduandos do CPDA, bolsistas de iniciação científica e pesquisadores de outras instituições associados ao CERESAN, concluído em dezembro de 2015. O projeto envolveu tanto o tratamento conceitual de ambas as noções – soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional – quanto a análise de dinâmicas socioeconômicas e processos sociopolíticos relevantes para a soberania e a segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe e em África. Atenção especial foi dada às diversas formas de atuação internacional do Brasil que incidem sobre elas.

Entre as razões que justificam e conferem relevância à temática geral da pesquisa proposta e aos vários sub-temas nos quais ela se desdobra, ressalta-se, em primeiro lugar, a atualidade do debate sobre soberania alimentar não apenas no âmbito das organizações e redes sociais que foram seus primeiros e principais impulsionadores, como também na academia onde proliferam os trabalhos com reflexões a respeito e, mesmo, em vários governos que incluem esta noção como referência de políticas públicas. A propósito, há amplo reconhecimento da necessidade de maior desenvolvimento conceitual dessa noção que nasceu como bandeira política e que, a meu ver, tem a possibilidade de adquirir outro estatuto conceitual. É parte desse esforço – conceitual e também político – o intento de articular as três principais referências hoje mobilizadas nesse campo que são a soberania alimentar, a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Embora a proposta se concentre mais nas duas primeiras referências, é inevitável ter em conta a perspectiva do direito humano à alimentação, mesmo sem a devida análise dos instrumentos para sua consecução e exigibilidade.

Uma segunda ordem de razões relaciona-se à necessidade de dar tratamento diferenciado aos dois continentes que têm sido objeto de pesquisas desenvolvidas pelo CERESAN, a saber, América Latina e Caribe (ALeC) e África. Com base em casos ou processos exemplares pelos ensinamentos que contém, pretende-se dar concretude às distintas questões de soberania e segurança alimentar e nutricional que se manifestam, entre outros, nos dilemas da transição agrícola e alimentar africana, nas transformações em curso na produção agroalimentar latino-americana num contexto de crescente integração, nas dinâmicas privadas de grande impacto e nos limites colocados à participação social nas políticas públicas.

Por fim, sabe-se da notoriedade adquirida pela experiência brasileira no campo da SAN, tanto em termos do desenho e implementação de políticas públicas, quanto no aspecto da participação social. Ela resultou em significativa expansão da cooperação Sul-Sul brasileira, cujas características, tensões e desafios foram objeto do estudo antes referido. Entre as questões suscitadas por esse estudo, pretende-se dar seguimento à reflexão já iniciada sobre a difusão da experiência brasileira com base na literatura existente no campo da análise de políticas públicas sobre disseminação internacional e transferência de políticas públicas.

14. DOCÊNCIA

Iniciei-me na docência no ensino superior quando ingressei na UNIMEP, em 1975, e continuei exercendo essa função de forma ininterrupta desde então, aí incluída a minha transferência para a UFRRJ. Comecei como professor de disciplinas em cursos de graduação para gradativamente ir incorporando disciplinas na pós-graduação.

Na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), entre 1975 e 1989, fui professor de várias disciplinas do Curso de Graduação em Economia, além de ministrar disciplinas oferecidas pelo Departamento de Economia em outros cursos de graduação da UNIMEP. Participei também do Curso de Mestrado

de História, a partir de 1981, lecionando as disciplinas de História Econômica Geral e História Econômica do Brasil.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tornei-me professor responsável por duas disciplinas de Pós-Graduação do CPDA, Teoria Econômica, desde 1990, classificada como fundamental de Mestrado, e Teorias de Desenvolvimento, desde 1997, classificada como fundamental de Doutorado. Apresento a seguir o elenco de disciplinas que ministrei na Pós-Graduação, no CPDA ou em outros programas:

a) Docência na pós-graduação – CPDA/UFRRJ: Teoria Econômica (60 horas-aula); Teorias de Desenvolvimento (60 horas-aula); Laboratório de pesquisa em PPEAS (20 horas-aula); Laboratório de pesquisa em análise de conjuntura (15 horas-aula); Tópico Especial em PPEAS: economia monetária e financeira aplicada ao sistema agroalimentar (30 horas-aula); Tópico Especial em PPEAS: agricultura familiar e mercados (em conjunto com Prof. John Wilkinson; 30 horas-aula); Tópico Especial em Estado, atores e políticas de Desenvolvimento: agricultura e multifuncionalidade (30 horas-aula); Tópico especial em Relações sociais no campo: antropologia e desenvolvimento (em conjunto com Profa. Maria José Carneiro; 15 horas-aula); Tópico Especial em Estado, atores e políticas de desenvolvimento: desenvolvimento, economia e mudança social na obra de Albert Hirschman (15 horas-aula).

b) Docência na pós-graduação – PPGPDS/UFRRJ: Teoria e Política do Desenvolvimento (compartilhada com outros colegas do CPDAA; 45 horas-aula).

c) Docência na pós-graduação em outras instituições:

- Macroeconomia dos Países em Vias de Desenvolvimento e Teorias de Desenvolvimento, Curso de Especialização em Desenvolvimento e Cooperação Agrícola, Escola Superior Agrária/Fundo Social Europeu, Coimbra (Portugal), 1999 e 2000.

- Seminário “Teorias de desenvolvimento”, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2003.
- Módulo “Socio economía alimentaria y nutricional”, Maestría Seguridad Alimentaria y Nutrición, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz (Bolivia), 2012.

d) *Docência na Graduação*: Professor de disciplinas ofertadas pelo DDAS em Cursos de Graduação da UFRRJ:

- IH 505 - Políticas e projetos de desenvolvimento rural – 4 créditos
- IH 502 - Sociedade e Agricultura no Brasil – 4 créditos

15. ORIENTAÇÕES ACADÊMICAS

Durante este período em que faço parte do quadro de professores permanentes do CPDA fui orientador de seis pesquisas de iniciação científica, 30 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado, sendo em uma delas coorientador.

16. GESTÃO ACADÊMICA

Desde que ingressei na Universidade, em 1975, ocupei os seguintes cargos da estrutura administrativa:

1. Chefe do Departamento de Economia, UNIMEP, 1978-1979.
2. Coordenador do Curso de Mestrado Vittorio Marrama, sediado no CPDA/UFRRJ, 1992-1994.
3. Coordenador do CPDA/UFRRJ em duas oportunidades: gestão 1998/1999(um ano como Vice-Coordenador e um ano como Coordenador) e gestão 2012/2014 (dois anos como Coordenador).

Além disso, menciono dois cargos de coordenação ou de gestão de estudos e pesquisa com implicações administrativas:

1. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional (NPDR), Programa de Pós-Graduação em História, UNIMEP, 1982/1989.
2. Coordenação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN), CPDA/UFRRJ, 2003 até o presente.

Rio de Janeiro, Abril de 2016.

Referências

a) Trabalhos DO AUTOR (INDIVIDUAIS E EM COAUTORIA)

BELIK, W.; MALUF, R. S. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas - SP: IE/UNICAMP, 2000, 234 p.

BILBAO, S. A., MALUF, R. S. **Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar**. Campinas (SP): NPCT-UNICAMP/CNPq, , 1988, 129 p.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S.. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.16, 2008, pp. 185 - 227.

BONNAL, P.; MALUF, R. S.. Do uso da noção de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil In: LIMA, E., DELGADO, N.; MOREIRA, R. (orgs.), **Mundo Rural IV - configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, pp. 217-236.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, 2009a, p. 211 - 250.

BONNAL, P. ; MALUF, R. S. (2009b). Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. (orgs.) **Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 71-110.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil In: DELGADO, N.G. (org.). **Brasil rural em debate - coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010a, pp. 246-270.

BONNAL, P. ; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura no Brasil In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J.P. (orgs.) **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil - subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED/Secco, 2010b, pp. 375-410.

BURLANDY, L., MALUF, R. S. **Poverty, inequality and social policies in Brazil**. Rio de Janeiro: Ceresan/UFRRJ. Working papers n. 1, 2007.

BURLANDY, L., MAGALHÃES, R. ; MALUF, R. S. (coords.) **Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional no Brasil: aspectos produtivos, de consumo e de**

políticas públicas. Rio de Janeiro: CERESAN/UFRRJ. Relatórios Técnicos n. 3, 2006.

BURLANDY, L. ; MALUF, R. S. Soberania Alimentar - dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. In: TADDEI, J. A.; Lang, R. G. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. (orgs.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011, pp. 457-469p

BURLANDY, L., MALUF, R. S., ROCHA, C. Construção da política e da institucionalidade da segurança alimentar e nutricional no Brasil In: LIMA, S. C.; MAGALHÃES, R.; FONSECA, L. E.; CARVALHO, A.(orgs.). **Segurança alimentar e nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2013, pp. 77-92.

BURLANDY, L., ROCHA, C., MALUF, R. S. Integrating nutrition into agricultural and rural development policies: the Brazilian experience of building an innovative food and nutrition security approach In: Thompson, B. and Amoroso, L. (orgs.), **Improving diets and nutrition: food-based approaches**. Roma: CABI/FAO, 2014, pp. 101-112.

CARNEIRO, M. J. T, MALUF, R. S. Multifonctionnalité de l'agriculture familiale au Brésil: quelques voies de réflexion In: WOLFER, B. (ed.), **Agricultures et paysanneries du monde**.Versailles: Editions Quae, 2010, pp. 121-144.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. (orgs) **Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X , 2009a.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar e território: avanços e desafios para a conjunção de enfoques In: Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs). **Agricultura familiar -**

multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009b, pp. 291-301.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P., Maluf, R. S. (orgs). **Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009c, pp. 47-70.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial In: Cazella, A. A., Bonnal, P., Maluf, R. S. (orgs). **Agricultura familiar - multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009d, pp. 25-46.

DELGADO, N., LAVINAS, L., MALUF, R. S., ROMANO, J. Libre-échange, ajustement structurel et agriculture: le cas du Brésil. **Cahiers des Ameriques Latines**, v.12, 1992, pp.89 - 106.

DELGADO, N.; LAVINAS, L.; MALUF, R. S.; ROMANO, J. Aggiustamento Strutturale e Agricoltura in Brasile. **La Questione Agraria**, 1994a, pp.45 -73.

DELGADO, N., LAVINAS, L., MALUF, R. S., ROMANO, J. O Projeto Mercosul: sugestões para o debate In: **Integração, Região e Regionalismos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994b, pp. 89-100.

DELGADO, N., LAVINAS, L., MALUF, R. S., ROMANO, J. O Projeto Mercosul e as cadeias agroindustriais In: DESEP/INCA. **Mercosul - Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia**. São Paulo: Ed CAJA, 1993, pp. 109-157.

DELGADO, N., LAVINAS, L., MALUF, R. S., ROMANO, J. **Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul**. Rio Janeiro, Forense Universitária/Editora Universidade Rural, 1996, 185 p.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L.; MALUF, R. S. ; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**. V. 13, 2010, pp. 137 - 170.

GRISA, C., SCHMITT, C. J.; MATTEI, L.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v.8, 2011, pp. 34 - 41.

KEPPLE, A. W., MALUF, R. S.; BURLANDY, L. **Implementing a decentralized national food and nutrition security system in Brazil**. Ithaca (US): Cornell University (Case Study #9-10 of the Program: "Food policy for developing countries: the role of government in the global food system"), 2012.

LAVINAS, L.; MALUF, R. S. Abastecimento, Segurança Alimentar e Ação Municipal. **Revista de Administração Municipal**, v.39, 1992, pp.63 - 70.

LEÃO, M., MALUF, R. S. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH/OXFAM (Boletim; traduções para espanhol, inglês, francês, russo e mandarim), 2012, 72 p.

MACHADO, J.; MALUF, R. **A crise no Brasil: raízes econômicas, o impasse político e os interesses populares**. Piracicaba (SP), UNIMEP (Segundo Encuentro de Científicos Sociales y Teólogos, San José, Costa Rica, Julio, 1983. 35 p.

MALUF, R. S. **A Expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão**. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH. (Dissertação de Mestrado), 1977.

MALUF, R. S. **Notas sobre a noção de desenvolvimento econômico nos fisiocratas e em Adam Smith**. Piracicaba (SP), DECA/ UNIMEP, 1979a, 10 p. (mimeo.)

MALUF, R. S. **A acumulação em David Ricardo**. Piracicaba (SP), DECA/UNIMEP, 1979b, 11 p. (mimeo.)

MALUF, R. S. **Algumas questões teórico-metodológicas no estudo da comercialização agrícola**. Campinas (SP), UNICAMP/IFCH/ DEPE. Texto para discussão n° 16, 1982.

MALUF, R. S. Utopía e Ideología. In: Vidales, R.; Pagán, L.R. (eds.) **La Esperanza en el Presente de América Latina**. San José (Costa Rica): DEI, 1983a., pp. 475-479.

MALUF, R. S. O Núcleo de Documentação Regional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU, n. 3, v. 5, 1983b, pp. 73 – 86.

MALUF, R. S - (coord.). **Aspectos da constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho em Piracicaba**. Piracicaba (SP): Ed. UNIMEP, 1984, 177 p.

MALUF, R. S. Um "mal necessário"? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. Campinas (SP), UNICAMP/ IE, 1988. (Versão revista e atualizada da tese foi publicada pelo IPEA na Série Cadernos de Economia, n° 12, dezembro de 1992.

MALUF, R. S. Modernização, mercado e abastecimento alimentar. **Tempo Presença**, s/l., v.13, 1991a, pp. 10 - 13.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e políticas de abastecimento. **Conjuntura Alimentos**, n° Especial, São Paulo: Sociedade de Abastecimento do Estado de São Paulo ,1991b, p.05 - 07.

MALUF, R. S. Super safras e o abastecimento. **Políticas Governamentais**, Rio de Janeiro; s/ Ed., vol. 4, 1992a, pp. 7 - 9.

MALUF, R. S. O Encarecimento dos alimentos no Brasil. **Conjuntura Alimentos**, :São Paulo: Sociedade de Abastecimento do Estado de São Paulo, vol 4, n. 1, 1992b, pp. 28 – 30.

MALUF, R. S. Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Ed. 34 v.3, 1992c, pp.46 - 57.

MALUF, R. S. O Projeto Mercosul e as cadeias agroindustriais In: DESEP/INCA. **Mercosul - Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Europeia**. São Paulo: Ed CAJA, 1993, pp. 109-157.

MALUF, R. S. **Políticas de segurança alimentar** – definições, determinantes e o papel do MARA. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-IICA, 1994a, 76 p.

MALUF, R. S. Panorama e Mitos do Abastecimento Alimentar. **Revista da Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, v.16, Rio de Janeiro: UFRRJ, 1994b, pp.25 - 33.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico no Brasil. **Conjuntura Alimentos**, v.6, São Paulo: Ed. Sociedade de Abastecimento do Estado de São Paulo, 1994c, pp.19 - 25.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, v.15, Nº 1 (57), São Paulo: Editora 34, 1995a, pp.134 - 140.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Agroalimentar. **Agricultura Sustentável**, v.2, s/l: s/ED. 1995b, pp.34 - 44.

MALUF, R. S. **Planejamento, Desenvolvimento e Agricultura na América Latina**: um roteiro de temas. Série CPDA Debates, Número 3. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.

MALUF, R. S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Número 25, Barcelona (Esp.): Universidade de Barcelona, Faculdade de Geografia e História, Departamento de Geografia Humana, 1998a, 19 p. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>. Acesso em julho de 2018.

MALUF, R. S. Economic Development and the Food Question in Latin America. **Food Policy**, v. 23, 1998b, pp. 155 - 172.

MALUF, R. S. Amartya Sen - Inequality Reexamined. Resenha. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Editora 34, 1998c.

MALUF, R. S. Doctrines of Development. Resenha. **Revista Estudos Econômicos**, V. 28, N. 2, São Paulo: USP/FEA, 1988d, pp. 369-372.

MALUF, R. S. Economia de rede, o papel da distribuição e a problemática da segurança alimentar. In: MALUF, R. S.; WILKINSON, J. (org.). **Reestruturação do Sistema Agroalimentar**: questões metodológicas e de pesquisa. Rio de Janeiro: MAUAD Editorial, 1999, pp. 61-69.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.15, Rio de Janeiro: UFRRJ/USP, 2000, pp. 53 - 86.

MALUF, R. S. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: BÉLIK, W.; MALUF, R. S. (orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. São Paulo (Campinas): IE/ UNICAMP, 2000b, pp. 37-64.

MALUF, R. S. Attribuer un sens à la notion de développement économique. **Economies et Sociétés**, v. XXXV-F, n. 9-10, Montpellier: IAMM, 2001a, pp. 1561 - 1587.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: Leite, S. P. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001b, pp. 145-168.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa In: Lima, D.; Wilkinson, J. (org.), **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília (DF) : CNPq/Paralelo 15, 2002a, p. 301-328.

MALUF, R. S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil In: MOREIRA, R.; COSTA, L.F.C. (org.), **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002b, pp. 241-261.

MALUF, R. S. Hambre cero y la lucha a la pobreza en Brasil. **Política Internacional**. s/l; s/Ed. v. XXX, 2003a, 2003a, pp. 81 - 88.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (orgs.), **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003b, pp. 135-152.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Rio Grande do Sul: **Ensaios FEE**. 2004, v.25, pp. 299 -322.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. **Relatórios Técnicos** n. 2. Rio de Janeiro: CERESAN/UFRRJ, 2006.

MALUF, R. S. Nuevos enfoques en agricultura y la enseñanza de desarrollo rural: la multifuncionalidad de la agricultura en Brasil In: Pérez, E. (org.), **La enseñanza del desarrollo rural: enfoques y perspectivas**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007a, pp. 199-212.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Cultura e alimentação: saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: SESC, 2007b, pp. 143-150.

MALUF, R. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis -RJ: Editora Vozes, 2007c, 174 p.

MALUF, R. S. **Seguridad alimentaria y nutricional - un enfoque de derecho y soberanía**. Quito (Ec.): CAFOLIS, 2008a, 193 p.

MALUF, R. S. (2008b). **Towards an alternative multilateralism: trade, food, health, and development across the global food system - proceedings of a debate**. **Working papers**, n.2. Rio Janeiro: Ceresan/UFRRJ.

MALUF, R. S. A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional In: CONAB (2009). **Agricultura e abastecimento alimentar - políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: CONAB, 2009a, pp. 109-120.

MALUF, R. S. Seguridad alimentaria y nutricional, agricultura y medio rural: enfoques, institucionalidad y políticas. In. PIÑERO, M. (org.), **La Institucionalidad Agropecuaria en América Latina: estado actual y nuevos desafíos**. Santiago de Chile: FAO, 2009b, pp. 485-517.

MALUF, R. S. O CONSEA na construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional In: Silva, J.G, Grossi, M. del e França, C. G. (orgs.) **Fome Zero - a experiência brasileira**. Brasília (DF): MDA, 2010a. p. 265-287. (Livro traduzido para o inglês, espanhol e francês)

MALUF, R. S. Construção do SISAN, mobilização e participação social In: Brasil. MDS. **Fome Zero - uma história brasileira**. Brasília: MDS, vol.II, 2010b, p. 27-37.

MALUF, R. S. Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. **Raízes**, v. 28-29, 2010c, p.19 - 26.

MALUF, R. S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão sócio-produtiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (orgs.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília (DF): IICA, 2013, p. 57-88. (Série DRS, v.19)

MALUF, R. S. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. In: Mielitz, C. (org.) **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. S. Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 135-154.

MALUF, R. S. Evolution de l'emploi agricole, impacts des politiques publiques: le cas du Brésil In: SAUVAT, V. (coord.), **Les exclusions paysannes: quels impacts sur le marché international du travail**. Paris: Agence Française de Développement, 2014a, p. 120 - 144 [Colloque «Evolutions du marché international du travail, impacts des exclusions paysannes», Paris, 2012.

MALUF, R. S. Destinos e finalidades da produção agropecuária In: Senra, N. C. (coord.), **O Censo entra em campo: o IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, 2014b, p. 265-282.

MALUF, R. S. Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. **Revista de Economia Política**, 35 (1-138), 2015, pp. 43-63.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M. R.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. S. The Brazilian experience in promoting food and nutrition sovereignty and security: contributions to the debate on nutrition-sensitive agriculture - a case study. Hohenheim (Dl.). **Relatório de pesquisa**. Food Security Center, Alemanha: University of Hohenheim, 2012.

MALUF, R. S., BURLANDY, L., SANTARELLI, M. SCHOTTZ, V. SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(8), 2015, p. 2303-2312. [DOI: 10.1590/1413-81232015208.14032014]

MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. T. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. R. Janeiro: Mauad X, 2003, 230 p.

MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. T. Multifuncionalidade da agricultura familiar. **Cadernos do CEAM**. Brasília: UnB, 2005, pp.43 - 58.

MALUF, R. S.; COSTA, C. **Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. Série. São Paulo: Instituto PÓLIS, 2001.

MALUF, R. S. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar. **Série PÓLIS**. Papers N. 4, São Paulo: Pólis, 1999, 43 p. Acesso em: julho de 2018. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-locais-de-apoio-a-producao-de-alimentos-e-a-seguranca-alimentar/>

MALUF, R. S. **Ações Públicas Locais de Abastecimento Alimentar**, Série PÓLIS Papers N. 5, São Paulo: Pólis, 1999. Acesso em julho de 2018. Disponível: <http://www.polis.org.br/uploads/845/845.pdf>

MALUF, R. S. **Consumo de alimentos no Brasil**: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar, **Série PÓLIS Papers**, N. 6, São Paulo: Pólis, 2000. Acesso em julho de 2018. Disponível: <http://www.polis.org.br/uploads/846/846.pdf>

MALUF, R. S. **Ações públicas de segurança alimentar para grupos populacionais específicos**, Série PÓLIS Papers N. 7, São Paulo: Pólis, 2000. Acesso em: julho de 2018. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-de-seguranca-alimentar-para-grupos-populacionais-especificos/>

MALUF, R. S.; DELGADO, N. Comércio e desenvolvimento no Acordo sobre Agricultura da OMC: o Brasil e a proposta de uma caixa de desenvolvimento In: ACTIONAID BRASIL. **Agricultura, meio ambiente e acesso ao mercado internacional**: para quê e para quem? Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, pp. 7-34.

MALUF, R. S.; PRADO, B. Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Série Textos para Discussão N° 8. Rio de Janeiro, CERESAN/UFRRJ, 2015.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013a, pp. 15-42.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In: Rocha, C., Burlandy, L e Magalhães, R. (orgs.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013b, pp. 43-68.

MALUF, R. S.; ROSA, Teresa S. Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades. **Relatório técnico n° 5, vols. I e II**. Rio de Janeiro, CERESAN/UFRRJ. 2011.

MALUF, R. S., ROUX, B. ; Bonnal, P. Analyse au niveau local de la prise en compte de la multifonctionnalité de l'agriculture au Brésil à partir d'un dispositif comparatif régional - rapprochement du cas français. **Les Cahiers de la Multifonctionnalité** n. 6, In. Véron François (ed.). Multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux : comptes-rendus de travaux. Antony: CEMAGREF, 2004, pp. 141 - 148.

MALUF, R. S. ; SANTARELLI, M. R. ; ALEXANDRE, V. P. A cooperação brasileira em segurança alimentar e nutricional: determinantes e desafios presentes na construção da agenda internacional. **Série Textos para Discussão n° 3**. Rio de Janeiro: CERESAN/UFRRJ, 2014.

MALUF, R. S.; SANTARELLI, M. R. Cooperação Sul-Sul brasileira em soberania e segurança alimentar e nutricional: evidências de pesquisa e indicativos de agenda. **Série Textos para Discussão, 9**. Rio de Janeiro, CERESAN/UFRRJ, 2015, 23 p.

MALUF, R. S., SCHMITT, C. J.; PRADO, B. (2014). Estado de arte de las políticas para la agricultura familiar en los países del MERCOSUR Ampliado: retos de la región en el Año Internacional de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena. **Relatórios Técnicos n. 7**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2014.

MALUF, R. S.; SPERANZA, J. S. Volatilidade dos preços internacionais e a inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional. **Caderno SISAN 01/2013**. Brasília: MDS/SESAN, 2013, 148 p.

MALUF, R. S. e SPERANZA, J. S. Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão. **Relatório Técnico n. 7**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2014.

MALUF, R. S.; WILKINSON, J. (orgs.). **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 1999, 198 p.

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A. **Políticas municipais de erradicação da fome e de promoção da agricultura familiar no Brasil**. Relatórios Técnicos N. 1. Rio de Janeiro: Ceresan/UFRRJ, 2005.

MATTEI, L.; MALUF, R. S. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C. e TIBÚRCIO, B. (orgs.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento**. Série DRS, Edição Especial. Brasília (DF): IICA, 2011, pp. 15-26.

MALUF, R. S.; ROSA, T. S. Populações vulneráveis e agenda pública no Brasil. In: PEITER, G. (coord.) **Mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação**. Coleção COEP Cidadania em Rede. Rio de Janeiro: COEP, 2011, pp. 51-287.

ROCHA, C., BURLANDY, L.; MALUF, R. S. Small farms and sustainable rural development for food security: The Brazilian experience. **Development Southern Africa**. v.29, S/L: S/Ed., 2012, pp. 519 - 529.

ROSA, T. S.; MALUF, R. S. Populações vulnerabilizadas e o enfrentamento de evento climáticos extremos: estratégias de adaptação e de mitigação. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, v. 23/24, Rio de Janeiro: Eco Eco, 2010, pp. 40 - 48.

SCHMITT, C. J., MALUF, R. S. Soberania e segurança alimentar no Mercosul Ampliado: o lugar da agricultura camponesa e familiar. In: MOREIRA, R. e BRUNO, R. (orgs.) **Interpretações, estudos rurais e política**. Rio de Janeiro/Seropédica: Mauad X/EDUR, 2010, pp. 133-155.

SCHMITT, C. J.; MALUF, R. S.; BÉLIK, W. Family farming, institutional markets and innovations in public policy: food and nutritional security as a driver for governmental intervention. In: HEBINCK, P.; PLOEG, J-D van der; SCHNEIDER, S. (eds.). **Rural Development and the Construction of New Markets**. Abingdon/ New York: Routledge, 2015. pp. 61-78.

ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C.; TECCHIO, A.; LEITE, S. P.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N.; MALUF, R. S.; MATTEI, L. Desenvolvimento Territorial e Políticas de Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil. **Campo – Território**, v.9, Minas Gerais: EDUFU, 2014, pp. 540 - 573.

b) Referências bibliográficas citadas no texto

ABBOTT, J. C. **O papel da comercialização no desenvolvimento das economias atrasadas**. S. Paulo, IEA, 1962. (tradução, mimeo).

BRASIL. Lei n o 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília-DF, 2006.

BASALDI, O. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira**. S. Paulo, Ed. Hucitec, 2008.

BILBAO, S. A., MALUF, R. S. **Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar**. Campinas (SP): NPCT-UNICAMP/ CNPq, 1988, 129 p.

COWEN, M.P.; SHENTON, R.W. **Doctrines of Development**. London, Routledge, 1996.

DELGADO, N. G.; et. al. Comercialização e Formação de Preços na Agricultura Brasileira. **Relatório de Pesquisa - Convênio UNICAMP/ INCRA**. Brasília/Campinas (SP): INCRA/ UNICAMP, 1976.

DAVIRON, B.; DEMBELE, N. N.; MURPHY, S.; RASHID, S. **Price volatility and food security**. (HLPE Report 1), Rome, CFS, 2011. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-price-volatility-and-food-security-report-July-2011.pdf . Acesso em 15 julho de 2018.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures – from 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, s/l. XXIX n.2, 1989, 93-117.

FROBERT. Ludovic.; FERRATON, Cyrile. **L´enquête inachevée – introduction à l´économie politique d´Albert O. Hirschman**. Paris, Presses Universitaires de France, 2003.

HERVIEU, B. L´angoisse du choix- entretien de Bertrand Hervieu avec Pascal Delannoy et Jean Viard. In. DELANNOY, P. ; HERVIEU, B. **À table – peut-on encore bien manger?** Paris: Editions de l´Aube. 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. **Journeys toward progress: studies of economic policy-making in Latin America**. N. York, Twentieth Century Fund, 1963.

HIRSCHMAN, Albert O. **A propensity to self-subversion**. Cambridge (Ma.), Harvard University Press, 1995.

HIRSCHMAN, A. O. **Essays in trespassing: economics to politics and beyond**. Cambridge (MA), Cambridge University Press, 1981.

HIRSCHMAN, A. O. Rival views of market society and other recent essays. Cambridge (Ma.), Harvard University Press, 1992.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília (DF), BINAGRI/Ministério da Agricultura, 1979.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, 36, n.1, 2009, pp. 139-169.

McPHERSON, Michael (1988) O cientista social como cético construtivo: sobre o papel de Hirschman. In. FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O'DONNEL, Guilherme (orgs.). **Desenvolvimento e política e aspirações sociais: o pensamento de Albert O. Hirschman**. São Paulo: Vértice - Ed. Revista dos Tribunais, 1988, pp. 316-326.

PAIVA, Ruy M. A melhoria do mercado e da comercialização nos países em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, 1968, n. 22, v. 2, pp. 44-52.

PAZ, Octávio. **El laberinto de la soledad** – Postdata – Vuelta a El Laberinto de la soledad. México, Fondo de Cultura Económica, 1999.

ROCHA, C., BURLANDY, L.; Magalhães, R. (orgs.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo, Cia. das Letras, 2000.

SILVA, Sérgio, Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: Pinsky, J. (org.), **Capital e trabalho no campo**. S. Paulo, HUCITEC, 1977, p. 7-24.

SMITH, G. Comercialização e desenvolvimento econômico: o estudo de um caso brasileiro – 1930/1970. **Estudos Econômicos**, 3(1), Rio de Janeiro: FEA/USP, 1973.

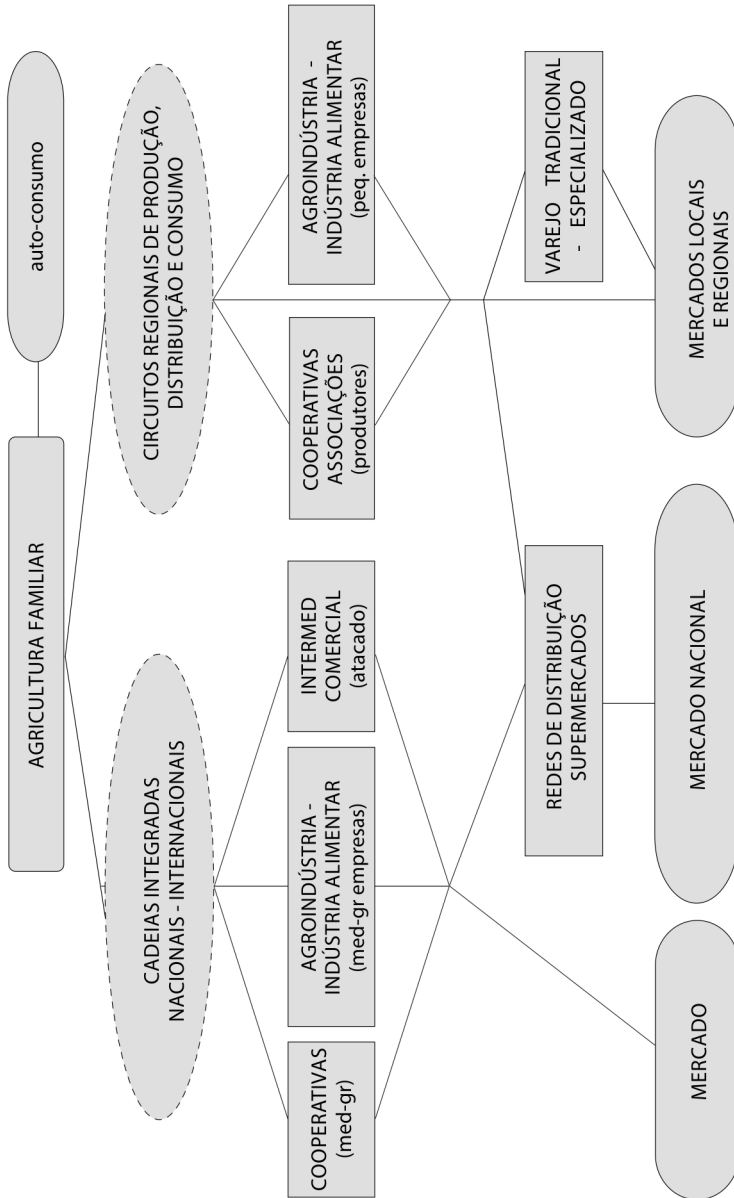
STEELE, H.L. VERA FILHO, F.M.; WELSH, R.S.. **Comercialização Agrícola**. São Paulo: Atlas, 1971. 443 p

VELHO, O. G. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. **América Latina**, Vol. 12. (1), Rio de Janeiro: Centro, ZDB, 1969, pp. 96-104.

WANDERLEY, M.N.B. Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceitos e realidade. **Ciência e Cultura**, N. 29 v. 5. Campinas - SP: SBPC, 1977.

(Anexo)

DIAGRAMA: AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS DE ALIMENTOS





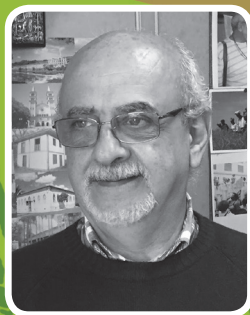
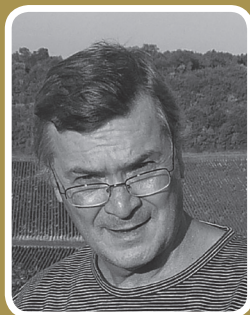
Edur/UFRRJ
Novembro 2018

Fontes: EB Garamond 11 Pt,
Zilla Slab 11,5 Pt.
(Google Fonts)

MEMÓRIAS e TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

VOLUME 1



ISBN 978-85-8067-103-2



9 788580 671032